Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-Graduação Em Psicologia

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA ESQUIZOFRENIA: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA O DESVENDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA ESQUIZOFRENIA

Tese elaborada sob orientação do Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Vanessa Clementino Furtado

Natal/RN

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A tese “Determinação Social da Esquizofrenia: Fundamentos ontológicos para o desvendamento do desenvolvimento da esquizofrenia”, foi considerada_____ por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de DOUTORA EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, __ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Melissa Rodrigues Almeida

Fellipe Coelho Lima

Maelison Silva Neves

Herculano Ricardo Campos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Furtado, Vanessa Clementino.
Determinação social da esquizofrenia: fundamentos ontológicos para o desvendamento do desenvolvimento da esquizofrenia / Vanessa Clementino Furtado. - 2024.
412f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Natal, RN, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos.

1. Esquizofrenia. 2. Psicologia Histórico-Cultural. 3. Ontologia do Ser Social. I. Campos, Herculano Ricardo. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 159.9:616.895.8

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos —
O verbo tem que pegar delírio.
(Manoel de Barros)

À E. e I. duas pessoas que passaram pela vida, que tive o privilégio de conhecer e acompanhar suas jornadas lidando com seus processos de sofrimento psíquico. Em nome delas, dedico esse trabalho a cada pessoa, usuária de CAPS e em sofrimento psíquico, com o esperançar e a expectativa de que possamos continuar a luta rumo à construção de uma sociabilidade que nos permita existir com dignidade, respeito, inclusão; uma sociedade livre de manicômios, livre da medicalização e da patologização da vida, mas, fundamentalmente, que possamos construir uma sociedade livre da exploração-opressão;

Ao meu pai José Luiz Furtado (*in memoriam*), e sua geração que enfrentou as duras violências da Ditadura civil-militar brasileira e que não passaram por isso ilesos ao sofrimento; e por ter sido ele quem plantou em mim a semente revolucionária e me fez entender a importância da luta pela dignidade humana, contra a sociedade da exploração-opressão;

À Marinalva Oliveira (ex-presidente do ANDS-SN – *in memoriam*) e Fernando Freitas (militante da ABRASME e editor do MAD IN BRASIL – *in memoriam*) e ao David Victor-Emmanuel Tauro (meu orientador de TC, prof. da UFMS - *in memoriam*)por suas histórias de luta coletiva e militância que atravessaram minha vida e tantas outras pessoas;

À minha filha, Elis, meu mais concreto ato de "esperançar" o mundo, a ela e sua geração (e às/aos minhas sobrinhas/os) espero deixar as sementes que meu pai me deixou, ajudar a regá-las e germiná-las. Deixo "o esperançar" de Paulo Freire.

Agradecimentos

Das páginas desse trabalho a mais difícil de escrever tem sido esta, não porque eu não tenha a quem agradecer, pelo contrário, muitas foram as pessoas que me atravessaram no percurso dessa pesquisa e, infelizmente, algumas delas não poderão ler esses agradecimentos. Essa pesquisa se concretiza agora, mas começou antes mesmo dos 4 anos em que cursei o doutorado, desde minha prática profissional sempre tive o questionamento de como compreender os sofrimentos psíquicos pela Psicologia Histórico-Cultural. E muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente para a realização desse trabalho que apresento agora.

A primeira pessoa que quero agradecer é ao Paulo Wescley, meu companheiro de uma vida para todo o resto da minha vida. Se este trabalho existe, sem dúvidas, foi porque desde o começo tive seu amor, companheirismo e incentivo, você acreditou em mim mesmo quando nem eu mais acreditava; me ajudou a ter coragem de encarar esse desafio; me incentivou a me inscrever no PPGPSI – UFRN (se não fosse seu incentivo eu sequer teria me inscrito); botou a casa nas costas, nossa filha no colo e caiu na estrada comigo de Cuiabá – MT para Natal - RN. “Azar” foi só seu, porque depois teve que aguentar 4 anos de verborragia sobre Vygotski e Esquizofrenia, obrigada por nossos debates, no café da manhã, no almoço, no vinho da noite e por estar ali companheiro, atento e paciente. Mas, antes disso, se aventurou comigo em várias outras viagens, sonhamos, lutamos e criamos formas de existir e resistir nesse mundo;

À Elis, obrigada por seu amor, por seu companheirismo e por sua compreensão nos momentos que a mamãe precisou dedicar tempos demais para essa pesquisa, nos momentos que a

mamãe estava estressada, chateada e frustrada com o caminhar da pesquisa e não conseguia te dar atenção. Você sempre esteve lá com sua risada deliciosa, suas artes e traquinagens chamando minha atenção e sua diversão de brincar a vida. Mesmo quando não estava junto com você, te ouvir brincando pela porta do escritório era sempre tomada pela felicidade da sua existência;

Ao David Victor-Emmanuel Tauro (*in memoriam*), meu primeiro orientador, o cara que largou em minha mão um livro do Castoriadis no 5º semestre da graduação e me fez ler e tentar entender, sinceramente, várias vezes que sequer conhecia o significado das palavras que lia, mas sua insistência e nossas conversas infinitas me ajudaram a ir vencendo palavra a palavra. Aquelas páginas me ensinaram muito mais do que a teoria de Castoriadis, ensinaram a ter disciplina para encarar livros de teoria, entender conceitos e categorias, me ensinou a produzir ciência. O que ficou disso, um trabalho de conclusão de curso, uma dissertação de mestrado e, se hoje me afastei da teoria de Castoriadis, ainda me restou uma bela e gentil amizade que tenho orgulho de ostentar;

Ao Herculano, não tenho nem palavras para expressar minha gratidão por ter acreditado naquele projeto que eu mandei e encarado esse trabalho junto, por suas provocações tão pertinentes que foram delineando os rumos dessa pesquisa. Infelizmente, a pandemia não permitiu que trabalhássemos mais de perto, mas felizmente pude contar com sua generosidade em partilhar todo seu conhecimento ao me orientar;

Ao Núcleo de Estudos de Psicologia Histórico-Cultural - NEPHC, Claudia Krantz, Kárita Portilho, Maria da Apresentação, Letícia Andrade, Sara, Aléxia, Élida Furtado pelas trocas nos grupos de estudo que infelizmente, por causa da pandemia, tiveram que ser on-line;

Aos meus pais (José Luiz Furtado e Celi da Cruz Clementino Furtado) pela luta e incentivo aos estudos para que eu pudesse me formar e conseguisse trilhar meu caminho;

Às minhas avós (Maria e Yolanda e meu avô Salvador) que obrigavam a comer, mas que me preencheram de cuidados e adoravam as minhas traquinagens;

Aos meus sogros, Dona Lídia e Seu Beto, por acolher a mim, Elis e Wescley num momento tão difícil que atravessamos durante a pandemia de COVID-19 e por tantas outras acolhidas que me ajudaram a seguir com esse trabalho;

À minha psicóloga Ana Carolina Cavallini que me ajudou a enfrentar as turbulências do processo de tese e minha descrença na acadêmica e na militância, aos poucos, vamos curando as feridas da vida que sangravam à céu aberto;

À Luciana Belmonte, parte das coisas que aprendi na Saúde Mental e que pude expressar aqui e em outros tantos trabalhos, foi de nossa partilha de alegrias e sofrimentos no ambulatório que trabalhamos;

À equipe CAPS-ad Santana, quer dizer, "onças perfumadas" nosso grupo que surgiu das angústias do cotidiano do trabalho, na força e no aprendizado da prática de CAPS-ad e seguiu para além disso, hoje é onde comungamos nossos sonhos, ideais e compartilhamos momentos de nossas vidas;

À Priscila Mendes, pela nossa amizade nascida nas lutas feministas das ruas: "Fora Cunha!" e lá se vão alguns bons anos e memórias, carinho, cuidado e amor que só aumentou com a chegada

da Bruna Maciel que veio somar à nossa família. Obrigada por cuidarem de Elis, quando precisamos de ajuda, por serem nossa família estendida;

Ao Maelison, que está nessa banca, por ter aceitado ao convite, mas que também esteve ao meu lado nas trajetórias de lutas em Cuiabá – MT, pelo apoio a essa pesquisa, por nossas trocas, pelas indicações de leitura, por nossa parceria e pelas cervejas que tomamos, porque nem só de teorias se faz uma tese;

Ao Fábio, amigo querido que nos acolheu na nossa volta a Cuiabá-MT quando não tínhamos casa, mas nos acolheu de tantas e diferentes formas antes disso, pelos nossos vinhos e cafés, pelas risadas e pelas pedaladas na bicicleta ergométrica na madrugada (abafa!);

Ao Sandro e à Carla por cuidarem da nossa pequena e garantir nossos "vale night";

À Naiana Marinho, Maria, Felipe Cazeiro, Rúzia Chauchar, Andréia, Érika, Emanuele, Janyne, Victor, Marcelo, Leidy, Patrícia Pedroso, Leonardo Estrada em nome de vocês agradeço pelo respiro que o "Coletivo de Saúde Mental" me dava, por me fazerem esperançar a formação de profissionais comprometidas/os com o enfrentamento às opressões e com a luta antimanicomial;

A todas as pessoas que estiveram presente no curso de "Método Materialista Histórico e Dialético para Saúde", nossas reflexões em conjunto, os debates e os questionamentos de vocês e com vocês foram preciosas contribuições para várias formulações desse trabalho e por me ajudarem a recuperar a alegria e vontade de dar aula;

À Melissa Almeida, por suas contribuições na qualificação e por aceitar continuar contribuindo com este trabalho, mas também, por ser desbravadora da área da saúde na PHC no Brasil, seu trabalho me foi inspiração para seguir com o meu;

Ao Felipe Coelho, membro da banca, por suas contribuições na qualificação, por seu aceite em continuar contribuindo com este trabalho e por seu trabalho junto à coordenação do PPGPSI;

À Ana Karenina, pelo aceite em contribuir na banca de defesa, mas também por toda sua atuação na luta antimanicomial, na política de redução de danos. Jamais me esquecerei de uma mesa que tive o privilégio de coordenar onde ela discutia saúde mental e população de rua no Congresso da ABRASME;

À Rúzia que aceitou a suplência dessa banca, por sua trajetória na luta antimanicomial em MT, que era estudante quando cheguei em Cuiabá e hoje é colega de trabalho no Departamento de Psicologia – UFMT;

À Jane Cotrin que gentilmente aceitou estar na suplência dessa banca, mas por muito mais à ela, ao Amailson Sandro Barros, Gyslaine Figueredo, Maria Aparecida Campos, colegas de departamento que ajudam a suportar as agruras cotidianas e, ainda se propõem a um debate crítico que fortalece nossa luta;

Ao Saulo Araújo, pela preciosa ajuda sobre a história de Kreapelin e Wundt;

À Marinalva Oliveira (*in memoriam*), mulher que tanto admirava por sua intensidade, por sua trajetória nas lutas sociais, que me ensinou que era possível ser mãe e militante, inclusive a ser mãe-militante lutando por espaços para mulheres na política sindical, nos espaços da universidade

e na vida. Pela luta por uma universidade pública, socialmente referenciada e pela valorização da carreira docente;

Ao Fernando Freitas (*in memoriam*) não consigo sequer dimensionar o impacto de sua atuação na luta antimanicomial e antimedicalizante, por toda sua luta, por seu trabalho incansável, por sua alegria constante, por suas pesquisas e por sua generosidade. Por ter me salvo algumas vezes, a primeira quando estava já desgastada e cansada de fazer os enfrentamentos antimanicomiais, seu livro escrito junto com Paulo Amarante "Medicalização em Psiquiatria" me guiou para aprofundar os fundamentos científicos da crítica que eu fazia; depois quando gentilmente me cedia espaços no Mad In Brasil para publicar meus textos de relatos de experiência, também, apostando e incentivando essa pesquisa;

Ao Paulo Amarante, por me despertar para um mundo novo, por me fazer entender que o cuidado em liberdade não era apenas possível, mas essencial para recuperação das pessoas em sofrimento psíquico. Nosso 1º encontro (ele nem sabe) foi na Lapa, ao final de um evento sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, lembro até hoje como o show do "Harmonia Enlouquece" me marcou de forma definitiva e ali pude entender que uma outra forma de atuar na Saúde Mental era possível, necessária e urgente;

À ABRASME que me abriu as portas para a militância em Saúde Mental, onde aprendi, com as pessoas com quem compartilhei a gestão (2017-2019), que tão importante quanto lutar e construir a política antimanicomial prevista na Lei nº 10.216, também é essencial seguirmos na luta pela manutenção, efetivação e avanços nessa política, a lutar pela despatologização da vida e pelo cuidado em liberdade;

Ao ANDES – SN, termino esta tese em contexto de greve nas universidades federais, e preciso expressar minha gratidão ao sindicato docente por sua incansável luta por nossos direitos, foram essas lutas que garantiram condições dignas para que eu pudesse fazer essa pesquisa que só foi possível pelo exercício do meu direito de servidora pública concursada ao afastamento integral com minha remuneração garantida, direito esse conquistado em lutas e greves para a reconstrução da carreira docente como a que ocorre agora.

À Alexandra Elbakyan, criadora do Sci-Hub, por uma ciência livre, acessível e socialmente referenciada.

RESUMO:

Este texto expõe a síntese teórica sobre os fundamentos ontológicos para o desvendamento da determinação social da esquizofrenia, constituindo uma leitura materialista, histórica e dialética do processo de saúde, de adoecimento e de sofrimento psíquico. Neste processo, analisamos criticamente o entendimento da esquizofrenia pela Psiquiatria Hegemônica, demonstrando suas bases nos paradigmas kraepeliniano e biomédico. Os alicerces do estudo kraepeliniano na psicologia wundtiana são resgatados no primeiro capítulo deste trabalho, assim como a influência de Khaulbaum na psiquiatria de Kraepelin, por isso, tecemos uma crítica marxista, desvelando os limites desse modelo para a explicação teórica do fenômeno. Analisando os fundamentos do modelo biomédico e, tomando por base as formulações de Breilh e Laurell, apontamos caminhos para a apreensão da estrutura e dinâmica do processo saúde e doença, pela epidemiologia crítica, avançando no complexo denominado de "nexos internos da determinação social da saúde", demonstrando suas mediações com a apreensão da Ontologia do Ser Social, de Lukács; da leitura dialética da biologia humana, de Levins e Lewontin; da leitura dialética da epigenética, apoiadas em Jablomka e Lamb; da categoria "vivência" como unidade da personalidade, em Vygotski, e por sua associação unitária com a categoria "sociabilidade", em Lukács. Assim, esmiuçando as mediações da constituição social da ser humana como unidade dialética em que o social é o momento preponderante, nesta direção, apontamos para a conformação dos nexos internos do processo saúde e doença: plasticidade biológica; epigenética; vivência e sociabilidade; subsunção do biológico ao social. Em seguida, recuperamos criticamente as formulações da psicologia histórico-cultural sobre a constituição social da consciência, para assinalar esta como a unidade dialética entre os Sistemas Psicológicos, entendendo por sistema psicológicos "a emoção, a imaginação e o pensamento (momento predominante)", atividades mais complexas que as funções psicológicas superiores (FPS), mas constituídas pelos nexos entre essas funções. Após conformados os fundamentos que nos apoiaram para construção de nossa tese sobre a determinação social da esquizofrenia, analisamos os textos vygotskianos sobre o tema, indicando suas possibilidades e seus limites para a apreensão do fenômeno e, apoiadas nas descrições de experimentos de Zeigarnik e Poliakov, adensamos a interpretação de suas conclusões, suprassumindo a tese vygotskiana de desintegração do "pensamento em conceito". Complexificando a hipótese vygotskiana de que a esquizofrenia é uma patologia do "Ápices" da Psicologia, ou seja, das FPS desenvolvidas sociais e historicamente, apontamos a apreensão da esquizofrenia como processo de desagregação e mudança nos nexos dos sistemas psicológicos e uma alteração da unidade dialética da consciência em que, anteriormente ao desenvolvimento da esquizofrenia, tem o pensamento como momento preponderante e que, em momentos de crise, tem a imaginação e a criação como momentos preponderantes, promovendo um desenvolvimento incomum da consciência. Assim, buscamos fundamentar os meios pelos quais as vivências da unidade exploração-opressão podem propiciar condições de desumanização que incidem no desenvolvimento da esquizofrenia, tal como apontam estudos que correlacionam e demonstram a prevalência do seu desenvolvimento em populações vítimas dessas formas de violência que em uma sociabilidade capitalista se constitui como um complexo de expressões da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Esquizofrenia, Determinação Social da Saúde, Psicologia Histórico-Cultural, Ontologia do Ser Social, Consciência, Unidade Exploração-Opressão

RESUMEN:

Este texto expone la síntesis teórica sobre los fundamentos ontológicos para develar la determinación social de la esquizofrenia, constituyendo una lectura materialista, histórica y dialéctica del proceso de salud, enfermedad y sufrimiento psicológico. En este proceso, analizamos críticamente la comprensión de la esquizofrenia por parte de la Psiquiatría Hegemónica, demostrando sus bases en los paradigmas kraepeliniano y biomédico. En el primer capítulo de este trabajo se rescatan los fundamentos del estudio de Kraepelin en la psicología wundtiana, así como la influencia de Khaulbaum en la psiquiatría de Kraepelin, tejiendo una crítica marxista, revelando los límites de este modelo para la explicación teórica del fenómeno. Analizando los fundamentos del modelo biomédico y, con base en las formulaciones de Breilh y Laurell, señalamos caminos para comprender la estructura y dinámica del proceso de salud y enfermedad, a través de la epidemiología crítica, avanzando en el complejo denominado "nexos internos de lo social". determinación de la salud", demostrando sus mediaciones con la aprehensión de la Ontología del Ser Social de Lukács; la lectura dialéctica de la biología humana, de Levins y Lewontin; la lectura dialéctica de la epigenética, apoyada por Jablomka y Lamb; de la categoría "experiencia" como unidad de personalidad, en Vygotski, y por su asociación unitaria con la categoría "sociabilidad", en Lukács. Así, escudriñando las mediaciones de la constitución social del ser humano como unidad dialéctica en la que lo social es el momento preponderante, en esa dirección apuntamos a la conformación de los vínculos internos del proceso de salud y enfermedad: plasticidad biológica; epigenética; experiencia y sociabilidad; Subsunción de lo biológico a lo social. A continuación, recuperamos críticamente las formulaciones de la psicología histórico-cultural sobre la constitución social de la conciencia, para resaltar ésta como la unidad dialéctica entre los Sistemas Psicológicos, entendiendo por sistemas psicológicos "la emoción, la imaginación y el pensamiento (momento predominante)", actividades que son más compleja que las funciones psicológicas superiores (FPS), pero constituida por los vínculos entre estas funciones. Luego de sentar las bases que nos sustentaron en la construcción de nuestra tesis sobre la determinación social de la esquizofrenia, analizamos textos vygotskianos sobre el tema, señalando sus posibilidades y límites para la comprensión del fenómeno y, apoyados en descripciones de experimentos de Zeigarnik y Poliakov, profundizamos en interpretación de sus conclusiones, superando la tesis vygotskiana de la desintegración del "pensamiento en concepto". Complejizando la hipótesis vygotskiana de que la esquizofrenia es una patología de los "ápices" de la psicología, es decir, de los FPS social e históricamente desarrollados, señalamos la aprehensión de la esquizofrenia como un proceso de desagregación y cambio en el nexo de los sistemas psicológicos y una alteración de la unidad dialéctica de la conciencia en la que, previamente al desarrollo de la esquizofrenia, el pensamiento es el momento preponderante y que, en los momentos de crisis, tiene como momentos preponderantes la imaginación y la creación, promoviendo un desarrollo inusual de la conciencia. Así, buscamos fundamentar los medios por los cuales las experiencias de la unidad de explotación-opresión pueden proporcionar condiciones de deshumanización que inciden en el desarrollo de la esquizofrenia, como lo demuestran estudios que correlacionan y demuestran la prevalencia de su

desarrollo en poblaciones víctimas de estas. formas de violencia que en una sociabilidad capitalista se constituyen como un complejo de expresiones de la cuestión social.

PALABRAS CLAVE: Esquizofrenia, Determinación Social de la Salud, Psicología Histórico-Cultural, Ontología del Ser Social, Conciencia, Unidad de Explotación-Opresión.

ABSTRACT:

This text exposes the theoretical synthesis on the ontological foundations for unveiling the social determination of schizophrenia, constituting a materialist, historical and dialectical reading of the process of health, illness and psychological suffering. In this process, we critically analyzed the understanding of schizophrenia by Hegemonic Psychiatry, demonstrating its bases in the Kraepelinian and biomedical paradigms. The foundations of Kraepelin's study in Wundtian psychology are rescued in the first chapter of this work, as well as Khaulbaum's influence on Kraepelin's psychiatry. Therefore, we weave a Marxist critique, revealing the limits of this model for the theoretical explanation of the phenomenon. Analyzing the foundations of the biomedical model and, based on the formulations of Breilh and Laurell, we point out ways to understand the structure and dynamics of the health and disease process, through critical epidemiology, advancing in the complex called “internal nexuses of the social determination of health ”, demonstrating its mediations with the apprehension of Lukács’ Ontology of Social Being; the dialectical reading of human biology, by Levins and Lewontin; the dialectical reading of epigenetics, supported by Jablomka and Lamb; of the category “experience” as the unit of personality, in Vygotski, and by its unitary association with the category “sociability”, in Lukács. Thus, scrutinizing the mediations of the social constitution of the human being as a dialectical unit in which the social is the preponderant moment, in this direction, we point to the conformation of the internal links of the health and disease process: biological plasticity; epigenetics; experience and sociability; subsumption of the biological to the social. Next, we critically recover the formulations of historical-cultural psychology on the social constitution of consciousness, to highlight this as the dialectical unity between Psychological Systems, understanding by psychological systems “emotion, imagination and thought (predominant moment)”, activities that are more complex than the higher psychological functions (FPS), but constituted by the links between these functions. After establishing the foundations that supported us in building our thesis on the social determination of schizophrenia, we analyzed Vygotskian texts on the subject, indicating their possibilities and limits for understanding the phenomenon and, supported by descriptions of experiments by Zeigarnik and Poliakov, we deepen the interpretation of his conclusions, overcoming the Vygotskian thesis of the disintegration of “thought into concept”. Complexifying the Vygotskian hypothesis that schizophrenia is a pathology of the “Apices” of Psychology, that is, of the socially and historically developed FPS, we point out the apprehension of schizophrenia as a process of disaggregation and change in the nexus of psychological systems and an alteration of the dialectical unity of consciousness in which, prior to the development of schizophrenia, thought is the preponderant moment and which, in moments of crisis, has imagination and creation as preponderant moments, promoting an unusual development of consciousness. Thus, we seek to substantiate the means by which the experiences of the exploitation-oppression unit can provide conditions of dehumanization that affect the development of schizophrenia, as shown by studies that correlate and demonstrate the prevalence of its development in populations that are victims of

these forms of violence that in a Capitalist sociability is constituted as a complex of expressions of the social question.

KEYWORDS: Schizophrenia, Social Determination of Health, Historical-Cultural Psychology, Ontology of the Social Being, Consciousness, Exploitation-Oppression Unit

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1. EMIL KRAEPELIN E O DESENVOLVIMENTO DA PSIQUIATRIA MODERNA 36

1.1 Da Psicologia Experimental como Fundamento da Teoria Kraepeliniana: A Amizade entre Kraepelin e Wundt 41

1.2 Da análise dos procedimentos metodológicos de Kraepelin 56

1.3 A Presença dos Fundamentos Kraepelinianos no Modelo Diagnóstico Psiquiátrico Hegemônico 66

1.4 Da análise onto-histórica do modelo kraepeliniano 77

CAPÍTULO 2 - MODELO BIOMÉDICO: ANÁLISE A PARTIR DO MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO 106

2.1 A Expressão da Alienação no Dualismo Cartesiano Mente e Corpo 117

2.2 Da natureza humana e não-humana 148

2.3 A epigenética como caminho de superação dialética do substrato biológico ao social. 166

2.4 A superação do modelo biomédico: o biológico suprassumido 183

2.5 Dos desvendamentos da patologia do psíquico e a esquizofrenia 194

CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL, DIMENSÕES MATERIAIS E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA ESQUIZOFRENIA 221

3.1 A esquizofrenia para Vygotski 224

3.2 Para uma crítica ontológica às anotações vygotskiana sobre esquizofrenia .. 256

3.2.1 Vygotski contra Vygotski: para uma síntese das reflexões vygotskianas sobre a esquizofrenia 258

CAPÍTULO 4. FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA APREENSÃO DA ESQUIZOFRENIA DESDE A PERSPECTIVA MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA 300

4.1 A unidade dialética psicofísica humana-social 305

4.1.1 A relativa autonomia na unidade dialética 322

4.2 O SOCIAL COMO MOMENTO PREDOMINANTE 329

4.3 A DETERMINAÇÃO SOCIAL 350

4.3.1 A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO E FUNCIONAMENTO CEREBRAL 353

4.3.2 DETERMINAÇÃO SOCIAL DA ESQUIZOFRENIA 363

CONSIDERAÇÕES FINAIS 390

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 400

INTRODUÇÃO

A síntese teórica que ora apresentamos versa sobre os fundamentos ontológicos para o desvendar da determinação social da saúde mental e dos processos de adoecimento e sofrimento psíquico. Estabelecendo uma lente materialista, histórica e dialética sobre a realidade do processo de saúde mental, constituímos a desnaturalização da totalidade deste objeto, onde esmiuçamos as bases essenciais da formação da consciência[1] humana e da constituição de processos de adoecimento, observando a determinação dos aspectos sociais em sua constituição.

O exemplo da esquizofrenia, para nós, norteia os pontos nevrálgicos de uma argumentação crítica que se defronta com uma das formas mais complexas de adoecimento, portanto, dotada de múltiplas mediações e determinações, estas, por vezes, obscurecidas ou naturalizadas pela ótica da ciência burguesa e seu modelo biomédico.

A pesquisa, portanto, se origina de questionamentos diante da necessidade de processos de trabalho e da construção de possibilidades interventivas que possam dar conta da totalidade das questões das pessoas em sofrimento psíquico, bem como, busca adensar os fundamentos explicativos do processo saúde e doença, por uma leitura ontológica da ser humana e, por isso, fincando suas raízes no materialismo histórico-dialético, pensando o desenvolvimento das psicopatologias, não só a esquizofrenia, como fruto de múltiplas determinações, superando os modelos hegemônicos que tradicionalmente entendem a saúde mental ou a partir da lógica

[1] A "consciência" de que tratamos aqui e ao longo de nosso texto, não está relacionada com o conceito de "consciência" mais comumente utilizado na medicina e nas áreas da saúde para identificar se uma pessoa está em "estado de vigília", em contraponto, ao estado de "falta de consciência" que seria um estado de "coma", assim na medicina é comum se referir ao "estado de consciência" como a capacidade de reconhecer a realidade externa ou a si própria e a responder à estímulos de forma voluntária. A "consciência" a que nos referimos é um constructo da Psicologia, amplamente discutido por usas correntes teóricas, com definições muitas vezes distintas, alicerçadas nas bases ontológicas e epistemológicas de cada teoria em Psicologia. Ao longo de nossa discussão, mais especificamente nos capítulos 3 e 4, discorremos sobre o conceito de "consciência" ao qual nos referimos dentro de nossa base teórica da Psicologia Histórico-Cultural.

biomédica e biologicista ou a partir de modelos subjetivistas e mentalistas; ou quando não nega os processos de sofrimentos psíquicos, justificando serem meras abstrações conceituais que patologiza modos diferentes de existir.

Quando falamos do plano universal da sociedade moderna não é uma novidade o histórico debate acerca da determinação social e as formulações que dialogam em alguma medida com o pensamento crítico de tradição marxista. No entanto, em nosso entendimento, esse fundamento teórico não tem sido necessariamente referendado quando as reflexões se concentram nas questões da formação do indivíduo e da subjetividade.

Mesmo para autores que reivindicam os pressupostos teóricos marxistas, para discutir as questões da subjetividade e da formação da consciência humana, por vezes, eles percorrem um caminho por correntes divergentes para tal explicação. Esse posicionamento nega as diversas construções históricas sobre o âmbito da subjetividade na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético, reproduzindo a crítica rasa de que o marxismo nega a singularidade em suas reflexões.

Portanto, tomando a esquizofrenia como objeto, buscamos adensar o modelo teórico para apreensão entre os nexos internos da Determinação Social da Saúde e da constituição da consciência como um "complexo sistêmico". Assim, antes de qualquer especificidade, urge desenvolver uma explicação sobre os nexos não revelados de sua determinação social e a constatação da necessidade de adensar uma teoria sobre a formação da consciência e da subjetividade humana, a partir de uma noção de totalidade para, a partir daí, ter como pressuposto as reais e efetivas condições de desenvolvimento de tantas formas de adoecimento, entre elas a esquizofrenia.

No caso da esquizofrenia, a polissemia interpretativa, presente e passada, mesmo nas ciências burguesas, já indica a complexidade de se concentrar em tal patologia. As convenções de tendências, a descritividade sintomática e as distintas formas históricas de lidar com a esquizofrenia são fatores que só demonstram que, muito antes de apontar uma conclusão definitiva e, por tantas vezes, reducionista, quando se busca um fato biológico predominante, falta às dimensões teóricas revelar seus próprios fundamentos, observar os interesses e os limites enraizados em seus alicerces e, por fim, ter recursos mais complexos para lidar com questões efetivamente complexas

Mesmo para os referenciais críticos que tomam determinações do cotidiano e das formas de sociabilidade para analisar e explicar as raízes dos sofrimentos psíquicos expressos por quadros de depressão e ansiedade, quando o assunto é a esquizofrenia, não é incomum o recurso explicativo às correspondências anatomopaológicas ou neurofisiológicas radicadas no cérebro e mesmo genéticas. Tais interpretações, dão o tom fatalista do processo de adoecimento na esquizofrenia e reforçam a inevitabilidade do desenvolvimento da patologia, bem como, rebaixam o horizonte de seu prognóstico entendendo o quadro como crônico, incurável e apenas passível de receber cuidados medicalizando-se seus sintomas.

Portanto, ao tomarmos a teoria de Determinação Social da Saúde de Breilh (2013; 2019; 2021) e Laurell (1994), a partir de uma leitura ontológica fundamentada na Ontologia do Ser Social de Lukács(1984/2012; 1986/2013), buscamos nos refugiar na crítica ao modelo biomédico para não recairmos nos mesmos erros teórico-metodológicos que encontramos no trato com nosso objeto de pesquisa. Um trabalho referenciado no materialismo histórico e dialético, ainda que se desenvolva a partir de análise de dados bibliográficos, não deixa partir da aparência do fenômeno, buscar apreender suas determinações fundamentais, para então apontar uma nova inteligibilidade do fenômeno, sua essência. Nesse sentido, pudemos entender a Determinação Social da Saúde

como uma síntese analítica do como o processo de relação que os seres humanos e seres humanas estabelecem com a natureza, mediada pelo trabalho, na sociabilidade do capital se constitui como fator adoecedor.

Contudo, faltavam elementos que ligassem a teoria e seus conceitos à práxis profissional em saúde que desse conta de apreender a dinâmica do processo de sofrimento psíquico, sobretudo nos quadros considerados mais graves, como é o caso da esquizofrenia. A busca dessa articulação teve sempre em seu horizonte a necessária crítica e rompimento com o paradigma biomédico marcado pelo determinismo biológico do ser humano. Munida dos contributos teóricos da tradição marxista, pude entender que a construção de subjetividades numa sociedade repleta de cisões, requer entender o papel do trabalho, enquanto mediador da relação do ser humano com a natureza, na determinação do sofrimento psíquico, dessa maneira explicitando a Determinação Social da Saúde.

Só a partir dos elementos que constituem o que chamamos de "nexos internos da Determinação Social da Saúde" que podemos agora pensar como são criadas as condições de adoecimento na relação de produção e reprodução da sociabilidade do capital que, apoiada na unidade exploração-opressão, constrói as condições dadas de segregação, preconceitos e adoecimentos em geral. Entender o ser social como um ser monista, resulta que as mesmas regras de entendimento do processo de adoecimento do corpo valem para o psíquico. Nesta perspectiva, ninguém nasce com pré-disposição biológica, geneticamente herdada a desenvolver esquizofrenia, tais condições biológicas são criadas no processo de relação social.

As diversas expressões da questão social atravessam os sujeitos, demarcam seus limites e possibilidades, apresentam alternativas a partir de sua classe, raça/etnia, gênero/sexo, orientação sexual, origem e geração. Além de questões somente físico-químicas, elementos genéticos e

fisiológicos, há que se ter em conta que a imersão das pessoas em uma sociedade marcada pelo aprofundamento de relações coisificadas e de uma lógica desumanizada, efeitos do trabalho abstrato no capitalismo, mergulha a formação subjetiva nas intempéries do seu tempo histórico, demandando entender a questão da saúde mental em diferentes planos: no campo estrutural a precarização da política, dos equipamentos, dos espaços sócio-ocupacionais e das condições de trabalho para os profissionais; no campo ideológico, o avanço das novas roupagens conservadoras explicitando práticas saturadas, fortalecendo valores comprometidos com a manutenção de estereótipos e exercendo parte da função punitiva historicamente construída como substrato cultural imputado à loucura.

O presente tempo histórico potencializa as subjetividades cindidas, esgota alternativas individuais, tonifica a construção de relações interpessoais coisificadas. Da caricatura ao fetiche diante do sofrimento psíquico, a ciência, a política e o mercado reproduzem os processos centrados nos diagnósticos subsumidos à esfera individualizada, à descrição de sintomas e ao enquadramento funcionalista, processando a visibilidade epidêmica de expressões de sofrimento psíquico, mas não compreendendo a essência da sociedade que o produz e as mediações fundamentais do mesmo.

Se o ser humano foi capaz de, por meio do trabalho, projetar-se para uma nova forma ontológica na natureza, foi porque ele foi capaz de criar histórica e materialmente sua própria natureza a partir da natureza dada. Ou seja, há que se considerar que, com bases nas leis epigenéticas e da plasticidade biológica ao atuar sobre a natureza o ser humano opera um salto ontológico, saindo da condição animal para a condição histórica, na qual seu substrato biológico é suprassumido ao social. Sob tais condições, o funcionamento de sua unidade psicofísica já não poderiam mais ser reduzidos a heranças lineares da evolução das espécies com base em uma biologia determinada.

Contudo, o que temos visto nos debates públicos sobre saúde mental, sofrimento psíquico, diagnósticos e formas de tratamento, de modo geral, costumam se pautar nas noções de "adoecimento mental" dados pela Psiquiatria Hegemônica e tem se tornado uma questão cada dia mais proeminente na mídia, nos espaços políticos e no cotidiano das pessoas. Sem, em geral, debaterem que a complexidade conjuntural atravessada pelas questões econômicas, sociais e políticas atingem a condição de vida da maioria das pessoas, intensificando desigualdades e agudizando processos de sofrimento.

Campanhas governamentais e da sociedade civil explicitam a necessidade do autocuidado e a preservação da saúde, os debates sobre suicídio, depressão, autismo e tantas outras questões importantes vão protagonizando o espaço público, indicando os elementos contraditórios nesse processo. Da histórica reprodução da periculosidade da loucura ao rebaixamento dos processos de diagnóstico nas redes sociais e a banalização do uso de remédios psiquiátricos, a complexidade desse debate denuncia a necessidade de esmiuçar cientificamente os processos de sofrimento psíquico.

Enquanto se sublinha cada dia mais o tema da saúde mental na "ordem do dia", as diferentes concepções teóricas e políticas tensionam as direções do tratamento/acompanhamento em saúde mentanl, um duelo entre as formas e conteúdos humanizados, essencialmente voltados para o desvendamento dos processos sociais e a experiência dos sujeitos individuais e coletivos, e das formas de reprodução da lógica tradicional metamorfoseada que se centra em práticas manicomiais, medicalizantes e do fetiche romantizado dos diagnósticos.

Nesse contexto, ao que nos parece, prevalece as expressões de entendimentos centrados em análises biologizantes, fatalistas ou protagonizadas por princípios reducionistas de causa e efeito, sobretudo, quando falamos de psicopatologias como esquizofrenia. Numa rápida leitura de

reportagens em portais de notícia, a busca pelo “elo perdido” que explique o “todo” sedimenta tal visão.

Em matéria veiculada no dia 14 de fevereiro de 2024, o Jornal O Globo estampa "Esquizofrenia: cientistas desenvolvem exame de sangue capaz de prever risco da doença". A Matéria fala de uma pesquisa da Escola de Medicina da Universidade de Indiana - EUA, onde o neurocientista Alexander Niculescu afirma que o exame pode identificar o estágio da doença ou a predisposição genética para sua manifestação futura. A análise publicada no periódico *Nature Publishing Group*, *Molecular Psychiatry*, retrata uma análise estatística de biomarcadores sanguíneos em uma parcela de sujeitos diagnosticados, sendo observados por uma década. A reportagem diz:

> O trabalho baseia-se em pesquisas anteriores realizadas nas últimas duas décadas por Niculescu e seus colegas sobre biomarcadores sanguíneos para outros transtornos psiquiátricos (transtornos de humor, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, risco de suicídio, dor e distúrbios de memória). Niculescu disse que, em geral, o os melhores biomarcadores foram mais preditivos do que as escalas padrão usadas para avaliar alguém com alucinações ou delírios, o que significa que o uso deste teste de biomarcador pode ajudar a reduzir a subjetividade e a incerteza das avaliações psiquiátricas.(O GLOBO, 2024 Online)

O pesquisador afirma que tal busca pelos biomarcadores também pode indicar quais os remédios seriam adequados para os pacientes, enquanto elogia a eficiência dos fármacos atuais. Quando trata de elementos sociais afirma que: "O estresse e as drogas, incluindo a maconha, são fatores precipitantes num contexto de vulnerabilidade genética. Se não for controlada, a psicose leva ao acúmulo de danos biológicos, sociais e psicológicos” (O Globo, 2024).

Em outra reportagem do dia 04 de junho de 2023, realizada pela jornalista Beatrice Teizen, agora, na CNN Brasil, a relação entre a esquizofrenia e dopamina química é destacada na manchete "Cientistas descobrem conexão do hormônio da felicidade com a esquizofrenia". Os pesquisadores

do *Lieber Institute for Brain Development* (LIBD) afirmam ter evidenciado que o hormônio é fator causador de esquizofrenia:

> Por meio da exploração da expressão de genes no núcleo caudado – uma região do cérebro ligada à tomada de decisões emocionais –, os especialistas descobriram evidências físicas de que as células neuronais são incapazes de controlar com precisão os níveis de dopamina.
>
> Eles também identificaram o mecanismo genético que controla o fluxo de dopamina. Essas descobertas foram publicadas na revista "Nature Neuroscience".
>
> "Até agora, os cientistas não conseguiram decifrar se a ligação com a dopamina era um fator causal ou apenas uma forma de tratar a esquizofrenia", disse Daniel R. Weinberger, co-autor do estudo e executivo-chefe e diretor do Lieber Institute. "Temos a primeira evidência de que o hormônio é um fator causador da esquizofrenia". (CNN Brasil, 2023 Online)

A matéria ainda fala do Instituto Nacional de Saúde Mental que afirma que a esquizofrenia é uma das 15 principais causas de incapacidade em todo o mundo, para dar ênfase aos avanços científicos em torno das descobertas genéticas e do avanço dos tratamentos farmacêuticos.

A Veja Saúde fala em desvendar a esquizofrenia e diz que ela afeta cerca de 24 milhões de pessoas no mundo, descrevendo os sintomas e os estigmas, termina o texto anunciando o medicamento "BI 425509" que, ao atuar numa proteína localizada na membrana dos neurônios foi reconhecida pela agência reguladora estadunidense (*Food an Drug Administration* - FDA) como um avanço substantivo no tratamento.

Em notícia veiculada pela Agência Senado, a audiência pública sobre o PL 3.202/2019, que trata de um dia nacional de alerta para a esquizofrenia, no dia 28 de maio, numa alusão ao trabalho do psiquiatra francês o psiquiatra Philippe Pinel, um conjunto formado por especialistas da área médica destacam o número de um milhão de brasileiro atingidos pela doença, a diminuição de 15 anos na expectativa de vidas deles, além do tratamento ser o mais caro no custeio de questões da saúde mental no Sistema Único de Saúde. Sob um discurso que alegava esclarecer os reais sintomas

da esquizofrenia, médicos detalharam suas características e afirmavam a necessidade de sensibilizar a sociedade:

> Nas palavras do presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Antônio Geraldo da Silva, a esquizofrenia é uma doença grave que vitimiza todos à volta e um fator bastante presente nos índices de suicídio. Ele disse que, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, 10,6% das pessoas que morreram por suicídio foram diagnosticadas com esquizofrenia e não tratadas, ou tratadas de forma inadequada.
>
> A esquizofrenia está associada com aumento de dez vezes do risco de morte por suicídio, e 50% dos pacientes esquizofrênicos podem tentar o suicídio em algum ponto do curso da doença, sendo mais comum durante os anos iniciais — apontou Antônio Silva. (Agência Senado, 2019, Online)

Ao abrirmos o site oficial da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), de fato, a esquizofrenia concentra forte atenção com vídeos, textos e constante ofertas de cursos de atualização,por exemplo: o "IX Curso ABP/WPA de Esquizofrenia", ofertado para maio de 2024, constitui temáticas como: Tratamento para sintomas negativos; Estados mentais de risco para psicose; Sintomas ansiosos e quadros psicóticos; combinações de antipsicóticos. Além desses temas, abordagens como: “Maconha é um risco para esquizofrenia?” “Bispo do Rosário: os limites entre a arte e psicopatologia”; “Quando a esquizofrenia e a psiquiatria forense se encontram? Consciência incorporada: o corpo fala!”.

A concentração da gênese e do desenvolvimento circunscrito ao processo fisiológico e ao tratamento médico é uma tendência nas abordagens. O passeio pelas publicações hegemônicas continua a jornada em busca da identificação das dimensões fisiológicas para a patologia. O elemento mais comum é o protagonismo ou quase a exclusividade da psiquiatria como a área de entendimento da questão.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 despeja os principais sintomas como “delírios, alucinações, discurso desorganizado, comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico e sintomas negativos”, anunciando também as características e os

processos mais comuns de seus manifestações, por meio de um quadro de ritmo e intensidade dos episódios.

> Os sintomas característicos da esquizofrenia envolvem uma gama de disfunções cognitivas, comportamentais e emocionais, mas nenhum sintoma é patognomônico do transtorno. O diagnóstico envolve o reconhecimento de um conjunto de sinais e sintomas associados a um funcionamento profissional ou social prejudicado. Indivíduos com o transtorno apresentarão variações substanciais na maior parte das características, uma vez que a esquizofrenia é uma síndrome clínica heterogênea.
>
> Pelo menos dois sintomas do Critério A devem estar presentes durante parte significativa do tempo em um mês ou mais. Pelo menos um desses sintomas deve ser a presença clara de delírios (Critério A1), alucinações (Critério A2) ou discurso desorganizado (Critério A3). Comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico (Critério A4)e sintomas negativos (Critério A5) podem também estar presentes. Nas situações em que ocorre remissão dos sintomas da fase ativa em um mês em resposta ao tratamento, o Critério A ainda é satisfeito se o médico avalia que eles teriam persistido na ausência de tratamento. (p.100).

A balança e a régua vão atribuindo pesos e medidas do processo de crise, considerando meses (pelo menos seis meses, sendo pelo menos com a fase ativa se sintomas), interlocuções com outros diagnósticos, histórico família, uso de substâncias, além de observação da quantidade de episódios, se múltiplos, com remissão parcial ou completa.

> A esquizofrenia envolve prejuízo em uma ou mais das principais áreas do funcionamento (Critério B). Se a perturbação iniciar na infância ou na adolescência, o nível esperado de funcionamento não é alcançado. A comparação do indivíduo com os irmãos não afetados pode ajudar. A disfunção persiste por período substancial durante o curso do transtorno e não parece ser um resultado direto de uma única característica. A avolia (i.e., disposição reduzida para manter comportamento voltado a metas; Critério A5) está ligada à disfunção social descrita no Critério B. Há também fortes evidências de relação entre prejuízo cognitivo (ver a seção “Características Associadas que Apoiam o Diagnóstico” para esse transtorno) e prejuízo funcional em indivíduos com esquizofrenia. (p100-101)

O processo descritivo perpassa pela observação de crenças incomuns, por sintomas de humor, afeto inadequado, perturbação no sono, déficits cognitivos, etc. O documento fala de uma prevalência entre e 0,3 a 0,7%, com diferenças com fatos de raça, além de demarcar questões de gênero, ambientais e culturais em seus recortes estatísticos. Crianças que vivem em ambiente

urbana e de grupos étnicos minoritários, episódios aparecendo no fim do inverno e início da primavera em alguns lugares e o verão, para doenças com déficits. Tal conjunto de fatores apresentados sem nenhum processo de mais detalhamento, ganha destaque ao tratar de questões genéticas e fisiológicas:

> Existe forte contribuição dos fatores genéticos na determinação do risco para esquizofrenia, embora a maioria dos indivíduos com diagnóstico do transtorno não tenha história familiar de psicose. Essa tendência é atribuída a um espectro de alelos de risco, comuns e raros, com cada um contribuindo somente com uma pequena parcela para a variância total da população. Os alelos de risco identificados até agora são também associados a outros transtornos mentais, incluindo transtorno bipolar, depressão e transtorno do espectro autista. Complicações na gestação e no nascimento, com hipoxia, e idade avançada dos pais estão associadas a maior risco de esquizofrenia para o feto. Além disso, outras adversidades no pré-natal e no perinatal, incluindo estresse, infecções, desnutrição, diabetes materno e outras condições médicas, têm ligação com a esquizofrenia. A grande maioria dos bebês com esses fatores de risco, entretanto, não desenvolve a doença. (p.103)

A observação de questões funcionais na vida social aparece como a demonstração da dificuldade de manutenção do emprego, onde os sujeitos geralmente têm postos de trabalhos piores que os dos pais, além do fato de que homens costumam não casar e têm contatos sociais limitados ao círculo familiar. Qualquer análise rápida sobre estas últimas afirmações e elaborada sobre todas as outras, pode pormenorizar elementos críticos e desenvolver possibilidades de motivações, mediações e determinações que complexificam tais constatações.

Em que pese tantas certezas na ciência hegemônica na concentração dos fatores fisiológicos, os debates nesse campo persistem. No periódico científico "Revista Brasileira de Psiquiatria", Elkis (2000) afirma que o entendimento da esquizofrenia na atualidade sofreu muitas transformações, dividindo tendências em três períodos: o primeiro Kraepelin, Bleuler e Scheider, o segundo, denominado de Período de Expansão Conceitual e, por fim, o terceiro, sendo o Período de Restrição do Conceito, concluindo que:

> Diferentemente do que ocorre com o conceito de depressão, que é relativamente homogêneo ou monotético, a dificuldade do conceito de esquizofrenia reside no fato de que ele é um conceito politético, heterogêneo, que alberga outros subconceitos, às vezes conflitantes entre si.17,5 Talvez por essa razão, Hoenig, que traduziu a "Psicopatologia geral" de Karl Jaspers para o inglês, tenha afirmado que o capítulo final da história do conceito de esquizofrenia ainda não foi escrito,1 o que se espera poder acontecer no próximo século. (ELKIS ,2000, p.25)

A observação descritiva em torno do "Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos" segue o curso de causas e efeitos, próprios da tradição alienista, construindo uma base sob tendências estatísticas, associadas ao estudo de elementos fisiológicos, geralmente focados nas alterações cerebral e na busca por fatores genéticos. A concentração aparentemente objetiva no transtorno rebaixa a riqueza de determinações que constituem cada processo ali afirmado. Esta atualidade de uma conformação da ciência centrada no positivismo, na ótica quantitativa e de exposição das tendências aparentes é uma tônica da hegemonia histórica do modelo biomédico.

Buscando uma dimensão mais profunda, os debates sobre determinação social da saúde são recuperados no âmbito da saúde mental a fim de demonstrar um caráter rigoroso quanto às dimensões estruturais e suas mediações no que tange às expressões e manifestações cotidianas dos antagonismos socioeconômicos e culturais. É assim que diversas pesquisas, como Leão (2014), têm retratado questões do adoecimento mental e do aumento do sofrimento psíquico com dimensões do processo de trabalho e suas condições de precarização aprofundadas nas últimas décadas de reestruturação produtiva diante da crise do capital.

Nessa direção, o desvendamento dos impactos do ciclo produtivo do agronegócio e sua forma de exploração da força de trabalho e devastação do ambiente para a saúde mental das/dos trabalhadoras/es e população que vive em territórios próximos das áreas rurais tem sido objeto de análise em diversos estudos que evidenciam a correlação com do uso de agrotóxicos com o

aumento do adoecimento, sobretudo com os casos de depressão e suicídio, como apontado por Neves (2021) e vem amplamente sendo discutido no Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador/a - NEAST da UFMT.

Diante dessas questões, buscando uma síntese crítica em torno do processo de sofrimento psíquico, diagnóstico e tratamento, diversos autores da psicologia histórico-cultural têm buscado pensar a esquizofrenia, observando-a como uma dimensão historicamente determinada. Como por exemplo, os estudos de Almeida (2018); Almeida, Carvalho e Tuleski (2019); Tuleski (2019); SILVA (2019 e 2022) Penteado e Tuleski (2023).

Esse esforço teórico-metodológico que desnaturaliza não somente a esquizofrênica, mas apresenta a necessidade de questionar a hegemonia científica do modelo biomédico, apresenta um leque de alternativas importantes para o desvendamento da esquizofrenia. Ao mesmo tempo, nos impõe uma tarefa necessária de constituir uma síntese dos fundamentos materiais, históricos e sociais da formação da consciência humana, evidenciando o caráter ontológico deste ser para constituir uma base de sustentação das dimensões particulares do processo de saúde e doença do ser social, sujeito essencialmente distinto de outros seres.

O texto que apresentamos aqui é a sistematização teórico de nosso trabalho de pesquisa delineando os fundamentos de nossa tese sobre determinação social da esquizofrenia. Buscamos demonstrar como é passível do corpo biológico se transformar ao longo de nossa vida, que a expressão ou anulação gênicas, por exemplo, é consequência do biológico suprassumido ao social. Além disso, no que tange os processos da unidade consciência-cérebro, buscamos ratificar as noções pavlovianas do funcionamento cerebral por estímulo externo a partir da leitura marxista que Luria e Vygotski fazem da obra de Pavlov, abrindo caminhos para as rupturas necessárias com

o modelo hegemonicamente dado para o diagnóstico, compreensão, tratamento e acompanhamento de pessoas com esquizofrenia.

Neste processo de investigação científica pautado numa construção teórico-metodológica de totalidade, interessou-nos observar aquilo que é hegemonicamente circunscrito como patologia (especialmente no trato da esquizofrenia). Falamos, inclusive, daquilo que se naturaliza como próprio do adoecimento, mas que é consequência das formas, dos meios e dos conteúdos deletérios de tratamentos (como no âmbito manicomial e na hegemonia medicalizante). Também nos é caro considerar aquilo que não é revelado na descrição quantitativa e estatística dos sintomas, no que se releva, no que se supera e no que se reinventa nas estratégias cotidianas de lidar com os processos de adoecimento.

Por isso, esta empreitada teórica dialoga com as formulações aqui apresentadas nos próximos capítulos, objetivando colaborar com a sedimentação de uma concretude crítica sobre a saúde mental, aprofundando os recursos para a explicação da gênese, do desenvolvimento e das formas de tratamento das psicopatologias, ao mesmo tempo que evidencia a necessidade de uma construção mais ampla que assuma uma responsabilidade estrutural da superação da sociabilidade desumanizadora a fim de criar condições de desenvolvimento de formações subjetivas diversas, plenamente capazes de desenvolver sua potencialidade, concretizar suas condições sem as amarras da alienação da unidade exploração-opressão e das barreiras naturalizadoras da ciência pautada pela forma mercadoria.

Assim, dividimos nosso trabalho em que na primeira parte segue uma análise da teoria kraepeliniana, de seus fundamentos teórico-metodológicos e de seus ideais políticos-ideológicos. Para tanto, adentramos o chão da história do contexto social em que Kraepelin produziu sua teoria entre o final do século XIX e início do século XX: o qual coincide com a denominada primeira

crise do capital, cujos desdobramentos na Alemanha, país de Kraepelin, assume características proto-nazistas. Enquanto Kraepelin desenvolvia suas pesquisas baseado na Psicologia Científica de Wundt, escrevia e defendia o retorno ao projeto do Império Alemão no III-Reich, conformando os ideais eugênicos e higienista no controle da população e ao melhoramento genético da raça humana pelo extermínio ou esterilização das pessoas consideradas ameaças à degeneração da raça. Política de saúde defendida por Kraepelin (1908/2007) nos últimos anos de sua vida e que se consolida, após a Primeira Guerra Mundial, com o surgimento do estado nazista numa política de saúde nacional na Alemanha.

Nossa análise buscou demonstrar a imbricada relação estabelecida entre as bases teórico-metodológicas e os ideais políticos-ideológicos para a conformação da teoria de Kraepelin cujas raízes sustentam as práticas psiquiátricas hegemônicas até os dias atuais e estão representadas nos manuais diagnósticos da Associação Americana de Psiquiatria. Tais diretrizes conformaram no Ocidente, um modo de se atuar na Saúde Mental baseado no diagnóstico, no modelo biomédico, na classificação diagnóstica em grupos de sintomas que compõem determinada nosologia.

Posteriormente, no segundo capítulo, apresentamos uma análise crítica materialista histórica e dialética do modelo biomédico. Buscamos demonstrar as possibilidades de ruptura radical com este modelo para se pensar o processo de saúde, desvelando os nexos internos da Determinação Social da Saúde: a epigenética, a plasticidade biológica, o biológico suprassumido e "a vivência" e a sociabilidade. Apresentamos, ao final doo segundo capítulo, como este fundamento pode iluminar as compreensões dos processos de sofrimento psíquicos, sobretudo, desvendar o desenvolvimento da esquizofrenia enquanto determinação social.

No terceiro capítulo apresentamos as observações de Vygotski (1930/2023a; 1932/2006; 1933/2023a; 1934/1998; 1934/2015 sobre a esquizofrenia, entendida como um processo análogo a

um processo regressivo no desenvolvimento. No entanto, a discussão que vimos traçando, baseadas no materialismo histórico e dialético e na ontologia do ser social, nos fez refutar essa noção de Vygotski de entender a esquizofrenia como processo regressivo, de modo que buscamos no próprio arcabouço teórico vygotskiano, demonstrar a incoerência dessa noção.

Para tecer nossa crítica a forma como Vygotski apresenta suas observações acerca da esquizofrenia, buscamos aporte na própria lógica dialética, demonstrando que não há possibilidade de se pensar a esquizofrenia como um processo de regressão nas formas de pensamento, uma volta a fases anteriores, sob pena de recairmos em uma visão estruturalismo do desenvolvimento psicológico. Contudo, não deixamos de seguir a suposição fundamental que Vygotski (1932/2022) nos deixou sobre a esquizofrenia ser uma patologia dos ápices e não das profundezas do psiquismo. Para o autor denomina os ápices do psiquismo se configuram pelo desenvolvimento das funções psicológicas superiores que, organizadas em sistemas psicológicos, conformam a consciência humana, então, trilhando o caminho das indicações vygotskianas, entendemos "a esquizofrenia" como um processo de alteração da consciência.

Assim, analisando a teoria vygotskiana e de Luria do desenvolvimento e funcionamento do cérebro, apontamos para a constituição da unidade consciência-cérebro. Entendo esta como unidade dialética, em que a consciência é o momento preponderante, invertendo a noção vygotskiana de que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se daria seguindo a lei do desenvolvimento dos centros cerebrais. Pois, pelo princípio dialético do momento preponderante, entendendo a consciência como preponderante na unidade que forma com o cérebro e o substrato biológico suprassumido ao social, apontamos para a noção de que é o desenvolvimento cerebral que está subordinado às leis de desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Além disso, a partir da noção de relativa independência dos elementos da unidade dialética e dos escritos de Luria (1966) e Luria e Leontiev (1956), discutimos como os processos de alteração do funcionamento da consciência podem não apresentar correspondências morfológicas no cérebro. Apontando assim, para a perspectiva de se pensar a esquizofrenia como um processo de alteração da consciência, a partir das mudanças nos nexos entre as funções psicológicas superiores.

Os textos e os relatos de pesquisas de Zeigarnik (1967) e Poliakov (1969) representam importantes aportes a crítica que tecemos à noção vygotskiana sobre o processo regressivo na esquizofrenia, bem como, iluminaram os caminhos que trilhamos para a elaboração de nossa tese. As pesquisas de Zeigarnik demonstraram que as pessoas com esquizofrenia não perdiam as capacidades adquiridas com o desenvolvimento do pensamento conceitual, como por exemplo elaborar novos conceitos, mas sim o fazia de forma distinta ao que se esperava que fizesse ou ao que é comum.

Nas descrições de sua pesquisa com pessoas com esquizofrenia Zeigarnik (1967) aponta para o processo de criação de conceitos a partir de elementos oriundos não de relações concretas entre os objetos, mas sim de relações e contextos criados, como que elaborassem uma história, um enredo peculiar para a relação entre os objetos em um mesmo conceito. O que, para nós, aponta para um processo imaginativo que cria aspectos fantasiados ou fictícios da realidade, para apreender dos objetos entre si e, consequentemente, significa uma alteração na forma de apreender a própria realidade.

Como apontamos, este processo de alteração da consciência que se dá no desenvolvimento da esquizofrenia não ocorre por um ou outro fator apenas, mas pela conjunção de diversos fatores que culminam no processo de adoecimento cujo núcleo central está na vivência da pessoa, em sua sociabilidade e nos processos de produção e reprodução da vida na sociedade do capital.

Trouxemos referências que apontam indícios de que as vivências de opressão, de falta de condições básicas de vida, de difícil acesso a bens e serviços são fatores que podem elevar o índice de desenvolvimento de esquizofrenia, corroborando com nossa discussão da determinação social da esquizofrenia.

Neste sentido, por fim, buscamos apontar como esses processos de vivência engendram-se e se corporificam em cada pessoas, por vezes, manifestando-se como patologia. Apoiadas na apreensão dos nexos internos da Determinação Social da Esquizofrenia, apontamos para formas de atuação profissional que visem a reabilitação dos sujeitos em sofrimento psíquico, sem que tenham suas subjetividades capturadas pela lógica mercantilista da patologização de questões inerentes ao desenvolvimento humano, das soluções rápidas das pílulas mágicas ou da identidade e centralidade do diagnóstico.

A poesia (e o poeta) que abre essa tese sempre me acompanhou, desde a graduação quando almejava estudar a questão da linguagem e da constituição do psiquismo. Como somos seres capazes de criar significados e estes nos constituírem de alguma forma, fazer parte de nossas ações, pensamento, de nosso juízo, constituir nossa personalidade. Já no mestrado, quando investigava as questões da imaginação, essa poesia se apresentava como a possibilidade da subversão da lógica, do poder da criação a partir do que já existia e o "delírio" cotidiano dos arranjos da unidade imaginação-criação. Como podiam os poetas, as crianças e "os loucos" criarem sentidos na desfuncionalização? Como podia emergir do que já existe algo novo? Essa era a indagação que eu buscava responder, atentando para como esta capacidade de imaginar e criar nos era inerente enquanto seres humanas para agir e transformar o mundo.

Se lá elevei essa capacidade à uma instância ontológica, depois entendi que a imaginação e criação enquanto sistema psicológico constitui a consciência humana, faz parte de seu nexo interno

originado no trabalho e na sociabilidade humana. A capacidade de criar e recriar é parte constituinte de nossa humanidade e ao final daquela dissertação, apontamos para como esse entendimento sobre imaginação e criação poderia nos auxiliar a desvelar os meandros do funcionamento do processo de desenvolvimento da esquizofrenia.

Aqui, buscamos trilhar o caminho indicado naquele trabalho, aprofundando nosso entendimento sobre a capacidade humana de fazer o verbo pegar delírio.

"O delírio do verbo" na voz da criança que o desfuncionaliza tentando operacionalizar sua fala e guiar sua ação. Experimentando as reações de quem ouve com estranheza aquele desencaixe da palavra. Aqui, ela não sabe o jeito certo de usar as palavras, desliza nos significados e cria, sem saber, poesias no delírio de seu verbo. Ela vai aprendendo as regras do mundo e dos verbos, de seus lugares e sentidos.

Na poesia, já enfatiza Manoel de Barros, o delírio é preciso, é consciente e direcionado. Se as palavras se disfuncionalizam pra criar outros sentidos ou multiplicá-los é ato intencional de quem quebra a regra conhecida, abre uma fresta na ordinária lógica do dia-a-dia e nos convida aos avessos das coisas, das palavras.

Já no delírio, do sofrimento psíquico, o verbo delira porque não se pode não delirar, o cotidiano mastigado, incorporado e quebrado perdeu sua lógica e nada mais tem o mesmo sentido. O verbo aqui, é verdade, também delira, mas delira de insustentável que se possa ter tornado a realidade, pois, os sentidos já foram tantas e repetidas vezes quebrados à revelia que não se pode mais deixar de delirar. Por vezes, esse delírio também é poético, artístico, excêntrico, mas não deixa de ser sofrimento encarnado.

No delírio do verbo no início, seu uso ordinário ainda não é conhecido, na voz do poeta é intencional e na manifestação da esquizofrenia é incontrolável. Se o poeta faz arte com o verbo

infantil; no sofrimento psíquico, no adoecimento e na patologização não há beleza nas construções que aplicam as construções que aplicam as condições desses processos. Se na práxis artística a fantasia é um recurso consciente, o verbo que delira na esquizofrenia exige que busquemos suas raízes materiais, suas razões, desrazões e determinações.

Na vida da arte e na arte da vida, aparência, ainda que posa ser semelhante, esconde a essência e a gênese do fenômeno manifesto. Quando "os delírios são experiências com coisas reais" é necessário que a teoria seja expressão do real, concreto pensado, síntese profunda.

Por isso não é possível se limitar a buscar o elemento criativo dentro de um delírio em decorrência do sofrimento psíquico, mas é possível enxergar a arte no delírio de quem o manifesta em decorrência de um sofrimento psíquico como a esquizofrenia. Só que precisamos ir além; é necessário não romantizar as manifestações de sofrimento psíquico, porque isso não é antônimo de discriminação.

É importante reconhecer a pessoa que manifesta sintomas de esquizofrenia como alguém em sofrimento e entender os meandros do processo de alteração da consciência na esquizofrenia, seu funcionamento e sua estruturação é ajudar a quem está em sofrimento a reduzir os danos que isso pode causar em sua vida. Eis o que cabe às ciências, desvelar os aspectos de funcionamento e os emaranhados dos nós das aparências fenomênicas, seguir os fios que originam sua expressão até entender sua lógica e organização buscando formas de reduzir os danos que aquele sofrimento possa causar à quem o manifesta como adoecimento.

Nem sempre fazer ciência é arte, nem é romantizar a expressão fenomênicas, às vezes é a dureza do desembaraçar fios que vão sendo cobertos pelo amálgama ideológico, cultural, histórico e senso comum. É desvelar processos de difícil digestão em discursos um pouco entediantes e aparentemente repetitivos, mas que se propõem a desvendar os processos de como funcionam os

fenômenos. É traçar uma lógica no caos dos bastidores, tendo ciência da finalidade do ato, entender como os processos se emaranham para chegar àquele fim que vemos expressos em sintomas.

Foi o que busquei nesse trabalho, desvendar os enlaces funcionais que se expressam na alteração da consciência na esquizofrenia. Mas não sem antes, desvelar os fundamentos ontológicos pelo quais se encarnam os processos de adoecimento das pessoas com esquizofrenia partir de sua vivência.

Capítulo 1. Emil Kraepelin e o Desenvolvimento da Psiquiatria Moderna[2]

Contar o desenvolvimento da Psiquiatria Moderna a partir dos estudos de Emil Kraepelin se revelou uma tarefa mais difícil do que esperávamos nesse momento, primeiro porque, certas de que o debate no campo da Saúde Mental sobre o paradigma kraepeliniano não é algo novo, pois, a chamada "crise do paradigma kraepeliniano" na década 1970 na Psiquiatria com ecos na Itália com Franco Basaglia, nos Estados Unidos com Thomas Szasz, no Brasil com Paulo Amarante (apenas para citar alguns exemplos) se propuseram não apenas à crítica ao modelo kraepeliniano, mas um rompimento com essa forma de se fazer psiquiatria por seus limites de compreensão do fenômeno alicerçada no modelo biomédico, bem como, por atribuir à Kraepelin as formas de torturas em manicômios que eram denominadas "tratamento". Além disso, o movimento crítico à forma hegemônica de psiquiatria, contava com a participação de usuárias e usuários que reivindicavam, naquele momento, serem compreendidas/os como seres humanos em sua totalidade e não pessoas reduzidas aos diagnósticos médicos calcados na nosografia kraepeliniana.

Nesse sentido, sabíamos que um estudo crítico ao modelo kraepeliniano não era algo original e, por isso, esperávamos encontrar não apenas materiais críticos ao seu legado, mas certos consensos e conhecimento sobre a obra do autor que, ao nosso ver, já estavam consolidados seja por um debate crítico seja por um debate que o defenda como o criador da Psiquiatria Moderna. Então, recorremos aos livros de história da Psiquiatria e história da Psicologia para organizarmos uma apresentação sobre seu legado para que pudéssemos analisar sua obra e junto com outros comentadores críticos, tecer a nossa crítica a esse modelo.

[2] Parte deste texto está publicado na Revista Alternativas Cubanas em Psicología: FURTADO, V.C. **Análise Onto-Histórica do Modelo Kraepeliniano de Diagnóstico e Classificação dos Transtornos Mentais**. Vol. 10 n. 30/2022.

Nesses caminhos de pesquisa, encontramos um livro de memórias, uma autobiografia, cujos arquivos foram encontrados no laboratório de Leipzig (hoje Instituto Max-Planck), escritos à mão pelo próprio Kraepelin. Esse livro foi publicado em Munique em 1976 (traduzida para o inglês em 1987 e reimpresso em 2011), por ocasião da celebração dos 50 anos da morte de Kraepelin. Esta autobiografia se tornou uma importante aliada em nossos caminhos de pesquisa.

Aventuramo-nos, pois, na ideia de lermos a história de vida do autor, contada por sua própria narrativa, ao passo que íamos avançando nas buscas de materiais acerca do seu legado científico. Contudo, qual não foi a nossa surpresa ao constatarmos que, os escritos autobiográficos diferiam consideravelmente dos conteúdos encontrados nos textos pesquisados. As diferenças iam desde as afirmações equivocadas (que serão oportunamente apontadas ao longo deste capítulo) sobre a conduta clínica de Kraepelin e seus fundamentos teórico-metodológicos; à pouca importância e, até mesmo, o ocultamento, da principal referência de todo trabalho de pesquisa e atuação profissional de Kraepelin. Essa referência foi o eminente Psicólogo Wilhelm Wundt (1832-1920) e a sua Psicologia Experimental.

A negação sobre a relação de Kraepelin e Wuntd na história da Psiquiatria é, no mínimo, curiosa, pois, nos primeiros textos consultados, quando encontramos as referências à Wundt no trabalho de Kraepelin, não há mais detalhes sobre tal influência e, pode soar como algo passageiro ou apenas formativo do jovem estudante aspirante à psiquiatra que por acaso teve Wundt como seu professor, por exemplo, Pereira (2001) que descreve a importância que o curto período de estágio com Wundt teve na formação de Kraepelin, mas como algo que fez parte daquele momento de sua formação e não de uma relação que ambos os autores estabeleceram ao longo de suas vidas.

Outros autores, apontam Wundt no rol das várias influências que o trabalho de Kraepelin apresenta, como é o caso de Berrious e Hauser (2013), sem uma ênfase maior à Wundt. Em outros

textos consultados que se propõem a realizar uma análise crítica da obra de Kraepelin, como Câmara (2007) e Caponi (2011; 2012), não foram encontradas referências sobre essa relação entre Wundt e Kraepelin.

Os exemplos que trazemos aqui pela forma como as influências wundtianas foram ou são tratadas ao longo do desenvolvimento das ideias de Kraepelin servem não apenas para enfatizar que uma parte importante dos fundamentos do modelo de Kraepelin se perde ao não reconhecer a importância de Wundt e sua obra, mas também, para demonstrar que apesar de transcorridos mais de cinquenta anos desde "a proclamação" da crise do modelo kraepeliniano, na década de 1970, pouco foi encontrado sobre discussões que adensassem uma análise crítica sobre seus fundamentos teórico-metodológicos. O que, para nós, é essencial para entendermos a lógica dos procedimentos kraepelinianos e podermos identificar e afirmar que nas práticas psiquiátricas hegemônicas atuais ainda se nota a presença dos fundamentos de Kraepelin, para então tecermos uma crítica radical a essas práticas em direção ao rompimento e novas formas de se fazer Saúde Mental.

E, como estamos enfatizando a influência de Wundt na obra de Kraepelin, é justamente por este tópico que queremos iniciar nossa análise, baseadas no material que pudemos acessar[3], tanto a partir de sua autobiografia, como por passagens, apontamentos e citações, em livros de história da psiquiatria, da psicologia e artigos científicos consultados, que foram se somando aos relatos de Kraepelin sobre sua amizade com Wundt. Também foram de especial contribuição o trabalho de

[3] Os textos de Eric Engstrom foram os que mais nos trouxeram elementos sobre as influências da obra wundtiana nos trabalhos de Kraepelin. Há um livro em especial que detalha melhor a relação de ambos e a troca de ideias e saberes entre ambos do autor alemão Holger Steinberg: *Der Briefwechsel zwischenWilhelmWundt und Emil Kraepelin: Zeugnis einer jahrzehntelangen Freundschaft* (A correspondência entre Wilhelm Wundt e Emil Kraepelin: testemunho de uma amizade de décadas - livre tradução nossa). Infelizmente, não pude encontrar o livro para venda na internet, embora o prof. Saulo F. Araújo (a quem agradeço a ajuda) tenha, gentilmente, me oferecido o empréstimo do volume que ele possuía, eu não domino a língua alemã para realizar uma análise do conteúdo deste livro e ele não está disponível em outras línguas. O que pudemos fazer foi acessar artigos de Steinberg e Engstrom nos quais continham algumas informações do livro e os citaremos quando oportuno.

pesquisa de Eric Engstrom, tradutor dos textos originais de Kraepelin e pesquisador que tem se dedicado a estudar a vida e obra do autor, quem nunca se furtou em apontar e demonstrar as influências da Psicologia Experimental na Psiquiatria de Kraepelin. Além de Engstrom (1991; 2005; 2007), Engstrom e Kendler (2015), Engstrom e Weber (2007), outros textos de Müller, Fletcher e Steinberg (2006); Steinberg e Angermeyer (2002); Steinberg e Himmerich (2011) e Steinberg (2015) onde os autores apresentam partes das cartas trocadas entre Kraepelin e Wundt traduzidas para o inglês e de materiais sobre Kraepelin que constam nos arquivos do Instituo Max Planck.

A busca por aprofundar as influências de Wundt no referencial kraepeliniano se revelou como fonte importante de análise para desfazermos alguns equívocos de interpretação sobre o modelo kraepeliniano, como por exemplo a ideia de que Kraepelin seria um defensor de uma Psiquiatria focada na correspondência anatomopatológica cerebral, o que, como veremos, não é verdade, na medida em que ele era um ferrenho crítico da correspondência e mesmo da identidade entre Psiquiatria e a Neurologia. Afirmações equivocadas como essa têm sido desmentidas pelos estudiosos de Kraepelin citados acima e, vem servindo de base para que eles criticarem os críticos do modelo kraepeliniano e demonstrarem a relevância e atualidade das pesquisas de Kraepelin a partir do conhecimento de seus originais e tributando às traduções equivocadas, incompletas o erro na análise da obra de Kraepelin e por isso a crítica ao seu paradigma. Além de apontarem que seus detratores se apoiam mais em seu posicionamento político ideológico nas décadas de 1910-1920, quando ele se aproxima do movimento eugênico (o que os historiadores de Kraepelin não negam), do que em seus fundamentos teórico-metodológicos.

Esse movimento de resgate de Kraepelin, de seus textos originais e contextos históricos e sociais de sua obra tem servido também para apontar as limitações também dos chamados neo-

kraepelinianos na retomada da nosografia kraepeliniana na produção do DSM – III, mas ao mesmo tempo de reforçar suas bases e importância para o modelo diagnóstico atual, incluindo as versões do DSM, como buscamos demonstrar no subitem 1.2 deste capítulo. Embora os autores não neguem as influências das ideais kraepelinianas nos manuais da APA, apontam seus limites interpretativos e as outras possíveis influências de Kraepelin na Psiquiatria hegemônica atual.

Por isso, no capítulo que se segue, buscamos desenvolver uma análise onto-história das principais teorias que ainda hoje são basilares para a pesquisa sobre a etiologia e diagnóstico e o desenvolvimento de tecnologias e técnicas de cuidado com pessoas com esquizofrenia. Desta forma, iniciamos nossa análise pelo teórico, talvez mais importante nos últimos século sobre o tema: Emil Kraepelin. Buscamos em seus textos originais, em seus comentadores e críticos, na análise de sua realidade social e histórica numa Alemanha em processo de transformação política e social no final do século XIX, para apreender não apenas os caminhos de sua pesquisa como também de sua atuação profissional e valores morais e sociais constituintes de sua teoria.

O que apresentamos no capítulo a seguir é uma análise ontológica sobre a principal teoria eu embasa o pensamento e o fazer da psiquiatria hegemônica, desvelando seu caráter ideológico, apontando seus limites ante ao fenômeno, buscando construir (a partir do capítulo 2) com os avanços (quando houveram) dessa teoria, a partir da Ontologia do Ser Social e Determinação Social da Saúde e de seus nexos internos (epigenética, plasticidade biológica, subsunção do biológico humano e reprodução social) construir os fundamentos para uma apreensão da dinâmica e estrutura da esquizofrenia enquanto expressão dessa sociedade que se constitui e se sustenta, em suas formas de produção e reprodução da vida, na lógica da desigualdade que mantém a exploração-opressão de pessoas consideradas com menos valor.

Para nós, fato é que depois de ler a autobiografia de Kraepelin, entendemos, pois, que nos seria impossível iniciarmos a análise crítica ao paradigma kraepeliniano sem associá-lo à Wundt, sem apontar as bases da Psicologia Experimental na Psiquiatria. Por isso, nossa análise, em diversos momentos, se estenderá aos fundamentos teórico-metodológicos de Wundt porque foram, justamente, esses fundamentos que nos possibilitaram a identificar os equívocos das críticas à Kraepelin, bem como, desenvolver nossa crítica ao modelo kraepeliniano que, mesmo rejeitando a correspondência anatomopalógica no cérebro das manifestação dos sofrimentos psíquicos, não deixa de ser uma Psiquiatria baseada no modelo biomédico, entendendo o desenvolvimento dos sofrimentos psíquicos como naturais, hereditários e cuja classificação nosográfica tem servido às pesquisas genômicas na atualidade.

Por outro lado, iniciar nossa análise pela relação entre os dois teóricos é uma opção condizente com a atitude de admiração e respeito que Kraepelin sempre nutriu por Wundt, mesmo antes de se tornar psiquiatra.

1.1 Da Psicologia Experimental como Fundamento da Teoria Kraepeliniana: A Amizade entre Kraepelin e Wundt

O jovem Emil Kraepelin, sob influência de um amigo de sua família que era médico, Dr. Louis Krueger, escolheu se tornar oftalmologista, passando a acompanhar Krueger em sua clínica e ao ter acesso aos compêndios de medicina. Foi assim que o aspirante à médico leu uma palestra do Dr. Wundt sobre a alma humana e dos animais e a partir daí seus interesses se voltaram para a psiquiatria, mais especificamente para o trabalho de Wundt.

Como o próprio Kraepelin (2011) conta:

> (...) onde encontrei pela primeira vez as palestras de Wundt sobre as almas de humanos e animais. Não os entendi direito, mas achei-os imensamente interessantes, especialmente porque meu irmão valorizava particularmente a obra de Wundt. Embora originalmente

> tivesse pensado em ser oftalmologista, com base em considerações humanas, durante os últimos anos na escola meu interesse por questões psicológicas tornou-se cada vez mais evidente. Por isso, registrei meus sonhos e estudei suas origens. Contei ao Dr. Krueger sobre minha intenção e seguindo seu conselho, decidi me tornar psiquiatra, pois parecia ser a única possibilidade de conciliar o trabalho psicológico com uma profissão remunerada. (p. nd. – versão Epub – tradução nossa)

Kraepelin iniciou seus estudos em medicina na universidade de Leipzig, frequentou as aulas de Emminghaus, visitava regularmente um paciente em sofrimento psíquico após uma infecção de tifo, para escrever um artigo em uma competição estimulada por seus professores. Ao saber que Wundt iria se tornar professor de filosofia em Leipzig, se dedicou a estudar sua mais recente publicação– *Psicologia Filosófica*[4] – para frequentar suas aulas. E retornou à Leipzig no feriado de Páscoa, antecipando seu retorno para ter contato com Wundt.

Naquele período Kraepelin frequentou algumas das palestras de Wundt e apresentou pelo menos dois textos de sua própria autoria, mas as outras obrigações da faculdade de medicina não lhe permitiram acompanhar mais de perto o trabalho de Wundt. Kraepelin, porém, não desistiu de trabalhar no laboratório de Wundt, tendo escrito para ele se candidatado a ser seu orientando de mestrado. Com o aceite de Wundt, conseguiu um emprego na clínica da universidade de Leipzig e se mudou para lá. Embora o emprego tenha durado uns poucos meses, ele finalmente havia conseguido o que mais lhe importava naquele momento: trabalhar com Wundt. A partir daí, construíram uma relação de amizade e parceria de pesquisa que influenciou toda a obra de Kraepelin, tornando-se parte essencial para conhecermos o desenvolvimento de seu trabalho.

[4] É importante termos conhecimento que estes textos marcam o projeto de Psicologia Experimental que Wundt vai empreender até o final de sua vida. Antes disso, de acordo com Araújo (2018), Wundt havia desenvolvido um primeiro projeto de psicologia que ele abandona por influ6encia de seus estudos de Kant. Pois, neste novo contexto Wundt estava interessado em desenvolver uma Psicologia Experimental, científica, que tinha como objeto de análise a experiência imediata. Assim, "(...) desenvolveu algumas noções centrais para fundamentar a sua psicologia científica: o paralelismo psicofísico, a causalidade psíquica e a noção de experiência imediata. Esses três tópicos (...) vão permitir a Wundt recusar tanto o dualismo substancial quanto o materialismo, abrindo caminho para o seu dualismo epistemológico." (ARAÚJO, 2018 p. 14-15).

Kraepelin viveu na Alemanha de Bismarck, foi contemporâneo de Freud (ambos nasceram no mesmo ano) e assistiu ao nascimento da Psicanálise, como também, o intenso desenvolvimento das ciências de uma forma geral. Acompanhou mais de perto as neurociências, quando surgiam os primeiros estudos que relacionam os sintomas de sofrimento psíquico às lesões cerebrais e as funções psicológicas às localizações estritas no cérebro. Sob a batuta de Wundt, Kraepelin teceu diversas críticas aos princípios de correspondência anatomopatológicos entre a fisiologia do cérebro e as funções psicológicas, defendendo o paralelismo psicofísico. De acordo com Kraepelin (1887/2005 pág. 358 – tradução nossa):

> É verdade que a medicina não deve ser uma ciência puramente descritiva, mas sim explicativa; e temos, portanto, justificativa para exigir de uma disciplina clínica que ela nos informe não apenas sobre os sintomas externos de uma doença, mas também sobre a relação interna dos processos envolvidos. Devemos nos apegar ao princípio de que existe um paralelismo entre os eventos corporais e mentais que é regido por leis. Abandonar este princípio seria abandonar completamente a ciência da psiquiatria.

Além das defesas desses fundamentos, Kraepelin também pôde realizar experimentações a partir da Psicologia Experimental. No laboratório de Wundt, ele, então, se pôs a estudar o método da introspecção e a mensurar as reações nervosas a partir de estímulos provocados pelo uso de substâncias, principalmente pelo álcool, chás e café. Essas experiências depois foram reproduzidas em Dorpat quando Kraepelin montou um laboratório de psicologia experimental com recursos próprios a fim de dar prosseguimento a seus estudos. Considerados por Steinberg e Himmerich (2011, p. 250 – tradução nossa) como os primeiros estudos psicofarmacológicos de Kraepelin:

> (...) deve-se reconhecer que os estudos farmacopsicológicos de Kraepelin se tornaram um de seus interesses particulares de pesquisa psicológica experimental. Ao induzir deliberadamente psicoses artificiais, ele esperava obter insights sobre a natureza das psicoses em geral. Com base na experiência e em uma abordagem empírica, Kraepelin investigou como os processos mentais eram afetados por substâncias farmacêuticas

Como se pode notar, a Psicologia Experimental parece ter servido de base para que Kraepelin pudesse estudar as psicoses. Contudo, não está claro quais as influências desses

experimentos no desenvolvimento de sua nosografia, ainda que os fundamentos wundtianos apareçam não apenas na ideia do paralelismo psicofísico, mas como afirmam Berrious e Hauser (1988/2013, p. 139):

> Sua mente categórica tinha uma inclinação verdadeiramente kantiana (Dorner, 1969) que ele provavelmente herdara de Wundt (Klein, 1970; Mischel, 1970; Leary, 1978). Por isso, ele foi capaz de impor uma estrutura categórica duradoura sobre a nosologia psiquiátrica, e reforçar isso empiricamente.

Por isso, para uma melhor análise do paradigma kraepeliniano, é preciso revelar os fundamentos da Psicologia Experimental de Wundt de modo a entendermos como esta se fez fundamento da Psiquiatria de Kraepelin.

O método introspeccionista, desenvolvido por Wundt, buscava analisar a experiência imediata – que ele considerava objeto da ciência psicológica. Entendia que era preciso uma forma de análise que compreendesse o fenômeno estudado de forma objetiva, para tanto, por exemplo, lançava mão da mensuração de certas formas de sensação produzidas por estímulos provocados pelo cientista ou pela ingestão de substâncias.

Wundt, ao desenvolver a ciência psicológica, não apenas vai criticar todo o acúmulo de conhecimento produzido sobre a ciência da alma - *psique* -, como vai trazer seu eixo central, ou seja, seu objeto de estudo e seu método de investigação para o campo do que era considerado o saber científico da época, associando-se às ciências naturais. Defendia que a diferença entre as ciências da natureza e a psicológica era, justamente, a perspectiva pela qual se analisa a experiência com o objeto: se na primeira o olhar era em relação ao objeto, ou seja, experiência era mediata, na segunda o olhar da análise se voltava ao sujeito do conhecimento do objeto, ou seja, a experiência imediata. Assim Wundt (1911/2018 p. 37-38 – grifos do autor, como no original) afirma:

> Toda experiência é unificada e em si conectada. Mas, cada experiência contém *dois* fatores inseparáveis na realidade: os objetos da experiência e o sujeito da experiência. A ciência da natureza procura determinar as propriedades e as relações mútuas dos objetos. Por isso, ela

> sempre abstrai o sujeito, na medida em que isso seja possível, dadas as condições gerais do conhecimento. Assim, o seu modo de conhecimento é *mediato* e, ao mesmo tempo, *conceitual-abstrato*, uma vez que a abstração do sujeito exige o uso dos conceitos hipotéticos auxiliares, aos quais a intuição nunca pode ser completamente adequada. A psicologia suprime essa abstração operada pela ciência natural, a fim de investigar a experiência em sua *realidade imediata*. Por isso, ela dá conta das inter-relações dos fatores subjetivos e objetivos da experiência imediata, assim como do surgimento de seus conteúdos individuais e de sua conexão.

Dessa forma, desenvolve as metodologias de análise para a investigação da *psique*, adaptando-as de acordo com o objeto a ser estudado ou melhor de acordo com o ponto de vista que se adotará no processo investigativo: a experiência imediata. "O modo de conhecimento da psicologia é, assim, em oposição àquele da ciência natural, *imediato* e – na medida em que o substrato de suas explicações é a própria realidade concreta, sem a utilização de conceitos abstratos auxiliares – *intuitivo*." (WUNDT, 1911/2018 p. 38). E, por intuição ele entende: "(...) conforme o significado estendido do termo 'intuição' na filosofia contemporânea, aquilo que é *dado concretamente* em oposição àquilo que é só *conceitualmente pensado*. (WUNDT, 1911/2018 p. 49). Assim, Wundt define o método de conhecimento da psicologia pelo imediato e intuitivo, pois define a psicologia como a ciência da experiência imediata, das sensações, o estudo do sujeito das sensações.

E, de acordo com Araújo (2018, p. 15):

> Ao definir a psicologia como ciência da experiência imediata, Wundt inaugurou uma nova maneira de demarcar as fronteiras da psicologia. Toda experiência, segundo ele, é marcada por uma alternância de perspectivas ou pontos de vista: ora o foco é no objeto, ora no sujeito.

Wundt, então, vai compreender experiência mediata como aquela ligada aos objetos (conteúdo objetivo) independentemente da experiência subjetiva e experiência imediata como a investigação do próprio sujeito da experiência. Entendendo, porém, ambas as ciências (da natureza e a psicológica) como complementares, chegar-se, segundo Wundt (1911/2018 p. 50), a melhor compreensão da realidade.

> Dessa forma, entretanto, ao analisar o conteúdo da experiência por abstração do sujeito, a ciência natural exige como complemento necessário um tratamento científico da experiência que suprime novamente essa abstração e investiga o conteúdo objetivo da experiência em sua relação com o sujeito. Essa disciplina coordenada à ciência da natureza é precisamente a psicologia. Apenas as duas juntas esgotam o conteúdo *total* da experiência.

De acordo com Araújo (2005, p. 96 – grifos nossos):

> Como a psicologia não estuda um objeto diferente do objeto das ciências naturais, mas apenas a mesma experiência de um outro ponto de vista, seus métodos de investigação também não podem diferir. A psicologia vai se servir, portanto, dos dois principais métodos utilizados pelas ciências da natureza: **o experimento e a observação**. O experimento consiste na interferência proposital (manipulação) do pesquisador sobre o início, a duração e o modo de apresentação dos fenômenos investigados (como na física, na química e na fisiologia). A observação propriamente dita refere-se à mera apreensão de fenômenos ou objetos, sem que haja qualquer interferência por parte do observador (como na botânica, na anatomia e na astronomia).

Podemos compreender que, o que Wundt vai tratar por experiência imediata são os fenômenos passíveis de serem observados a partir de suas manifestações concretas na realidade, mas sem que sofram qualquer tipo de mediação, seria como se os fenômenos psicológicos estivessem, assim, em "estado puro", quando não induzidos pelo cientista. Opondo-se, então, às formas consideradas metafísicas de análise e interpretação desses fenômenos, sejam estas formas místicas, religiosas, essencialistas, sejam materialistas, idealistas ou mesmo psicanalíticas.

É importante destacar que Wundt se inspirou na ideia de sujeito empírico de Kant e buscou demonstrar que a Psicologia era possível como ciência. Portanto, seu método, em última instância, busca analisar o sujeito da experiência da forma mais objetiva possível. Foi a influência de Kant, segundo Araújo (2018, p. 13), que fez Wundt romper com o primeiro modelo de psicologia que ele havia proposto e desenvolver a Psicologia Experimental, baseada na análise da experiência imediata:

> Influenciado por Kant, chegou à conclusão de que o inconsciente era uma quimera conceitual: uma transposição de formas puramente lógicas do pensamento (nível lógico) para a realidade (nível ontológico), sem qualquer correspondência empírica direta – o mesmo tipo de ilusão lógica denunciado por Kant na *Crítica da razão pura*.

O sujeito transcendental de Kant é o sujeito a priori, o sujeito das sensações. No campo da aparência, esta forma de compreensão do objeto, pode denotar uma forma mais "pura" de observação do fenômeno. A possibilidade de medir os tempos de reação, a influência de substâncias nos processos mentais, do sujeito das sensações, parecia fundar uma ciência psicológica possível e desconectá-la da filosofia ou das ciências do espírito de modo geral.

E tal qual nas ciências da natureza, Wundt vai lançar mão de seus métodos de análise a fim de encontrar as leis universais da vida psíquica ou melhor da experiência imediata. De acordo com Ferreira (2005, p. 21):

> Para ser possível uma psicologia empírica, para Kant, seria necessário o exame do conjunto das nossas experiências conscientes, o sujeito empírico (não o transcendental, mera condição lógica para o conhecimento) o sujeito empírico a partir de um elemento discreto de análise, de matematização e de um mínimo de objetividade. Esses novos parâmetros exigem que a psicologia, para ser reconhecida como científica, seja mais do que a descrição do sujeito empírico, ou das vivências imersas em um mundo de ilusões: ela deve ter, no trato com a experiência imediata, todo o rigor de uma experiência cientificamente mediada e matematizada. Surge, então, no final do séc. XIX, na Alemanha, o projeto da psicologia enquanto ciência da experiência, tomando como base a fisiologia, calcado no conceito de sensação como elemento objetivo e matematizável. Esse conceito de sensação ocupou na psicologia o lugar do sujeito transcendental de Kant, permitindo que Wilhelm Wundt propusesse a psicologia como ciência independente. É através de sua análise que se pode avaliar as ilusões presentes em nossa experiência comum (imediata), de resto distinta da experiência física (mediata).

Wundt delimitou a perspectiva pela qual a psicologia se encarregaria de analisar a experiência, distinguindo-a das ciências naturais, e entendendo que as ciências do espírito dividem com a Psicologia o mesmo ponto de vista da experiência imediata, a partir do sujeito e não do objeto. Wundt, segundo Araújo (2018), desenvolveu assim um “dualismo epistêmico”, entendendo a psicologia como uma ciência que se posicionava entre as ciências da natureza e as ciências do espírito.

Por isso, não cabe, de acordo com Wundt à psicologia estudar os processos fisiológicos pois, ela não se reduz aos processos em si, mas ao sujeito das sensações e as sensações. De acordo com Wundt (1911/2018 p. 48-49):

> Todos os conteúdos da experiência, que a psicologia vê como pertencentes à sua jurisdição – sensações, representações, sentimentos etc. – são conteúdos imediatos da experi6encia. Que eles se dividam em duas classes – aqueles que se relacionam aos objetos da experiência e os que se relacionam ao próprio sujeito da experiência -, isso também é um fato pertencente à experiência imediata. Por isso, a meta da psicologia ficaria muito restrita se lhe fosse atribuída somente a experi6encia *subjetiva*. No entanto, uma vez que ela abrange simultaneamente todos os elementos da experiência imediata, surge a meta de considerar as relações entre os dois fatores. Com isso, exige-se ao mesmo tempo que as representações sejam consideradas não só em relação à sua natureza objetiva, mas também no que diz respeito ao seu surgimento no sujeito.

A posição crítica de Wundt junto às psicologias materialistas que trabalhavam com a ideia de identidade entre os processos fisiológicos e psicológicos e as buscas por correspondências anatômicas paras as funções psicológicas, foram fundamentais para Kraepelin refutar, na Psiquiatria, as ideias causalistas simplistas dos sofrimentos psíquicos e das correspondências anatomopatológicas, ou seja, a fusão entre psiquiatria e neurologia.

Embora recusasse as correspondências simplistas causa e efeito para os sofrimentos psíquicos com base em correlatos anatomopatológicos, Kraepelin, apoiado no paralelismo psicofísico de Wundt, entendia que havia uma correspondência entre os processos físicos e mentais. Mas, de acordo com Araújo (2018), essa correspondência se restringe a apenas àquelas que podem ser constatados empiricamente. Assim, mesmo afirmando a possibilidade de correspondência entre fenômenos físicos e psíquicos, as causas físicas nem sempre acompanham uma causa psíquica.

Para Marcellos e Araújo (2011, p. 136)

> Dada a precedência da vida orgânica sobre os fenômenos mentais, Wundt entende que não poderia haver fenômenos psíquicos independentes de uma base física, por outro lado, isso não significaria dizer que toda complexidade da série psíquica poderia encontrar uma correspondência na série física, o que significaria reduzir os fenômenos psíquicos superiores, tais como aqueles de caráter cultural, a elementos fisiológicos.

É uma interpretação radicada no dualismo físico e psíquico, para o que as causas psíquicas são de origem psíquica e as físicas de origem físicas. Assim, uma causa física não pode gerar uma psíquica, tal como o é em Espinosa, por exemplo.

Assim Wundt (1911/2018, p. 59 – grifos do autor, como no original) afirma:

> Se a psicologia tem por objeto a *experiência imediata*, ela só pode encontrar seus próprios princípios explicativos *nessa mesma experiência*. Por isso, acima de todas as coisas, ela tem que interpretar o psíquico a partir do psíquico, mas não a partir do físico. Onde o nexo dos processos psíquicos mostrar lacunas, então justifica-se investigar a elação complementar que existe entre a psicologia e a ciência natural no estudo da experiência indagando se a experiência fisiológica oferece fatos que preencham aquelas lacunas: não diretamente e no sentido da experiência imediata – o que é impossível -, mas sim indiretamente, por meio da interpolação de elos que pertencem à forma mediata e conceitual da experiência.

Pela forma como Wundt descreve o paralelismo podemos notar que a investigação dos fenômenos não transcende os próprios fenômenos e sua causa está localizada na dimensão em que o fenômeno se manifesta, ou seja, se um fenômeno psíquico a causa é psíquica e não física. Por isso, para Kraepelin fica evidente a não correspondência anatomopatológica entre cérebro e sofrimento psíquico. E, são estas ideias que vai defender na psiquiatria. Como afirma Engstrom (2005, p. 125 – tradução nossa):

> Um dos defensores mais influentes não apenas da psicologia experimental wundtiana, mas também das alternativas clínicas à anatomia patológica, foi Emil Kraepelin. Kraepelin foi um dos poucos psiquiatras acadêmicos a contestar o consenso estabelecido sobre a fusão de psiquiatria e neurologia que havia evoluído nas universidades prussianas. Em sua palestra inaugural como presidente de psiquiatria na universidade russo-alemã de Dorpat em 1887, ele comentou sobre o estado da ciência clínica na Alemanha. (...) Simultaneamente, Kraepelin ecoou as opiniões de seu mentor Wilhelm Wundt ao argumentar que, se os pesquisadores levassem a sério as convicções psicofísicas e paralelísticas, não poderiam endossar a máxima de Griesinger de que doenças mentais são doenças cerebrais. Estudos anatômicos unilaterais não poderiam reivindicar legitimidade científica enquanto não explicassem as "funções psicológicas".

E na palestra de 1887, a qual Engstrom se refere acima, sobre os destinos da pesquisa em psiquiatria, Kraepelin (1887/2005, p. 352 – tradução nossa) afirma:

> Griesinger, portanto, insistiu que as esperanças de uma expansão do conhecimento psiquiátrico repousavam no estudo das doenças neurológicas. No entanto, até o momento não se pode dizer que nossa compreensão dos transtornos mentais tenha avançado significativamente pelos resultados dos estudos patoanatômicos do cérebro. Certamente, aprendemos que mudanças tangíveis no tecido neural constituem a base de certas condições nervosas que acompanham formas específicas de loucura, especialmente a paralisia. De fato, parece estar surgindo uma certa relação geral entre a intensidade e a extensão dos

> distúrbios funcionais, por um lado, e os distúrbios anatômicos, por outro. Mas, além disso, não há conquistas definitivas pelas quais a psiquiatria deva à anatomia patológica. Além do fato de que a relação real entre alterações no cérebro e anomalias mentais permanece totalmente obscura, os resultados do exame post-mortem continuam a nos deixar totalmente na mão, especialmente para muitas das formas mais fundamentais de loucura. Embora sejamos capazes de entender pelo menos algum sentido dos processos patológicos no cérebro dos paralíticos, certamente carecemos de fatos concretos sobre loucura, e não menos sobre melancolia e frenesi – fatos que uma compreensão fisiológica dos processos que ocorrem no tecido neural poderia nos dar.

Diante do exposto, cabe ressaltar que não apenas pelo princípio do paralelismo psicofísico wundtiano, mas também, por causa das pesquisas neuroanatomias que eram realizadas na época e que não traziam evidências sobre a correspondência anatomopatológica para os sofrimentos psíquico, Kraepelin, então, defendia que um avanço na psiquiatria sobre o desenvolvimento dos sofrimentos psíquicos seria possível se apoiado no fundamento do paralelismo de Wundt. Neste sentido, em seu texto publicado em 1922, Kraepelin (1922/2018 p. 119 – tradução nossa) afirma:

> O procedimento mais rudimentar e primitivo para estabelecer uma conexão entre causa e efeito consiste em observar a sucessão temporal de dois eventos. Produz resultados mais ou menos confiáveis apenas quando os distúrbios ocorrem imediatamente após uma poderosa influência nociva de fora - por exemplo, ferimentos na cabeça, envenenamentos, doenças febris e parto. Mas mesmo aqui, além da possibilidade de mera coincidência casual, muitas vezes pode ser visto que a ocasião externa não foi a verdadeira causa da doença que irrompeu; apenas desencadeou uma doença já preparada por causas internas. Isso vale para uma proporção não desprezível de transtornos mentais após doenças febris. Aplica-se em grau ainda maior à insanidade puerperal. As doenças mentais das mulheres recentemente confinadas eram anteriormente consideradas como todas de um tipo - como o efeito imediato das mudanças revolucionárias então ocorrendo no organismo - mas uma experiência mais ampla mostrou que temos a ver com várias formas totalmente distintas de insanidade, das quais comparativamente poucas têm qualquer conexão causal estrita com o parto.

A crítica que aqui ele apresenta a causalidade dos sofrimentos psíquicos parece-nos ainda estar alinhada ao paralelismo wundtiano, pois, ele afirma que as causas que irromperam a doença apenas atuaram na predisposição do indivíduo em manifestar tal tipo de sofrimento psíquico. Ao nosso entender, ele está colocando em prática a ideia de que um fenômeno psicológico não pode ter uma causa externa, física, mas, por outro lado, pode ser desencadeado pela causa externa.

As críticas de Kraepelin baseadas nos fundamentos wundtianos representam uma diferença qualitativa na forma de se compreender o fenômeno dos sofrimentos psíquicos. A tentativa de Wundt em superar a psicologia materialista que reduzia os fenômenos psicológicos à fisiológicos se expressam na psiquiatria de Kraepelin quem não entendia os sofrimentos psíquicos reduzidos às funções cerebrais. Neste sentido, Engstrom e Kendler (2015, p. 07 – tradução nossa) asseveram:

> Avaliações retrospectivas ajudaram a construir uma imagem histórica distorcida de Kraepelin como um psiquiatra reducionista, proto-biológico e um nosólogo obstinado. Nossa compreensão histórica de Kraepelin foi, até certo ponto, vítima do sucesso de seu legado nosológico – um legado que continua a lançar uma sombra no passado e a distorcer as visões originais de Kraepelin. Uma cuidadosa releitura e contextualização histórica de suas obras revela que, comparado com sua imagem icônica popular na América do Norte, o verdadeiro Kraepelin era: 1) muito mais psicológico em orientação, 2) consideravelmente menos centrado no cérebro e 3) nosologicamente mais cético e menos doutrinário.

Por isso, reduzir a crítica à Kraepelin e acusá-lo de buscar correspondência anatomopatológica é um equívoco; ele denominava as formas de correspondências anatomopatológicas dos sofrimentos psíquicos de "materialismo ingênuo". De acordo com Kraepelin (1887/2005 p. 355 – tradução nossa):

> A menos, isto é, que se adote uma posição de materialismo ingênuo, como fazem vários projetos de pesquisa especificamente médica, e suponha que o trabalho da psicologia e da psiquiatria se esgote na investigação da base física de nossa vida mental.

Uma questão precisa ser enfatizada: Wundt, em momento algum, busca uma ruptura com as ciências naturais; pelo contrário, sua crítica aos materialistas é por quererem importar os métodos das ciências naturais, a Psicologia como se ambas estudassem a mesma coisa ou como se o corpo biológico fosse a materialidade do estudo do sujeito; buscar as reações fisiológicas que culminam nas psicológicas, para Wundt consiste em um erro. Por isso, ele formula sua noção de dualismo epistêmico, pois reconhece que a psicologia não pode ser reduzida à ciência de estudo de fenômenos físicos que culminam nos processos mentais. Em outras palavras, Wundt não entende a mente como um epifenômeno de um organismo.

Neste ponto, sua crítica ao materialismo é importante, pois de fato essa visão da mente como epifenômeno ou da busca pelas reações neurofisiológicas que constituem as funções psicológicas em nada avançam nos estudos de fenômenos psicológicos, sobretudo no que diz respeito aos sofrimentos psíquicos. Sob o risco de se tomar a causa pelo efeito, como fazem hoje os neurofisiologistas que tributam ao excesso de dopamina a causa da esquizofrenia, por exemplo. Para Wundt o processo é mais complexo e só se deve investigar as causas físicas se as psicológicas se mostrarem insuficientes e se as evidências experimentais puderem ser demonstradas.

Mas, se por um lado o fundamento wundtiano pôde representar um salto qualitativo em relação tanto ao materialismo vulgar, quanto às ilações psicanalíticas que ele considerava metafísica, por outro lado, não nos parece que o fato das ciências naturais estudarem o mesmo objeto, embora, por ponto de vistas diferentes resolva de forma substancial o dualismo cartesiano. Afinal, admitir que há processos que ocorrem de forma correspondente nas dimensões física e psíquica, cujas causas dos fenômenos psíquicos devem ser encontradas nos fenômenos psíquicos e dos físicos nos físicos, parece manter a lógica dualista. O que muda é o reconhecimento de que ambas as ciências são complementares e não cindidas, como no caso do materialismo e do idealismo.

Ao entendê-las como ciências complementares, ou a psicologia como a ciência que está entre as ciências da natureza e as espirituais, Wundt parece ligar ambos os mundos: da matéria e da ideia. Contudo, mantém a cisão na medida em que entendem que os fenômenos psíquicos se encerram em si mesmos e não podem ser entendidos como causa dos físicos. Não obstante, essa nova forma de pensar os fenômenos naturais e psíquicos, faz com que Wundt coloque a psicologia no eixo das ciências de sua época, que parte de fundamentos metodológicos para o estudo da experiência imediata.

É pelo reconhecimento da psicologia como ciência inscrita nas ciências naturais que Kraepelin parte dos princípios dos métodos científicos – observação e experimentação –, passíveis de serem verificados, para defender o uso da psicologia no aprofundamento do estudo dos sofrimentos psíquicos. Para Kraepelin (1887/2005 p. 356 – grifos e tração nossas):

> Desde que a psicologia, graças à sua investigação imparcial dos fatos, elevou-se ao status de uma disciplina científica natural, ela conseguiu criar métodos de pesquisa estritamente empíricos que poderiam, após um maior desenvolvimento, ser aplicados ao difícil estudo de estados mórbidos de doenças mentais. Talvez uma importante razão pela qual a investigação dos sintomas psicopáticos parecesse até agora tão pouco promissora e insatisfatória tenha a ver com o fato de que, precisamente diante desses fenômenos, não dispúnhamos de auxílios capazes de facilitar uma análise mais exata e profunda da doença. nossas observações. Quando o alienista confronta seu paciente e tenta estabelecer sua condição mental, ele está armado com nada mais do que a experiência derivada da prática cotidiana. Com base em seu conhecimento adquirido, ele pode muito bem ser capaz de julgar os detalhes diagnósticos, prognósticos e terapêuticos de um caso melhor do que um leigo. Mas, em última análise, ele não pode ver mais no paciente do que um bom observador não psiquiatricamente treinado com um pouco de prática e atenção. Se é possível avançar para **melhores regras de diagnóstico psicopatológico**, então devemos ter acesso ao conhecimento que permanece oculto à experiência prática do dia a dia. **Parece que os métodos investigativos da psicologia experimental são os mais promissores para preencher, pelo menos parcialmente, essas lacunas em nosso conhecimento.**

Suas experiências no laboratório do Dr. Wundt eram justamente, por meio de substâncias psicoativas, tentar provocar alterações nos processos mentais para poder estudá-las, em laboratório, e identificar as alterações possíveis sofridas no curso do desenvolvimento natural dos sofrimentos psíquicos. Neste sentido, Kraepelin (1883 p. 13 citado por Müller, Fletcher e Steinberg, 2006 p. 135-136 – tradução nossa) afirma:

> A psicologia experimental é a ciência que fornece nossos métodos. Ela nos ensina a estudar inicialmente com a ajuda de um experimento os processos psicológicos mais simples em suas relações qualitativas e quantitativas, bem como separadamente em seu curso de tempo. A psicologia experimental, embora seja cultivada pela maioria dos psiquiatras, tem o potencial de abrir novas e ricas fontes de conhecimento para a psicopatologia" ().

Kraepelin, passou a estudar as alterações provocadas por substâncias que se assemelhavam aos sintomas de sofrimento psíquico, como a alucinação, por exemplo. Ele se dedicou a estudar e

aplicar os métodos do Dr. Wundt na Psiquiatria, porque: "Pelos métodos elaborados da psicologia experimental podemos obter um quadro mais exato das mudanças produzidas na vida mental pelos processos naturais da doença." (KRAEPELIN,1922/2018 p. 130- 131 – tradução nossa).

Como pudemos ver, no trabalho de Kraepelin e nos fundamentos de Wundt há um avanço em relação às formas dualistas que cindiam corpo e mente, como objetos, em ciências separadas sem qualquer correlação entre si. Neste sentido, no campo da Psicologia ou se interpretava os processos psíquicos como epifenômeno do corpo biológico e, portanto, natural ou como fenômeno do espírito impossível de ser analisado pelos métodos científicos e as "ciências do espírito" onde a Psicologia idealista se encaixava tinham um status de "metaciência".

Grosso modo, filosofia e ciências eram tomadas por coisas distintas que caminham de forma separada. Wundt desenvolveu os fundamentos da Psicologia Experimental de modo a apoiá-la em um sistema de compreensão que abrisse espaço para as análises experimentais. Situando a Psicologia como ciência completar às ciências naturais, pela adoção dos princípios da observação, da experimentação e da descrição dos fenômenos psicológicos. Essa perspectiva que Kraepelin importa para a Psiquiatria.

Os traços wundtianos no modelo de Kraepelin, pode, assim ser resumidos: A sua atenta observação dos sintomas e da evolução dos quadros, descritas em seus *Cadernos de Notas* como afirmam Steinberg e Himmerich (2011), revela a adoção de uma abordagem descritiva das coisas diferente daquela que se atinha à anatomia cerebral; a postura cética que exigia comprovações factíveis quanto à correspondência anatomopatológica entre sofrimento psíquico e o cérebro, o que ratifica o paralelismo psicofísico de Wundt; as pesquisas com substâncias psicoativas e suas alterações dos processos mentais que fazem com que Müller et. al. (2006) considerem Kraepelin como precursor da psicofarmacologia e nos leva a reafirmar a atualidade do modelo kraepeliniano

tanto para o diagnóstico como para as pesquisas psicofarmacológicas; o uso da Psicologia Experimental para induzir reações parecidas com as das psicoses em laboratório estudando assim as alterações dos processos mentais que o auxiliaram a desenvolver o diagnóstico diferencial entre *dementia praecox* e psicose maníaco-depressiva.

Além disso, na análise dos conteúdos dos delírios nas psicoses, Kraepelin (1908/2007), , com auxílio da Psiquiatria comparativa e à luz da *Völkerpsychologie* – Psicologia dos Povos – de Wundt (1900/2018), conclui que os conteúdos dos delírios mudavam de acordo com os conteúdos culturais, mas que a cultura não era suficiente para mudar a etiologia do sofrimento psíquico, que era de base natural. Ratificando sua perspectiva com base na cientificidade positivista e nas ciências naturais. Ressaltando isso, temo que, para Kraepelin a etiologia dos sofrimentos psíquicos dependia mais de fatores internos do que externos, sendo que os externos poderiam no máximo provocar um sofrimento psíquico quando as condições internas já eram "favoráveis" à manifestação desse; aos fatores externos, então, estavam ligados os conteúdos dos delírios, mas não sua etiologia. O que nos faz compreender que, por Kraepelin nunca ter abandonado a busca pela etiologia dos sofrimentos psíquicos e por entender os conteúdos dos delírios como de origem cultural, mas não sendo a cultura fator etiológico, ele desconsiderava o conteúdo e as interpretações subjetivas dos sintomas, pois sua busca estava nos fatores internos que provocavam os sofrimentos psíquicos. É nessa direção que os processos mórbidos e a hereditariedade são considerados por Kraepelin.

Diante de todo o exposto que aborda os fundamentos da Psiquiatria kraepeliniana adotado nas práticas psiquiátricas hegemônicas até os dias atuais, vemos que uma crítica radical ao modelo kraepeliniano, perpassando pelos fundamentos da Psicologia Experimental, é essencial para compreendermos os processos de desenvolvimento da Psiquiatria e desfazer alguns enganos sobre as interpretações de sua teoria. É importante destacar que sua interpretação a partir do paralelismo

psicofísico de Wundt o faz negar o modelo anatomopatológico, por falta de evidências científicas acerca dessa correspondência, embora, não o impede de tributar à hereditariedade e a composição biológica do organismo possíveis efeitos na manifestação do sofrimento psíquico.

Por fim, resumidamente, destacamos que a principal mudança na forma da compreensão dos sofrimentos psíquicos no modelo kraepeliniano é a sua compreensão a partir das alterações dos processos mentais, quer dizer, fundamentando a Psiquiatria na Psicologia Experimental.

1.2 Da análise dos procedimentos metodológicos de Kraepelin

Os métodos investigativos de Kraepelin, além dos explicitados acima na Psicologia experimental, incluía um rigoroso sistema de observação dos quadros clínicos, tanto dos comportamentos pregressos como da evolução do quadro a partir da manifestação inicial dos sintomas. Estas observações tinham como finalidade descartar as impressões subjetivas acerca dos sintomas expressos e ratificar a ideia de herança biológica, transmitida através das gerações.

É neste sentido que Kraepelin ainda apoiava a ideia de origem biológica dos sofrimentos psíquicos, e, é também, a base de suas defesas eugênicas no que se refere à etiologia e profilaxia dos sofrimentos psíquicos, mesmo sendo capaz de fazer uma análise das sociogênese desses sofrimentos, para ele a chave para a compreensão da manifestação dos sofrimentos psíquicos estava na genética e na herança de caracteres adquiridos. Por isso, as interpretações subjetivistas e individualistas, da história de vida dos sujeitos apenas eram capazes de apontar para diferenças quanto ao conteúdo dos delírios, por exemplo, mas não quanto a sua etiologia e evolução do quadro.

De acordo com Caponi (2011 p. 836): “Kraepelin adverte que todo estudante deve compreender que a formulação de perguntas gerais é inadequada, e que uma correta anamnese será aquela que se desenvolva com perguntas específicas, bem dirigidas, **que não deixem lugar para**

a fala do paciente.". Pois, para a investigação etiológica, a fala do paciente, como já apontamos, não poderiam acrescentar muita coisa a não ser a demonstração de como a cultura molda os desejos expressos nos delírios pelas pessoas em sofrimento psíquico. Como Caponi (2011 p. 840) afirma: "(...) a aceitação da herança como verdade objetiva e inquestionável permitiu excluir as narrativas dos pacientes do campo da psiquiatria.".

O método kraepeliniano, apoiados na observação clínica das pessoas em sofrimento psíquicos, nos experimentos psicológicos e nos fundamentos wundtianos, auxiliaram-no na tecitura de uma crítica às formas de interpretação e classificação do fenômeno pela psicanálise de forma subjetivistas e a concluir que questões individuais não são determinantes para uma mudança no curso da evolução do quadro. Por isso, Kraepelin (1922/2018 p. 119 – tradução nossa) afirma:

> Ao mesmo tempo, é claro, devemos sempre levar em consideração a influência das peculiaridades mentais e corporais do indivíduo. Tais peculiaridades podem inibir completamente a ação dos fatores mórbidos, ou podem agravá-la; eles podem dar um tom especial ao aspecto do quadro clínico, permitem o aparecimento de formas aberrantes e permitem desenvolvimentos incomuns no curso da doença. Parece, no entanto, que a influência das peculiaridades individuais não modifica muito materialmente as principais características dos transtornos mentais produzidos por ação nociva de fora. Provavelmente é bem diferente na esfera nebulosa das doenças que surgem de causas internas; em todo caso, há aqui um imenso grupo de formas cujas feições são determinadas unicamente pela disposição pessoal.

Seguindo esse raciocínio, sua observação clínica vai em busca das leis gerais, e não individuais, das diferentes formas de sofrimento psíquico e, principalmente, daquilo que os diferenciam entre si.

Para Shorter (2015 p. 60 – tradução nossa):

> A genialidade da classificação de Kraepelin não é que ela seja biológica, mas clínica. Ele usa os conceitos biológicos, tal como endocrinológicos, para organizar sua classificação. Contudo, a principal entidade da doença no sistema kraepeliniano - psicose maníaco depressiva e demência precoce (depois, esquizofrenia) - não foram incluídas razões biológicas ou pseudobiológicas. Antes disso, foi porque Kraepelin teve que estudar os pacientes em detalhes e acreditava ter discernido dois diferentes cursos e resultados nítidos.

Aqui, Shorter destaca que não foram incluídas razões biológicas para a causa das psicoses, o que já é fruto das críticas que Kraepelin comungava com Wundt a respeito da psicologia materialista que buscava a correlação anatomopatológica dos transtornos mentais, incluindo a psicose, mas acreditava numa predisposição de origem hereditária.

Shorter (2015) também enfatiza a importância que Kraepelin dava à observação da evolução dos quadros clínicos. Nesse sentido, grande parte dos livros publicados por Kraepelin são em formatos de cadernos, como diários de campo que relatam e descrevem a evolução dos sintomas que as pessoas por ele atendidas apresentavam.

Desta maneira, ele agrupava sintomas semelhantes à possibilidade etiológicas semelhantes: "Hoje, porém, partimos do princípio de que, por trás de processos mórbidos semelhantes, deve haver em algum lugar uma influência nociva semelhante que os produziu e que, a partir do efeito observado, podemos inferir uma causa definida." (KRAEPELIN, 1922/2018 p. 119 – tradução nossa). No entanto, mantinha-se atento ao fato de que sintomas antagônicos também poderiam representar uma mesma etiologia e por isso era cauteloso quanto a relação causalística dos sintomas. Assim, Kraepelin, 1922/2018 p. 121 – tradução nossa) enfatiza:

> Embora os recursos aprimorados da ciência avançada tenham servido para esclarecer muitos pontos a respeito das formas pelas quais os transtornos mentais são produzidos, ainda há uma esfera muito ampla na qual não estamos mais próximos de uma solução para a questão - uma esfera na qual, na verdade, sentimos menos segurança do que antes, pois as conexões que em um exame grosseiro pareciam óbvias revelaram-se enganosas. Isso se aplica especialmente à maior parte dos transtornos atribuídos à demência precoce e à insanidade maníaco-depressiva. Sabemos bem que a predisposição hereditária desempenha aqui um papel importante, que a frequência e as formas do distúrbio são grandemente afetadas pelo tempo de vida, e que influências nocivas externas, excitações emocionais, parto e doença corporal às vezes têm um efeito precipitante, mas das causas que realmente engendram a doença, ignoramos.

O compromisso de Kraepelin em buscar a etiologia dos sofrimentos psíquicos era permanente e a cautela com interpretações precipitadas também. Em suas anotações (os

Notebooks) ele apresenta os métodos de investigação clínica, baseada na observação dos sintomas, para emitir um diagnóstico mais preciso, sem considerar os conteúdos dos delírios, e investigar a etiologia dos sofrimentos psíquicos. Assim, entendia que essa investigação deveria ser feita pela observação do sintoma manifesto, sem muitas interferências e por isso, recomendava as perguntas adequadas a serem feitas. E, a partir do diagnóstico é que se poderia ter uma melhor noção do manejo clínico mais adequado a cada caso, portanto, apoia a prática clínica de forma a se centrar no diagnóstico e não na pessoa que o manifesta. Assim, Kraepelin (1908/2007 p. nd – tradução nossa) afirma:

> O importante do nosso diagnóstico consiste, portanto, nisso: que agora podemos, no início da doença, prever seu resultado em um estado característico de fraqueza, da mesma forma que chegamos a certas conclusões prováveis sobre o curso posterior da doença em estupor circular. O prognóstico, no entanto, não é realmente simples. Se a demência praecox é suscetível a uma recuperação completa e permanente respondendo às rígidas demandas da ciência ainda é muito duvidoso, se não impossível de decidir.

Aqui, podemos notar que Kraepelin reconhece a importância do método clínico de observação da evolução dos quadros de sofrimento psíquico, o que Berrious e Hauser (1988/2013) e Shorter (2015) tributam à influência de Kahlbaum. Aliás, o próprio Kraepelin (1922/2018 p. 118 – tradução nossa) afirma que o método de Kahlbaum de estudo sobre as catatonias é o ponto de virada para se compreender os processos mórbidos, a evolução e sobretudo o prognóstico dos quadros clínicos:

> A virada decisiva para nosso modo de ver essas coisas foi dada por Kahlbaum, que não apenas enfatizou de maneira mais forte a distinção entre os múltiplos aspectos mutáveis que atraem nossa atenção imediata e os processos mórbidos que seguem seu curso regular abaixo, mas mostrou, em 1874, pelo exemplo da catatonia, quão variado, em diferentes períodos da doença, pode ser o espetáculo apresentado por um mesmo paciente. (...) Assim, chegou-se ao importante resultado de que, a partir de um dado estado presente, podem ser tiradas conclusões definitivas a respeito das etapas anteriores e das etapas que provavelmente se seguirão – a única indicação segura de que um processo mórbido genuíno foi desvelado.

No entanto, ele reconhece que este método é limitado em termos científicos, pois, não permite avançar além daquilo que se possa observar e isto não distinguiria um psiquiatra de um bom observador. Portanto, é nos métodos investigativos e nos fundamentos da Psicologia Experimental que Kraepelin deposita a expectativa de poder, por meio de experimentos, chegar a classificações cada vez mais confiáveis dos sofrimentos psíquicos. Se a investigação clínica se deu por influência de Kahlbaum, a forma de observação mantém suas raízes na concepção wundtiana de se fazer ciência. Tal qual um botânico, pois, analisa o desenvolvimento das plantas, de sua origem até o estágio final de vida, Kraepelin observará e anotará o desenvolvimento das psicoses, para descobrir semelhantes entidade mórbidas e elaborar o diagnóstico, a fim de poder prever a evolução dos quadros de adoecimento psíquico.

Para Engstrom (2007 p. 391-392 – tradução nossa), os inúmeros volumes de sua publicação de relatos de experiência clínica, tinham mais uma intenção de complementar as lacunas que os experimentos em psicologia deixavam acerca dos sofrimentos psíquicos, bem como, um caráter didático aos futuros psiquiatras:

> Como tal, o Zählkarten [Cadernos de Anotações Clínicas] pode ser visto como uma resposta clínica às deficiências da própria pesquisa laboratorial anterior de Kraepelin, que nunca foi capaz de capturar mais do que o status psicológico imediato de seus probandos experimentais. No ponto em que o exame psicológico falhou como ferramenta de diagnóstico, Kraepelin implantou o Zählkarten para fornecer documentação mais completa do quadro clínico que os pacientes manifestavam nas enfermarias psiquiátricas e para capturar qualquer informação anamnéstica e catemnésica adicional clinicamente útil que pudesse ser obtida de parentes ou funcionários públicos.

Nesses Cadernos Clínicos ele prezava pela minuciosa descrição do comportamento pregresso do paciente antes do primeiro episódio de surto e, posteriormente, a evolução do quadro, a fim de dar objetividade. Para Pereira (2001 p. 127):

> Kraepelin considerava que a psiquiatria lidava com entidades mórbidas inscritas no campo das ciências naturais. Tratava-se, pois, de descrever e classificar doenças mentais. Seu método baseava-se na observação e descrição minuciosa dos fenômenos clínicos, buscando

> delimitar seus agrupamentos típicos e, sobretudo, sua evolução e seu "estado terminal". A colocação em evidência de formas típicas e constantes de início, evolução e de desfecho de uma determinada constelação patológica é o que permitiria, a seus olhos, precisar a "história natural" daquela doença mental. Esforçava-se, pois, por delimitar o perfil clínico das diferentes entidades mórbidas tanto em termos sincrônicos quanto longitudinais, situando cada uma das patologias em um sistema nosográfico coerente. Essa seria, segundo o projeto kraepeliniano, a etapa nosológica e classificatória inicial, aguardando que os avanços da neuropatologia e da psicologia experimental pudessem dar a explicação científica dos fenômenos psicopatológicos identificados. A hipótese subjacente a esse método era a de que mesmas "enfermidades" deveriam apresentar histórias naturais e desfechos clínicos semelhantes.

Estes processos naturais, remetem, pois, a ideia que Kraepelin defendia de que a doença tem um curso próprio, que os fatores externos e/ou características individuais pouco afetariam a essência do desenvolvimento de dada doença mental. Assim, Kraepelin (1922/2018 p. 119 – tradução nossa) afirma:

> Mas mesmo aqui, além da possibilidade de mera coincidência casual, muitas vezes pode ser visto que a ocasião externa não foi a verdadeira causa da doença que irrompeu; ele apenas soltou uma doença já preparada por causas internas. Isso vale para uma proporção não desprezível de transtornos mentais após doenças febris.

Por isso, a minucia na observação e na história pregressa para que não se fizesse interpretações equivocadas sobre a etiologia das doenças e fosse possível desenvolver um diagnóstico diferencial entre manifestações de sintomas semelhantes.

Para realizar este diagnóstico diferencial, de acordo com Caponi (2011), a preocupação principal de Kraepelin era estabelecer uma boa anamnese familiar a fim de identificar a hereditariedade do quadro e isto era possível por meio de "uma rotina definitiva, que o estudante deve utilizar diante de seus pacientes" (Kraepelin citado por Caponi, 2011 p. 835):

> (...) o registro de fatores hereditários tem absoluto predomínio sobre as referências aos contextos de vida dos pacientes, nos quais aparecem os sofrimentos psíquicos. Essa rotina metodológica tem quatro momentos ou passos que deverão ser sucessivamente seguidos: (1) a anamnese familiar; (2) a história pessoal do paciente anterior à doença; (3) a anamnese da doença e (4) o *status praesens* (termo utilizado para designar a descrição das condições do paciente no momento em que chegou à observação médica.

Por essa descrição da metodologia kraepeliniana, que privilegia os fatores hereditários aos contextuais de expressão do sofrimento psíquico podemos notar a primazia do biológico ao ser social. Como se pode notar, na descrição que Kraepelin (1909-193/2004[5] p. 17) faz acerca da demência precoce:

> Uma série de quadros mórbidos são aqui agrupados sob a designação de "demência endógena" com o único propósito de levar a cabo um estudo preliminar. As suas relações clínicas ainda não são claras, mas todas exibem duas peculiaridades: em primeiro lugar, tanto quanto se pode apreciar, **não são provocados a partir do exterior, antes surgem de causas internas** e, em segundo lugar, pelo menos numa grande maioria de casos, conduzem a um mais ou menos notório debilitamento mental.

Pelo princípio do paralelismo psicofísico o autor acreditava que causas externas não poderiam induzir às manifestações dos sofrimentos psíquicos, sem para o que não houvesse antes uma predisposição anterior. O que garantia a Kraepelin um certo fatalismo, na maneira como lidava com os prognósticos para os casos de demência precoce. Como podemos notar na afirmação de Kraepelin (1908/ 2007 p. nd – tradução nossa):

> Mas melhorias não são nada incomuns, o que na prática pode ser considerado equivalente às curas. Nesses casos, os pacientes sofrem um certo comprometimento de sua atividade mental e emocional e de seu poder de ação, e outros pequenos restos dos sintomas da doença podem talvez ser reconhecidos, mas eles podem ser totalmente capazes de preencher seu antigo lugar em relações simples. Isto é um assunto mais grave que, na maioria desses casos, a melhora é apenas temporária, e que esses pacientes correm grande risco de recaídas mais cedo ou mais tarde, sem qualquer causa particular, e geralmente sofrem lesões mais graves por sua doença.

Neste sentido, podemos afirmar que às investigações clínicas somavam-se os fundamentos da psicologia de Wundt, vale ressaltar que Kraepelin não abandona as ideias de Wundt, apenas adiciona, com as observações clínicas, um método que pudesse ser mais abrangente do que as possibilidades já por ele testadas de experimentação clínica das psicoses.

---

[5] Esta tradução, de acordo com os editores, foi retirada da 8º edição de *Lehrbuch der Psychiatrie*, provavlemnte escrito, por Kraepelin, entre os anos de 1909-1913.

Como também, soma-se a esse arcabouço teórico-metodológico os procedimentos da psiquiatria comparativa, na qual ele se apoia ao estudar a manifestação dos sofrimentos psíquicos em outras culturas. Para Engstrom (2007 p. 392-393 – tradução nossa):

> Nesse sentido, a viagem a Java foi realizada em apoio explícito aos esforços clínicos de Kraepelin para melhorar o diagnóstico diferencial e demarcar o espaço limítrofe entre saúde mental e doença. Em termos profiláticos, Kraepelin concluiu a partir de suas descobertas que combater o álcool e a sífilis, bem como "políticas razoáveis de higiene racial (verständige Rassenhygiene)" eram fundamentais para afastar os efeitos da degeneração (Kraepelin, 1904: 469).

Kraepelin tinha uma postura reacionária frente as mudanças implementadas na Alemanha no final do século XIX, com o avanço da industrialização e mudanças consideráveis no modo de vida nas grandes cidades. Como podemos ler em Kraepelin (1908/2007 p. 399-340 – tradução nossa):

> Além disso, de acordo com informações que o Dr. Hoch gentilmente me forneceu, os negros da América do Norte, entre os quais a frequência da loucura triplicou nos últimos 40 anos, agora sofrem taxas de alcoolismo e paralisia em homens e mulheres que são mais altas do que nos brancos, enquanto até algumas décadas atrás a paralisia era quase desconhecida entre eles. As estatísticas sobre os asilos prussianos também mostram não apenas que o número de pacientes asilados em relação à população em geral é pelo menos duas a quatro vezes maior em Berlim do que nas províncias, mas também, em particular, que existe uma igualdade, de fato, um número maior de paralíticos. Diante dessas e de outras constatações semelhantes, e porque a paralisia sempre envolve um alto grau de acolhimento institucional, não há dúvida de que as grandes cidades são, antes de tudo, viveiros de paralisia e alcoolismo.

Para Kraepelin, a ida das populações do campo para as cidades era um fator a ser considerado de adoecimento, porém, ainda que se possa considerar uma inclinação à sociogênese dos sofrimentos psíquicos nessas afirmações, o autor não deixa de entender a manifestação dos sofrimentos psíquicos inscritos biologicamente no indivíduo, por meio da hereditariedade. Por isso, Kraepelin (1922/2018 p. 400 – tradução nossa) enfatiza:

> Em todo caso, é impossível saber quantos imbecis, epilépticos, psicopatas, criminosos, prostitutas e vagabundos são filhos de pais alcoólatras e sifilíticos e herdaram a inferioridade de seus pais. Claro, o dano será em parte compensado por sua menor

> capacidade de sobrevivência. Mas, infelizmente, nossos programas de bem-estar social em constante expansão têm o efeito de impedir a autopurificação natural de nosso povo. Temos poucos motivos para esperar que, a longo prazo, nossa capacidade de nos regenerar seja forte o suficiente para neutralizar os perigos cada vez maiores que ameaçam nossos germes.

E tributa comportamentos que ele considera inferiores a fatores hereditários, a partir de processos mórbidos herdados, dentre esses comportamentos a criminalidade, que Kraepelin tenta tecer uma explicação a partir da patologia. Contudo, como podemos notar pela crítica que ele faz à implementação dos programas de bem-estar social, sua preocupação estava mais voltada para um fortalecimento de sua raça do que a tributar uma etiologia dos sofrimentos psíquicos a uma sociogênese. Ao seu olhar, as pessoas que ele considera inferiores tem menos chances de sobreviver, mas que isto estava mudando por intervenção humana o que poderia afetar definitivamente os "germes" e as possibilidades de melhorias genéticas da raça humana.

Em que pese suas interpretações higienistas e eugênicas, para alguns tipos de sofrimentos psíquicos específicos ele de fato reconhecia uma sociogênese. Assim, Kraepelin (1908/2007 p. 401 – tradução nossa):

> Por causa de sua estreita relação com os conceitos de dever e pecado, parece que seu surgimento pode ser entendido em termos de um nível superior de cultura. Um exemplo especialmente instrutivo de como as instituições culturais podem produzir imediatamente distúrbios psicogênicos graves pode ser visto no caso da neurose traumática.

Porém, ele não acreditava que a mesma análise se estenderia às psicoses, quando muito as considerava como herança genética de pais alcoólatras ou sifilíticos, o que não deixa de manter uma certa predisposição orgânica da pessoa para sua manifestação. Como também, ao invés de uma análise sociogênica acerca da criminalidade, Kraepelin inverte o olhar e tenta explicar a criminalidade por meio de padrões estabelecidos para o diagnóstico médico, conforme Engstrom (1991 p. 113 – tradução nossa):

> Não surpreendentemente, em vista de sua associação inicial com Lombroso e a inclinação orgânica da psiquiatria na Alemanha Imperial, Kraepelin localizou a causa do

> comportamento criminoso 'na grande maioria dos casos' em uma 'predisposição congênita inferior (angeborene Minderwertigkeit der Veranlagung)'. Embora Kraepelin admitisse que não poderia produzir uma ligação científica direta entre a doença e o crime (baseando sua conclusão em vez da experiência e observação pessoal), ele, no entanto, juntou os dois, circunscrevendo assim o criminoso em um pequeno grau dentro da jurisdição da profissão psiquiátrica.

Talvez, sua aproximação de Lombroso e especialmente sobre a questão da criminalidade tenha se dado mais por questões políticas e pela lógica eugênica e higienista pela qual ele pensava os comportamentos considerados degenerados do que de fato pelas evidências científicas como afirma Engstrom acima. Mas, cabe ressaltar que essa afirmação de Engstrom não condiz, aparentemente, com a conduta do Kraepelin cientista e cético que vimos observado até agora, por isso, somos levadas à nossa análise de que as aproximações entre Kraepelin e Lombroso tenham sido de ordem política ideológica. Cabe ressaltar também, que nos textos de Kraepelin que investigamos não encontramos referências à Lombroso, mas se podemos citar uma influência das ideias de Lombroso em Kraepelin é a interpretação de que a criminalidade podia estar associada a fatores hereditários, por isso ele chega a mencionar a importância da investigação da criminalidade associada a pais alcoólatras e/ou sifilíticos.

De toda forma, em nossa interpretação, Kraepelin mantinha uma postura cautelosa quanto as afirmações causalistas das doenças e afirmava a necessidade dessas passarem por comprovações científicas. Por exemplo, ele não descartava de todo a correspondência entre funções cerebrais e desenvolvimento dos sofrimentos psíquicos, mas mantinha um certo ceticismo quanto a essa afirmação, como podemos ver no trecho a seguir: "**Se** a doença danifica faculdades mentais (além de seu desaparecimento gradual provocado pela falta de uso das funções psíquicas) e como o faz são questões que necessitam de uma investigação mais aprofundada." (KRAEPELIN, 1909-1913/2004, p. 87 – grifos nossos).

De modo geral, os estudos dos fundamentos kraepelinianos nos possibilitou a entender a complexidade do arcabouço teórico-metodológico que Kraepelin desenvolveu, apoiado em princípios fundamentais da Psicologia Experimental. Ao nosso ver, ele não rompe com as ideias de Wundt, mas desenvolve um sistema não apenas nosográfico, mas um modelo de atenção às pessoas em sofrimento psíquico baseado na primazia do diagnóstico, na exclusão do subjetivismo e no desenvolvimento de uma psiquiatria científica que busca na hereditariedade e, mais essencialmente, tributa à hereditariedade a composição biológica necessária ao desenvolvimento de determinados sofrimentos psíquicos.

Kraepelin, não deixou de considerar as questões referentes à sociogênese dos sofrimentos psíquicos, mas não generalizava a todos os sofrimentos psíquicos os fatores imediatamente culturais como desencadeadores dos sintomas. Além disso, para Kraepelin a forma de organização social e sua estratificação em classes, era determinada biologicamente, ou seja, características biológicas herdadas era o que ele acreditava garantir o pertencimento de classe, veremos essas ideias mais detalhadamente no último tópico.

1.3 A Presença dos Fundamentos Kraepelinianos no Modelo Diagnóstico Psiquiátrico Hegemônico

Em 1896, Kraepelin denomina os estados como *dementia praecox*, e estabelece que os critérios essenciais discriminativos deste diagnóstico eram evolutivos e poderia chegar até um quadro grave de degeneração cerebral. O modelo diagnóstico de Kraepelin representa um salto qualitativo na taxonomia, epidemiologia e diagnóstico em psiquiatria em relação aos modelos vigentes, como o de Morel.

Esse é o modelo diagnóstico que dominou todo o início do século XX e se tornou a principal base para as alterações sofridas, em 1980, pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais da Associação Americana de Psiquiatria - APA o DSM que, naquele momento, estava em vias de publicação de sua terceira edição. De acordo com Shorter (2015 p. 21 – tradução nossa): "Com seu famoso livro-texto, a partir de 1883, Kraepelin concebeu a primeira classificação moderna de doenças psiquiátricas; muitos elementos foram incorporados ao DSM, e Kraepelin se eleva hoje sobre o campo da mesma forma que Freud fez uma vez.".

Esta alteração marca a forte influência do movimento denominado "neo-kraepeliniano" que a psiquiatria carrega até os dias atuais. De acordo com Caponi (2011 p. 843): "(...) a recuperação das teses de Kraepelin será iniciativa desse grupo de psiquiatras da Universidade de Washington que, desde o início dos anos 1970, procurava recuperar a hegemonia perdida da psiquiatria biológica.".

A mudança nos critérios diagnósticos representou, na prática, a exclusão das interpretações psicanalíticas e/ou subjetivistas, como compreendiam os psiquiatras que eram contra a psicanálise, dos sofrimentos psíquicos nos manuais de diagnósticos psiquiátricos. Neste sentido, os neo-kraepelinianos deram primazia a um Manual de Diagnóstico cujo conteúdo apresentava e listava os sintomas aparentes, passíveis de observação. Conforme afirmam Engstrom e Kendler (2015 p. 01 – tradução nossa):

> Para a psiquiatria americana pós-psicanalítica dos séculos 20 e 21, Emil Kraepelin (1856-1926) foi um ícone que ajudou a nos guiar para a visão agora dominante da psiquiatria que é médica em orientação, diagnóstico em foco é baseada predominantemente no cérebro. De fato, essa mudança de paradigma na psiquiatria foi chamada de "renascimento" neo-Kraepeliniano ou "revolução" neo-kraepelinianos.

Embora esta organização em listas de sintomas e a descrição do possivelmente observado, sem ilações subjetivas acerca dos conteúdos discursivos apresentados juntos com os sintomas, formam de fato a base do modelo kraepeliniano, um outro aspecto era fundamental a este método, a busca pela etiologia desses sintomas. Esta questão é o que parece ter sido ignorada pelo

movimento neo-kraepeliniano, mesmo sendo parte fundamental do método diagnóstico kraepeliniano, porém, o apagamento, até certo ponto, da busca pela etiologia dos sofrimentos psíquicos, não é suficiente para refutar a influência do modelo kraepeliniano nesse movimento. Como afirma Caponi (2011 p. 844):

> Horwitz (2007), por exemplo, argumenta que não é possível falar de continuidade entre Kraepelin e os neokraepelinianos, pois estes desconsideram uma questão que foi central para o primeiro: **as pesquisas etiológicas.** Existe, no entanto, coincidência na afirmação de que muitas das premissas da psiquiatria clínica de Kraepelin reaparecem nos postulados dos neokraepelinianos.

São essas premissas que balizam os esforços para a produção do manual de psiquiatria em sua terceira edição, como avalia Decker (2007 p. 354 – tradução nossa):

> O DSM-III e o DSM-III-R foram classificações neo-kraepelinianas por serem descritivos, evitando etiologias psicanalíticas, enfatizando que a psiquiatria era decididamente uma parte da medicina e enfatizando a importância de estudos de seguimento e histórias familiares. Os DSMs, no entanto, não seguiram Kraepelin de uma maneira importante: eles se recusaram a especular sobre a etiologia, algo que Kraepelin fez livremente.

Engstrom e Weber (2007 p. 268 – tradução nossa), porém, faz uma análise crítica ao movimento neo-kraepeliniano na Psiquiatria do DSM-III:

> Eles repetidamente evocaram seu legado em apoio aos esforços para fortalecer o modelo biomédico de transtorno mental, manter o status da psiquiatria dentro das profissões de saúde mental e reforçar sua posição como uma especialidade baseada em pesquisa dentro da medicina (Mayes e Horowitz, 2005; McCarthy e Gerring , 1994). Em outras palavras, o que alguns descreveram como uma mudança de paradigma “revolucionária” (Compton e Guze, 1995; Klerman, 1989: 31) na psiquiatria ao longo do último quarto de século foi de mãos dadas com o recurso ao nome e ao trabalho de Kraepelin. Mas na medida em que as mudanças "revolucionárias" na psiquiatria contemporânea refletem um retorno aos preceitos kraepelinianos, essas mudanças podem ser mais apropriadamente descritas como uma "restauração" ou melhor, talvez, como uma "instauração" neobaconiana (Bacon, 1960 [1620]). Assim como a tentativa de Francis Bacon de restabelecer os fundamentos da ciência em fundamentos empíricos e experimentais após a longa e supostamente obscura Idade Média, os neo-kraepelinianos também se veem retornando aos primeiros princípios científicos após o suposto interlúdio equivocado da psiquiatria psicodinâmica.

Contudo, o retorno à Kraepelin, parece-nos um caminho coerente no sentido de que a busca dos neo-kraepelinianos era justamente por estudos que fossem de base científica-experimental e

que não deixassem margem para as interpretações subjetivistas, como o próprio Engstrom analisa na citação acima. E, dessa maneira, não se constitui uma incoerência entre um retorno à Bacon e à Kraepelin, pois este último, era um entusiasta e muito se apoiou no método experimental em Psiquiatria, sempre fundamentado pela Psicologia Experimental de Wundt[6] quem, por sua vez, se inspira no conceito de "indução" de Bacon, como explicita Araújo (2016) acercas das ideias que balizaram a Psicologia Experimental e o próprio Wundt (2018) em "A fundamentação da Psicologia Científica". Sobre isto, também Decker (2007 p. 339 – tradução nossa) afirma:

> Além disso, a devoção de Kraepelin à pesquisa empírica é lendária. Dois exemplos bastam: muito cedo em sua carreira, ele ficou sob a tutela de Wilhelm Wundt (1832-1920), o pai da psicologia experimental. Enquanto em sua primeira cátedra em Dorpat (Tartu) na Estônia, então sob domínio russo, Kraepelin montou seu próprio equipamento para a medição de reações mentais, bem como os efeitos mentais de drogas, cafeína, chá e fadiga. Ele queria aplicar os métodos de Wundt à psiquiatria para construir categorias de doenças separadas (Engstrom, 1995: 294).

Por isso, sob a justificativa da lógica da neutralidade científica, o movimento neo-kraepeliniano acredita (re)posicionar a psiquiatria no campo das ciências modernas de observação e análise de dados.

O refutamento da psicanálise neste campo também se dá sob influência dos novos tratamentos que surgiam na época, por exemplo, o uso da insulina para diabetes, como aponta Shorter (2015 p. 22 – tradução nossa): "Os novos tratamentos colocaram em risco a primazia da psicanálise, com sua limitada paleta diagnóstica de "psiconeurose", e desencadearam um novo gosto por "cortar a natureza nas articulações", ou encontrar diagnósticos que correspondam a entidades de doenças naturais.".

[6] Discorreremos mais detalhadamente acerca da proximidade entre Kraepelin e Wundt mais a frente, o que já apontamos também em outros momentos (FURTADO, 2022).

Assim, retoma-se o modelo kraepeliniano que tinha também por objetivo acompanhar as outras áreas da ciência médica, mas além disso, tal como as outras áreas da medicina, compreendia a patologia como desenvolvimento natural, inscrita em um substrato biológico cuja pesquisa empírica e descrição deveria, portanto, seguir os padrões das ciências naturais. Este é o fundamento básico, kraepeliniano, que os neo-kraepelinianos tomam para a constituição do DSM-III.

É preciso fazer um destaque importante aqui, a partir das críticas de Engstrom e Weber (2007) às referências à Kraepelin na construção do DSM-III, e ao movimento auto-intulado "neo-kraepeliniano", a partir das contribuições críticas dos movimentos de rompimento com o modelo kraepeliniano na década de 1970, alguns setores da Psiquiatria assumiram as afirmações feitas por Engstrom e Weber (2007) ao afirmarem que os modelos diagnósticos contidos no DSM, a partir do DSM-IV não são mais de base kraepeliniana[7].

Embora, o próprio Engstrom em outro texto publicado em 2021, em colaboração com outros dois pesquisadores afirmem categoricamente a importância de Kraepelin na Psiquiatria atual: "A estrutura e a estrutura conceitual de nosso atual sistema de diagnóstico em psiquiatria remontam a Emil Kraepelin (1856-1926)" (HECKERS, ENGSTROM e KENDLER, 2022 p. 01 – tradução nossa). Esta é a primeira frase do artigo e nele os autores discorreram sobre as influências kraepelinianas no sistema diagnóstico psiquiátrico, por seu entendimento quanto a natureza dos sofrimentos psíquicos.

O que estamos defendendo aqui é que, justamente, as bases centrais das ideias de Kraepelin, apoiadas em Wundt, têm um fundamento radical no entendimento dos fenômenos psicológicos tal

[7] Em 2022, tive um trabalho recusado de ser publicado em uma revista de história da Psiquiatria sob a seguinte justificativa: "a afirmação de que "as ideias kraepelinianas são retomadas, agora, a partir da década de setenta do século XX, e na primeira década do século XXI", que repete um lugar comum que não é confirmado por análises históricas, pois do fato de um grupo de influentes psiquiatras se autodenominar neokraepelinianos e colocar Kraepelin na posição de patrono da terceira edição do DSM não decorre que isso, de fato, seja verdadeiro, a menos que se tenha uma visão anacrônica (sobre esse ponto, ver um artigo de Engstrom e Weber, entre outros)."

como os naturais. Esta era uma inquietação de Wundt sobre o que ele considerava um atraso das ciências psicológicas em relação às outras áreas da ciência que evoluíram a partir da ciência natural, como afirma Araújo (2007 p. 42-43):

> O elemento principal deste primeiro texto teórico de Wundt é o caráter preponderantemente metodológico da proclamada reforma da psicologia. Tomando sempre como base a história das ciências da natureza, Wundt vê tanto seu progresso quanto seu enorme sucesso como resultado de uma revolução nos métodos de investigação. A psicologia, contudo, vinha se mantendo até então alheia a todo esse processo revolucionário ocorrido na ciência natural.

E, se os fenômenos psicológicos são naturais, logo, para Kraepelin os psicopatológicos também o são, como afirmam Heckers et. al. (2022 p. 01 – tradução e grifos nossos):

> Cem anos após sua publicação, chegamos a uma conclusão diferente. Kraepelin, de fato, manteve-se firme em **seu principal princípio, ou seja, que as doenças mentais são tipos naturais**. Mas, em resposta às críticas de sua pesquisa clínica, ele agora articulou uma exploração mais sutil da personalidade e do ambiente como fatores causais para doenças psiquiátricas. Lemos o artigo de 1920 não como uma refutação de sua nosologia, mas como uma evolução de suas ideias originais em um esforço para abordar as contribuições de uma nova geração de psicopatologistas alemães.

Outro fundamento kraepeliniano nos parece ter influenciado o movimento revolucionário neo-kraepeliniano, o quanto Kraepelin irá repudiar as ideias psicanalíticas para a construção de critérios diagnósticos. Assim, Kraepelin (1919 p.250 citado por Decker, 2007 p. 340) ratifica:

> Encontramos em toda parte os traços fundamentais característicos da tendência freudiana de investigação, a representação de suposições e conjecturas arbitrárias como fatos seguros, que são usados sem hesitação para a construção de castelos sempre novos no ar cada vez mais altos, e a tendência à generalização além da medida a partir de observações isoladas. ... Como estou acostumado a caminhar sobre o fundamento seguro da experiência direta, minha consciência filistéia da ciência natural tropeça a cada passo em objeções, considerações e dúvidas, sobre as quais a provável torre de imaginação dos discípulos de Freud os carrega sem dificuldade. ".

Diante do exposto até aqui, não nos parece que o movimento denominado neo-kraepeliniano tenha sido um movimento simplista, de psiquiatras influentes e que, sem qualquer fundamento, tenham reivindicado o nome de Kraepelin como patrono de sua ciência. O que pudemos notar, é que os objetivos desse retorno à Kraepelin são explícitos: ratificar a ideia dos

sofrimentos psíquico como naturais e, assim, afastar toda e qualquer interpretação subjetivista idealista do diagnóstico psicanalítico. O fundamento do modelo kraepeliniano permanece[8] na base das edições do DSM III, IV, V...

A questão central em Kraepelin e nas edições do DSM que pautam o modelo de se fazer diagnóstico é justamente o apoio no modelo biomédico, materialista e experimental que vimos tecendo a crítica desde o primeiro capítulo desta tese. Se por um lado os historiadores afirmam que o DSM remonta à Bacon, por outro não se pode negar a influência de Bacon no desenvolvimento das ciências médicas a partir dos métodos das ciências naturais. Foi isso que fez Wundt, como demonstrou Araújo (2007), com a Psicologia Experimental que, como veremos, exerceu forte influência no desenvolvimento da Psiquiatria de Kraepelin. Neste sentido, como afirma Jablensky (2007 p. 385 – grifos e tradução nossas): "(...) a nosologia categórica construída por Kraepelin ganhou aceitação mais ou menos geral e suas características **essenciais** ainda estão claramente presentes na CID-10 (OMS, 1992) e DSM-IV (APA, 1994).".

O que torna ainda válida a afirmação de Berrious e Hauser (2013) “A psiquiatria ainda vive em um mundo kraepeliniano e seus praticantes não podem escapar da ofuscante adoção de sua ‘episteme.” (pág. 127). Pois, é isso, ainda hoje a episteme kraepeliniana faz parte do método de se fazer diagnóstico, a lógica que ele desenvolveu segue presente. Como Freitas e Amarante (2015 p. 48-49) descrevem:

> Mas por que Kraepelin, e não Freud, Bleuler ou Jaspers - outros grandes nomes da área *psi*? Simplesmente porque a ele devemos a abordagem até hoje dominante para a construção de categorias diagnósticas. E qual a lógica aplicada por ele? A mesma da medicina, em geral;

[8] Mesmo Engstrom, que é mundialmente reconhecido como um importante historiador da vida e obra de Kraepelin, não sucumbe de todo à negativa da não influencia de Kraepelin ao DSM, inclusive, ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas é possível notar como Engstrom assumiu, em um primeiro momento um crítica mais contundente remontando a tradição científica do DSM à Bacon, mas não nega de todo a influência de Kraepelin e recentemente, como pudemos notar, têm defendido isto. O trabalho de 2021 de Engstrom, não chega a ser um contraponto ao de 2007, porque no de 2007 ele não nega a influência de Kraepelin non DSM, mas aponta para a ênfase ao método baconiano, que estamos, aqui, demonstrando como este fez parte da construção do método de Kraepelin via Wundt.

> aquela com qual qualquer estudante de medicina lida desde o início de seus estudos, qual seja: processos semelhantes de doenças levam a manifestações semelhantes - sob a forma de sintomas; o que, por sua vez, implica uma suposta anatomia patológica, bem como uma suposta etiologia.

Sabemos, que Kraepelin tinha críticas sérias quanto a anatomia patológica dos sofrimentos psíquicos, contudo isso não o impediu de agrupar processos semelhantes com manifestações semelhantes em uma mesma classe diagnóstica ou a busca pela etiologia. E o fez, por meio dos métodos de experimentação da Psicologia Experimental.

A importância de Kraepelin, portanto, está para além do desenvolvimento do diagnóstico diferencial entre a de "*Dementia Praecox*" e a "Psicose maníaco-depressiva", ele é o responsável por inserir na Psiquiatria a lógica da construção diagnóstica baseada no modelo biomédico. Esta lógica que está na base de toda a medicina e que analisamos no capítulo primeiro, tem por base essencial a ideia de que as patologias (sejam elas do organismo e, com Kraepelin, as do psíquico) se manifestam por condições dadas no organismo biológico, por meio da hereditariedade e da genética e que as condições externas (sociabilidade, cultura, infecções que possam desencadear algum tipo de delírio, etc.) apenas desencadeiam na pessoa um processo de adoecimento para o qual a pessoa já estava predisposta por suas características biológicas herdadas. É desta forma que Kraepelin vai compreender os sofrimentos psíquicos e a influência da cultura, segundo Heckers *et. al.* (2022 p. 03 – tradução nossa):

> Ou seja, uma infecção cerebral do Treponema pallidum não causa diretamente delírios grandiosos, mas libera desejos psicológicos já presentes na mente/cérebro do indivíduo. A cocaína não causa alucinações diretamente, mas perturba os caminhos perceptivos que são então interpretados como ácaros ou piolhos. Kraepelin está sugerindo que os sintomas não surgem diretamente das causas, mas surgem em reação às causas dos "mecanismos pré-formados" reativos (p. 13). Ele via formas clínicas semelhantes como caminhos comuns finais para o que poderia ser um conjunto diversificado de fatores etiológicos.

Podemos notar que, de acordo com os autores acima citados, Kraepelin não entendia uma correspondência direta de causa e efeito para o aparecimento dos sofrimentos psíquicos, mas uma

forma mais complexa dessa relação e entendia que os conteúdos dos delírios eram formados por características individuais de cada pessoa, o que estava diretamente relacionado com sua cultura e, como Kraepelin acreditava, com sua raça. Assim, os conteúdos externos aparecem como componentes do processo patológico não como causadores, com isso, ao que nos parece, Kraepelin mantém sua noção de sofrimentos psíquicos como naturais e, apesar de não concordar com a correspondência simplista anatomopatológica, apontando para causas endógenas e psicológicas e por perceber alguns processos mórbidos na manifestação da doença, mantém-se na lógica do modelo biomédico como o fez desde o início de suas investigações.

Por esta base, somada as suas experiências em Psicologia Experimental que ele também pode ser reconhecido como responsável por introduzir os primeiros estudos sobre psicofármacos, embora esta faceta seja a menos conhecida.

Por isso, a história da própria psiquiatria moderna enquanto área de especialidade da medicina se confunde com a do desenvolvimento do modelo kraepeliniano. E, como demonstramos, seu modelo de classificação nosográfica é ainda referência para diagnóstico em Saúde Mental, assim, Heckers et. al. (2022 p. 07 – grifos e tradução nossas):

> Como avaliamos o estado da psiquiatria agora, 100 anos após o artigo de Kraepelin? Por um lado, o debate sobre a validade e utilidade da classificação psiquiátrica continua **inabalável**. Alguns têm defendido novas abordagens, incluindo o Research Domain Criteria (RDoC) ou uma Hierarchical Taxonomy of Psychopathology (HITOP). Outros propuseram modelos dimensionais e de estágios como alternativas às categorias de doenças. Essas várias propostas discordam sobre o conceito ideal de transtorno psiquiátrico/mental, mas todas concordam que a classificação é necessária tanto para a prática clínica quanto para a pesquisa.

Podemos afirmar, pois, que: é com Kraepelin que a Psiquiatria alcançará status de ciências para sua época. É por este motivo que ele é considerado “patrono” da Psiquiatria Moderna, porque foi ele quem desenvolveu uma forma metodológica de diagnóstico e nosologia dos sofrimentos

psíquicos, que lhe permitiu solucionar um dos principais problemas da psiquiatria de sua época: a diferenciação entre a demência precoce e a psicose maníaco depressiva.

Tal feito só foi possível com o estabelecimento de um método orientado de se fazer ciência, apoiado nos fundamentos teóricos e metodológicos wundtiano, que partem do materialismo baconiano. Importando os procedimentos metodológicos das ciências naturais, que privilegiam o estudo dos fenômenos por meio do possivelmente medido e, principalmente, observável pelos órgãos dos sentidos e não passível de interpretações que vão além do trabalho de abstração da razão sobre os dados coletados.

Kraepelin, assim, conseguiu assentar as bases da moderna psiquiatria no modelo biomédico afastando, assim, análises metafísicas e interpretativas subjetivistas, criando o sistema de classificação nosográfica fundamental para Psiquiatria atual. Como afirma Caponi (2011 p. 847):

> Por sua vez, Kraepelin e os neo-kraepelinianos compartilhavam a mesma preocupação de criar uma classificação confiável e objetiva das doenças mentais, baseada nos postulados das ciências biológicas e médicas. Queriam construir um saber tão seguro quanto anatomoclínica. Almejavam poder determinar, a partir de um conjunto de sintomas, a causa exata, o diagnóstico e a terapêutica das doenças mentais, com tanta precisão quanto de uma doença infecciosa. Eles tinham clareza do alcance limitado das pesquisas biológicas, neurológicas ou de anatomopatologia cerebral realizadas até esse momento, mas imaginavam um futuro no qual a ciência biológica seria capaz de desvendar os segredos do cérebro para finalmente conhecer as causas das patologias psíquicas.

Não apenas os segredos do cérebro, mas também os desvendamentos do processo hereditário, o que ganhou novo fôlego nos anos 2000 com o Projeto Genoma e, como já vimos discutindo no capítulo 1, deu novos ares às investigações etiológicas das psicopatologias apoiadas, agora, na ideia da herança genética. O que não deixa de estar em coerência com os fundamentos kraepelinianos que acreditava na hereditariedade como fator gerador dos sofrimentos psíquicos mais graves.

Nossa compreensão sobre o que se mantém na psiquiatria do modelo kraepeliniano, está para além da sua nosografia, mas radica na interpretação biomédica que Kraepelin dá aos sofrimentos psíquicos, quando Caponi aponta que os "neo-kraepelinianos" almejavam um sistema nosográfico para poder definir o tratamento e prever o curso da doença, ela demonstra as bases do modelo biomédico. Que consiste, como já demonstramos no capítulo 1, na ideia de que o processo de adoecimento está inscrito no corpo biológico, que têm as predisposições natas para o aparecimento deste ou daquele tipo de doença e que os fatores externos apenas despertam ou favorecem a expressão de determinada doença. Ora, é justamente o que Kraepelin entende dos sofrimentos psíquicos, em sua discussão sobre a sociogênese desses sofrimentos ele deixa explícito seu posicionamento, como também seu alinhamento ideológico ao higienismo e a eugenia, são frutos de sua compreensão biomédica dos processos de sofrimentos psíquicos.

Assim, para nós, a inscrição dos sofrimentos psíquicos no modelo biomédico é o que se mantém do modelo kraepeliniano na psiquiatria hegemônica atual, pois, há ainda, como demonstramos a ênfase na busca pela etiologia dos sofrimentos psíquicos na hereditariedade genética; a crença na pré-disposição psicológica ou biológica individual para a manifestação do sofrimento psíquico e, consequentemente, a prática clínica hegemônica é fundamentalmente kraepeliniana no sentido de que mantém a centralidade no diagnóstico, pois é ele que determina as formas de intervenção médica para sanar o problema. Por exemplo, o médico pode decidir por este ou aquele medicamento, mas também, fica centrado no diagnóstico a decisão médica de encaminhar ou não a pessoa em sofrimento psíquico para outros tipos de terapêuticas e intervenções, como por exemplo, a psicoterapia. Contudo, cabe ressaltar que não só a medicina se apropriou do modelo biomédico para os sofrimentos psíquicos, como também a psicologia

hegemônica atual, que se vê incapaz, diante de determinados sofrimentos, lançar mão de métodos e técnicas psicológicas sem o apoio, por exemplo, da medicação.

Há ainda uma última consideração a se fazer, é possível que a Psicologia de Wundt encontre pouca expressão nas ciências psicológicas atualmente, se não houve esta continuidade na Psicologia, podemos, certamente afirmar que a Psicologia Experimental de Wundt chega aos dias de hoje por meio da ciência e prática psiquiátrica hegemônica influenciada pelos fundamentos kraepelinianos.

1.4 Da análise onto-histórica do modelo kraepeliniano

A compreensão dos fundamentos do modelo kraepeliniano, o desvelamento de suas bases teórico-metodológicas e político-ideológicas e como essas estão expressas em sua nosografia e prática clínica, são importantes para analisarmos as influências desse modelo na psiquiatria hegemônica atual. A Psicologia Experimental, mas também as referências ao método clínico de Kahlbaum e as ideias da hereditariedade neo-lamarckiana e epigenéticas, assentaram o modelo kraepeliniano nas raízes mais profundas do paradigma biomédico: a ontologia humana determinada pela constituição biológica do corpo.

É esta noção de natureza humana, como determinada pelo biológico, que fundamenta o modelo kraepeliniano de diagnóstico e sustentam as práticas diagnósticas e condutas clínicas da psiquiatria hegemônica até os dias atuais como buscamos demonstrar no item anterior, apoiadas nas discussões de Decker (2007); Jablensky (2007); Berros & Hauser (2013); Freitas & Amarante (2015); Heckers *et. al.* (2022). Foucault (2008 p. nd – versão Epub). que assim explicita as bases do modelo biomédico na nosologia kraepeliniana:

> Se se define a doença mental com os mesmos métodos conceituais que a doença orgânica, se se isolam e se se reúnem os sintomas psicológicos como os sintomas fisiológicos, é

> porque antes de tudo se considera a doença, mental ou orgânica, como uma essência natural manifestada por sintomas específicos. (...) Estas análises têm a mesma estrutura conceitual que as da patologia orgânica: em ambas, mesmos métodos para distribuir os sintomas nos grupos patológicos, e para definir as grandes entidades mórbidas.

Sem cair em uma crítica anacrônica, é importante entender que o modelo de diagnóstico e compreensão dos fenômenos humanos de Kraepelin com base nas ciências naturais, é uma opção teórico-metodológica que, por sua vez, compunha com suas concepções político-ideológicas, como veremos a seguir. Em que pese ainda, que Kraepelin tenha sido contemporâneo de Freud (ambos nasceram no mesmo ano) e tinha 11 anos de idade quando Marx publicava o primeiro volume de sua obra *O Capital*. É certo que em meados do século XIX e início do século XX as ciências naturais tenham ganhado maior destaque e sido privilegiada com o título de "ciência" em detrimento de todos os outras formas teórico-metodológicas de se apreender um fenômeno, e que por vezes nos referimos ao feito de Kraepelin por inserir a Psiquiatria no "fazer ciência de sua época", é necessário destacar que a opção teórico-metodológica calcada no modelo das ciências naturais não era a única forma de conhecimento na época de Kraepelin e por isso, reforçamos que foi uma opção do autor.

Ironicamente, a crise do modelo kraepeliniano recai justamente em sua bem-sucedida opção teórico-metodológica. Os limites do modelo kraepeliniano está, sobremaneira, no sucesso que a psiquiatria kraepeliniana obteve em inscrever os fenômenos do sofrimento psíquico no rol das especialidades médicas, partindo da concepção científica de que os fenômenos psíquicos são essencialmente naturais, e radicada no modelo biomédico.

O estudo dos fundamentos teórico-metodológicos de Kraepelin nos mostrou a complexidade de sua compreensão do fenômeno psicológico, e nos ajudou a desfazer alguns mal-entendidos quanto à crítica ao seu modelo. Munidas desse conhecimento, queremos agora apontar uma crítica radical aos fundamentos kraepelinianos de se fazer Saúde Mental. No entanto, algumas

contextualizações históricas merecem ser feitas aqui, para que possamos também desvelar as concepções político-ideológicas de Kraepelin e como estas impactam em sua psiquiatria.

Uma pequena digressão pela história da própria Alemanha, pode nos auxiliar na compreensão dessas influências na obra de Kraepelin. A Alemanha foi dos últimos países do centro europeu a vivenciar uma revolução burguesa, a unificação do Estado Alemão e a redução do poder do clero se dá com Bismarck. Embora Bismarck não fosse um representante da burguesia alemã e estivesse a serviço do império e, portanto, da aristocracia, é ele quem consegue a unificação dos principados alemães em uma única nação, o Império Alemão. Este fato abre espaço para a modernização industrial da Alemanha, o que, por sua vez, culminou no fortalecimento da burguesia e, principalmente, no modus burguês de produção da vida dentro do Estado Alemão. (ELIAS, 1997)

A industrialização do Estado Alemão representará a derrocada da aristocracia e despertará em Kraepelin um ativismo político veemente contra as novas formas de sociabilidade, até mesmo contra a instauração do regime democrático. A partir do evolucionismo darwinista, Kraepelin entendia que características boas eram herdadas e estas características eram o que garantiam às pessoas pertencentes às classes mais altas (aristocracia, por exemplo). A esse respeito Kraepelin (1919 p. 181 citado por Engstrom, 1991 p. 130 – tradução nossa) afirma:

> A ascensão de certas classes a posições confortáveis e importantes na vida deve ter dependido desde o início de que elas provassem sua coragem na luta por existência (Dasein Kampf). A luta garantiu-lhes uma posição superior em seu ambiente. Além disso, pode-se supor que seus traços positivos foram herdados e, portanto, que as gerações posteriores de uma antiga linhagem familiar que defendeu sua posição ao longo dos séculos manteve, até certo ponto, aquelas características que uma vez facilitaram sua existência Por outro lado, parece óbvio que os ancestrais daqueles pertencentes às classes mais baixas não possuíam, em geral, características que os equipassem para realizações extraordinárias e, portanto, não poderiam transmitir tais características.

Nesse pequeno trecho estão explicitadas as determinações biológicas na concepção de natureza humana e, consequentemente, uma explicação de como a organização social também

deriva do substrato biológico. Com este argumento, de acordo com Engstrom (1991) Kraepelin reforçou a ideia de que a democracia parlamentar era um erro, pois permitiria a ascensão ao poder de alguém de uma "classe inferior" e que, portanto, de acordo com as crenças dele, não estaria preparada para assumir um cargo de administração de um país, como os pertencentes às classes nobres que eram geneticamente mais bem preparados.

É interessante notar que, as ideias sobre os caracteres adquiridos e repassados geneticamente à prole, princípio da epigenética também está na base do discurso eugênico de Kraepelin transcrito acima. Engstrom (2007 p. 393 – tradução nossa), na introdução da publicação da tradução para língua inglesa de *On the Question of Degeneration*, enfatiza as raízes neolamarckianas de Kraepelin: "Kraepelin via os efeitos da cultura como contribuindo para uma deterioração, na verdade para a degeneração do indivíduo e da "raça". Em outras palavras, ele não estava promovendo visões mendelianas, mas neolamarckianas para apoiar sua agenda higiênica."

Podemos notar com esse exemplo como a ideologia estava atrelada às interpretações científicas de Kraepelin, embora se possa achar e/ou afirmar que o seu modelo nosográfico e psiquiátrico é um "modelo neutro" a explicitação de seus intensões políticos-ideológicas fica evidente na forma como ele utiliza a epigenética para apoiar seus ideais reacionários. Engstrom (2007 p. 396 – tradução nossa) é enfático em afirmar que:

> Há pouca dúvida de que a eugenia e a higiene racial influíram de maneira especialmente poderosa na terceira etapa do trabalho de pesquisa de Kraepelin. Mas **vale considerar a relação entre dois vetores componentes na trajetória desse trabalho**: de um lado, um vetor clínico e diagnóstico que insistia na coleta mais abrangente de dados do paciente; e, por outro lado, um vetor eugênico impulsionado pelos espectros sócio-políticos e higiênicos da teoria da degeneração. Em vez de justapor esses dois vetores componentes como duas faces de Kraepelin, poderíamos ser mais bem servidos se tentarmos transformá-los em explicações mais sutis e plausíveis de seu trabalho. Ao ilustrar a gama mais ampla de motivos, práticas e utilidades que impulsionam a pesquisa psiquiátrica de Kraepelin, este Texto Clássico [*On the Question of* Degeneration] pode nos ajudar a evitar polaridades janusianas fáceis e, em vez disso, nos dar um quadro mais rico que explica suas preocupações neolamarckianas e epidemiológicas. E, finalmente, para aqueles que

> costumam descrever Kraepelin como um “Mendel psiquiátrico”, este texto sugere que ele era mais um epigeneticista do que supúnhamos até agora.

O desvendamento dos fundamentos kraepelinianos nos ajudaram a entender como a relação entre os dois vetores acima apontados, suas intenções explicitamente direcionadas para um posicionamento de classe, em defesa da manutenção do Império Alemão unificado, conformam uma teoria eugênica e higienista que, longe de ser ambígua e multifacetada, é política e ideologicamente orientada.

Do mesmo modo, quando apresentamos os nexos da Determinação Social da Saúde utilizamos das bases da epigenética como um dos fatores que nos fazem delinear as possibilidades do rompimento com o modelo biomédico, Kraepelin os utiliza para ratificar esse modelo. A diferença aqui se dá no uso político-ideológico que ambos fazemos da teoria, se Kraepelin busca afirmar seu modelo, nós buscamos o rompimento com ele, não apenas com o modelo biomédico, mas buscamos demonstrar como os fatores externos podem afetar os indivíduos e se tornar fonte de adoecimento.

As diferentes interpretações de uma mesmas teoria, mais do que ser apenas político-ideológicas, radica na orientação teórico-metodológica que optamos utilizar para analisar os dados bibliográficos, por entendermos que a noção de totalidade, constituída pela dialética universal-particular-singular nos fornece as ferramentas necessárias a uma análise não apenas da obra do autor em si, mas transcender os dados bibliográficos, buscando suas raízes histórico e sociais de uma teoria é essencial para apreendermos a relação entre os dois vetores – suas posições políticas e o desenvolvimento de suas ideias – que que compõem o arcabouço teórico-metodológico kraepeliniano.

Desnudar as intenções de classe orientada nas ciências é fator fundamental para que demonstrar que não se trata apenas desta ou daquela teoria, mas sim de sua fundamentação mais

radical que não foge às questões sociais de um tempo histórico determinado, tampouco, das políticos-ideológicas. Enquanto nós fazemos ciência em busca de desvelar os malefícios do modo de produção capitalista, buscando superar a naturalização das relações humanas dadas, para a emancipação das pessoas para que todas possam viver numa sociedade equânime. Eles fazem ciência para justificar e manter o *status quo*.

O desenvolvimento da ciência em Kraepelin não reduzida apenas a sua defesa eugênica, expõe que o debate não pode se concentrar numa ideia de uma formulação rudimentar e racionalmente superada pela modernidade. Também não se trata somente de frisar suas contribuições racionais e pensar sua herança circunstancial, pela defesa dos neo-kraepelinianos, ou pela crítica meramente política. O âmago da análise de como o adoecimento, em especial, o adoecimento psíquico e, em última instância, a esquizofrenia, foi tratada e retratada pelo autor, está na apresentação das suas mediações até os pressupostos naturalizadores, mesmo diante de seus esforços para a complexidade de sua teoria.

O cerne está na transformação do que é histórico e social em um pressuposto fisiológico; está na constituição de formulações que podem avançar em determinados procedimentos, alcançar a descrição de sintomas, pensar estímulos físico-químicos para estes e, por sua base forjada nas ciências burguesas, constituírem promoções do não conhecimento da essência desse processo e sua expressão social de totalidade. Por isso, a centralidade da questão é como esta formulação tão radicalmente vinculada com o conservadorismo expõe as principais características basilares de onde parte o não reconhecimento da determinação social, impedindo o descortinamento das mediações e, assim, impossibilitando a reflexão crítica das consequências e dos fundamentos que precisam ser analisados e enfrentados se houver o rigoroso interesse de alcançar a raiz dos processos de sofrimento psíquico.

Da constituição teórica sobre a psiquiatria até as consequentes análises que afirmam a necessidade de preservação da raça e da falta de características herdadas pelos sujeitos empobrecidos para assumirem cargos eletivos na administração pública, há em Kraepelin todo um processo descritivo dos impactos na saúde da população alemã diante da modernização da vida, isto é, do desenvolvimento industrial e do amadurecimento da vida urbana. Assim, Kraepelin (1908/2007 p. 402 – tradução nossa) afirma:

> Um efeito comum de todas as facetas da domesticação é o enfraquecimento dos impulsos naturais. Como qualquer outra habilidade, os impulsos naturais devem ser usados para preservá-los. O impulso de autopreservação perdeu sua influência exclusiva sobre a volição devido à proteção concedida aos indivíduos diante dos perigos da vida e, não menos, às exigências sociais e religiosas do auto sacrifício. O suicídio é um exemplo do completo colapso do impulso de autopreservação. É virtualmente desconhecido nas populações nativas e floresce melhor em grandes centros culturais. A fome e o sono também há muito perderam sua confiabilidade como impulsos. Comemos sem fome e cada vez mais criteriosos na escolha e preparação das refeições; levamos uma vida noturna sem sentido que bane o cansaço, para só então recuperá-lo arduamente tomando remédios para dormir. Consequentemente, os distúrbios alimentares e especialmente do sono estão entre os sintomas mais comuns das condições psicopáticas.

Ao descrever as condições da urbanização, Kraepelin se preocupa com a interrupção dos processos naturais, em certo momento nesse mesmo texto ele afirma que esta forma de sociabilidade chega a interromper os processos de seleção natural que para ele eram fundamentais para garantir o equilíbrio e a melhoria da raça humana. Por isso, suas comparações com povos originários e indígenas de outros países. Sua preocupação diante do avanço da modernização vai ao encontro de suas crenças científicas da importância da manutenção dos processos naturais, de que os seres humanos como seres naturais não devem se afastar da natureza em um processo de civilização, pois, é este afastamento que, em sua visão é adoecedor e nisto consiste a raiz de suas análises sociogênicas.

Kraepelin foi testemunha do processo de industrialização da Alemanha, das transformações da sociabilidade aristocrática para o modo de vida burguês. Por isso, Kraepelin (1908/2007 p. 402 – tradução nossa) analisa:

> De maneira totalmente diferente, a retirada da natureza influencia os processos que chamamos de proletarização. A consequência mais grave da pobreza urbana não é apenas a má alimentação, mas sobretudo a falta de ar fresco, luz, sol e liberdade de movimento, bem como os danos morais causados pelas condições de vida superlotadas e pelas onipresentes tentações da vida urbana. Esse tipo de domesticação, que como a flacidez floresce especialmente bem nas grandes cidades, resulta em atrofia e enfraquecimento da vitalidade. (KRAEPELIN, 1904/2007 p. 402 – tradução nossa)

Neste sentido o que adoece, para Kraepelin, é essencialmente o afastamento de das condições naturais, como afirma Engstrom (2007 p. 393 – tradução nossa):

> De fato, o que é mais surpreendente sobre este Texto Clássico é que Kraepelin quase não investiga os perigos que fatores genéticos ou toxinas bioquímicas representam para o plasma germinativo. Em vez disso, seu argumento era decididamente socio e psicogênico: ele estava interessado principalmente nos perigos representados pela cultura e pela civilização, acreditando que eles impunham fardos pesados, até mesmo debilitantes, à evolução humana. A alta cultura e as "experiências de vida" ameaçavam não apenas revogar as leis darwinianas da seleção natural, protegendo os seres humanos de seu ambiente, mas também interferir diretamente no desenvolvimento das células germinativas.

Kraepelin acreditava que as condições acima descritas facilitariam o processo de proliferação da sífilis e do alcoolismo, por isso, defendia uma política higienista como profilaxia. Mas sua preocupação maior era com a possibilidade de degeneração da raça diante das novas condições criadas pela sociabilidade burguesa. Assim, Kraepelin (1908/2007 p. 402-403 – grifos e traduções nossas), assevera:

> Se examinarmos a longa lista de influências culturais nocivas – **e dificilmente podemos negar que a cultura civilizada tem um papel a desempenhar na causa de certas formas de loucura degenerativa** – então devemos, acima de tudo, determinar até que ponto esses perigos afetam não apenas os indivíduos, mas também nossos raça inteira também. Dados os fatos da hereditariedade, devemos assumir que aquelas experiências de vida que influenciam a vida do corpo como um todo [Gesamtleben des Körpers] não deixam intocadas as células germinativas em desenvolvimento, mas podem de alguma forma interferir nas propriedades que governam as vidas das gerações futuras. Se esta suposição estiver correta – e somente ela pode contribuir para nossa compreensão do processo de desenvolvimento – então, além dos efeitos nocivos da cultura sobre o indivíduo, teremos ainda que assumir uma deterioração progressiva da raça em certas direções, isto é, uma degeneração da corrida. No entanto, as forças compensatórias se opõem a esses efeitos nocivos a todo momento. Certamente uma das forças de compensação mais importantes é o enorme capital de tenacidade natural que adquirimos ao longo de incontáveis gerações. Essa riqueza de tenacidade não pode ser permanentemente esgotada por uma criação pobre ao longo de relativamente poucas gerações. O conhecido exemplo dos judeus, com sua forte disposição para doenças nervosas e mentais, ensina-nos que a domesticação – tão avançada no caso deles – certamente também deixa sua marca distinta na raça.

As contradições e as explicitações de um autor do início do século XX, evidenciam a decadência ideológica da burguesia, constituindo um conjunto de posições mascaradas de neutralidade. Descrever questões sociais com pressupostos naturalizadores são mecanismos

frequentes de sujeitos reacionários na passagem do feudalismo para o capitalismo, afinal, dos socialistas utópicos, passando pelo Clero e por toda a aristocracia feudal, a conjunção de distintas posições demonizava as mudanças da revolução burguesas enquanto romantizavam o regime feudal.

Assim, como na Determinação Social da Saúde, Kraepelin assume os efeitos nocivos da cultura e da reprodução do modo de produção capitalista pós-revolução industrial, sua análise das influências da cultura faz com ele entenda que as próximas gerações estariam comprometidas em qualidade racial, do mesmo modo que no discurso sobre a predisposição genética herdada para fazer parte de uma classe social mais abastada, aqui ele se preocupa com o quadro possível de degeneração da raça humana. “Ainda pior do que a influência direta do álcool e da sífilis são os danos ao germe que eles causam, que por sua vez pode resultar na degeneração de linhagens inteiras.” (KRAEPELIN, 1908/2007 p. 400 – tradução nossa). Ele acreditava que a solução seria um completo programa higienista, dirigido por psiquiatras a fim de salvaguardar os graus de evolução atingidos até aquele momento.

A diferença radical entre a análise a partir dos nexos da Determinação Social da Saúde é que nós olhamos para os dados com a certeza de que o modo de produção capitalista é um fator de adoecimento das pessoas, pois cria as condições para esse adoecimento. O método de análise materialista histórico e dialético que, na busca pela essência dos fenômenos em íntima relação com uma análise da totalidade, transcende os dados da aparência do objeto, o que implica transcender ao próprio objeto e busca nas relações estabelecidas entre o objeto de análise e seu meio a apreensão da realidade do objeto. No que diz respeito a coisa humana, a Ontologia do Ser Social guia nossas análises nesse sentido, da investigação das relações que os seres humanos estabelecem com seu meio social que o faz um ser social e, por isso, consegue transcender a noção da naturalização da

coisa humana, pois sabemos que a relação humana com a natureza é uma relação mediada pelo trabalho e que cria novas condições e uma nova natureza humana que não deriva de forma linear da natureza natural biológica, pelo contrário, nos seres humanos o biológico está suprassumido.

Portanto, o processo de adoecimento, ao nosso olhar é criado pelas condições dadas da sociabilidade burguesa, mas aqui, diferentemente do que na sociogênese de Kraepelin, apontamos para as condições de uma sociabilidade que não é nem foi dada naturalmente, mas foi produzida pelas ações humanas e seguem sendo reproduzidas e mantidas por nós. São adoecedoras as condições de desigualdade inerente ao modo de produção capitalista que se apoia na unidade exploração-opressão e por isso faz mulheres e homens diariamente acreditarem e reproduzirem a lógica de sua própria mercantilização, de sua própria mão-de-obra como mercadoria a ser vendida cujo preço, que custa a sua sobrevivência e de sua família, é determinado por homens e mulheres, donos dos meios de produção, que julgam o valor da mão-de-obra pela raça, cor da pele, gênero, origem geográfica, orientação sexual, etc. Não há absolutamente nada de natural nisso, mas o mascaramento de teorias científicas que naturalizam o processo de sociabilidade, a estratificação de classe, que acreditam na evolução das espécies como um processo linear e, por isso, percebem a coisa humana como natural, inclusive seu processo de adoecimento. O que ratifica as posições liberais burguesas individualizantes do processo patológico seja da loucura seja de qualquer outra forma de adoecimento.

Kraepelin entende o processo de adoecimento circunscrito no biológico, sua única alternativa diante das imperiosas evidências que a realidade lhe “esfrega na cara” é apelar para a hereditariedade e uma leitura reacionária da epigenética, como também, naturalizadora das formas de organização social. Ocorre que o tempo histórico de Kraepelin e sua experiencia científica marcada pela vivência no território alemão promovem questões importantes para análise do

amadurecimento da ciência psiquiátrica moderna e sua conjugação dos pressupostos racionalistas da burguesia romântica e da composição conservadora presente na eugenia que hegemonizou o pensamento no início do século XX.

Quando a Alemanha resolve os seus processos de modernização do campo, da política e da estrutura econômica, a oposição burguesia e aristocracia já não havia mais um sentido estrutural no resto da Europa, os processos de contradição entre o romantismo revolucionário da filosofia burguesa haviam se convertido no mito da neutralidade da ciência e, no âmbito da política, do Estado. Toda a conformação da luta de classes do século XIX foi amparada em arranjos da nova classe hegemônica com os remanescentes do antigo sistema e às práxis sociais que supostamente seriam superadas (como a religião) ganharam sua síntese moderna. A ciência burguesa do final do século XIX é absolutamente capaz de garantir uma posição racista e reacionária sem renunciar às vestes da racionalidade se tudo isso vier sob a máscara da neutralidade e da constituição de uma base natural.

Berrious e Hauser (2013 p. 128); são categóricos quanto as influências desse momento histórico em Kraepelin:

> Kraepelin cresceu durante um dos períodos mais importantes da história da alemã e os primeiros quarenta anos de sua vida se desenvolveram no mundo bismarkiano. Ele testemunhou a estratégia de longo prazo do Chanceler de Ferro, que levou à libertação da Prússia da influência austríaca e à unificação dos reinos alemães. Kraepelin tinha apenas 15 anos quando Bismarck se tornou chanceler e os eventos como a derrocada da França (e os excessos perpetrados pelo exército prussiano) e o ataque persistente à Igreja Católica Romana pelos liberais prussianos o afetaram profundamente.

A via prussiana da revolução burguesa alemã - para utilizar uma análise gramsciana (2000) - e os rebatimentos de suas contradições políticas não se dissociam das contradições no ambiente científico que se espalhavam pelo mundo referendando uma lógica colonial e imperialista do mundo moderno, impulsionando a manutenção eurocêntrica, marginalizando e patologizando populações e sujeitos explorados e oprimidos. A decadência ideológica da burguesia - expressão

importante de Lukács (1984[9]/2012) - sublinha que o caráter racionalista convive com pressupostos ideológicos tidos como naturais, referendando procedimentos, análises e consensos que, em última instância, resultam no aprofundamento de desigualdades.

E por tudo isso, o fundamental do estudo sobre Kraepelin (e Wundt) é a demonstração de como a essência das formulações do modelo biomédico encontram as mesmas raízes. Numa análise ontológica, não se trata de somente explicitar determinadas defesas políticas do âmbito conservador, ou de repetir críticas que apontam um reducionismo imediatista ou um modelo vinculado às dimensões anatômico-patológicas. Para além disso, é mister aprofundar, a partir do pensamento kraepeliniano, um conjunto de questões mais complexas do que as críticas mais conhecidas, apontando o processo do avanço científico vinculado às formulações sofisticados no âmbito da racionalidade, inclusive, com procedimentos fundados numa inegável relação e inspiração com a psicologia experimental e com a ideia de paralelismo psicofísico e, ainda assim, conjugando sua radicalidade vinculada às ciências da natureza.

Essa demonstração contribui para o entendimento da base ontológica que faz com que mesmo os sujeitos e movimentos que buscaram se distanciar dos pressupostos do determinismo natural no campo político e no processo de trabalho imediato, ao não buscarem uma análise da totalidade, findando na completa desnaturalização do ser humano e, por isso, de todas as desigualdades, acabarem por sucumbir nos ditames dos marcos da ciência burguesa.

A reivindicação da neutralidade pela roupagem da cientificidade se esfacela diante do mínimo contato que possamos ter com os contextos históricos e políticos que as teorias são escritas,

[9] Embora os textos que compõem a obra "Para uma ontologia do ser social" em seus dois volumes tenham sido produzidos no final da década de 1960 e início da década 1970, de acordo com Tertulian (1996), uma tradução da segunda parte em italiano foi publicada apenas em 1981, já os textos originais em alemão e completos que incluem os "Prolegômenos" apenas foram publicados em 1984, a primeira parte e em 1986 a segunda parte.

porque são elas também uma fotografia das condições sociais e históricas do seu tempo. Desta forma, a razão, os conceitos e o desenvolvimento do conhecimento pela via da ciência, quer queira quer não, sofrem influências diretas das formas dominantes de organização de dada sociedade, e isto, nenhuma pesquisadora pode se furtar de analisar. Pois, como afirma Vygotski (1983 p. 278): "Porque também os conceitos são só desenhos, fotografias, esquemas da realidade, e ao estudá-los estudamos modelos desta última, o mesmo que mediante um plano ou um mapa geográfico estudamos um país ou uma cidade estranha.".

Mergulhando no contexto histórico dos autores, em seus princípios filosóficos e nas suas naturalizações ideológicas vinculadas à conservação da sociabilidade da época, o cerne do debate chega até uma síntese elucidativa na essência unitária entre o conservadorismo burguês forjado no século XIX, as expressões reacionárias e eugênicas no início do século XX e toda a sorte de reformas e tentativas de reparações do mesmo modelo, principia um movimento entre distintas práxis que, em sua autonomia relativa e mediações próprias, caminharam em dimensões científicas, políticas, culturais e espirituais na reprodução social, disciplinando condutas, corpos, subjetividades, referendando desigualdades, amortecendo antagonismos e mascarando contradições.

O que é próprio do modo de fazer ciência burguesa, a negação da história chega até mesmo à negação simplista de suas próprias bases históricas e teórico-metodológicas. Simplesmente não admitir as raízes kraepelinianas na base do fazer psiquiatria atualmente, tampouco, ajuda no desvelamento de seus problemas e limites. De acordo com Berrious e Hauser (2013 p. 126):

> A Psiquiatria ainda vive em um mundo kraepeliniano e os estudos sobre a obra de Kraepelin são, por conseguintes, **a-histórico**. (...) No entanto, Kraepelin viveu e escreveu durante um período importante da história intelectual da Europa e sua obra só pode ser entendida neste contexto.

Em larga medida, os distanciamentos históricos, amplificados em determinadas conjunturas e eventualmente fortalecimentos por setores que buscam um processo crítico circunstancial, imediato e, por isso, reformista do modelo biomédico, são ramificações distintas de uma mesma árvore que tem seu entroncamento nos pressupostos da razão formal e abstrata que são as ciências burguesas e que, em suma, tem suas raízes fundadas na formação social capitalista. Reconhecer os avanços e as manutenções dos pressupostos do modelo biomédico descortinando as dimensões da estrutura do pensamento de Kraepelin é evidenciar um galho emblemático que, em suas particularidades históricas, expressam um conjunto de características e contradições que revelam que a síntese fundamental dos pressupostos filosóficos da ciência burguesa, estejam eles mais vinculados à Descartes, Bacon, Kant, Comte ou qualquer outro filósofo comprometido com a naturalização da nascente estrutura social da modernidade, são bifurcações de galhos desta árvore de raiz forjada na sociedade da exploração.

A compreensão do processo histórico de desenvolvimento da humanidade é parte fundamental de nossa análise, pois a história social, a determinação social (cultura, política, religião, etc.) de determinada época, é fator central para a compreensão do desenvolvimento do pensamento, das ideias e teorias de determinada época, uma vez que, estas ideias não são meras abstrações isoladas da realidade, são, na verdade, enraizadas nas condições objetivas e materiais, sociais e culturais de determinada sociedade. Assim, também, esse processo de análise descortina tais determinações e mediações sobreviventes nas folhagens contemporâneas, seja naquelas que reivindicam essa tradição científica, seja nas demais que afirmam superar essa lógica e semear novas árvores, mas que se concentram às dimensões fisiológicas, nas descrições de sintomas, no processo de afirmação do diagnóstico e suas estruturas, nos tratamentos centrados nas substâncias físico-químicas, na preservação de raízes similares daqueles que se centraram no cérebro, no

paralelismo, no localizacionismo, no desequilíbrio químico ou qualquer outra das variações desse modelo.

A tradição marxista, por sua vez, compreende a história como o processo de acúmulo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, da coletividade humana, cujos conhecimentos e os produtos advindos desse desenvolvimento é transmitido culturalmente de geração após geração até os dias presentes. A história é também criação, a partir das bases materiais já existentes, ela modifica a atividade já existente e a constrói de forma nova, um processo contínuo, teleológico, de produção e reprodução da coletividade humana. Como afirmam Marx e Engels (1845-46/2015 p. nd versão para Kindle)

> A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e a força de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições (...).

A história deve, então, ser compreendida como a história das relações humanas com a natureza, a história está encarnada na história do próprio desenvolvimento da humanidade e em suas construções sociais, culturais, em suas instituições que garantem a produção e reprodução da vida. Não é entendida como obra do acaso agindo sobre os indivíduos, mas da relação que a pessoa estabelece com a causalidade; tão pouco é destino que se inscreve no indivíduo ou em determinada sociedade desde seu nascimento com uma finalidade pré-estabelecida *a priori*, manos ainda a história se configura como um delinear apoiado nas heranças biológicas das pessoas; a história é movimento contínuo de construção e desconstrução da própria coletividade humana, da sociedade e que de modo dialético constitui a construção das formas singulares humanas.

Por isso, tendo a história como a natureza humana criada pelos próprios seres humanos a partir da sua relação mediada com a natureza, Marx (1844/2015a p. 148) afirma: “Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, ser existente para si mesmo (*für sich selbst*

seiendes Wesen), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem que atuar e confirmar-se tanto em seu ser como em seu saber. (...).”.

Desta forma, é imprescindível transcender o debate do campo das ideias, ou seja, não se pode tratá-las como se fossem independentes da materialidade de onde emergem. A história da razão é antes de tudo a História do processo de acúmulo histórico de conhecimento produzido por mulheres e homens a partir do desenvolvimento de suas forças produtivas. Nesse sentido, vale retomar a célebre frase de Marx (1844/2015a p. 335) acerca da História: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.".

História é processo, fruto de um modo de organização social, em constante movimento e mudanças, embora a construção da atualidade se dê sob os ombros ou escombros do passado. É sob esta ótica, ou seja, é esta condição de agora, que nos permite olhar para o passado e analisar as condições objetivas e materiais em que Kraepelin constrói sua teoria. Isto inclui as influências epistemológicas, mas também as condições políticas e sociais.

Nossa intenção nesta análise está em consonância com o que afirma Tonet (2013) a respeito da forma de conhecer e analisar as coisas, ou seja, que os objetos do conhecimento, bem como, o próprio conhecimento em sua deve ser analisados a partir de sua relação o com o histórico e o social: “Pretendemos mostrar que a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais.” (TONET, 2013, p. 10).

Portanto, analisar os fatores históricos, sociais, ideológicos e políticos para a compreensão de um modelo teórico, como o fazemos aqui com o modelo kraepeliniano, é essencial para

desvelarmos, em última instância, sua concepção do que é o ser humano – sua ontologia – encarnada na tradição filosófica e de classe a que Kraepelin representa, bem como, a forma como essa se apresenta nos dias de hoje.

Diante do exposto, compreendemos o desenvolvimento do pensamento científico da época de Kraepelin, pautado nas ciências naturais que vai compreender que tanto história, sociedade e, finalmente, os fenômenos humanos, como por exemplo o comportamento humano, são algo dado naturalmente e que se encerra em si mesmo. Portanto, no caso do comportamento humano, sua raiz, sua gênese se encontram no indivíduo humano seja em seu substrato biológico (raízes hereditárias, genéticas etc.) seja em sua subjetividade/personalidade e história de vida individual que corresponderia, pelo olhar de Kraepelin, como o desenvolvimento natural das características biológicas já herdadas.

Embora Kraepelin se afirme "ateórico", temos apresentado as influências teórico-filosóficas de seu modelo, enfatizando as ideias de Wundt que constituem os principais fundamentos do modelo kraepeliniano, e transformar modelos teóricos em postulados, como o faz Kraepelin, não o faz menos “teórico” por isso. Por isso, em nosso esforço de apresentar suas bases epistemológicas, históricas e sociais, buscamos descaracterizar a noção de um modelo neutro, atemporal e sem visões ideológicas. O trabalho de Kraepelin, pois, não é somente historicamente datado, mas como demonstram BERRIOS & HAUSER (2013 p. 129) ele é também politicamente influenciado pela sociedade alemã governada por Bismarck:

> A política bismarckiana invadia até mesmo o debate científico. A luta entre os localizacionistas (por exemplo, Hitzing e Fritsch) ocorreu em tal contexto. O sucesso dos primeiros deveu-se menos às forças científicas (o “experimento crucial” ainda não era possível no momento) do que ao fato de que ela refletia o rigor da cultura bismarckiana. (...).

Os estudos de Kraepelin, de acordo com Engstrom (2007), também são alçados a partir de apoios institucionais, não apenas por seu conteúdo científico, também por seu conteúdo científico.

Os apoios privados aparecem em um momento em que atividade política de Kraepelin contrária a democracia parlamentar faz seu laboratório em Leipzig perder recursos. Uma das principais financiadoras, é a fundação Rockfeller, o que acabou por facilitar a entrada da nosografia kraepeliniana nos Estados Unidos e daí decorre sua influência na APA, no DSM, a partir da III edição, etc.

Egstrom (2007 p. 270 – tradução nossa) reconhece as marcas políticas, institucionais, filosóficas no sistema de classificação nosográfica de Kraepelin:

> Uma das conquistas dos estudos recentes é o crescente reconhecimento de que as classificações de Kraepelin derivavam de uma complexa interação de fatores que incluíam pressupostos culturais e filosóficos e práticas de pesquisa clínica, bem como contextos administrativos e institucionais, que acabaram por deixar seus rastros no categorias que ele delineou e acreditava ser (com ou sem razão) somaticamente fundamentada.

A própria escolha pelo caminho científico que Kraepelin percorre, está histórica-política-ideologicamente datados, e por isso as categorias que ele delineou devem ser analisadas sob essas influências.

No entanto, a ciência não se furta de representar uma classe social, o conhecimento e o fazer científico, não são coisas que pairam, que estão descoladas da história e da sociedade ou do modo de produção da vida, pelo contrário, são frutos de seu tempo histórico, de sua sociedade e expressa a dinâmica dessa sociedade, na sociabilidade burguesa, expressa a dinâmica da luta de classes. Ainda que se queira neutra, ainda que se ache passível de abstrair-se de toda subjetividade, a ciência é fruto do pensamento de mulheres e homens que a produzem e, consequentemente, está inscrita social e historicamente em seu tempo. "Porém, de novo, são os indivíduos que elaboram teorias, explicações e concepções de mundo. Ao elaborarem suas teorias, porém, os indivíduos expressam, ao nível teórico, de modo consciente ou não, os interesses mais profundos das classes sociais." (TONET, 2013 p. 17).

Na medida em que compreendemos que, uma teoria é expressão do conhecimento da realidade de um objeto em determinado tempo histórico e que, o conhecimento do real perpassa necessariamente a apreensão desse real em sua totalidade, ou seja do objeto em sua relação com a realidade. E, o sujeito cognoscente está inserido nessa realidade histórica e social, sua capacidade de conhecimento, a teoria e método dos quais lançam mão são inscritos também em um tempo histórico e não podemos ignorar esta determinação. Então, não podemos falar de uma teoria "a-histórica" ainda que muitas de suas premissas possam ser consideradas neutras, por determinadas sociedades científicas, e, por isso, válidas até os dias atuais.

Pessoas que sofrem com esquizofrenia, são, antes de serem sintomas manifestos, são pessoas que convivem em sociedade, que fazem parte dessa sociedade e suas instituições, são também constituídas socialmente e não se reduzem a um diagnóstico. O que se deve compreender é que, o método kraepeliniano, fortemente influenciado pela Psicologia de Wundt, visa a estudar um fenômeno a partir de sua forma imediata que, à luz das ciências naturais, seria a forma de se estudar o objeto de forma mais pura ou objetiva. E, a partir das observações feitas sobre o fenômeno, descreve-se como este objeto se apresenta e se desenvolve ao longo do período de observação, não se extrai, portanto, uma teoria sobre o objeto estudado, pois, de acordo com Netto (2011 p. 20):

> Uma teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta - à base de hipóteses que apontam para a relação causa/efeito - de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista.

A crítica de Vygotski (1997 p. 394) à Kraepelin consiste exatamente nisso: "Kraepelin foi um Darwin da psiquiatria moderna, mas sem a teoria da evolução. (...) Segundo uma feliz expressão de Goethe, converteu o problema em um postulado.". Pois, Kraepelin postulou que a essência do

diagnóstico diferencial entre a psicose maníaco-depressiva e a esquizofrenia estava no curso e desenvolvimento da doença. De acordo, então, com Vygotski (1997 p. 394 – tradução nossa):

> Se o problema fundamental da investigação científica nesta área é a questão da natureza, da essência da enfermidade psíquica, Kraepelin postulou que tal essência das enfermidades psíquicas é precisamente a base do que observamos na clínica como quadro do complexo de sintomas, como o curso e o resultado da afecção dada.

Sem que se extraísse uma teoria sobre o fenômeno, seu sistema de classificação nosográfica é baseado, em última análise, na descrição dos dados da realidade a partir das quais Kraepelin aplica a lógica hipotético-dedutiva e cria seu postulado não apenas sobre o diagnóstico diferencial, mas também sobre a essência do diagnóstico. E mesmo sendo ele próprio crítico de seu método diagnóstico, Kraepelin sustentou as noções básicas de sua nosografia, de acordo com Engstrom e Kendler (2015 p. 06): “Assim, embora reconhecendo as profundas dificuldades na aplicação prática de suas categorias diagnósticas, ele defendeu o valor de suas suposições subjacentes – que a distinção entre um curso de doença em deterioração e um curso não deteriorado permanecia válida.”.

Essa sustentação se dá porque, mesmo com as críticas aos seu modelo, a nosografia de Kraepelin é sustentada pela prática, por ser descritiva, ela vai ao encontro dos sintomas expressos pelas pessoas que os psiquiatras atendiam em sua prática cotidiana e dá, de certa forma, sentido a somatória de comportamentos diferentes que, antes não eram nominados e, mais do que isso, indicar a terapêutica adequada a partir da nominação do conjunto de sintomas em uma categoria nosográfica específica.

De acordo com Lukács (2012 p. 73): "(...) conhecimentos adquiridos na prática permaneciam em essência circunscritos à direta utilidade na práxis imediata, vale dizer, considerava-se suficiente - para empregar uma expressão moderna - poder manipular determinados complexos objetuais com a ajuda daqueles conhecimentos práticos.".

O que é próprio às ciências da natureza, criar uma metodologia de investigação de fenômenos e, a partir de suas observações e experimentos estabelecer as leis de funcionamento de determinado fenômeno, ou seja, cria-se axiomas que se tomam por universais. Conforme afirma Duayer (2010 p. 61):

> O positivismo lógico pretendeu desempenhar essa função normativa postulando uma estrutura geral do discurso científico, que, presumidamente, conseguirá isolar pelo exame das ciências naturais paradigmáticas, em particular, a física. Segundo essa prescrição, todo discurso científico apresenta ou deve apresentar uma estrutura hipotético-dedutiva, também conhecida como modelo HD do discurso científico (...) sob esta ótica, uma teoria nada mais é do que um conjunto de axiomas, incluindo ao menos uma lei geral, igualmente axiomática, conjunto do qual é deduzida uma série de proposições sobre fenômenos observáveis (...) as teorias são justificadas por sua corroboração pela evidência observacional.

Isto, de acordo com Araújo (2007 p. 94), é o que Wundt faz na Psicologia, cria "um sistema genuinamente dedutivo, ou seja, produzir conhecimento derivado de axiomas e definições iniciais.". E, para nós, é o que Kraepelin busca fazer na Psiquiatria, com seu sistema de classificação nosográfica que, por mais que se tente negar, é base para o diagnóstico psiquiátrico até os dias de hoje.

A crítica de Marx e Engels (1845-46/2015) a esta forma de se fazer ciência é justamente de que se o aparente coincidisse com o real não seria necessário a ciência, uma vez que o saber se daria a partir da percepção, pelos órgãos do sentido, da própria aparência do objeto, seria um espelho, na consciência humana, da realidade. Assim, na tradição marxista, a investigação científica tem por objetivo, de acordo com Netto (2011 p. 22): “(...) indo além da aparência, imediata e empírica - por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo esta aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto.”.

Ou seja, a experiência imediata, onde Wundt e Kraepelin buscam a realidade do fenômeno psicológico, é apenas a primeira forma de manifestação do fenômeno, constitui parte de sua aparência. Tanto quando a observação dos fenômenos, isto é, dos sintomas aparentes e sua evolução ao longo do curso do desenvolvimento das doenças, como no diagnóstico kraepeliniano.

Neste sentido, Vygotski (1997 p. 391 – tradução nossa) afirma:

> Quem julga as coisas só por suas manifestações causais, o faz erroneamente, é inevitável que chegue a representar de modo falso a realidade que estuda e a dar indicações erradas sobre como atuar sobre esta realidade. (...) O que sucede é que a **ciência estuda os vínculos, as dependências, as relações** que se encontram na base da realidade, que existem entre as coisas.

E deve produzir uma teoria sobre o fenômeno estudado que apreenda o seu movimento real. Por estudar os vínculos e dependências, as relações que se encontram na base das coisas, que tecemos nossa análise dos fundamentos kraepelinianos em seus preceitos teórico-metodológicos e político-ideológicos, porque a isto deve se prestar uma análise dos dados bibliográficos a partir do método materialista histórico e dialético, ir além do texto, entender o subtexto e o contexto. Ou seja, atravessar o objeto e olhar para as relações que se encontram na base de sua da realidade, como recomenda Vygotski na citação acima.

Ora, teoria e método não são coisas distintas entre si, mas método é produto das elaborações teórico-científicas, e têm uma orientação ontológica, não epistemológica. (Netto, 2011). Assim, a apreensão de fenômenos humanos, como por exemplo a esquizofrenia, deve perpassar necessariamente o mesmo ponto: a compreensão Ontológica do ser humano enquanto Ser Social.

Como afirmamos anteriormente, Kraepelin nos apresenta um consistente material descritivo dos sintomas expressos na demência precoce, a partir do método da introspecção tenta ir além dessa descrição, além do que está manifesto e sim analisa estas manifestações em relação

às circunstâncias do seu próprio desenvolvimento, desvelando um dos aspectos do movimento do fenômeno. Como afirma Vygotski (1997 p. 280):

> Kraepelin foi o primeiro em criar uma sistematização das enfermidades psíquicas, que converteu a manifestação da enfermidade e seus sintomas apenas em indícios, em exteriorizações, por trás das quais se ocultava o verdadeiro processo patológico, que está determinado, não somente pelas manifestação da enfermidade em um momento dado, como também, por sua origem, curso, resultado clínico, marcas anatômicas e outros elementos que, tomados em conjunto, criam o quadro completo da autêntica forma patológica.

De todo modo, o que, estamos tratando como a essência da demência precoce, na teoria kraepeliniana, aquilo que a distingue de outras psicoses, aquilo que lhe é fundamental, ainda que seja pautada na realidade e materialidade da doença - processo de degeneração cerebral -, não responde a questões importantes sobre o fenômeno: “O que, então, seria a causa dessa degeneração? Por quais motivos as pessoas expressam tal forma de sofrimento psíquico com estes sintomas? E como adquire? Por que seu desenvolvimento provoca um tipo de degeneração cerebral?”

Apesar de Kraepelin concluir que na demência precoce “(...) a dilapidação psicológica era comum, mas adquirida (ou seja, tinha aparecido de novo [recentemente] durante a doença).” (BERRIOUS & HAUSER, 2013, p. 132), ele não dá conta de explicar a sua origem, ou seja, sua gênese cuja essência é parte fundamental.

Por isso é fundamental conhecer o objeto de estudo em toda a sua totalidade, não apenas um dos aspectos de sua realidade, como o faz Kraepelin no caso da "demência precoce". E para que seja possível essa apreensão da totalidade do fenômeno, é necessário transcender o campo das aparências, transcender o campo do imediatamente dado, romper com o "mundo da pseudoconcreticidade" e analisar as determinações sociais e históricas do objeto.

Neste sentido, nossa investigação, dos fundamentos kraepelinianos, apontam para como Kraepelin consegue apreender apenas parte da essência do fenômeno, pois a aparência, como

afirma Kosik (1956/1976) ao mesmo tempo que revela esconde sua essência, e uma análise da aparência do fenômeno, sem que se transcenda às relações que o objeto estabelece com a realidade é o que Kosik (1956/1976 p. 15) denomina "o mundo da pseudoconcreticidade":

> O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem: - o mundo dos fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); - o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; - o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social do homem.
> O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou sob certos ângulos e aspectos.

Neste sentido, ao postular que essência das enfermidades psíquicas em seu curso e em seu resultado, como apontou Vygotski, (1997), Kraepelin recai exatamente no mundo da pseudoconcreticidade, pois a "essência" que ele pôde apreender é esta essência que Kosik acima denomina inadequada, parcial ou apenas limitada a certos aspectos.

Mas, ainda assim, foi neste movimento de investigação das diferenças entre as psicoses que Kraepelin colocou a psiquiatria nos trilhos da modernidade e da investigação científica, ajustando os fenômenos do sofrimento psíquico ao paradigma biomédico, abandonando, por um lado, as descrições que tinham por objetivo apenas espelhar o fenômeno, sem qualquer reflexão sobre as relações que este estabelece com outros determinantes. Por outro lado, Kraepelin também irá refutar as teorias subjetivistas crescentes na época, como é o caso da psicanálise freudiana, que interpretava o fenômeno das patologias mentais a partir das interpretações consideradas subjetivas, fossem elas das pessoas que desenvolviam os sintomas, fossem dos analistas que as atendia.

Todavia, o exercício intelectual de transpor à teoria a apreensão do fenômeno é tão necessário quanto descrever seus sintomas e o curso do seu desenvolvimento. "Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência." (Kosik, 1956/1976 p.16) A este trabalho se deve pôr a ciência para apreender a realidade e tecer uma teoria sobre a realidade do fenômeno que consiste desde suas manifestações mais aparentes às relações que o objeto estabelece com o meio a sua volta. Por isso, lá quando Kraepelin desdenha os conteúdos dos delírios, por exemplo, por serem de ordem individual e que pouco contam sobre a realidade do sofrimento psíquico manifesto, ele desdenha de parte importante e fundamental para a própria apreensão da realidade do objeto, quer dizer: das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que manifestam um delírio e a própria gênese do sofrimento psíquico cujo delírio é sintoma. Isto, em Kraepelin não acontece justamente por sua opção teórico-metodológica cuja ontologia está apoiada na determinação biológica da coisa humana.

Mas, para isso, para uma teoria que trata da realidade do fenômeno, este precisa ser compreendido em sua totalidade, por meio do processo de conhecimento que apreende a dinâmica e estrutura do objeto de investigação e de acordo com Vygotski (1927/1983 p. 281):

> O feito real e o feito científico se distinguem precisamente um do outro em que o último constitui o feito real reconhecido em determinado sistema, quer dizer, uma abstração de certas marcas da inesgotável soma de signos do feito natural. O material da ciência não constitui o material natural sem amadurecer, senão o material logicamente elaborado que se destaca de acordo com um determinado signo. Os corpos físicos, o movimento, a substância, são abstrações. O próprio ato de denominar um feito mediante a palavra supõe sobrepor um conceito, ou de destacar nele uma de suas facetas significa interpretá-lo assimilando a categoria dos fenômenos reconhecida anteriormente pela existência.

Portanto, o exercício de reflexão, abstração e de exposição “concreto pensado”, como Vygotski descreve acima, que é o âmago da constituição de uma teoria sobre determinado objeto, é o exercício do conhecimento científico sobre a realidade, não sua mera descrição.

A ciência, pois, existe justamente para apreender e explicar os fenômenos do mundo, compartilhar o conhecimento acerca do fenômeno apreendido por meio da teoria, a fim de produzir condições objetivas e materiais que possibilitem a novas intervenções no meio, cada vez mais adequadas, em última instância, transformar a realidade. E, neste sentido, a teoria deve expressar, portanto, a captação da realidade do fenômeno, explicitar suas raízes, sua gênese e suas relações para além do objeto propriamente dito, principalmente, compreender que o fenômeno é um todo complexo e multideterminado que não se encerra em si mesmo. É fundamental ir além da aparência, é imprescindível conhecer a essência do fenômeno e suas determinações objetivas e materiais, sociais e históricas para atuar/construir caminhos de atuação que visem a solucionar/transformar o problema posto na pesquisa.

A teoria kraepeliniana transformou as relações da psiquiatria com o fenômeno das psicoses, mas ainda assim não pôde transcender o "mundo da pseudoconcreticidade", pois enraíza-se nas práxis fetichizadas. A apreensão das influências tanto política quanto teóricas dos estudos de Kraepelin nos ajuda a desvelar a qual projeto de sociedade a que sua taxonomia psiquiátrica serve e que vai ser retomada, agora, na primeira década do século XXI aliada ao recrudescimento do conservadorismo, diante de mais uma manifestação de crise do Capital.

Há por trás desse ressurgimento da psiquiatria kraepeliniana, portanto, um projeto de sociedade, de manutenção da sociedade de exploração dos seres humanos por outros seres humanos eliminando, seja pela morte, seja pelo encarceramento, seja pela anestesia, estas práticas se erguem sob as bases kraepelinianas.

Os escritos de Kraepelin, por mais complexo que seja os seus fundamentos epistemológicos, recai no mesmo lugar e se apresentam de modo a correlacionar causa e efeito, o que corresponde a apenas um dos aspectos da realidade do objeto, a realidade imediata e empírica,

mas não pôde apreender sua essência, que para nós é a estrutura e a dinâmica do objeto. E, grosso modo, este nem é objetivo de suas investigações, seu trabalho visava a solucionar um problema, a ter uma função prática e manipular o meio, a partir de seu conhecimento. Ou seja, enquadrar sua pesquisa e teoria aos moldes da ci6encia natural, cujo objetivo, como aponta Tonet (2013 p. 36-37):

> (A ciência natural) Estava voltado para a transformação da natureza com o intuito de dominá-la e de colocá-la a serviço dos interesses humanos. Por isso mesmo, ele não poderia estar direcionado à busca da essência das coisas, mas à apreensão daquelas qualidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação.

Perfeitamente alinhado com os ideais burgueses de sociedade e de ciência natural, Kraepelin tece formas de agir na realidade, de manipular esta realidade focado na aplicabilidade prática da ciência e com isso, soluciona uma das questões mais importantes para a psiquiatria de sua época: o diagnóstico diferencial das psicoses.

Ora, não podemos ser ingênuas e não encarar o necessário debate dentro das ciências da saúde, inclusive da saúde mental: é preciso compreender o debate das ciências, inscrito dentro do debate da luta de classes. O capital não financiaria (como fez a instituição Rockfeller) todo um instituto de pesquisa se sua produção não estivesse, não só alinhada com os interesses da classe dominante - a burguesia -, como também não servisse de instrumento de ratificação de sua ideologia, da patologização da pobreza, da manutenção da cotação da mão-de-obra apoiada na unidade exploração-opressão, na criação de novas formas de preconceito que no fundo servem para ratificar a lógica da diferença de precificação da mão-de-obra da classe trabalhadora.

Por isso, a crítica ao pensamento de Kraepelin como sujeito emblemático de seu tempo histórico e social, a partir de uma análise onto-histórica do modelo kraepeliniano, é uma das etapas necessária para o enfrentamento das formas hegemônicas de se fazer psiquiatria que, em última instância, como tentamos demonstrar, estão aliadas a uma determinada compreensão de ser

humano, ratificando uma determinada forma de produção e reprodução social a fim de sua manutenção e conservação. Não se trata, contudo, de invalidar o trabalho ímpar de Kraepelin, mas de reinterpretar suas ideias e seus feitos a partir de novas bases, como propusemos no capítulo primeiro.

Quando Lukács atravessa a Ontologia do Ser Social para descortinar as explicações ontológicas do mundo espiritual e da naturalização burguesa, além de combater o abandono pragmático dessa discussão, o autor desenvolve os elementos básicos que aqui nos serviram para apresentar essas mediações, explicitar a alienação dessas formulações, para que, então, pudéssemos transcorrer sobre os nexos internos da determinação social da saúde no âmbito da saúde mental.

A propositura dessas novas bases no âmbito da saúde, aqui expressas na saúde mental, rompendo com o modelo biomédico é também base fundadora de uma construção crítica e radical ao modelo nosográfico kraepeliniano. Para a crítica radical ao pensamento de Kraepelin é preciso, ainda, ressaltar duas coisas: 1) nosso reconhecimento de que é ele quem assenta as bases científicas da psiquiatria, a partir do modelo wundtiano de conhecimento do fenômeno psíquico; e 2) que, é por meio deste feito, para fins de manipulação da realidade imediata, que ele foi capaz de sanar uma necessidade imediata de sua época na psiquiatria inaugurando toda uma nova lógica de se pensar os fenômenos dos sofrimentos psíquicos, fundando um novo paradigma. Apesar de não conhecer a essência do fenômeno, Kraepelin foi capaz de apreender parte de seu movimento e estrutura, o suficiente para sistematizar uma nosografia dos sofrimentos psíquicos e um diagnóstico diferencial entre as psicoses.

Contudo, Kraepelin não sai do campo daquilo que Kosik denomina o mundo da pseudoconcreticidade e, como Vygotski aponta que ele transforma o problema de em postulado. Daí, derivando sua sistematização dos sofrimentos psíquicos, o que não vai além daquilo que está

clinicamente demonstrado, ou seja, em última instância, não vai além da manifestação aparente do fenômeno. Kraepelin não foi capaz de apreender a totalidade de seu objeto de investigação, isto quer dizer, pois apreender o fenômeno em sua totalidade, conforme Kosik (1956/1976), é atingir a sua essência. E atingir a sua essência, por sua vez, consistem em conhecer a realidade do fenômeno e, uma vez que a unidade entre essência e aparência é o que constitui esta realidade, é fundamental que se busque a essência ado objeto, a essência dos sofrimentos psíquicos, a partir da relação que se estabelece com a realidade e da apreensão de como estas relações influenciam na manifestação e aparente do objeto, como parte inerente do objeto não pode ser descartada, assim como, os conteúdos culturais, de história de vida não devem ser descartados das manifestações sintomáticas dos sofrimentos psíquicos.

Conhecer a realidade do fenômeno, portanto, sua dinâmica e estrutura, ou seja, como se constitui o fenômeno e como ele se manifesta é o caminho para podermos intervir adequadamente na realidade do fenômeno e, no caso de nosso objeto específico de pesquisa, balizar e auxiliar as intervenções em casos de esquizofrenia visando a reabilitação das pessoas que manifestam este tipo de sofrimento psíquico. Isto, como queremos demonstrar, só é possível indo, então à raiz do fenômeno, conhecendo sua realidade de forma adequada.

Capítulo 2 - Modelo Biomédico: análise a partir do método Materialista Histórico e Dialético

Nós vos pedimos com insistência: Nunca
digam - Isso é natural! Diante dos acontecimentos
de cada dia, Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei, Em que a
humanidade se desumaniza Não digam nunca:
Isso é natural A fim de que nada passe por
imutável.
"A exacerbação da Regra" – Bertolt Brecht

Quando G. Engel (1913 - 1999) publicou seu célebre artigo sobre a crise da Psiquiatria, o texto de Emil Kraepelin (1856 - 1926) sobre o mesmo tema completava quase um século. O texto de Engel (1989) cuja primeira publicação na Revista Science data do ano de 1977, anunciava, no entanto, a crise da psiquiatria, justamente, a partir da insuficiência do paradigma kraepeliniano, sob o qual a Psiquiatria se ergueu enquanto ciência e se tornou uma especialidade tal qual as outras especialidades médicas.

Em seu texto Kraepelin (1887/2005) anunciava as bases de sua Psiquiatria nas ciências naturais, sob influência dos estudos recentes de Wilhelm Wundt (1832 – 1920) e de sua Psicologia Experimental. Para Kraepelin, os avanços do Dr. Wundt deveriam ser incluídos no rol das ciências auxiliares da psiquiatria, por sua natureza experimental e analítica de fenômenos que, por meio das máquinas criadas por Wundt, agora podiam ser observados e metrificados.

A busca de Kraepelin por uma ciência do psiquismo que pudesse explicá-lo como algo natural, vinha ao encontro da ideia de que, à ciência cabe o estudo e a investigação e a explicação acerca dos fenômenos naturais e materiais existentes e, sendo o ser humano um fruto do processo da evolução da espécies encarnado nesses processos naturais, caberia então às ciências humanas, da saúde o estudo dos processos naturais e materiais do ser humano, que era compreendido como algo indistinto dos processos naturais que se pode encontrar no ambiente. Tal diferenciação do que era da ordem do "natural e material" entre o que era da ordem do "espírito" tinha suas raízes na ontologia cartesiana que, em última instância, processou substantivamente os princípios filosóficos que direcionariam a hegemonia dos pensamentos dos séculos de maturação da sociedade moderna, orientando o pensamento racionalista e abrindo caminho para a separação entre a filosofia e as ciências.

Agora, sob a égide de uma práxis científica desenvolvida e especializada na consolidação da sociabilidade burguesa, os fenômenos da alma estavam circunscritos ou à religiosidade ou aos estudos filosóficos; já os fenômenos expressos a partir do comportamento, do organismo biológico humano, da matéria humana eram, então, objetos de estudos das ciências humanas, médicas e biológicas.

A Psicologia Experimental de Wundt, tentando superar essa lógica, abandona as questões metafísicas e busca marcar um caráter de objetividade nos estudos do pensamento e do comportamento. Por isso, realiza o seu estudo distante da concepção centrada no princípio de que o pensando está ligado ao espírito. O monismo wunditiano, em que considera que o objeto das ciências da natureza e da psicologia é o mesmo, rompe com a ideia do monista substancial, mas abre espaço para um dualismo epistêmico. Para tanto, Wundt desenvolve a ideia de "paralelismo psicofísico", entendendo a correlação ou correspondência entre os fenômenos físicos e psíquicos

e, desta maneira, entende a psicologia e as ciências da natureza como complementares, grosso modo ele consegue inscrever a psicologia no rol do fazer científico de sua época, orientada e desenvolvida por meio da observação e experiência que se constituem como princípios metodológicos das ciências naturais.

Kraepelin assume este modelo wundtiano de psicologia e, a partir de então, desenvolve a Psiquiatria, agora como ciência e especialidade médica. E isto foi possível, na medida em que ele analisou e estudou as psicoses como as outras formas patológicas do corpo humano, ou seja, como fenômeno natural com base no modelo biomédico. Ou seja, Kraepelin apoia a psiquiatria nas bases das ciências naturais do século XIX.

Curiosamente, foi este o século que assistiu as mais importantes descobertas científicas no campo da Medicina e de sua ciência de base: a Biologia. Ou, talvez, justamente pelas diversas descobertas advindas das ciências biológicas no século XIX é que as ciências médicas no Ocidente tenham sofrido, importantes e fundamentais mudanças de interpretações sobre o processo saúde e doença. O que resultou, de acordo com Capra (1982) na redução do fenômeno do adoecimento do corpo às suas menores partículas constituintes.

Se a descoberta das células, das bactérias, das reações químicas sofridas no corpo humano, da condução de informação neuronal via eletricidade, a hereditariedade, a evolução das espécies, a descoberta dos genes e de sua transmissão de características às futuras gerações tenham trazido avanços importantes para a medicina naquele momento, provocando suas crises em relação às formas de tratamento anteriores a estas descobertas, em essência, a base de como as ciências médicas ocidentais compreendia (e compreende até hoje) o que é o ser humano e o seu funcionamento permaneceu, de forma hegemônica, a mesma.

É essa a mesma direção que faz com que Capra (1982) afirme que para as ciências positivistas, que busca responder às necessidades do capital, o corpo humano funciona como uma máquina, uma comparação nada incomum no âmbito das ciências e que expressa o atravessamento histórico de reducionismos materialistas e mecanicistas tido como consensos científicos diante da sociabilidade humana. Ou seja, apesar dos relevantes e fundamentais descobertas do século XIX no campo da Biologia e do desenvolvimento de áreas como biofísica e a bioquímica, tais avanços, em essência, não representaram, para medicina Ocidental hegemônica, uma mudança radical na forma de compreensão sobre o que é o Ser Humano, sua relação com o meio social e, principalmente, a dinâmica e a relação do organismo humano com o processo de adoecimento. Pelo contrário, tais avanços só ratificaram a ideia desse ser que é redutível e reduzido aos seus componentes biológicos.

Tais postulados influenciaram decisivamente a construção das ciências sociais que, em busca de rigor científico, constituíram também suas protoformas hegemônicas pautadas nesta mesma rigidez metodológica ou, tão somente, buscando adequações particulares aos objetos de estudos centrados nos fatos sociais sem, no entanto, desnaturalizar os alicerces de identidade com o reducionismo aqui citado e, em suma, reafirmando os seus fundamentos.
No que tange a maturação moderna das ciências, a medicina e a Biologia, pois, esforçaram-se por incorporar as novas descobertas à explicação da ideia de "Homem Máquina". Assim, o desenvolvimento da genética e as descobertas das células e sua composição reforçaram a ideia de um organismo, uma máquina, formado por várias peças, possível de ser reduzido à menor unidade e a partir dessa decomposição estudar suas partes tentando compreender o funcionamento do todo a partir do funcionamento particular de cada parte.

Desta forma, a especialização do funcionamento de cada parte do organismo humano tornou-se uma área médica, e a partir do trabalho de Kraepelin, a inclusão da Psiquiatria como mais uma dessas especialidades. Por isso, quando Engel (1989), questiona a insuficiência do modelo kraepeliniano para explicação dos fenômenos de adoecimento psicológicos, ele também questiona se essa insuficiência não se estenderia a outras especialidades médicas. Denunciando, em essência, os limites do modelo biomédico para toda a medicina.

O dualismo cartesiano, sua adesão pelas ciências biológicas e, consequentemente, pelas ciências médicas significa, essencialmente, que o corpo – soma – é visto e entendido como um ente diferente da alma – psiquê – diferenças radicadas sobretudo na natureza de cada um desses entes que compõem o Ser. Forja-se aqui o paradigma de que, ou a mente humana é algo ontologicamente apartado de todo o ser, sendo uma substância misteriosa, metafísica ou epifenomenal, ou, seria ela composição meramente factível pela estrutura corpórea, produzida, reproduzida e reprodutora das engrenagens fisiológicas onde se pode encontrar todos os seus fundamentos, posto que, sendo tudo natural/material, às questões do espírito/alma se não estiverem nesta seara, não podem ser objetos da ciência.

Para tanto, a natureza do corpo é compreendida como natureza natural, biológica, como um processo que tem sua origem e se encerra em si mesmo, ou seja, no próprio organismo biológico humano. Entre este organismo biológico humano e dos outros animais não-humanos não há grandes distinções em termos de funcionamento orgânico, embora evidentes sejam as diferenças anatômicas. O que os biólogos marxistas da teoria da “Biólogos Dialéticos” (1985/2009), Richard Lewontin (1930 - 2021) e Richard Levins (1930-2016) vão apontar como uma interpretação de que a evolução humana se dá, se deu, de forma contínua e linear em relação às espécies não humanas.

Sendo assim, as questões humanas são interpretadas como resultado direto da herança evoluída dos ancestrais não humanos, seja dos padrões evoluídos sejam dos comportamentos que permanecem.

Por isso, não são incomuns explicações sobre os fenômenos humanos que remontam, por exemplo, aos ancestrais não humanos que tinham determinado comportamento e no processo de evolução da espécie, embora alguns padrões não sejam mais necessários, os seres humanos os mantiveram como herança desse passado não-humano. Como por exemplo, é o caso das explicações sobre as fobias ou comportamentos violentos, algo que sempre gira em torno de naturalizações instintivas ou respostas imediatas aos estímulos do meio natural, como por exemplo de explicações como: “na época das cavernas tal comportamento era necessário por causa de x fatores; e no processo de evolução esse comportamento permaneceu e é expresso agora, etc. etc. etc.”. A reprodução destas concepções assimila um caráter rudimentar da histórica, rebaixando a complexidade da formação social do ser humano, Sempre ancorando as explicações dos fenômenos humanos a esta referência direta da herança seja genética seja evolucionária de espécies anteriores e, mesmo, de condições naturais diretas.

Seguindo essa lógica, então, a ideia do corpo humano se constitui como um organismo que carrega essas diversas heranças e que é, sobretudo, natural. E se o conceito de "doença", pela ciência médica hegemônica, é definido a partir das afecções somáticas, sem considerar que as condições psíquicas e sociais formam com o *soma* um todo, temos que a ideia geral de que doença é algo natural ou está relacionada à natureza biológica do corpo humano (mesmo as psicopatologias), sendo expressas de formas diferentes entre os indivíduos da espécie humana pelas diferentes constituições biológicas, físicas, químicas de cada organismo humano.

Ao fim e a cabo, o que ambas as crises - da medicina e a da psiquiatria – apontadas por Engel demonstram é a insuficiência em se compreender os fenômenos humanos como fruto de uma

relação direta – não mediada - com a natureza e de sua evolução como algo que tenha se dado de forma linear. A reprodução de uma interação reducionista do ser humano com a natureza, isto é, a concepção de um ser humano ontologicamente natural, não alcança a complexidade do que produz o ser humano em sua particularidade diante do seu meio. A distinção de sua intervenção auto mediada frente às necessidades naturais e às criações de novas demandas, novas formas e meios de atingi-las, além do desenvolvimento de distintas causalidades e alternativas radicalmente fora do que é naturalmente construído, faz deste ser um ente singular e, por isso, jamais possível de ser compreendido em sua essência sob um prisma linear, raso e naturalizador e limitado às suas barreiras natural.

Diferentemente do que defende George Lukács (1885-1971), com sua Ontologia do Ser Social (1984/2012; 1986/2013), onde ele afirma que a evolução humana se deu por meio de um salto ontológico rompendo, assim com a ideia de linearidade. Mais ainda, que toda a história do próprio meio ambiente, da natureza, tenha se dado por meio de saltos ontológicos, primeiro da matéria inorgânica para a orgânica, do reino mineral ao vegetal, do vegetal ao animal, e do animal ao humano. Portanto, o ser humano não é um animal racional que pensa e por isso existe; o ser humano é um Ser Social que, por isso, pensa.

Em momentos posteriores deste estudo voltaremos a essas formulações para aprofundar o caráter ontológico do ser social. Aqui, é necessário frisar, que a constatação da dimensão da historicidade e da sociabilidade são condições inerentes e incontornáveis do ser humano, o ser da práxis, por isso, impossível de ser desvendado, seja em suas questões psíquicas, seja no que tange às dimensões classicamente adjetivadas como fisiológicas, sem o entendimento da construção suprassumida dialeticamente na vida social.

Não obstante, as ciências médicas hegemônicas insistem em trilhar os caminhos das ciências naturais, ainda na esteira da divisão cartesiana mente e corpo. Assim, coube à medicina o estudo do corpo humano, onde, não apenas os paradigmas das ciências naturais são importados para as ciências médicas, como também seus métodos de análise do objeto a ser investigado, dando origem assim às chamadas bioquímica, biofísica etc., pois este corpo é físico, é matéria dada, é natureza. Como aponta Capra (1982), a medicina, assim, está ancorada em duas epistemologias básicas: o paradigma cartesiano e o paradigma da física mecanicista, os quais são compreendidos, na medicina, de forma complementar.

Tais paradigmas não ascendem como escolhas para ciência hegemônica por mero acaso, mas sim, estão fortemente ancorados no chão da história do desenvolvimento das forças produtivas e sobretudo nas necessidades presentes no momento pós-revolucionário burguês e de manutenção da nova classe dominante no poder. A construção de princípios humanistas e racionalistas próprios do iluminismo adensavam no campo das ideias um processo material de mudança que encontrava a sua concretude histórica após a Revolução Francesa, mas também apresentava os seus limites enquanto fundamentos universais. Após a ruptura com o modo de vida feudal e o estabelecimento político do Estado Moderno, as abstrações filosóficas de igualdade, liberdade e fraternidade assumem um caráter cada vez mais distante do cotidiano vivido. Agora, enfrentando os desafios das novas contradições sociais próprias da sociedade da exploração da força de trabalho livre, o pragmatismo racionalista protagoniza as práxis da filosofia e da ciência no âmbito da reprodução social.

À burguesia, naquele momento, era vital o desenvolvimento das forças produtivas e a solução de problemas da vida prática, como afirma Lukács (1984/2012). Neste sentido, o dualismo cartesiano resolve algumas questões no que diz respeito aos estudos do ser humano e somado ao

mecanicismo newtoniano, passam a dar conta dos problemas no âmbito do imediato, explicando parte do fenômeno, o que Karel Kosik (1926-2003) denominará “pseudoconcreticidade”. Os processos de formulação e desenvolvimento das práxis da reprodução social, entre elas a ciência, passa a se complexificar, constituindo importantes avanços dentro de um prisma da razão formal e abstratas para dar conta daquilo que se tornava um empecilho para a ampliação e manutenção da sociabilidade burguesa, isto é, o maior avanço do desenvolvimento das forças de produção, para manutenção da exploração da mão-de-obra humana e, enfim, da manutenção do lucro das classes dominantes.

O conjunto de procedimentos metodológicos, experimentos, formulações dedutivas e as discussões, consensos e sínteses entre diferentes estudiosos ganha consistência, amplitude e progressiva socialização com o aumento dos espaços de formação acadêmica, técnica e tecnológica próprias da nova ordem social. O avanço civilizatório acompanha o amadurecimento da vida centralizada nos interesses do mercado e, assim, é conduzido por uma essência contraditória irremediável: a construção do exercício da racionalidade é recheada por conjunto de valores ideológicos compromissados como o modo de vida burguês e com a reprodução ampliada do capital que mascara toda a sorte de naturalizações de pressupostos liberais, heterocispatriarcais e racistas que construíram a formação social capitalista desde os seus primórdios na assim chamada acumulação primitiva e que tomam formas de consensos científicos.

As pesquisas médicas, sobretudo no campo da Saúde Mental, não passam ilesas a esta forma de se fazer ciência, mantendo o papel social da medicina hegemônica como manutenção e reprodução da força de trabalhos (Dourado e Campos, 2012), suas descobertas adensam até o ponto onde a manifestação mais problemática do fenômeno é contida e a partir daí transformam suas teorias em postulados. Assim, ainda que não compreendam a origem e a dinâmica do fenômeno

em si, passam a postular regras ao comportamento humano seja de higiene, de alimentação, de hábitos de vida como um todo, associando-as à ideia de saúde. Entendem, ou postulam que os chamados “hábitos saudáveis” podem evitar uma série de doenças, mas não conseguem explicar, por exemplo, o fato de que mesmo ao seguir esses hábitos o corpo adoece.

Mas, a medicina serve a outros interesses da classe dominante para além da cura do corpo ou da eliminação de doenças, ela é utilizada como instrumento de disciplinarização dos corpos, o que Michel Foucault (1926-1984) denominará de “biopoder”. E seus postulados são perfeitamente integrados na ideologia dominante, ganhando contornos morais e policialescos dos corpos, que se expressam, também, na nos valores estéticos de toda a sociedade do capital.

Esta não é uma característica apenas da gênese desse processo, mas um dado de realidade perene à lógica do capital. A unidade entre a condução do corpo humano socialmente construído e os processos de subjetivação dos indivíduos é marcada por um caráter centrado na lógica produtiva e consumista que circula o modo de produção do capital. Num exemplo atual: ninguém seria capaz de negar que a alimentação dita saudável previne a obesidade. Esta é considerada como doença pela Organização Mundial da Saúde, medida em termos de índice de massa corpórea e ilustrada por um corpo volumoso. Com o advento das medidas baseadas na massa do corpo (princípio da física mecânica, diga-se de passagem), a ideia de saúde e doença explicitada por estes índices acaba por deixar de lado um fator fundamental que é o princípio da nutrição do corpo. Ou seja, que um corpo magro não significa, necessariamente, um corpo saudável em termos de nutrientes consumidos nem, tão pouco, um corpo gordo apresenta problemas nas taxas de medição de saúde como alto nível de colesterol, pressão arterial e índice glicêmico.

O que apoia as ideias de corpos saudáveis ou adoecidos baseadas exclusivamente na massa corpórea é um postulado médico e que encontra respaldo nos padrões de beleza de toda uma

sociedade. O modelo biomédico compõe a ideologia dominante e, como apontou Engel (1989) tornou-se um "imperativo cultural", assumindo um estado de "dogma".

O corpo humano, é compreendido, portanto como um autômato, cujo modelo e padrões foram definidos não a partir de sua essência ontológica constituída em sua totalidade, mas como um padrão de níveis, taxas, números, índices que postulam o que é o corpo ideal, ou, saudável. Assim, o paradigma biomédico, o processo saúde e doença ancora-se nos princípios das ciências naturais e em seus postulados matemáticos, numéricos. Contudo, o que serve para a invenção da matemática, para a postulação das leis da natureza, não serve para os seres humanos, pois, somos seres sociais cuja natureza, a humanidade, encontra-se na história, como já asseverava Marx (1818-1883) nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (1844/2015a).

O que pretendemos aqui, portanto, é aprofundar o debate sobre o modelo biomédico a partir da lente da Ontologia do Ser Social de Lukács. Apontando para a fundamental importância de se estudar a constituição do ser humano em sua totalidade; de sua relação com a natureza/meio; da unidade mente e corpo, como um ser monista fruto dessa relação com a natureza (orgânica e inorgânica); da alienação como processo de alienação do próprio corpo, oriunda da alienação desta relação com a natureza e com a construção social; buscando apreender os mecanismos essenciais para sua dinâmica de funcionamento e assim, por fim, compor nossa crítica ao modelo hegemônico denominado biomédico, partindo dos trabalhos de Capra (1982); Breilh (2006, 2008, 2013, 2019, 2021); Laurell (1994) e de autores que trazem contribuições e essa crítica ao modelo biomédico na Saúde Mental tais como Engel (1989); Foucault (1980/2001) e Canguilhem (1966/2009), apontando os avanços desses autores na crítica, ainda que de bases epistemológicas diversas.

Para isso, além da Ontologia do Ser Social, apoiar-nos-emos nas discussões da Biologia Dialética de Lewontin e Levins (1985/2009); no debate sobre a ecologia de Marx de Foster

(2000/2005); na discussão de alienação em Marx, Lukács e Mèszarós, para apreender a história do desenvolvimento das ideias que culminaram no modelo biomédico, como ideias arraigadas em sua base histórica e social, fruto de um tempo histórico determinado e de dada sociedade que se ergue e se sustenta sobre os pilares da ideologia burguesa.

Buscamos, por fim, apresentar um trabalho que visa superar a visão reducionista do modelo biomédico para, então, apreendermos o processo de adoecimento psíquico, mais especificamente, o processo de constituição da esquizofrenia. Alguns autores e teorias na tradição marxista que já avançaram neste debate também nos servirão de referência, como a teoria da Determinação Social de Breilh e seu debate da suprassunção do biológico.

Além disso, apresentamos uma leitura ontológica, a partir do materialismo histórico e dialético, da teoria da epigenética, conforme Jablonka e Lamb (2010), apontando para como a ideia de caracteres adquiridos pelo meio, ajudam a explicar e apreender o funcionamento do ser humano como um todo, onde corpo e mente se constituem na relação com o meio natural, mas não é expressão direta desse meio natural se não fruto da relação com esse meio mediada pelo trabalho. Somando a esta ideia e à teoria de Breilh, a noção de plasticidade cerebral de Vygotski (1896 - 1934) e Luria (1902-1977) para demonstrarmos por fim os caminhos para um compreensão onto-histórica, acerca do nosso objeto de pesquisa: a constituição da esquizofrenia.

2.1 A Expressão da Alienação no Dualismo Cartesiano Mente e Corpo

Construir uma crítica ao modelo biomédico a partir da Ontologia do Ser Social tem sido uma tarefa de vários passos atrás na tentativa de apreender as raízes sociais e históricas da constituição deste modelo para tecer uma crítica que seja radical e vislumbrar os caminhos pelos quais tal modelo possa ser superado no campo da prática, ou, como diria Marx (1844/2015a) na

vida “real dos homens”. Este caminho necessariamente implicou uma análise de como o chamado modelo biomédico tem se constituído na área das ciências da saúde, sua principal base teórico-epistemológica: o dualismo cartesiano e o mecanicismo newtoniano, e seus desdobramentos para o campo das ciências médicas e mais especificamente para nós, no campo da Psiquiatria, estendendo-se à explicação da esquizofrenia.

Nesta direção buscamos discorrer e apreender aspectos da história do desenvolvimento das ciências naturais que impactaram na construção do paradigma biomédico, desde seu desenvolvimento pós-revolução burguesa, seguindo o caminho de autores que fazem debates teóricos críticos ao paradigma biomédico (como Foucault, Capra, Engel). Analisaremos estes debates à luz do método materialista histórico e dialético e da Ontologia do ser Social. Para tanto, utilizaremos os autores da tradição marxista como Vygotski, Lukács, Mèszarós, Foster, Kosik, Lewontin e Levins, Tonet dentre outros que, embora a maioria não tenham o modelo biomédico como foco de suas críticas, suas discussões e análises sobre a história da ciência moderna e constituição de seus paradigmas irão nos auxiliará a traçar o caminho de nossas discussões sobre o modelo biomédico.

Analisar o desenvolvimento das ciências na modernidade se faz imprescindível para desvelar os interesses de classe nas ciências modernas, pois, como queremos demonstrar, a produção de conhecimento (método, teoria, filosofia), após o período medieval, com o advento das iluminuras e depois, no pós-revolução burguesa, passa a ser instrumento de manutenção e dominação na sociedade de classes, formada neste período e que perdura até os dias atuais. Mesmo onde a ciência se reivindica neutra e a-histórica, poderemos analisar sua historicidade e intenções veladas no discurso da coerência lógica, no rigor metodológico, na linguagem científica e na forma desenvolvida para conhecer os fenômenos humanos.

Para que o conhecimento fosse, então, transformado em objeto de manutenção da classe dominante, uma mudança de paradigma se fez fundamental, o paradigma da verdade: a verdade revelada por Deus a alguns poucos "iluminados", passa a ser uma verdade investigada pelos cientistas, desvelada, descoberta, por meio de métodos e técnicas de conhecimento que podem auxiliar o ser humano a chegar mais próximo do conhecimento da realidade. Como aponta Tonet (2013, p. 19): "(...) a instauração da forma burguesa de sociabilidade exigiu um padrão essencialmente novo de conhecimento (...)".

O conhecimento deixa de ser contemplativo e especulativo como o foi na era greco-medieval e passa a ser um conhecimento prático, com fins de dominação da natureza, sua transformação para que pudesse ser colocada à serviço dos interesses humanos. A forma de conhecer a realidade, com o advento da modernidade, a partir da manipulação da natureza para a atenção às necessidades humanas com fins de desenvolvimento das forças de produção, assumem um caráter estratégico para manutenção da burguesia como classe dominante

De acordo com Tonet (2013, p. 44):

> A ciência moderna nasce sob o impulso de uma nova forma de sociabilidade, cuja matriz fundamental é o capital (...)
> Por isso mesmo, o objetivo central desse novo padrão de conhecimento já não será mais ético-político/religioso, como nos casos grego e medieval, mas pragmático/utilitário. Como deixam muito claro tanto Bacon como Descartes, o conhecimento deve ser um instrumento para dominar a natureza e colocá-la a serviço da humanidade.

Muitas são as condições objetivas e materiais para a mudança no paradigma do conhecimento, sobretudo a necessidade do desenvolvimento das forças de produção. Um exemplo disso é o desenvolvimento da prensa, com ela a replicação do conhecimento deixa de ser obra apenas dos escribas e passa a ser impresso podendo ter um maior número de replicação em menor tempo. Ampliando-se, assim, a leitura como uma alternativa concreta para uma parcela cada vez mais maior de pessoas. (Châtelet, 1994). Constituindo, assim, o processo de alfabetização como

uma necessidade social e, com ela, a imperatividade do acesso à educação. Ou seja, com o desenvolvimento da prensa e o aumento do número de livros em circulação, paulatinamente, a alfabetização vai se tornando cada vez mais necessária. A produção social e material possibilita novas alternativas e novas necessidades sociais.

A invenção de Johann Gutenberg no século XV não processa como um acaso, um aforismo genial de um indivíduo, mas se constitui num movimento histórico de diversas mudanças materiais, sociais e culturais que, ao mesmo tempo, possibilitam aos indivíduos a busca por novas objetivações diante de causalidades distintas, como também, o tempo histórico instiga aos indivíduos e aos grupos a busca pela resolução de demandas nascentes e, por isso, constituindo um leque de inovações que expressam o movimento dialético entre práxis, necessidades e alternativas a partir da realidade concreta e historicamente determinada

O desenvolvimento da prensa é um exemplo que demonstra o avanço do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade burguesa europeia. Da prensa, passando pelas grandes navegações até a revolução industrial, o avanço na construção de tecnologia, de técnicas e de materiais implicam novas alternativas, mas, estas se limitam ao chão da história corrente e aos interesses materiais que estes estão vinculados. Cada novidade gerada se torna um potencial para a humanidade que esbarra na particularidade fundacional da modernidade que, desde suas protoformas, se direciona para uma classe social específica, com objetivo de gênese, desenvolvimento e consolidação de uma sociabilidade centrada em sua hegemonia.

A burguesia, sendo a classe que mais desenvolveu as forças produtivas de modo essencialmente interessado no processo de exploração da força de trabalho, passa a usar desse desenvolvimento e de sua potencialização e retroalimentação de conhecimentos cada vez mais complexos para dominar outros povos, outros continentes e, em última instância, impor a

inviabilização, a marginalização, a barbarização e até a supressão de outras formas de manifestações sociais e culturais, por meio do processo de colonização; seja através do extermínio de populações e sociedades inteiras nas invasões territoriais que a sociedade burguesa impõe não apenas a forma de conhecimento que desenvolveu, como também, toda a sua cultura, sua forma de sociabilidade (economia, política, religião etc.). Os paradigmas das ciências burguesas, portanto, mediam nosso conhecimento sobre o mundo até os dias atuais, mas não de maneira estática, estacionada no século XVIII – XIX, mas de forma a estar sempre se atualizando e sendo revisada e complexificada, atingindo novos patamares em suas formulações para responder as demandas e contradições de seu tempo. Dentro desse processo de rupturas circunstanciais e manutenções fundamentais podem ser percebidas e analisadas, ao longo da história da ciência moderna, elementos marcantes ter mudado que se estabeleceram como consenso teórico hegemônico. Entre estes de Newton aos dias atuais, podemos destacar a interpretação que se deu sobre as origens das leis naturais dos fenômenos, inclusive humanos. Tal origem, antes apresentada como fruto do poder divino, ora passou ter sua explicação a partir do próprio objeto, encerrando-se o fenômeno em si mesmo. Contudo, apesar do progresso no campo das pesquisas, dos avanços e das superações teóricas e do conjunto de novas formulações que atravessaram os últimos séculos, a essência do modo de conhecer, isto é, o fundamento da investigação dos fenômenos do mundo desenvolvida pelas ciências burguesas permanece a mesma: a redução a menor das partes constituintes do objeto, tomando as características das partes do objeto como existentes *a priori*. E, a partir das interpretações materialistas mecanicistas, ou mesmo numa suposta negação culturalista centrada num ecletismo irracionalista atualmente em voga, a maioria dos processos científicos validados e reverberados pelos ditames do mercado, reproduzem a essência estendida importando os métodos e elucubrações das ciências naturais para análise e apreensão da coisa humana; ainda que se

atualizem, pois, o que antes era baseado na Física mecânica passam, agora, na chamada "pós-modernidade", basear-se no relativismo da Física Quântica.

Historicamente, o modelo das ciências naturais, materiais e mecanicistas, é imposto como "O método científico" e tudo aquilo que fugia a este formato estava relegado à "metaciência". Se o dualismo cartesiano se tornou a epistemologia que embasou a divisão entre material e espiritual, coube às ciências naturais assumir o protagonismo no desenvolvimento metodológico para se conhecer as formas de funcionamento, estabelecer suas leis e criar os postulados por meio dos quais os fenômenos naturais e, portanto, materiais, serão explicados, inclusive os fenômenos humanos.

Desta forma, o modelo biomédico como paradigma inscrito nessa forma de se fazer ciência, sustenta-se numa ideia de que o ser humano, fruto da evolução das espécies, é um ser eminentemente natural e, por isso, submetido às mesmas leis da natureza que outros animais não-humanos. Sob a base desse paradigma diversas pesquisas são realizadas nas ciências médicas para se buscar a cura de doenças, ou seja, para aplicabilidade prática da ciência buscando intervir na realidade e sanar uma necessidade.

O que, no que diz respeito ao processo patológico, a doença é passível de ser analisada por meio das medições e taxas fisiológicas, compreendida como desequilíbrio dessas taxas e sua cura se dá ou pela intervenção direta do médico no local afetado, como numa intervenção cirúrgica, ou, por fim, por meio de medicamentos. Sob o paradigma biomédico, a medicina pôde se vangloriar de êxitos importantes na história, superando tratamentos arcaicos, buscando procedimentos e fármacos que atingiram importantes resultados no que tange à uma série de enfermidades como, por exemplo, no que tange a questões infecciosas e o uso de antibióticos e outras substâncias e modos de tratamento. Ainda assim, se mesmo com tal reconhecimento é impossível não perpassar sobre os processos de efeitos colaterais, a constituição dos impactos sociais para o agravamento de

enfermidades e a desigualdade social diante do acesso aos tratamentos adequados, todas essas questões tomam contornos ainda mais expressivos na saúde mental.

No entanto, diante das chamadas das psicopatologias, que atingem a psiquê, ainda que se tenham tentado reduzi-la a um fenômeno natural como qualquer outra função do corpo, parece-nos que tais fenômenos expressam de modo mais evidente os limites do modelo biomédico, uma vez que, os métodos desenvolvidos a partir desse modelo não apresentam nem resultados nem explicações satisfatórias para os transtornos mentais. Neste sentido, talvez o desafio ao modelo biomédico que Engel (1989) anunciava em seu artigo na "Revista *Science*" seja o seguinte: se modelos da Física (mecânica ou quântica, tanto faz) e demais ciências naturais servem para a explicação de fenômenos humanos. E aqui, mais um passo atrás é necessário, pois, é fundamental questionar o que é o ser humano, qual sua origem e o que é que o faz tão diferente de outros animais.

Diante disso, a questão ontológica que as ciências naturais se abstiveram de debater, compreendendo como questões para filosofia, religião etc. parece-nos ser a chave para a compreensão dos limites do paradigma biomédico, além de, a possibilidade de apontar saídas para um novo modelo de se pensar o processo saúde e doença no ser humano. Pois, compreendemos que, apreender a essência do que é ser humana ilumina o conhecimento sobre o indivíduo humano como um todo, inclusive, a dinâmica do processo de adoecimento.

Para nós, que abordamos o fenômeno humano a partir da Ontologia do Ser Social, já é possível adiantar que os fenômenos humanos são únicos, pois, como afirma Lukács (1984/2012) o ser humano a partir da sua atividade de transformação da natureza para satisfazer suas necessidades – o trabalho – cria a si próprio enquanto Ser Social. O trabalho é a essência do salto ontológico que o ser humano dá em relação às outras espécies, demonstrando que sua evolução não é fruto de um processo linear e mecânico, nem de um projeto divino, mas é fruto de sua ação no meio, de sua

ação e das consequências dessa ação tanto para o meio quanto para si próprio, ou seja, o ser humano é fruto da relação que estabeleceu com a natureza e que, por isso, pôde criar a sua própria natureza, uma outra natureza – a humana; sem que isto tenha eliminado a dependência do ser humano para com a natureza, mas sim promovendo uma relação que não é direta, mas mediada e sobretudo, auto mediada, capacidade distinta de qualquer outra ser.

Nesta esteira, buscamos traçar um caminho teórico, que nos auxilie na crítica radical ao modelo biomédico, apreendendo a base histórico-social em que emerge esse conceito e seus desdobramentos na prática em saúde, a partir de análises marxistas sobre a história da ciência. Adentramos assim, à concepção marxiana e marxista de natureza e de natureza humana; a crítica marxista ao dualismo cartesiano que dá margem tanto às interpretações idealistas sobre a natureza humana quanto às materialistas mecanicistas; e, por fim, à análise marxiana e lukatiana sobre a relação entre ser humano e natureza. O que nos levou aos debates não apenas sobre a questão do meio ambiente em Marx, mas também sobre a questão da alienação em Marx, alienação da relação com a natureza e da própria natureza humana

Neste sentido, foram cruciais para delinearmos a construção de nossa argumentação, a questão do meio ambiente em Marx apresentados por Foster (2005) em *"A Ecologia de Marx: materialismo e natureza"*. A partir daí, apreender a relação entre alienação que, em última instância culmina, pela mediação do trabalho abstrato, assalariado (como é o caso do trabalho na sociedade do capital), na alienação do ser humano de seu próprio gênero humano, do indivíduo humano de outros seres humanos e de si próprio e, por fim, na alienação do próprio corpo.

É, portanto, pela via da alienação[10], como categoria no materialismo histórico e dialético, que procuramos tecer nossa crítica à ideia de corpo biológico como se apresenta para o modelo biomédico. A partir dos autores da tradição marxista que discutem "alienação"; além do recurso aos próprios textos marxianos onde o debate está mais proeminente (os manuscritos de 1844 e no O Capital), buscamos fazer análises e mediações necessárias para a construção de uma crítica onto-histórica ao modelo biomédico. Essa crítica, por sua vez, embasará nossa argumentação, posterior, sobre o "biológico suprassumido", sustentando nossos apontamentos para superação do modelo biomédico, com a finalidade de se apreender os fenômenos de adoecimento humano, sobretudo, os psíquicos tal como a esquizofrenia.

A alienação aqui se apresenta como guia para nossas análises em duas instâncias, a primeira que se refere ao conjunto das ciências modernas como formas científicas alienadas, portanto separadas da ontologia humana e como tais ciências se apropriam do processo de alienação humana, da alienação do indivíduo humano de si mesmo para construir saberes sobre o humano de forma fragmentada e cindida em: substrato biológico e substrato psicológico.

A principal questão que se apresenta, pois, quando falamos do modelo biomédico é justamente a questão do biológico, o que é este biológico e como ele se constitui e, mais

[10] Uma breve nota é preciso ser feita aqui, há um debate corrente na tradição marxista brasileira que, representada por Jesus Ranieri, Ronaldo Fortes, Mario Dayer (dentre outros), vão discutir as diferenças, em Marx, dos termos alienação e estranhamento, para tais autores há diferenças semânticas e conceituais quando Marx utiliza uma ou outra palavra. No entanto, outros autores, também da tradição marxista brasileira, como Sérgio Lessa, José Paulo Netto, não cogitam a existência dessa diferença entre os termos alienação e estranhamento em Marx.
O debate, ao que nos parece, sobre a diferença entre alienação e estranhamento tem razão de ser na medida em que tais termos são utilizados de forma semanticamente diferente em Hegel, tal diferença foi estendida à Marx, porém, em nossa humilde compreensão, há em Marx uma crítica as formas de alienação em Hegel e, a partir da crítica, Marx trata a alienação em sua obra sem que haja tal diferença. Como afirma Lessa (2018): "Identificar em Marx objetivação, exteriorização e alienação é um equívoco quase sempre originado por uma interpretação hegelianizante de seu pensamento." (p. 27) Por outro lado, os autores que aqui apresentamos como referenciais de nossa discussão (Foster e Mèszarós, e mesmo Lukács) não me parecem fazer esta distinção entre ambos os termos. Portanto, tomaremos suas definições de alienação em Marx, assim como as de Lessa e do próprio Marx, quando necessário recorrer aos seus originais, sem fazer alusão à dita diferença.

fundamentalmente, porque o corpo biológico é fetichizado nas ciências burguesas, tomando a dianteira do processo de adoecimento e sendo fragmentado em suas partes e/ou sistemas e/ou órgãos e/ou células, moléculas etc. para ser tratado quando está adoecido. O uso do termo fetiche não se dá por acaso, pois, para Marx (1867/2015c), as mercadorias ao serem fetichizadas assumem um caráter de autonomia, com “desejos”, “vontades”, que são capazes de se relacionar entre si e entre os seres humanos. Intimamente ligada à alienação, a fetichização da mercadoria produz um processo de não reconhecimento do ser humano com o fruto de seu próprio trabalho, como subjetividade exteriorizada, mas como coisa independente de seu produtor. O "feitiço" da relação entre coisas que encobre a relação alienada dos seres humanos sob o julgo da sociabilidade capitalista também se reproduz na subjetivação que é semelhantemente coisificada. A práxis científica constitui uma percepção naturalizada de um corpo humano que é também construído socialmente, por isso, desumaniza este corpo, não reconhece suas determinação social e mergulha suas formulações dentro dos limitas da hegemonia ideológica desses princípios.

Por isso, o fetiche alienado do capital não é diferente para a interpretação que se dá ao "biológico" na ciência burguesa. A percepção cindida da totalidade observa o ser humano como se nossos órgãos, células, moléculas tivesse vida consciente e independentes da totalidade do indivíduo. O não reconhecimento humano na forma social centrada na mercadoria e sua realização não-realizada pelas relações coisificadas também se asseveram na subjetividade desumanizada, conduzida ideologicamente no senso comum para escapismos místicos de naturalização das contradições e na ciência para explicações também fetichizadas que se concentram na busca neurológica de questões eminentemente sociais, investigando os locais do cérebro, a suposta determinação de desequilíbrios químicos nos corpos adoecidos, além da hereditariedade de

características cerebrais, sem evidenciar os complexos fundamentais que formam o ser humano e deformam seu desenvolvimento numa vida social desumanizada, coisificada, por isso, alienada.

No texto "A Teoria de Vygotski e Luria: o teatro dos mamulengos e os caminhos para superar o 'fetiche do cérebro' na Saúde Mental", publicado no portal Mad In Brasil (2021), tratávamos desta temática a partir do fetiche do cérebro nas explicações sobre adoecimento psíquico, baseadas na seguinte afirmação de Marx (1867/2015c p. 179):

> Aqui (no mundo religioso), os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida, como figuras independentes que travam relações umas com as outras e entre os seres humanos. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isto eu chamo de fetichismo (…).

Assim, tal qual o exemplo do cérebro utilizado por Marx para ilustrar o que ele estava chamando de fetiche, podemos estender este exemplo a todos os órgãos ou melhor partes do corpo humano, para ilustrar a compreensão que as ciências burguesas têm desse "biológico", dividindo, pois, a medicina em especialidades cada vez mais fragmentadas para dar conta de partes de seu objeto – o corpo humano – igualmente fragmentado.

Seguindo, pois, os fios das críticas de Capra (1982) e Engel (1989) buscamos encontrar o "biológico" no modelo biomédico, onde ele demonstra sua fragilidade e por que de suas crises: na ideia de um biológico natural e por isso redutível aos menores elementos que o constitui e seu funcionamento que embasam a forma reducionista como as ciências burguesas vão pensar o processo saúde e doença.

Capra e Engel já denunciavam: "A culpa é do Descartes!" Foi seu dualismo que cindiu mente e corpo e coube à medicina se apropriar do corpo biológico, com ajuda do desenvolvimento dos avanços da Biologia, principalmente a Biologia molecular, reduzindo o corpo biológico à sua mínima fração analisável. Vale ressaltar já aqui que, as ideias não estão soltas no ar, não têm vida própria e, diferentemente do que Hegel acreditava, não são elas determinantes do mundo material.

Como demonstrou Marx, é o seu contrário: as ideias partem da vida real humana de sua concretude e materialidade, assim, as ideias são expressões do mundo real, das relações sociais humanas, de suas formas de organização econômica, política etc. Nesse sentido, o dualismo cartesiano, como veremos, "resolve" uma série de questões daquele dado momento histórico, baseando o que viria a ser o conhecimento especializado da reprodução social da burguesia pós revolucionária. Separando o corpo da alma, cada ente pode ser investigado de maneiras diferentes sem que isto agrida os valores e ameace a recente ascensão da classe burguesa ao poder. A aposta no dualismo é uma aposta útil à burguesia (e ao clero que não estava de todo destituído de poder), é uma escolha de classe.

E a partir desta cisão, então, a medicina tomará conta do corpo biológico, se tornará detentora do conhecimento desse biológico humano, com status de autoridade. A este respeito Foucault (2001) aponta a conversão dos elementos do corpo biológico humano à racionalidade. E, baseados no debate foucaultiano sobre a medicina: Ferla, Oliveira e Lemos. (2011 p. 488) afirmam:

> (...) a medicina moderna, compartilhando com a episteme cientifica emergente, ao final da Idade Média, intensificou o projeto da modernidade, criando condições históricas de afirmação da sua racionalidade, ao constituir o desvinculamento dos fenômenos vitais do domínio teocêntrico a que estavam submetidos, objetivando-os no corpo somático e submetendo-os às disciplinas cientificas.

Apesar de estar longe de uma análise ontológica, a análise histórica foucaultiana evidencia a "Razão" como essência do novo padrão de conhecimento da realidade da nova classe dominante, a ferramenta que promove o deslocamento do conhecimento do teocentrismo, da verdade revelada por Deus a certos iluminados, para a verdade que pode ser conhecida por todos aqueles dotados de razão.

A razão, então, passa a ser compreendida como inata ao ser humano, ela é a característica essencialmente humana, o ser humano é um "animal racional e, por isso, pode conhecer a realidade

que o cerca, pode conhecer as leis gerais da natureza para dominá-la, transformá-la e usá-la a serviço da satisfação de suas necessidades. É a razão humana que dá ordem e sentido ao mundo, as coisas externas ao sujeito podem ser percebidas por meio dos órgãos do sentido, mas é por meio da razão que elas ganham ordenamento lógico, por meio de métodos específicos de aproximação da realidade, nas ciências burguesas, a razão é capaz de produzir conhecimento dessa realidade.

A razão, para conhecer se apoia na materialidade do real, como afirma Tonet (2013 p. 41 – grifos nossos):

> Através dos sentidos, que são as únicas mediações entre nós e o mundo externo, colhem-se os dados. Estes, porém, são sempre singulares, parciais, múltiplos e heterogêneos. **Classificar, organizar, estabelecer relações e extrair leis gerais**, este é o trabalho da razão. É este o modo de a razão produzir os conceitos, vale dizer, de realizar juízos acerca dos dados colhidos.

A medicina, enquanto ciência moderna, apreendendo os fenômenos do corpo humano como naturais segue os passos das ciências naturais, não apenas classifica e organiza, mas mensura e estabelece normas, padrões numéricos para àquilo que postula como saúde. Transformando, portanto, em dados científicos e mensuráveis os estados do corpo humano, ou seja, classifica, organiza e estabelece relações para postular suas leis gerais.

Em sua análise sobre "O Normal e o Patológico", Canguilhem (1967/2009) afirma que a reforma da medicina (como da pedagogia) pós-Revolução Francesa alinha tal ciência às necessidades da racionalidade e explicita o projeto científico burguês focado em uma ciência mais manipulativa da realidade, onde sua aplicação pudesse ser prática. Para tanto, a medicina se utiliza das normas, regras que forja para criar um padrão de normatização que guiará os critérios para a classificação do indivíduo saudável. Conforme Canguilhem (1967/2009 -. 108 – grifos nossos):

> A reforma da medicina como teoria se baseia, por sua vez, na reforma da medicina como prática: está intimamente ligada, na França, assim como também na Áustria, à reforma hospitalar. Tanto a reforma hospitalar como a pedagogia exprimem uma exigência de racionalização que se manifesta também na política, como se manifesta na economia, sob

> influência de um **maquinismo** industrial nascente que levará, enfim, ao que se chamou, desde então, de normalização.

Para o autor, as normas são propostas tendo como objetivo discriminação de qualidade de um determinado fenômeno, onde sua graduação está sempre em referência a oposição de um polo negativo ao positivo. Essa normatização que adentra o universo médico, por sua vez, tem como referência, em última instância, a ideia de equilíbrio, herdada dos gregos onde a noção de que a natureza tanto fora como dentro do ser humano existe a partir do princípio do equilíbrio.

Nesse caso, o processo de adoecimento é interpretado a partir da relação direta com o desequilíbrio do corpo e cabe à medicina restaurar tal estado. Portanto, a criação de critérios numéricos para aferição do estado de saúde do indivíduo se relaciona diretamente com a noção de que há taxas que são a norma ou o equilíbrio do estado de saúde, então, o estado adoecido é o que apresenta o desequilíbrio dessas taxas. Canguilhem (1967/2009 p. 13) enfatiza: "Desde Bacon, não se insiste na ideia de que só se pode dominar a natureza obedecendo-lhe? Dominar a doença é conhecer suas relações com o estado *normal* que o homem vivo deseja restaurar, já que ama a vida.".

Desta forma, como a relação saúde e doença estava diretamente ligada às possibilidades de viver e morrer, coube à ciência da vida – a Biologia - embasar as pesquisas e principalmente práticas médicas para a restauração do equilíbrio do corpo que foi perturbado pela doença. Os avanços na medicina seguiram as descobertas e postulados da Biologia; ambas as ciências traçando a logica da modernidade de compreender o corpo humano como máquina.

Como explica Lewontin (2002 p. 72 – grifos do autor, como no original):

> Essa maneira analítica de compreender e estudar sistemas biológicos, adequada às máquinas, está implícita na própria palavra *organismo*, usada pela primeira vez no século XVIII. A analogia se faz entre o corpo vivo e o instrumento musical composto de partes distintas que trabalham em conjunto para produzir diversas funções finais.

Estas partes distintas no organismo seriam os órgãos. A própria etiologia da palavra "organismo" em português aponta sua origem na palavra grega que significa "ordem", sendo o organismo um sistema que ordena os órgãos. Assim, seria possível estudar o organismo decompondo-o a seus menores elementos – órgãos. No entanto, em Biologia, a partir do século XIX, a célula passa a ser a principal característica do indivíduo vivo. E o que era o estudo dos órgãos passa a ser reduzido ao elemento cada vez menor, agora às células e suas partes. Desta forma, a Biologia vai oferecendo à medicina suporte para sua atuação prática de restauração do equilíbrio dos indicadores biológicos no corpo humano para a manutenção da vida.

A ideia de equilíbrio e a aplicação do método reducionista têm como pressuposto fundamental que a evolução da espécie humana estabeleceu no ser humano uma natureza fixa e biologicamente determinada, como afirmam Levins e Lewontin (1985/2009 p. 254 – grifos e tradução nossas):

> Os reducionistas, como deterministas biológicos, veem os assuntos humanos como o resultado direto de padrões que evoluíram no passado, que criaram uma **natureza humana fixa** que determina nosso comportamento e organização social, na medida em que nos afastamos do "natural" por nossa conta e risco.

Para a Biologia, a mínima fração a que poderia ser reduzido o corpo humano (ou de animais não-humanos ou de todo ser considerado Ser vivo) era a célula, que por sua vez vai sendo decomposta e estudada em suas partes: o gene, as partes que compõem esse gene, e por aí vai até chegar nas moléculas, nos átomos. Nesta esteira, como aponta Capra (1982 p. 102), o desenvolvimento das áreas que estudam de forma reducionista as partes componentes do corpo ganham uma maior ênfase: "O século XIX é mais conhecido pelo estabelecimento da teoria da evolução, mas também viu a formulação da teoria celular, o começo da moderna embriologia, o desenvolvimento da microbiologia e a descoberta das leis da hereditariedade.".

Levins e Lewontin (1985/2009 p. 271 – tradução nossa), apontam o desenvolvimento da química e física como pontos emblemáticos no que diz respeito à lógica reducionista.

> O erro do reducionismo como ponto de vista geral é que ele supõe que o objeto de dimensão superior é de alguma forma "composto" de suas projeções de dimensão inferior, que têm primazia ontológica e existem isoladamente, cujas partes "naturais" o todo é composto. No mundo alienado, as coisas são basicamente homogêneas; de fato, o objetivo da ciência reducionista é encontrar aquelas unidades menores que são internamente homogêneas, as unidades naturais das quais o mundo é feito. A história da química e da física clássicas é o epítome dessa visão. Na química clássica, os objetos microscópicos eram feitos de uma mistura de moléculas, cada uma das quais homogênea em si mesma. Com o desenvolvimento da teoria atômica da matéria, essas moléculas passaram a ser feitas de misturas de átomos de diferentes tipos, de modo que as moléculas passaram a ser vistas como internamente heterogêneas.

Apoiando-se na química clássica, por exemplo, a Biologia se se desdobrou na bioquímica, dando conta de ratificar a lógica racionalista e reducionista de se pensar os fenômenos: reduzir o fenômeno humano ao menor constituinte biológico passível de ser analisado e estudado.

Somando-se à ideia de que o corpo humano é uma máquina, composta por diversas peças, que por sua vez são compostas por suas partes; mas não é uma máquina simples e sim uma máquina que funciona a partir de suas propriedades físico-químicas que a constituem. De acordo com CAPRA (1982 p. 100-101):

> Os modelos mecânicos simplistas dos organismos vivos foram abandonados, porém a essência da ideia cartesiana sobreviveu. Os animais continuavam a ser considerados máquinas, embora muito mais complicados do que os relógios mecânicos, dado que envolviam fenômenos químicos e elétricos. Assim, a biologia deixou de ser cartesiana no sentido da imagem estritamente mecânica dos organismos vivos, mas permaneceu cartesiana na acepção mais ampla de tentar reduzir todos os aspectos dos organismos vivos às interações físicas e químicas de seus menores constituintes.

E, a ciência moderna, mantêm-se cartesiana no sentido de sustentar a divisão do espírito e da matéria até os dias de hoje. Se, na atualidade, a da ideia da alma imortal (divina) como fator que distingue os seres humanos de outros seres na natureza, não seja mais tão predominante em termos de teológicos e a ciência tem liberdade para questionar até mesmo a existência de um Deus. A

racionalidade assume este lugar, sou humana não porque tenho uma alma pertencente a Deus, mas porque sou um ser dotada de razão: o "penso logo existo" de Descartes. Vale lembrar que Comte eleva essa ideia da cientificidade racional às instâncias do sagrado, pensando a sua "Religião da Humanidade".

A apropriação do desenvolvimento das forças produtivas; do produto desse desenvolvimento e do conhecimento produzido, por sua vez, garantem à burguesia sua manutenção enquanto classe dominadora e dominante na sociedade do capital. Lukács (1984/2012 p. 48) assim apresenta esta questão:

> (...) para a nova classe dominante em ascensão, para a burguesia, o desenvolvimento irrestrito das ciências, sobretudo das ciências naturais, era uma questão vital. Ela jamais teria se conformado com alguma resolução da Igreja no sentido de que os novos conhecimentos não deveriam ser utilizados para melhor dominar as forças da natureza. Por essa razão, a atitude diante da objetividade real, diante da questão de se as verdades das ciências naturais reproduzem efetivamente a realidade objetiva ou apenas possibilitam a sua manipulação prática, domina a filosofia burguesa desde os dias de Belarmino até hoje, determinando sua posição em todos os problemas ontológicos.

Assim, o rompimento tanto das ciências quanto da filosofia burguesa com qualquer teologia ou teleologia divina fez-se necessária no processo de desenvolvimento das forças produtivas baseado no conhecimento que em muito contribuíram as ciências naturais. O não reconhecimento humano na forma social centrada na mercadoria e sua realização não-realizada pelas relações coisificadas também se asseveram na subjetividade desumanizada, conduzida ideologicamente no senso comum para escapismos místicos de naturalização das contradições e na ciência para explicações também fetichizadas que se concentram na busca neurológica de questões eminentemente sociais, investigando os locais do cérebro, a suposta determinação de desequilíbrios químicos nos corpos adoecidos, além da hereditariedade de características cerebrais, sem

evidenciar os complexos fundamentais que formam o ser humano e deformam seu desenvolvimento numa vida social desumanizada, coisificada, por isso, alienada.

É preciso, por isso, entender o paradigma cartesiano não como um paradigma cuja "descoberta" possibilitou o movimento do desenvolvimento das forças de produção, mas como um postulado que serviu (e serve) ao desenvolvimento das ciências burguesas atendendo às necessidades da sociedade do capital. Não foi o paradigma em si, mas a utilização dele pela ideologia burguesas que lhe serviram para o descolamento com a noção teológica e teleológica divina.

Mas este foi um processo paulatino, ancorado nos desdobramentos históricos e sociais da sociedade e, é importante ressaltar que, nem sempre chegando a um rompimento de fato com as questões da religiosidade. Neste sentido, Foster (2005 p. 45) afirma que:

> Na visão de mundo newtoniana, a natureza era governada por leis mecânicas externas determinadas pela providência divina. Os materialistas contumazes eram, ao contrário, aqueles que não viam necessidade de explicações fora da natureza em si. Os pensadores mais moderados do Iluminismo, ademais, tendiam a preservar a distinção entre mente (espírito) e corpo. Daí, qualquer tentativa de reduzir a mente a explicações puramente mecânicas e materiais era em geral vista como evidência de visões materialistas e ateístas heréticas.

A manutenção da religiosidade, serve à burguesia por diferentes formas e, por isso, não pode ser apreendido de maneira linear, pois, em que pese a ainda forte influência do clero nas sociedades pré-revolucionárias[11] no século XVIII e XIX (Inglaterra, Alemanha, Portugal, Espanha, por exemplo) e sua expressão no desenvolvimento das ciências burguesas. Tal influência se manteve menos pela importância *per se* e muito pelo uso instrumental da religiosidade para a manutenção da burguesia no poder, bem como, de ferramenta ideológica essa classe.

[11] Interessante notar que, inclusive atualmente, os únicos países Europeus que conseguiu destituir de fato sua monarquia foram Alemanha e França.

Como afirma Lukács (1984/2012 p. 61):

> Entretanto, a dinâmica interna de religião, ciência e filosofia não opera nessa inter-relação como um meio que obedece passivamente; o passado, os métodos e as necessidades ligados à tradição, os problemas atuais agudos na satisfação dessas necessidades modificam de muitas formas a autorrealização simples e linear da missão social. Mas, esta última é, nas palavras de Marx, o momento predominante. A dupla necessidade do desenvolvimento da burguesia, a saber, valorizar e utilizar ilimitadamente todas as descobertas da ciência na economia, na vida social etc. por um lado, e, por outro, manter historicamente ativa nas massas a necessidade religiosa, por mais esmaecida que seja, cria o campo de força humano-social do qual se desenvolve aquela missão social por nós descrita (...).

As necessidades burguesas que vão se configurar, portanto, na manutenção do lucro a partir do desenvolvimento das forças produtivas, pela ação humana no processo de trabalho e pela complexificação da ciência como uma práxis voltada ao mercado), assevera sua dominação das classes dominadas perpassando outras práxis como a política, a filosofia, a religião e complexos fundamentais como o Estado que facilitarão, em última instância, a manutenção da exploração da mais-valia da classe trabalhadora. Neste sentido, filosofia, religião ou ciências assumem um caráter também instrumental para dar conta das necessidades do imediato.

Desta forma, Lukács (1984/2012 p. 58) afirma:

> Porque se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato.

Nos termos marxistas, a dimensão ideológica atravessa todas as práxis humanas e, por isso, também a ciência, não estando centralizada ou reduzida numa condição de falseamento do real. Como precisa Lukács (1986/2013) e Mèszarós (1970/2006), o complexo de complexo que forma a ideologia se precisa na reprodução, na expressão e na naturalização das ideias fundamentais da classe hegemônica de um tempo histórico, evidenciando os antagonismos decisivos de um modo de produção, pavimentando idealmente aquilo é essencial e socialmente existente na vida material

e, no caso da práxis científica, também apontando resoluções para demandas concretas. Por isso, o pragmatismo científico, que instala a dimensão fenomênica como o lócus principal de análise e intervenção, não assume tal característica por acaso ou decisão de meros indivíduos do campo acadêmico.

Assim, em nossa sociedade a ciência está a serviço das necessidades práticas e imediatas, não em se aproximar do conhecimento mais adequado sobre a realidade, por isso, "ontologia" e "essência" ficam diluídas ou sequer fazem parte de um sistema científico que se ocupa do campo da aparência. O que resolve por um momento a situação problema a que se objetiva estudar, mas não da conta do fenômeno em sua totalidade, não chega nem à sua causa nem à sua essência, de onde, de tempos em tempos irrompem as crises dos paradigmas da modernidade.

Como afirma Kosik (1956/1976 p. 14):

> Por isso, a *práxis* utilitária e imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade. (...) A *práxis* que se trata neste conceito é historicamente determinada e unilateral, a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue.

Não só no caso da medicina, mas de um modo geral, as ciências burguesas agem nos sintomas dos problemas, ou seja, na aparência dos fenômenos de forma manipulativa. A validação científica protagonizada pela função social de seus resultados fincados na naturalização do modo de vida centrado na exploração usa a razão formal-abstrata para amplificar o *ethos* burguês como uma dimensão universal do ser humano, modelo natural, um fato e um destino a ser alcançado no processo de investigação acadêmica.

Desta forma, a sociabilidade burguesa, diante de suas necessidades, para manutenção de sua ideologia e de sua posição de classe dominante, funda um novo padrão de conhecimento. Onde a realidade ganha novas definições e cuja verdade se manifesta de forma apartada da própria

realidade, sendo esta reduzida aos seus componentes que, por sua vez, ganham aspectos de uma certa autonomia, fetichista.

Para Tonet (2013 p. 46 – grifos nossos):

> Pode-se, assim, perceber, que a realidade, nessa perspectiva moderna, é constituída pelos dados empíricos com as características que apontamos acima. Esses elementos empíricos, enquanto empíricos, mesmo sendo partes, são reais. E, de fato, eles são a única realidade à qual o pensador tem acesso. Não existe, portanto, uma essência oculta da qual os dados empíricos seriam a manifestação e à qual nós poderíamos ter acesso por intermédio da razão. O sentido dos dados, que também podem ser chamados de fatos ou fenômenos, **esgota-se neles mesmos**. **Eles são o componente mínimo último da realidade.**

Tonet, como podemos ver, também apontará para o princípio comum às ciências modernas e, portanto, presente na biologia e na medicina: o reducionismo. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de os dados, embora parte do objeto real, são tomados como fatos em si, característica inerente à lógica reducionista.

Os biólogos marxistas Lewontin e Levins (1985/2009 p. 270 – tradução nossa) detalham de forma resumida o que denominaram “os principais compromissos ontológicos” do reducionismo cartesiano:

> O modo dominante de análise do mundo físico e biológico e, por extensão, do mundo social, conforme surgiram as "ciências" sociais, tem sido o reducionismo cartesiano. Esse modo cartesiano é caracterizado por quatro compromissos ontológicos, que então marcam o processo de criação do conhecimento:
> 1. Existe um conjunto natural de unidades ou partes das quais qualquer sistema inteiro é feito.
> 2. Essas unidades são homogêneas em si mesmas, pelo menos na medida em que afetam o todo do qual são partes.
> 3. As partes são ontologicamente anteriores ao todo; ou seja, as partes existem isoladamente e se juntam para formar um todo. As partes têm propriedades intrínsecas, que possuem isoladamente e que emprestam ao todo. Nos casos mais simples, o todo nada mais é do que a soma de suas partes; casos mais complexos permitem interações das partes para produzir propriedades adicionais ao todo.
> 4. As causas são separadas dos efeitos, sendo as causas as propriedades dos sujeitos e os efeitos as propriedades dos objetos. Embora as causas possam responder a informações provenientes dos efeitos (os chamados "ciclos de feedback"), não há ambiguidade sobre qual é o sujeito causador e qual é o objeto causado. (Essa distinção persiste nas estatísticas como variáveis independentes e dependentes.).

É importante destacar o caráter homogêneo e somatório das partes que, na visão hegemônica, constituirão o todo, pois, para uma ciência pragmática, essas partes constituem este todo de modo a não se deformarem, emprestando ao todo suas características ou parte delas, para que somadas componham o todo, aqui, não há espaço para heterogeneidade, tão pouco, para a contradição. Não cabe o processo de negação de características das partes ou de transformação dessas características quando compõem um todo, não é possível a suprassunção. Assim, ao analisar o fenômeno, cabe aos cientistas, dotado por sua razão, chegar ao menor constituinte para se compreender como esse todo é formado.

Os autores seguem demonstrando a natureza reducionista da compreensão do biológico apontando para o desenvolvimento da química e da física clássica como máxima demonstração desse reducionismo. Destacam a interpretação da homogeneidade dos componentes que compõem o fenômeno, premissa básica da modernidade para a compreensão dos fenômenos a partir de sua decomposição.

Capra (1982 p. 108), discorre sobre os impactos, para as ciências biológicas e médicas, do desenvolvimento da química e da física, as quais irão ser usadas para a explicação dos fenômenos biológicos em termos da “bioquímica” e da “biofísica”: “Nesse meio tempo, a nova ciência da bioquímica progrediu continuamente, estabelecendo a firme crença entre os biólogos de que todas as propriedades e funções dos organismos vivos seriam finalmente explicadas em termos físicos e químicos.”.

No século XVIII até o final do século XIX os estudos do biológico humano estavam cada vez mais implicados com as leis da natureza, a “biofísica” e “bioquímica” do corpo dão o tom das novas formas de se reinterpretar os fenômenos corporais e ratificam a óptica de compreensão do

corpo biológico humano a partir das leis da natureza, atribuindo a este corpo constructos semelhantes aos da natureza. Como afirma Foster (2005 p. 48):

> O que todos estes pensadores compartilhavam - apesar das suas diferenças - era uma tendência radical a ver a realidade e até a mente humana como dependente da natureza, entendida em termos físicos; e a abster-se de recorrer a ideia de orientação divina ou a princípios teleológicos no entendimento do mundo que os cercava - apesar de isso às vezes resumir-se à simplesmente deslocar a divindade para a natureza ou para leis externas estabelecidas pela providência divina.

Além de um conformismo e ou um fatalismo, como se as leis naturais, tal como as divinas, fossem impossíveis de serem mudadas, alteradas e ou explicadas em sua integridade. Como afirma o filósofo Karel Kosik (1976 p. 33 – grifos nossos):

> A redução pressupõe uma substância **rígida, elementos imutáveis e não derivados**, nos quais, em última instância, se desdobram a variedade e a mutabilidade dos fenômenos. O fenômeno é explicado se é reduzido à sua essência, à lei geral do princípio abstrato. Duas frases famosas exprimem a insustentabilidade do reducionismo: Franz Kafka é um intelectual pequeno-burguês; mas nem todo intelectual pequeno-burguês é Franz Kafka. O método do reducionismo reduz o singular ao universal abstrato e cria dois polos entre os quais não há mediação: o individual abstrato, de um lado, o universal abstrato, de outro.

Assim, transformaram os dados do fenômeno em dogmas ou aforismos que são, quando bem elaborados, no máximo, meras descrições da realidade, reduzidas a uma única dimensão.

Nas ciências burguesas, a questão da "natureza humana" não se coloca em discussão, pois a partir do postulado biológico que afirma que a natureza humana é herdada biologicamente, baseada no princípio da hereditariedade mendeliana, e, por isso, o comportamento humano deve ser investigado em termos biológicos, não sociais ou na relação com meio, mas reduzindo esta complexa relação às inscrições genéticas do organismo que se comporta. Neste sentido, reduz o ser humano a sua dimensão biológica que, por sua vez, pelas leis da genética, é fixa e imutável composta de "elementos imutáveis".

E, como analisam Levins e Lewontin (1985/2009 p. 254 – tradução nossa), a própria organização social está diretamente relacionada com a constituição biológica de cada indivíduo, que ocupará um lugar social de acordo com os atributos herdados. Assim, os autores asseveram:

> Ideólogos políticos conservadores não têm dificuldade com o problema da natureza humana. Para eles, todos (ou quase todos) os seres humanos têm propriedades psíquicas comuns que são determinantes não triviais da forma da sociedade humana. Esses atributos variam quantitativamente de uma pessoa para outra, determinando assim seus lugares na sociedade. Essas propriedades existem como consequência da natureza biológica do indivíduo; isto é, eles são codificados nos genes. Uma vez que o indivíduo é ontologicamente anterior à organização social, é a natureza humana geneticamente determinada que dá forma à sociedade.

Desta maneira, com base na ideia da imutabilidade do corpo biológico herdado geneticamente cujas aptidões psicológicas serão também fruto dessa herança, a sociedade burguesa justifica sua organização em classes sociais e, mais ainda, a desigualdade material entre as classes. Princípio que, levado à última instância, deu origem a chamada "Eugenia", que justificava, inclusive quem eram as pessoas aptas a se tornarem os governantes do Estado.

Ora, se antes, na era medieval, os governantes eram emissários divinos e a relação entre o mais alto deles era o mais iluminado por Deus, na modernidade, é a ciência que, tomando o lugar de divindade, afirma quem podem ser os governantes e justifica as disparidades entre as classes sociais.

A este respeito Tonet (2013 p. 50-51) analisa:

> (...) as leis que regem o capitalismo não são apenas leis do capitalismo, mas simplesmente a explicitação de leis eternas da sociabilidade, tão férreas quanto aquelas que regem a natureza. Ainda mais: essa maturidade consolidou a ideia, já expressa pela maioria dos pensadores modernos anteriores, de que a sociedade é composta por indivíduos singulares que a precedem ontologicamente e que ela é o resultado das relações, quer individuais quer grupais, que esses indivíduos estabelecem entre si. Essas relações sempre pressupõem a natureza essencial daqueles indivíduos como algo já dado.
> Por outro lado, também gerou a ideia de que a sociedade é semelhante a um organismo biológico, no qual cada parte tem a sua função imutável. Do bom desempenho da função de cada parte dependeria o bom funcionamento de todo o organismo. Daí a ideia, também,

> de que os problemas sociais são disfunções, doenças, defeitos que devem ser sanados para que o conjunto possa funcionar de forma equilibrada.

O mesmo princípio da natureza equilíbrio aplicado às análises sociais, pois é também a sociedade um organismo interpretado ao modo biológico. Pois, como as partes compõem o todo enquanto partes e não estão subsumidas ao todo, a sociedade e seus fenômenos, em última instância, devem ser interpretadas como o somatório das partes que a compõem e seus determinantes, ou seja, se é a genética que determina a natureza humana, que determina o comportamento humano e se, está em sua constituição genética, formar organização social para sua existência, logo, a sociedade é um conjunto de organismos biológicos com atividade previamente determinada, não há a possibilidade de explicar o "novo", como assevera Kosik (1956/1976 p. 34):

> O reducionismo é o método do "nada mais que", toda a riqueza do mundo não é nada mais que substância imutável ou então dinamizada. Esta é também a razão pela qual o reducionismo não pode explicar racionalmente uma evolução *nova*, de natureza qualitativa: tudo aquilo que é novo pode ser reduzido a condições e hipóteses; o novo não é "nada mais que" o velho.

Assim, as várias áreas que se interconectam para a compreensão do ser humano, a biologia, a medicina, a psicologia, as ciências sociais, com maiores ou menores transformações e mediações, estão enraizadas, em suma, nos postulados das ciências naturais, formando um conjunto de constructos coerentes para a compreensão do fenômeno. Base essencial da demonstração da "verdade" nas ciências burguesas: coerência e possibilidade de reprodutividade empírica.

Contudo, para Levins e Lewontin (1985/2009 p. 254): "A teoria biológica determinista da natureza humana é logicamente consistente. O ataque à teoria conservadora da natureza humana não é que não possa ser verdade, mas sim que não é verdade.". Embora possam se aproximar da realidade dos fenômenos e manterem uma coerência metodológica e/ou argumentativa de seus postulados, isto não garante o conhecimento da realidade.

Neste sentido, Tonet (2013 p. 47) enfatiza:

> Outra consequência que decorre daquelas duas características é a definição gnosiológica de verdade. Se não é possível existir uma correspondência entre o conhecimento e a realidade efetiva, a verdade de uma teoria só pode ser definida como coerência e consistência internas do discurso. Do mesmo modo, os critérios de verdade deverão ser - e são- o rigor metodológico (o cuidado na execução dos passos exigidos pelo método, a vigilância quanto à intervenção de elementos estranhos ao conhecimento) e a intersubjetividade. O rigor metodológico expressa o formalismo que caracteriza o método científico moderno, pois é unicamente a forma e não o conteúdo que garante - na medida em que pode garantir - o sucesso do conhecimento. Por sua vez, a intersubjetividade, ou seja, o debate entre os cientistas é a maneira de tentar escapar do relativismo, consequência que brota da não existência de parâmetros objetivos para a validação do conhecimento.

Desta forma, não apenas o padrão de conhecimento é alterado pela modernidade, mas também e necessariamente, a noção de "verdade". A separação entre a verdade do fenômeno e sua realidade, garantem um caráter de conhecimento parcial, pois a realidade se conhece por meio da apreensão de seus vários componentes, de sua totalidade. "A realidade é a unidade do fenômeno e da essência." (Kosik, 1956/1976 p. 16) Portanto, a verdade sobre o fenômeno não pode estar apartada da realidade do fenômeno, as ciências modernas separam "verdade" e "realidade", talvez porque reconheçam que, no fim e a cabo não são capazes de apreender a realidade dos fenômenos, pois não se preocupam nem com sua essência nem com sua dinâmica. E, também por esse motivo, as ciências modernas não são capazes de produzir uma teoria sobre o objeto, encerrando-o em postulados.

Como afirma Tonet (2013 p. 56): "Disso decorre que o critério para decidir o que é ou não verdadeiro não pode ser buscado na correspondência da teoria com o objeto real, mas apenas na aplicação rigorosa dos preceitos metodológicos.". Nas ciências modernas tanto a "realidade" quanto a "verdade" são postuladas, baseadas em descrições e quanto a riqueza da coerência e do rigor metodológico, é a primazia ao procedimento metodológico em detrimento do conteúdo.

Para Levins e Lewontin (1985/2009 p. 272 – tradução nossa):

> Em contraste, na visão de mundo dialética, as coisas são assumidas desde o início como internamente heterogêneas em todos os níveis. E essa heterogeneidade não significa que o

> objeto ou sistema seja composto de unidades naturais fixas. Em vez disso, a divisão "correta" do todo em partes varia, dependendo do aspecto particular do todo que está em questão. (...) É uma questão de lógica simples que as partes só podem ser partes quando há um todo do qual elas podem ser partes. Parte implica todo, e todo implica parte. No entanto, a prática reducionista ignora essa relação, isolando as partes como unidades preexistentes das quais os todos são então compostos. No mundo dialético, a relação dialética lógica entre a parte e o todo é levada a sério. A parte faz o todo e o todo faz a parte.

O modelo reducionista, do mesmo modo que toma as partes do todo como pré-existentes e que como partes desse todo participa também de forma total, sem alterações, sem mudanças e encontra plausabilidade nesta forma de conhecimento, então, também, é preciso tornar verdadeira a realidade do objeto que se dispõe a conhecer, ainda que a verdade encontrada seja parte do objeto, pois é justamente de partes que a ciência moderna se estabelece, de partes da realidade que foi possível conhecer no momento, para todo o resto ou cria enunciados com status de leis gerais (tomando a parte pelo todo) ou alega incapacidade tecnológica para se chegar à realidade do objeto, esperando que novas tecnologias sejam desenvolvidas e permitam confirmar suas hipóteses que, diga-se de passagem, são tomadas como a verdadeira verdade sobre o objeto.

O materialismo histórico e dialético toma como princípio do conhecimento do objeto uma forma de decomposição, mas não toma as partes como pré-existentes de forma homogênea e assume, como apontaram Levins e Lewontin (1985/2009) a heterogeneidade das partes, assume que ao formar o todo, estabelece com o todo uma relação dialética, onde as partes deixam de assumir características pré-concebidas ou pré-existentes e na relação com as outras partes estas características são transformadas, assumindo novas características que se constituem na *relação* com as outras partes que formam o todo é neste sentido que os autores acima afirmam que só pode haver parte se há um todo e vice-versa. “O fato é que as partes têm propriedades que são características delas apenas como partes de um todo; as propriedades passam a existir na interação que faz o todo.” (idem, p. 273).

A este respeito, Vygotski (1934/2015 p. 34 – tradução nossa) utiliza um exemplo ilustrativo, bem como, demonstra os limites do reducionismo ao tentar explicar a dinâmica do todo por meio de suas partes:

> Cabe comparar com a análise química da água por decomposição em hidrogênio e oxigênio. O essencial deste tipo de análise consiste em que obtém, como resultado, produtos de natureza distinta ao conjunto analisado, elementos privados das propriedades inerentes ao conjunto, mas dotados de outras novas e insuspeitáveis naquele. (...) buscando a explicação de qualquer das propriedades da água, por exemplo, porque apaga o fogo, ou porque é aplicável o princípio de Arquimedes, recorresse a decompô-la em oxigênio e hidrogênio como recurso para explicar tal propriedade. Descobriria estranhando que o hidrogênio queima sozinho e que o oxigênio mantém a combustão e nunca poderia, a partir das propriedades dos elementos, as propriedades que identificam o conjunto.

Novamente, cabe ressaltar, a ênfase na *relação* entre as partes e o todo que formam algo distinto do que já existia, formam algo novo e assume características diferentes do que quando estão isoladas. No exemplo da água acima, a água apaga o fogo, mas os elementos que compõem a água, quando não estão na relação que formam o todo "água" ambos são considerados inflamáveis, mas quando se relacionam nas proporções que formam a água (2 moléculas de hidrogênio para 1 de oxigênio) suas propriedades enquanto elementos isolados são suprassumidas e assumem uma nova característica que é, inclusive, radicalmente oposta à dos elementos, mas em conjunto adquirem a capacidade de apagar o fogo. Portanto, para se apreender o que é a água e conhecer suas propriedades não se pode decompô-la aos seus elementos porque estes nada dizem sobre as características da água, mas deve-se encontrar a unidade dialética de análise, para apreender sua dinâmica e esta unidade está na molécula H2O. Aí está a simples e radical diferença entre o materialismo histórico e dialético e o materialismo vulgar e mesmo idealismo. Tal exemplo meramente ilustrativo comporta características da unidade de contrários, do processo de continuidade na

descontinuidade é profundamente mais complexo, posto ser ontologicamente distinto, quando tratamos do ser humano e de suas relações com o meio natural e social. A dinamicidade das relações processa sínteses de determinações eminentemente sociais, objetivadas materialmente, mediadas pela história constituída do conjunto de auto mediações do ser social que em seu movimento humaniza o mundo, se afasta de suas barreiras naturais, constrói sua nova natureza social, realizando novas práxis que caminham para um novo e retroalimentado processo de novas alternativas, necessidades e ações.

Kosik (1956/1976 p. 34 – grifos do autor como no original), assim define esta diferença:

> O marxismo não operou a dinamização da imutável substância, mas definiu como "substância" a dinâmica mesma do objeto, a sua dialética. Por conseguinte, conhecer a substância não significa reduzir os "fenômenos" à substância dinamizada, vale dizer, a algo que se esconde por detrás dos fenômenos e que deles não depende; significa conhecer as leis do movimento da coisa em si. A "substância" é o próprio *movimento da coisa ou a coisa em movimento*. O movimento da coisa cria fases, formas e aspectos isolados, que não podem ser compreendidos mediante a sua redução à substância, mas que são compreensíveis como explicações da "coisa em si".

Neste sentido, a relação dialética é o movimento do objeto ou do fenômeno em si, para conhecer este objeto não basta apenas conhecer os elementos que o compõem, mas apreender como, ao se confrontarem, estes elementos se transformam em um todo novo que assume características diferentes às dos elementos, um todo que assume características próprias, é este movimento, esta dinâmica que deve ser apreendida.

Portanto, apreender a estrutura e a dinâmica implica apreender o objeto como um processo, como algo que está sempre em transformação e não como algo fixo cuja natureza está dada previamente. Eis a diferença da apreensão do objeto a partir do método materialista histórico e dialético que, aplicada ao nosso tema de discussão aqui, podemos agora apontar os caminhos para a crítica ao modelo biomédico.

Este modelo é constituído a partir das ciências modernas que ao lidarem com a coisa humana, compreendem o ser humano como uma espécie evolutiva de forma linear e dependente de seu substrato biológico. O corpo biológico humano é compreendido a partir de mudanças anatômicas que são explicadas pelas em sua maioria por mutações gênicas e fixadas a partir da atividade vital do ser humano na natureza. A partir da determinação genética, o corpo passa a ser compreendido, então, como hereditário tanto quanto o comportamento humano e sua personalidade. Assim, não há diferenças radicais entre animais humanos e animais não-humanos em termos de evolução. A diferença aparente é a linguagem e as formas de sociabilidade mais complexas que o ser humano desenvolveu e estas formas estão, em última instância, também associadas às características genéticas herdadas as quais, inclusive, determinam (tal como o é para animais não-humanos) as formas de construções sociais e a posição que cada indivíduo ocupa na sociedade.

A interpretação na natureza fixa humana não é capaz de reconhecer que o ser humano se distingue dos animais não por uma atividade biologicamente determinada, mas por uma ação de transformação da natureza teleologicamente orientada e isto impõe ao próprio ser humano uma transformação. A cada ação de transformação que o ser humano desenvolve em sua relação com a natureza ele transforma a si próprio e a natureza complexificando sua relação de metabolismo com a natureza. Mas o ser humano não apenas imprescinde da relação com a natureza, como também da relação com outros indivíduos de sua espécie o que lhe conferiu, por exemplo, um sistema único na natureza de comunicação entre sua espécie – a linguagem. Embora a linguagem seja, no campo da aparência, nossa radical diferença com os animais, ela é uma práxis que surge por meio e com o trabalho de transformação da natureza. As complexificações que derivam do trabalho humano, que passam de geração a geração e são a cada vez atualizadas e desenvolvidas fazem com que o

ser humano se descole cada vez mais de sua dependência *imediata* da natureza, e cada vez mais se funda como um ser social. Neste sentido, seu corpo biológico como elemento da totalidade que é o indivíduo humano está suprassumido ao social, o corpo biológico como parte do todo contém o todo e o todo contém a parte. Não se pode descolar corpo biológico de natureza histórica e/ou psicológica.

A respeito da transformação do corpo humano, por meio de sua ontologia social, Marx afirma (1867/2015c p. 286 – grifos nossos):

> O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistências encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho. É assim que o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, **um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural**, apesar daquilo que diz a Bíblia.

Marx vê nos meios de produção da vida, nas ferramentas criadas pelo ser humano para mediar sua relação com a natureza, formas de prolongamento do próprio corpo humano. Assim, o ser humano não depende apenas de seus atributos físico-químicos herdados num corpo biológico para dominar e transformar a natureza para suas necessidades. este corpo passa a fazer uso de instrumentos que foram historicamente criados e aperfeiçoados de geração a geração, pela relação que estabelece com os outros indivíduos de sua espécie ao longo do tempo, o que obviamente trouxe mudanças também para o corpo biológico humano, podendo, inclusive ir se desfazendo, ao longo da história, de características anatômicas dispensáveis pelo uso de instrumentos ou mesmo capacidades ampliadas pelo desenvolvimento coletivo dos instrumentos.

E esta compreensão que faz Marx (1867/2015c) questionar em uma nota de rodapé:

> Darwin atraiu interesse para a história da tecnologia natural, isto é, para a formação dos órgãos das plantas e dos animais como instrumentos de produção da vida. Não mereceria igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, da base social material de toda organização social particular? E não seria ela mais fácil de ser compilada, uma vez que, como diz Vico, a história dos homens se diferencia da história natural pelo fato de fazermos uma e não a outra? A tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem. (p. 476)

Neste sentido, não cabe ao ser humano e ao estudo de seu corpo biológico um estudo que se justifique na natureza deste corpo, porque esta também foi transformada e a natureza humana, a natureza que compõe o corpo humano não é a natureza natural, mas é a própria natureza humana que é criada pelos seres humanos, a partir de seu metabolismo com a natureza, é a natureza histórica e socialmente determinada. Portanto, o modelo biomédico falha em muitos aspectos, mas estas falhas estão na base, na apreensão da essência do que é o ser humano e como se constitui seu corpo, pois este "corpo natural" é um natural histórico-social.

.

2.2 Da natureza humana e não-humana

Nas ciências modernas, ao conceberem o ser humano como espécie mais desenvolvida na natureza, fruto de uma evolução linear e, portanto, ser natural cuja constituição biológica herdada é a base da compreensão e explicação dos fenômenos humanos, inclusive para padrões de comportamento, concluem também a sociedade como inerente a essa natureza humana. Portanto, a entendem como uma organização fruto de atributos biológicos herdados que orientam os seres humanos para sua organização e esta como reflexo de sua organização biológica. Assim, ao estudo dessa sociedade humana e seus fenômenos cabe, então, a aplicabilidade das mesmas regras, pressupostos e metodologias que foram desenvolvidas para o conhecimento da natureza. Ou seja, é porque o ser humano, nas ciências modernas, é compreendido como ser natural tanto quanto o

meio em que habita, fruto desse meio, que todo fenômeno humano, de construção humana será também compreendido como gerado a partir dos atributos naturais humanos, dessa natureza biologicamente herdada, assim, tanto a organização em sociedade como a organização individual e a consciência são reduzidas à um epifenômeno.

Contudo, a ser humana não é um ser natural biológico, cuja evolução se dá de forma linear, o ser humano é um ser que tem uma base natural, mas que se fez humano. E, o que nos faz humanas, não está nossa "alma imortal" ou mesmo mortal; em nossa capacidade de agir e raciocinar como uma unidade dialética, a capacidade de ser um Ser dotado de ideias existentes a partir da interação com meio em busca de atingir um fim. Como explicita Lukács (1984/2012) é a partir do "salto ontológico", que o ser humano se descola na imediaticidade das bases naturais e biológicas e se projeta a um novo Ser cuja relação com a natureza e o meio é mediada. Assim, Lukács (idem p. 358 – grifos nossos) afirma:

> (...) a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época o "darwinismo social". As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um **salto**, como o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza.

Os fundamentos da ontologia humana, denominada por Lukács "Ontologia do Ser Social", estão nos debates do próprio Marx e de Engels, principalmente nos "Manuscritos de Paris", mas também aparecem no "O Capital", na "Ideologia Alemã". Mas é nos Manuscritos de 1844 aonde ele vai, justamente, debater sobre a questão da natureza natural biológica e a questão da natureza humana.

Para Marx (1844/2015a p. 120):

> A natureza é *o corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo do homem. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o

> qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Uma parte fruto dessa própria natureza, mas que não está regido sobre as mesmas leis que a natureza, pois, a partir do trabalho teleológico, pôde se apartar das leis de determinantes naturais. É esta ação que torna os seres humanos uma espécie diferente na natureza, como apontam Levins e Lewontin (1985/2009 p. 255 – tradução nossa):

> O trabalho humano é marcado por estas características: ele transforma o mundo da natureza em um mundo de artefatos que servem ao ser humano; essa transformação é realizada socialmente e não individualmente; e é feito pelo produtor, primeiro, concebendo mentalmente o fim a ser alcançado e os vários meios de sua realização, portanto, a ação é teleológica. (...) O que parece ser exclusivo dos humanos é o planejamento consciente, a imaginação do resultado antes que ele seja trazido à existência por uma ação teleológica deliberada. Este último elemento é o que separa o trabalho humano das atividades de meros animais, embora haja alguma sugestão, nas observações de Jane Goodall, de que os chimpanzés escolhem deliberadamente gravetos do tamanho apropriado para puxar formigas para fora dos ninhos, que primatas também podem planejar em um sentido limitado.

Toda a atividade humana ganha novos contornos a partir de sua relação não mais imediata com a natureza, mas de uma relação mediada, a qual se estende, também, para uma relação mediada com o próprio corpo, dando outros sentidos e significados às suas necessidades biológicas e fisiológicas mais básicas. Sua "natureza é natural", se é que podemos assim falar, apenas de forma primária e imediata, como afirma Marx (1844/2015a p. 183 – grifos do autor, como no original):

> O *homem* é imediatamente *ser natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, forças vitais, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Fähigkeiten*), como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele. Mas, esses objetos são *objetos de seu carecimento* (*Berdürfnis*), objetos essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais*. Que o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem *objetos efetivos, sensíveis* como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*), ou que ele pode somente *manifestar* (*äussern*) sua vida em objetos sensíveis efetivos (*wircliche sinnliche Gegenständ*). É idêntico: *ser* (*sein*) objetivo,

> natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido, para um terceiro.

O que o ser humano carrega em si de identidade com outras formas naturais de ser (plantas e animais) é que os objetos de seu carecimento para se efetivar como ser estão fora dele. Mas, o ser humano não os incorpora conforme os encontra em seu estado *in natura*, o ser humano aplica suas forças vitais, seu conhecimento, sua atividade nesses objetos, aplica intenções previamente definidas, dotando-os de outros sentidos, transformando-os para que possa, assim, satisfazer sua carência, suas necessidades. Portanto, a dicotomia entre natureza imediata e mediada simplesmente não existe, não pode ser feita para os seres humanos, porque aquilo que nos faz humanas é justamente o trabalho teleológico de transformação da natureza, ou seja, nossa relação já mediada com a natureza e nossas formas de expressões vitais, na natureza. A natureza já se apresenta para nós, humanas, de forma mediada.

Desta forma, não se pode conceber o ser humano como ser independente da natureza, mas um ser que não depende da natureza de forma imediata, mas sim sempre mediada por sua ação na natureza. O ato de poder externar e transformar a natureza de forma previamente imaginada e planejada, funda também a sua forma peculiar de ser como ser consciente, em outras palavras, funda a própria "alma", ou melhor a "psiquê" humana.

Lukács (1986/2013 p. 80) assim explica esta questão:

> Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico.
> Somente no trabalho, no pôr do fim de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização se torna um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que o impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um

> epifenômeno. E é essa constatação que distingue o materialismo dialético do materialismo mecanicista. (p. 80)

Assim, para o materialismo histórico e dialético, o ser humano é um ser monista, cujo corpo e alma/espírito estão conectados e, em última instância, têm suas organizações enraizadas em um mesmo ato: o trabalho teleológico. Do mesmo modo que, não há cisão entre ser natural e ser social, pois o ser humano enquanto ser social depende da natureza, mas a transforma a tal ponto de criar sua própria natureza social na natureza.

De acordo com Kosik (1956/1976 p. 248-249 – grifos do autor, como no original):

> A realidade não é (autêntica) realidade *sem* o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. É realidade da natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem, mas também da sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo. O homem não vive em duas esferas diferentes, não habita, por uma parte de seu ser, na história, e pela outra, na natureza. *Como homem ele está junta e concomitantemente na natureza e na história*. Como ser histórico e, portanto, social, ele humaniza a natureza, mas também conhece e reconhece como totalidade absoluta, como *causa sui* suficiente a si mesma, como condição e pressuposto da humanização.

O Ser humano é um Ser objetivo, não é um Ser na ideia de Ser, não é apenas um Ser no ou do pensamento, mas é um Ser composto também de materialidade. Sua natureza deriva da natureza, mas não se reduz à natureza imediatamente dada. Por isso, o ser humano subjetiva enquanto vive sua objetividade, constitui a subjetividade quanto mais humaniza o mundo, interage, socializa, transforma sua potencialidade ontológica em materialidade social. Conforme aponta Marx (1844/2015a p. 184 – grifos do autor, como no original):

> Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seiendes Wesen*), por isso, *ser genérico*, que enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos *humanos* são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como *é* imediatamente e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado.

Nem a natureza está dada imediatamente ao ser humano, tampouco, o ser humano é fruto imediato do processo natural da evolução das espécies. A natureza histórica do ser social é a chave de sua complexidade. A história como nexo e mediação que evidencia a auto mediação humana enquanto coletividade, promovendo a constituição de uma essência que se difere das suas ineliminâveis barreiras naturais, tornando, a cada avanço das práxis, a sua real determinação. Marx (1844/2015a p. 185 – grifos do autor, como no original) assevera:

> E como tudo que é natural tem de *começar*, assim também o *homem* tem como seu ato de gênese a *história*, que é, porém, para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com consciência, é ato de gênese que se suprassume (*sich aufhebender Entestehungsakt*). A história é a verdadeira história natural do homem.

O ser humano, portanto, é compreendido como um ser social cuja natureza é histórica (MARX, 1844/2015a; ENGELS 1876/1956) e cuja base material, seu substrato psíquico e biológico, estabelece uma relação dialética com o meio para além do imediatamente dado, fundando um psiquismo e um corpo biológico eminentemente humanos, para os quais não existe semelhantes na natureza. O ser humano cria formas de mediação com a natureza para satisfazer suas necessidades básicas de vida. Portanto, para Marx e Engels (1845/2015 p. nd. Versão para Kindle):

> O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

A relação humana com a natureza é uma relação de transformação que, não só garante a vida dos seres humanos, mas também os transforma (corporal e psiquicamente); é uma relação histórica e mediada de diversas formas: pelo uso de instrumentos que são criados e passados para as próximas gerações que por sua vez se apropriam desse instrumento e o aperfeiçoam (a partir da

criatividade); pela linguagem e capacidade de comunicação e aprendizagem por meio desta linguagem; por meio das relações históricas que se cristalizam em costumes, crenças, regras etc. de uma mesma comunidade - a cultura; e pela sociedade.

Neste sentido, Marx e Engels (1845-46/2015 p. nd. versão para Kindle), assim definem a história:

> A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições (...).

Assim, o trabalho e as mediações que dele derivam para com a natureza, criam também a História, criações para as quais não se pode observar similitudes na natureza. Por isso, causalidades dadas e postas vão construindo as bases ontologicamente distintas da natureza social.

Esta forma de desenvolvimento que é eminentemente humana, é fundamental, inclusive, para a sobrevivência do indivíduo da espécie humana. Sem outros seres humanos a sua volta, um bebê, por exemplo, é incapaz de sobreviver. Ainda que seja criada com lobos, a criança depende do meio externo para sua sobrevivência. Em outras espécies animais, seus indivíduos em poucos dias, em poucas horas, já ganham determinada autonomia em relação ao seu genitor, sendo capaz, inclusive, de se alimentarem sozinhos. A independência relativa que o ser humano adquiriu em relação ao seu substrato biológico é reflexo de seu desenvolvimento social e histórico

De acordo com Luria (1979 p. 74-75 – grifos do autor, como no original):

> As peculiaridades da forma superior de vida, inerentes apenas ao homem, na *forma histórico-social de atividade*, que está relacionada com o trabalho social, com o emprego de instrumentos de trabalho e com o surgimento da linguagem. Essas formas de vida não existem nos animais, e a transição da história natural do animal à história social da humanidade deve ser considerada um importante passo assim como a transição da matéria inanimada à animada ou da vida vegetal à animal.

A ser humana, a partir do trabalho, portanto, cria uma nova forma de ser: o Ser Social; cria, a humanização de sua própria natureza se transforma em uma natureza social/humana escondida pela naturalização do que é o ser humano, primeiro na vida cotidiana, absorta pelos próprios limites alienados do senso e, por fim, com o processo histórico, naturalizado pela construção liberal-burguesa que evidencia o reflexo de sua cosmovisão como a universalidade humana. No entanto, numa análise profunda, é possível abarcar a história humana em condições mais concretas de sua complexidade, evidenciando sua essência não em instintos naturais, ou numa metafísica. Para Kosik (1956/1976 p. 244):

> A materialidade é separada da atividade porque os valores e os significados não são inscritos na natureza e não é possível deduzir a liberdade humana da cadeia causal que conduz do líquen e do protozoário ao humano. Enquanto o idealismo isolava os significados da realidade material e os transformava em realidade autônoma, do outro lado o positivismo naturalista despojava a realidade de significados.

Na cadeia evolutiva, o pôr teleológico humano, faz aparecer um salto que não é linear e/ou causal. O ser humano, a partir deste salto, é capaz, inclusive, de criar necessidades novas, para além das de sobrevivência, como apontam Marx e Engels (1845-46/2015 p. nd. versão para Kindle):

> A forma fundamental dessa atividade é, naturalmente, material, e dela dependem todas as outras formas de atividade, como a espiritual, a política, a religiosa etc. A diversa configuração da vida material depende a cada vez, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a produção como a satisfação dessas necessidades são um processo histórico que não se encontra no caso de uma ovelha ou de um cão [recorrente argumento principal de Stirner adversus hominem], embora ovelhas e cães, em sua forma atual, também sejam, malgré eux12], produtos de um processo histórico.

Isso descola o ser humano das imediaticidades naturais, mas não o descola da natureza, ou seja, a natureza é sua base objetiva e material de sobrevivência e a transformação dessa natureza para saciar suas necessidades é o seu ato fundador enquanto uma nova espécie, enquanto Ser Social. Luria (1979) caracteriza três elementos fundamentais que fazem com que a atividade consciente de seres humanos seja radicalmente diferente de outros animais. A primeira delas, aponta o autor,

que a atividade consciente humana não é determinada pelo substrato biológico, ou seja, não deriva de uma necessidade biológica e/ou natural, como nos outros animais. Aqui é importante pensar na diferença daquilo que motiva uma ação consciente, pois na base da atividade humana, naquilo que denominamos trabalho ontológico, está, justamente, um motivo, uma necessidade.

Quando o autor afirma que, o ponto de partida da atividade humana não coincide com uma necessidade biológica, podemos inferir que já no princípio da ação, ela já é diferente de qualquer outro animal. E, transcender as necessidades do substrato biológico, quer dizer que, os seres humanos não só dão sentidos e significados diferentes para a estas necessidades, como também, são capazes de criar outras e novas necessidades as quais, apenas pela inscrição biológica, seria impossível e/ou desnecessário. Como por exemplo, a arte, o conhecimento, a estética…. Talvez neste detalhe, reside uma fundamental compreensão da formação da consciência humana, o que move os seres humanos a construir o mundo social e histórico que nos rodeia é algo distinto da necessidade biológica ou melhor, da satisfação puramente biológica das necessidades fisiológicas. Se o ser humano tem necessidade de criar sentidos e significados, isto é, porque, a partir da atividade consciente, do pôr teleológico, o ser humano transformou sua forma de relação com a natureza e transformou seu próprio substrato biológico natural.

Por fim e igualmente fundamental, tais constatações explicitam que o ser humano é produtor de um corpo fisiológico socialmente construído, isto é, que a sua construção social realiza novas determinações fisiológicas que não são coincidentes com uma condição natural pura. O afastamento das barreiras naturais pelas práxis, a constituição da sociabilidade e da historicidade vão sedimentando a cada nível de complexidade social uma autonomia relativa de indivíduos e grupos, novas necessidades, novas alternativas e, nesse processo, também novas potencialidades e características corpóreas que se produzem também nas relações.

A segunda diferença que Luria (1979) aponta é que o ser humano não age apenas por suas próprias, individuais e imediatas impressões. Ou seja, as condições objetivas e materiais do momento presente, do imediatamente dado, soma-se às suas condições subjetivas as históricas, o que o faz ir além desse imediatamente dado, por mais que insistam algumas teorias presentistas, relativistas e mesmo positivistas. O ser humano é capaz de analisar a realidade, a partir do seu reflexo imediato, mas ir além deste imediato, transcender o aparente.

Assim, esta forma de agir soma o imediatamente dado, com seu repertório, com sua história, com sua vivência, mas mais que isso, mais do que apenas o conhecimento no campo individual, pois soma-se também ao conhecimento adquirido coletivamente e que foi apreendido pelo sujeito, ou seja, este repertório não reflete apenas a sua vivência no mundo, mas o conhecimento coletivo da humanidade, da experiência que lhe é/foi transmitida. Por isso, Luria (1979 p. 72) afirma: "A atividade consciente do homem não pode tomar como orientação a impressão imediata da situação exterior e sim um conhecimento mais profundo das leis interiores dessa situação, razão porque há todo fundamento para afirmar-se que o comportamento humano, baseado no reconhecimento da necessidade, é livre.".

E a terceira diferença, de acordo com Luria (1979 p. 73), é justamente a assimilação do conjunto de experiências da coletividade humana na qual o indivíduo está inserido: "A grande maioria dos conhecimentos, habilidades e procedimentos dos comportamentos que dispõe não são o resultado de sua experiência própria, mas adquiridos pela assimilação da experiência histórico-social de gerações. Este traço diferencia radicalmente a atividade consciente do homem do comportamento animal".

Nesse sentido, o que assimilamos enquanto parte da nossa experiência, enquanto base do nosso comportamento presente e futuro está enraizado na história da evolução da espécie humana

– filogênese – dos mais triviais hábitos cotidianos mediados pela cultura (por exemplo: como e o que comer, como e onde dormir etc.). As bases, portanto, de toda a nossa forma de ser/estar no mundo é social. Diferente dos animais que dependem substancialmente de suas necessidades biológicas e organizam o seu comportamento, aprendem seu comportamento, até os mais instintuais, a partir da própria experiência individual, pois não têm condições de assimilar o processo de desenvolvimento histórico de sua espécie para embasar seus primeiros comportamentos.

Isto aponta que, é fundamental pensarmos que no campo do desenvolvimento individual a ser humana é atravessado pelos processos da história do desenvolvimento coletivo de sua espécie. A gênese do comportamento consciente humano é radicalmente social, embasado numa coletividade histórica e, nesse sentido, é impossível destacar o indivíduo como um ser independente desse coletivo, é impossível desconectar o desenvolvimento de um único indivíduo da espécie humana de sua base social, porque é baseada no desenvolvimento da coletividade humana e histórica porque é pela transmissão do conhecimento, de hábitos e valores que se desenvolve habilidades e comportamentos humanos na criança.

Para o entendimento da individualidade humana é fundamental desvendar os nexos internos deste processo complexo de interação, pormenorizando a teleologia diante da relação com o meio (natural e social) e tudo que ele causa enquanto limites, possibilidades, potencialidades e interferências na formação particular de cada exemplar individual humano. Esta constatação é o princípio para entender a determinação social do ser e distinguir “base natural” de “determinação natural”.

A base/barreira natural do corpo humano e sua identidade com a natureza é tão somente uma condição primária que tão logo se constitui a práxis esta passa a se tornar cada vez mais

distantes de processos determinantes. Isso não significa uma ruptura, mas uma relação eliminável que, dentro dessas condições, ganha características especiais. A ideia de ruptura ou de uma natureza destrutiva do ser humano como ser predatório de uma "cadeia alimentar" são formulações próprias da forma burguesa de pensar e produzir o seu desenvolvimento. É da terra como afirma Marx (1867/2015c p. 286), que o ser humano retira o necessário para a criação dos meios de produção: "Do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho.".

Por isso, (2005 p. 18), ratifica a relação do ser humano com a natureza e afirma: "Segundo Marx, nós transformamos nossa relação com o mundo e transcendemos a nossa alienação dele - criando as nossas próprias relações distintamente *humano-naturais* - pela ação, isto é, através da nossa práxis material.".

A base material própria da existência humana, portanto, é a natureza, porém, transformada pela ação humana; sua gênese está inserida no próprio processo natural de evolução, de acordo com Engels (1876/1956 p. nd versão para Kindle):

> Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramo-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.

Neste sentido, podemos afirmar que, o materialismo histórico e dialético ratifica a unidade do ser humano, enquanto uma totalidade, enquanto um ser monista onde mente e corpo não estão separados, cindidos., assim Engels (1876/1956 p. nd versão para Kindle) assevera:

> E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo.

Não se trata, enfim, de um paralelismo psicofísico, mas uma *unidade* cuja origem está no trabalho teleológico humano. Destarte, nem por sua natureza psicológica nem por sua natureza biológica, as quais formam uma unidade e estão suprassumidas no social tampouco por sua natureza histórica, o ser humano deixa de estar inscrito na natureza.

Neste sentido, Kosik (1956/1976 p. 250) afirma:

> Quando o homem estiver compreendido na estrutura da realidade e a realidade for entendida como **totalidade de natureza e história**, serão criados os pressupostos para a solução da problemática filosófica do homem. Se a realidade é incompleta sem o homem, também o homem é igualmente fragmentário sem a realidade. Não se pode conhecer a natureza do homem na antropologia filosófica, a qual encerra o homem na subjetividade da consciência, da raça, da socialidade, e o separa radicalmente do universo. O conhecimento do universo e das leis do processo natural é *sempre*, direta ou indiretamente, também conhecimento do homem e conhecimento da sua natureza específica. (grifos itálicos do autor, como no original; grifo em negrito nosso).

Este complexo sistema de relação que os seres humanos estabelecem com o meio, foi possível a partir de sua atividade, de seu comportamento de transformar o meio - a natureza - e serem também transformados; esta ação eminentemente humana cria a realidade humano-social, portanto, enquanto uma totalidade natural e histórica.

A partir daí, faz-se fundamental compreender que, enquanto Ser Social, a história aparece como natureza humana em *unidade* com a natureza natural. Uma unidade dialética onde a dimensão natural imediata está suprassumida na natureza histórica. Por isso, o ser humano, no que diz respeito a seu substrato biológico, não pode ser reduzido à natureza imediata, como apontam Marx e Engels (1845-46/2015 p. nd versão para Kindle – grifos do autor, como no original):

> Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal.

A interação ser humano e meio/natureza logo se transforma num processo ser humano meio/social-natureza como uma condição indissociável, passível de uma separação meramente

metodológica e descritiva, mas cada vez mais expressa na evidência de que o meio ambiente humano é uma formação social desta relação unitária. Neste processo, as transformações que sua atividade promoveu no meio também se expressam em seu próprio corpo, e ambas as transformações (a do meio e a do corpo) são repassadas às gerações seguintes.

Engels (1876/1956 p. nd versão para Kindle), a esse respeito, descreve as transformações históricas sofridas pela mão humana:

> É de supor que, como consequência direta de seu gênero de vida, devido ao qual as mãos, ao trepar tinham que desempenhar funções distintas das dos pés, esses macacos foram-se acostumando-se a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco para o homem.

A partir do exemplo deste membro do corpo, Engels (*idem*), estende a análise para todo o organismo humano, apontando que nossa organização corporal e psicológica é fruto de nossa atividade teleologicamente orientada no meio. Assim, o autor conclui:

> Mas a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro de um organismo íntegro e sumamente complexo. E o que beneficiava à mão beneficiava também a todo o corpo servido por ela; e o beneficiava em dois aspectos.
> Primeiramente, em virtude da lei que Darwin chamou de correlação do crescimento. Segundo essa lei, certas formas das diferentes partes dos seres orgânicos sempre estão ligadas a determinadas formas de outras partes, que aparentemente não têm nenhuma relação com as primeiras. (...) 0 aperfeiçoamento gradual da mão do homem e a adaptação concomitante dos pés ao andar em posição ereta exerceram indubitavelmente, em virtude da referida correlação, certa influência sobre outras partes do organismo.

E por isso, Marx e Engels rejeitam as transposições simplistas de análise da natureza à análise do ser humano, como explicitamos anteriormente no apontamento de Lukács (1984/2012), pois o ser humano não é um corpo biológico descolado do psicológico, nem um corpo biopsíquico descolado de suas determinações sociais e históricas.

Estão aqui dados alguns dos fundamentos marxianos para elaboração do escopo teórico-metodológico de análise e apreensão dos fenômenos humanos. Tal síntese atinge um grau de

complexidade inovadora, posto que não cai uma dimensão do determinismo materialista imediato e nem mergulha num sociocentrismo culturalista. A dinâmica dialética da interação unitária fundamenta a evidência de um movimento de múltiplas determinações que tem seus momentos predominantes na construção social, enquanto necessitam de toda a gama de causalidades, inclusive as naturais e as fisiológicas suprassumidas socialmente.

Contudo, cabe ressaltar que nem o meio nem o ser humano estão passivos nessa relação, segundo Levins e Lewontin (1985/2009 p. 253 – tradução nossa):

> Apesar de, ou por causa de seus preconceitos lamarckistas, Engels captou a característica essencial da evolução humana: o feedback muito forte entre o que as pessoas fizeram e como elas mudaram. Ele via o "ambiente" não como uma força seletiva passiva externa ao organismo, mas como o produto da atividade humana, sendo a característica especial do nicho humano o trabalho produtivo e a cooperação, que canalizou a evolução da mão e do cérebro.

Os autores, não concordam de todo com Engels, mas apontam onde ele acertou em sua análise da “Dialética da Natureza”, e foi justamente na ideia de que o “ambiente” não é passivo à ação humana, mas sim oferece respostas que também interferem no processo. Por outro lado, não são também passivos os organismos em seu processo de adaptação: “Os organismos são tanto os sujeitos quanto os objetos da evolução. Ambos fazem e são feitos pelo ambiente e são, portanto, atores em sua própria história evolutiva.” (LEVINS E LEWONTIN, 1985/2009 p. 274 – tradução nossa).

Foster (2005 p. 32) aponta para uma direção muito semelhante e afirma que: “Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas também afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica.”.

No que diz respeito ao indivíduo da espécie humana, Vygotski (1934/2018b) apontará que nem o meio é passivo nem o ser humano, mas seu processo de desenvolvimento filo e ontogenético

se dá na *relação* que se estabelece com o meio. Assim, partindo de seu objeto de estudo: o desenvolvimento infantil, Vygotski (*idem* p. 74 – grifos nossos) enfatiza que na relação deve-se levar em conta o *encontro* entre as condições objetivas e materiais do meio bem como a objetivas, materiais e subjetivas do sujeito:

> O meio não deve ser estudado como um ambiente de desenvolvimento que, por força de conter determinadas qualidades ou características, já define pura e objetivamente o desenvolvimento da criança. É sempre necessário abordá-lo do ponto de vista da **relação existente entre ele e a criança** numa determinada etapa de desenvolvimento. Isso pode ser afirmado como uma regra geral que se repete com frequência na pedologia: é necessário passar dos indicadores absolutos do meio para os relativos, ou seja, para esses mesmos indicadores na sua relação com a criança.

Portanto, para Vygotski, podemos afirmar que, tão importante quanto a apreensão dos indicadores absolutos – da universalidade – do meio que influem no desenvolvimento, são estes indicadores devem ser analisados em suas particularidades no contato – na relação – da criança de forma singular estabelece com o meio, a partir de suas próprias condições de desenvolvimento. Se pensarmos esta ideia em termos de evolução da espécie – aplicarmos a filogenética – podemos generalizá-la e apreendermos que não foram apenas as características humanas biológicas herdadas numa forma de evolução linear da espécie que se fez fundante do Ser Social, tampouco, apenas condições objetivas e materiais na natureza; mas sim a relação estabelecida entre Ser e Natureza, por meio do trabalho teleológico, que criou as condições necessárias para que o ser humano se fizesse humano.

Neste sentido, Marx e Engels (1845-46/2015 p. nd. versão para Kindle) ratificam que a essência humana está justamente nas *relações sociais*: "Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o **conjunto das relações**."

Por isso, enfatizamos, não é apenas o "forte feedback" de como as pessoas mudaram a partir de sua ação no meio, como aponta Levins e Lewontin (1985/2009), nem somente a ação do meio,

mas o fundamental é a *relação* entre organismo e meio, ser humano e natureza numa relação de reciprocidade. E que é esta relação a base para construção de todas as outras relações humanas, inclusive, de sua própria essência no "conjunto das relações sociais" como afirmam Marx e Engels (1845-46/2015).

É, pois, de acordo com Lukács (1986/2013), com o "pôr teleológico" que o ser humano principia a sua participação ativa em sua relação com a natureza, não se trata apenas de transformar a natureza para a satisfação de uma necessidade, e sim, do desprendimento da imediaticidade que projeta as ações humanas para o futuro. Isto transforma também suas necessidades fisiológicas, modifica sua própria condição enquanto ser na natureza, transcendendo a esfera biológica. Assim Lukács (idem p. 793) enfatiza: "O pôr teleológico no processo do trabalho, a necessidade de antecipar em pensamento os resultados do trabalho já antes de sua efetuação, significa uma transformação do homem inteiro, inclusive da sua sensibilidade original, de origem biológica.".

Especificamente sobre a adaptação humana ao meio, Lukács (idem p. 979) também enfatiza o caráter ativo nesse processo de adaptação e suas consequências:

> A generidade humana se empenha constantemente por superar o mutismo animal, o que, em conformidade com a estatura originária desse ser, está fundado no fato de que a adaptação humana ativa ao ambiente, isto é, a transformação deste através do trabalho cada vez mais eficiente, cujo órgão é o crescimento quantitativo da divisão do trabalho, cria, pela transformação da natureza, fazendo recuar as barreiras naturais, um mundo cada vez mais determinado socialmente, isto é, direcionado para o homem. Esse processo elementar de humanização sofre uma mudança qualitativa com o nascimento da personalidade humana.

Desta forma, compreendemos que o trabalho funda uma outra forma de Ser que se efetiva nas relações que estabelece com o meio, mas também e essencialmente na forma radicalmente nova de estabelecer relações com os outros indivíduos de sua espécie o que, por sua vez, cria e estabelece relações sociais que se complexificam ao longo da história. E, com isso, como afirma Lukács na

citação acima o ser humano vai se distanciando cada vez mais das barreiras naturais. De acordo com Engels (1876/1856 p. nd. versão para Kindle):

> Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. (...) Aparecem o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião.

Todavia, este distanciamento não significa uma total independência da natureza. É neste sentido que, podemos afirmar que a natureza já não está mais apresentada de forma imediata ao ser humano.

Todo esse arcabouço argumentativo aqui apresentado evidencia a primazia de uma análise da totalidade da formação do ser humano, mergulhando nas mediações e determinações que constituem a relação universal-particular-singular e que conduzem uma lente crítica pautada na historicidade para alcançar a realidade concreta do ser social, inclusive enfatizando metodologicamente seu processo de individuação, sua formação subjetiva, seus processos psíquicos, suas condições forjadas no chão histórico da realização social que produz e reproduz condições de vivência e de sobrevivência, de saúde e de adoecimento, além de conduzir às próprias concepções sociais do saber científico que conduz os seus entendimentos sobre as patologias, os tratamentos e suas causas e efeitos diante das contradições sociais.

É esta análise que busca superar os limites das naturalizações próprias da modernidade burguesa e dos interesses embarreirados no valor de troca e no *ethos* alienado que também forja um caminho teórico diante da alienação corpo-mente, corpo humano-natureza social, indivíduo-sociedade, ciência-história.

Se até este momento este texto evidenciou os princípios da expressão alienada – desumanizada, coisificada e apartada de sua essência – da ciência moderna trazendo elementos de sua gênese, permaneceremos recuperando sua construção histórica, mas também buscando atravessar algumas das suas formulações permanentes na atualidade; sínteses que apresentam procedimentos pautados na ciência clássica, que processam sua influência com vestes de objetividade, mas que resguardam tanto uma essência naturalizadora.

Construir uma análise sobre o adoecimento mental superando as barreiras da ciência fundamentada na naturalização do ser humano precede discorrer sobre os nexos internos do que é implacável para o entendimento de todo o processo patológico: a determinação social da saúde. Em todos os processos e, especialmente no que tange a saúde mental, é fundamental constituir as mediações precisas que evidenciam a ontologia do ser social, que enfrentam polemicas sobre a fisiologia, inclusive, esmiuçando supostos consensos de leituras rasteiras como na ideia de hereditariedade genética, como o desequilíbrio químico, como o localizacionismo ou paralelismo cerebral.

Caminhar pela ontologia do ser social, pela epidemiologia crítica, evidenciando uma lente da totalidade concreta sobre os achados da epigenética e, por fim, das contribuições da chamada psicologia histórico-cultural soviética são os principais fundamentos tanto para esmiuçar o caráter alienado da ciência hegemônica, como para desenvolver processos de intervenção pautados em uma ciência com sentido.

2.3 A epigenética como caminho de superação dialética do substrato biológico ao social.

É preciso apreender a dinâmica real das determinações biológicas para o ser humano e como esta dimensão é, com o advento do ser social, suprassumida, como Breilh (2006) defende. Por isso,

com uma lente ontológica, recuperamos achados teóricos da epigenética que demonstram a anulação da expressão gênica conforme características herdadas do meio; indicando a influência da aprendizagem, por meio da linguagem, da transmissão de hábitos e costumes, por meio da cultura, conformando determinações que transcendem às biológicas.

Assim, visamos a apresentar uma análise teórica onde buscamos relacionar a teoria da Evolução em Quatro Dimensões (Jablonka e Lamb, 2010) com as bases do materialismo histórico e dialético, das determinação do processo saúde e doença e da Ontologia do Ser Social (Lukács, 1984/2012; 1986/2013) a fim de apontar para caminhos que nos auxilie na apreensão da constituição do ser humano, por meio da complexa relação entre o substrato biológico e o meio social, está calcada na suprassunção do biológico e na relação dialética entre biológico e social. A partir daí, apontamos como este raciocínio pode iluminar o conceito vygotskiano e luriano de "plasticidade cerebral", estendido aqui ao substrato biológico humano em sua totalidade.

As análises mais importantes sobre as bases materiais da constituição humana, no campo da biologia, têm se delineado a partir dos estudos relacionados à genética, ou seja, à capacidade de transmitirmos informações a nossos descendentes por meio dos conteúdos dos núcleos celulares, da combinação e replicação das cadeias de DNA. Desde 2003 com a publicação do sequenciamento genético humano, os estudos na área da genética se voltam para: "(...) esclarecer, como, quando e porquê se regula a expressão genética, abrindo-se um amplo panorama nos estudos de variações, que podem ser a chave da predisposição a enfermidades genéticas e a variação da resposta individual a fatores ambientais." (BLANCO-PEREIRA *et. ali.,* 2019 p. 962 – tradução nossa).

Neste sentido, embora algumas profissões, como a medicina, utilizem a genética de maneira mecanicista e insistam numa correlação direta entre gene e expressão fenotípica, em genética e Biologia molecular é sabido, há pelo menos vinte anos que, há fatores externos ao núcleo celular

os quais regulam a expressão gênica. Como afirmam Jablonka e Lamb (2010 p. nd versão Epub – grifos das autoras, como no original):

> Uma das coisas que os estudos moleculares reforçaram é algo que já vinha sido aceito pelos geneticistas modernos: não é válida a noção popular de gene como um simples agente causal. A ideia de que existe um gene para o espírito de aventura, as doenças cardíacas, a obesidade, a religiosidade, a homossexualidade, a timidez, a estupidez ou qualquer outro aspecto da mente ou do corpo não tem lugar no palanque do discurso genético. Embora muitos psiquiatria, bioquímicos e outros cientistas que *não são geneticistas* (mas, que falam de assuntos genéticos com notável facilidade) ainda usem a linguagem dos genes como simples agentes causais, e prometam à sua audiência soluções rápidas para todo tipo de problema, eles não passam de propagandistas de cujo conhecimento ou razão devemos desconfiar.

Não por acaso, as autoras acima citam a psiquiatria como uma das ciências que se utiliza das explicações genéticas mecanicistas para descrever e apontar as causas de transtornos mentais, sobretudo quando o tema é a esquizofrenia. Pois, conforme Lewontin (2002 p. 73 – versão Epub):

> Se a determinação da sequência de DNA resolveu o problema de como a estrutura proteica é armazenada na célula, então, seguramente, a determinação da estrutura de algumas moléculas, talvez do próprio DNA, resolverá o problema de como a informação sobre a estrutura social é armazenada no cérebro.

Embora, como veremos mais adiante, esta ideia não esteja completamente correta nem para o armazenamento das estruturas proteicas exclusivamente no DNA, tampouco, para o armazenamento de estruturas sociais no cérebro; a ideia da herança genética ainda toma conta da psiquiatria até o presente. De acordo com Penteado e Tuleski (2023), baseadas em uma revisão de artigos sobre a etiologia da esquizofrenia, os diagnósticos e explicações em psiquiatria acerca da esquizofrenia, por exemplo, em geral, relacionam fatores genéticos e biológicos como determinantes da manifestação da esquizofrenia, como demonstra a pesquisa acima citada. Assim, Penteado e Tuleski (idem p. 161) afirmam:

> Decorrente da verificação de que a maioria dos artigos atribui a origem da esquizofrenia às causas orgânicas – ou a um somatório causal – destacando a necessidade de entender a

> limitação da etiologia neste viés: não há uma resposta segura, não podemos afirmar que há um determinante biológico.

Como vimos discutindo ao longo deste capítulo, é preciso apreender a biologia humana não como algo estável e imutável, as interpretações fatalistas da herança genética passam a ser questionada a partir de uma leitura ontológica (a partir da Ontologia do Ser Social) e materialista histórico e dialética do organismo biológico humano, então, como apontam Penteado e Tuleski (2023 p. 161) a biologia humana deve: "ser reposicionada enquanto base inerente ao indivíduo, esse contudo, entendido como unidade dialética indivíduo-sociedade, historicamente constituindo-se e transformando-se.".

Assim, buscamos realizar uma leitura onto-histórica da biologia humana, apoiando-nos nos estudos que têm demonstrado que a regulação gênica está para além da simples herança genética, mas é diretamente ligada à *relação* entre organismo e meio social-histórico. Já na década de 1980, Levins e Lewontin (1985/2009 p. 278 – tradução nossa), biólogos marxistas, enfatizavam as questões sobre as interações gênicas com o meio (externo e interno):

> Há evidências abundantes, no entanto, de que a ontogenia de um indivíduo é uma função de seus genes e do ambiente em que se desenvolve. (...) A separação das forças externas e internas do desenvolvimento é uma característica da biologia alienada que deve ser superada se os problemas da embriologia ou da evolução forem resolvidos.

Portanto, a apreensão do movimento real das expressões gênicas e como estas, inscritas num cronograma genético irão ou não se expressar perpassa pela apreensão dos fenômenos epigenéticos que influem a replicação do material genético e como a interação com o meio irá proporcionar ou silenciar sua manifestação. Levins e Lewontin (1985/2009 p. 280 – tradução nossa) afirmam que: "A ação do gene é regulada por repressores, repressores dos repressores e todos os tipos de feedbacks ativos na célula. Não há *loci* genéticos imunes à mutação e derivação aleatória, e nenhuma população está livre de seleção."

O DNA transcreve as informações proteicas e é responsável por sua replicação, ou seja, sua descendência às células-filhas, mas, como descreve Lewontin (2002 p. 73 – grifos em itálico do autor, como no original – grifos em negrito nossos):

> Evidentemente, nem *toda* informação sobre a estrutura proteica está armazenada na sequência do DNA, porque o dobramento (*folding*) dos polipeptídeos em proteínas não é completamente especificado pelas suas sequências de aminoácidos. Esse fato **é convenientemente ignorado** porque, nas condições nas condições fisiológicas das células normais, o dobramento é único. (...) a estrutura final "correta" de uma proteína depende da constituição correta de dobramentos intermediários, que não ocorrem a menos que as condições externas sejam apropriadas.

Mais à frente vamos analisar como e porque é conveniente ignorar este fato, aqui cabe adiantar que essa "ignorância" está fundamentalmente mais na ideologia dominante do que em questões de relevância científica para a apreensão da essência do fenômeno da herança genética. Isto quer dizer, pois, que é preciso explicar como expressões fenotípicas não correspondem direta e necessariamente às genotípicas e o que ou de que maneira a ação do gene é regulada.

Para Blanco-Pereira *et. al.* (2019 p. 961 – grifos nossos):

> Se bem o desenvolvimento embrionário dos seres superiores respondem às instruções do genoma individual, mediante o cumprimento de uma sequência genética estrutural programada, que se executa de forma escalonada e controlada sob as direções de genes reguladores, cuja instruções estão constituídas pela adição dos complementos gênicos dos gametas no momento da fecundação, à esta programação se sobrepõe uma onda de **marcas** moleculares no DNA destinada à interpretação na chave de ativação ou silenciamento desses genes, as quais não supõem modificações no programa genético, mas completam o caminho a seguir dentro de um nível (uma hierarquia) de variações.

As pesquisas em epigenética estão localizadas, justamente, no desenvolvimento da embriologia, mais precisamente no final da década de 30 do século XX, a primeira pessoa que utilizou o termo foi Conrad Waddington em suas investigações embriológicas, questionando como diferentes células do corpo cujo conteúdo genético é capaz de gerar diferentes formas e executar diferentes funções. De acordo com Casanova-Perdomo (2015 p. 55 – tradução nossa), "este

investigador propôs que havia mecanismos moleculares por cima dos genéticos, e os chamou de ‘epigenéticos’.”.

Assim, a epigenética se caracteriza, de acordo com Blanco-Pereira *et. al*. (2019 p. 293 – tradução nossa):

> A epigenética (do grego epi, em ou sobre, e genética) faz referência ao estudo de fatores determinados pelo ambiente celular no lugar da herança, que igualmente intervém em regulação na expressão herdáveis da expressão genética, sem mudança na sequência dos nucleotídeos. Pode-se dizer que é o conjunto de reações químicas que modificam a atividade do DNA, mas sem alterar sua sequência. Estas mudanças moleculares podem ser estáveis e passar através de divisões mitóticas e meióticas das células, quer dizer, podem ser herdadas

Os estudos epigenéticos têm demonstrado sua importância fundamental na constituição do corpo biológico humano (e não humano também), denotando que grande parte de nossa constituição biológica é fruto da interação com o meio e este não é um processo que ocorre ao acaso, mas é um processo trivial à nossa biologia. Como afirmam Casanova-Perdomo (2015 p. 56):

> Os mecanismos epigenéticos, longe de serem raros, são onipresentes no desenvolvimento dos organismos. O processo de transformação que leva, desde o embrião, ou célula totipotente, à formação de cerca de 400 tipos de células especializadas no organismo humano (Vickaryous e Hall, 2006), é predominantemente epigenético.

De acordo com Blanco-Pereira *et. al.* (2019), este processo não é exclusivo do processo de formação embriológica, mas segue por toda a nossa vida, até a velhice. E é regulado pela interação com o meio, denotando que nosso corpo biológico é um corpo plástico que assim define os autores acima citados (idem p. 963 – grifos nossos):

> Desta maneira, à informação dos genes se adiciona um sistema de **marcas ou modificações no DNA** que vão contribuir para que um mesmo gene se expresse ou deixe de fazê-lo em diferentes células do tecido do organismo. A epigenômica seria a parte da genômica que trata dos estudos das marcas epigenéticas em uma célula tipo determinada.

Neste sentido, os autores apontam a capacidade de nosso corpo memorizar marcas adquiridas em sua relação com o meio, dando a esta capacidade o nome de “plasticidade”. O que, em nosso ponto de vista, demonstra mais uma vez que o organismo biológico humano não pode

ser entendido como um corpo que deriva de forma linear da natureza, mas é um biológico transformado cuja mediação está nos processos epigenéticos: “A regulação epigenética medeia a adaptação ao meio ambiente mediante a **plasticidade** do genoma para gerar distintos fenótipos diante das diferentes condições ambientais.” (BLANCO-PEREIRA et. al, 2019 p. 965).

A questão da “plasticidade” é fundamental para apreender as questões do corpo biológico humano suprassumido. O resgate do conceito de plasticidade pela epigenética é fundamental para a apreensão do processo de mudanças que podem ocorrer em nosso corpo biológico ao longo de nossa vida, as marcas que se fixam não apenas no DNA, mas no corpo como um todo.

Vale ressaltar que este é um conceito também utilizado por Vygotski (1930/2011), quando se refere as formas de funcionamento do cérebro humano, assim explica o autor:

> (...) entendido por plasticidade a propriedade de uma substância para adaptar-se e conservar as **marcas de suas mudanças**. A partir deste ponto de vista diremos que a cera é mais plástica que a água ou que o ferro porque se adapta às mudanças melhor que o ferro e conserva melhor que a água as marcas desta mudança. Só ambas as propriedades em conjunto criam a plasticidade de nossa substância nervosa. (...) Acontece com o cérebro algo parecido ao que passa em uma folha de papel se a dobramos pela metade: no lugar da dobra fica um risco como fruto da mudança realizada; risco que propicia a reintegração posterior desta mesma mudança. Bastará soprar o papel para que volte a dobrasse pela mesma marca. (p. 08 – grifos nossos – tradução nossa)

O sentido com que Vygotski utiliza o conceito de “plasticidade” como marcas de mudanças ocorridas no cérebro é bastante próximo, como podemos notar, ao que os epigenéticos denominam de “plasticidade” como as marcas das mudanças no DNA, como apontou Blanco-Pereira *et. Ali*. (2019) exposto na citação acima.

Para Biologia, esta capacidade “plástica” não diz respeito apenas ao organismo humano, mas aos organismos multicelulares como um todo. De acordo com Jablonka e Lamb (2010 p. nd. versão Epub):

> O sequenciamento do genoma pode nos dar informações sobre o nosso DNA e até mesmo nos dizer coisas sobre os nossos genes, mas as interrelações entre esses genes e o ambiente

> são tão complexas que não podemos simplesmente somar seus efeitos médios e a partir daí prever quais serão as forças e as fraquezas de uma pessoa. Nem sempre o mesmo gene leva ao mesmo fenótipo. Como os biólogos sabem há muito tempo, todos os organismos multicelulares, inclusive os seres humanos, têm **uma grande plasticidade** no seu desenvolvimento: seu fenótipo depende de uma gama de fatores ambientais, além do seu DNA.

Para Jablonka e Lamb (2010), a teoria da evolução das espécies deve ser apreendida a partir também da epigenética, sua capacidade plástica é o que garante diversas formas de variação e é também o que garante não apenas variações fechadas dentro de variáveis fixas, mas do aparecimento de novas e diferentes variações.

Neste sentido, a plasticidade do corpo biológico não é restringida apenas aos seres humanos, mas é preciso ressaltar que o que há de novidade no ser humano é sua atividade teleológica. Como afirma Lukács (1986/2013 p. 88-89):

> (...) o fenômeno do trabalho, em sua especificidade de categoria central, dinâmico-complexa, de um novo grau do ser; é preciso apenas trazer à luz, com uma análise ontológica adequada, essa estrutura dinâmica enquanto complexo, tornando assim compreensível – de acordo com o modelo marxiano que vê na anatomia do homem uma chave para a anatomia do macaco – pelo menos o caminho categorial-abstrato que levou até aí. Certa base para essa operação poderá ser, muito provavelmente, fornecida pela labilidade[12] presente no ser biológico dos animais superiores, cuja importância Hartmann também reconheceu. O desenvolvimento dos animais domésticos, que estão em íntimo e contínuo contato com os homens, mostra-nos as grandes possibilidades contidas nessa labilidade. No entanto, devemos sustentar, ao mesmo tempo, que tal labilidade constitui apenas uma base geral; que a forma mais desenvolvida desse fenômeno só pode tornar-se o fundamento do real ser-homem mediante um salto, que tem início com a atividade humana de pôr desde os seus primórdios na transição da animalidade.

O que tem sido corroborado pelos estudos da epigenética que, por sua vez, têm demonstrado que é mais do que um sistema de regulação interna para gerar distintos fenômenos, ela tem se constituído em um campo fundamental para se estudar tanto a capacidade de expressão ou inibição de um fenótipo a partir da relação do organismo com o meio, como também, como as marcas dessa

[12] Ao nosso entender, pelo contexto exposto na citação acima, o que Lukács está chamando aqui de "labilidade" tem semelhanças com a ideia que vimos discorrendo sobre plasticidade biológica.

relação podem ser repassadas aos descendentes. Conforme Jablonka e Lamb (2010 p. nd. versão Epub):

> Isso significaria que, ao contrário da opinião majoritária há muito aceita, nem toda a variação genética é aleatória ou cega; parte dela pode ser regulada e parcialmente dirigida. Em termos mais explícitos, isso pode significar que existem mecanismos lamarckistas que permitem a "herança branda" - a herança de mudanças genômicas induzidas por fatores ambientais. Até recentemente, a certeza de que variações adquiridas podiam ser herdadas era considerada uma heresia grave, que não deveria ter lugar na teoria evolutiva.

É uma ideia que confronta alguns aspectos da genética mendeliana que, de acordo com Jablonka e Lamb (idem) era a ideia que preponderava nas ciências biológicas.

> Até agora trabalhamos com a hipótese de que cada gene tem um produto polipeptídico, de forma que pelo menos nesse nível as coisas são mais ou menos previsíveis. Isso é o que a genética mendeliana clássica nos levou a esperar, e com efeito era o que parecia ser nos primórdios da biologia molecular, quando a maior parte dos resultados vinha de pesquisas com bactérias.

No entanto, as autoras afirmam que a preponderância da noção da hereditariedade está diretamente ligada a outras questões, sobretudo políticas, e não exatamente com evidências científicas. Como apontam Jablonka e Lamb (idem):

> Mas havia outro elemento também, mais humano: uma disputa em torno da maneira como a hereditariedade deveria ser estudada. As pessoas debatiam sobre que tipo de pesquisa genética fornecia os resultados mais significativos, sobre o status dos genes nucleares em relação aos fatores citoplasmáticos, sobre o lugar das pesquisas no tocante ao desenvolvimento no estudo da hereditariedade. Os mendelistas-morganistas - que se concentram mais nos genes nucleares e na transmissão de caracteres do que na expressão dos caracteres - ganharam essa batalha.

A este respeito Lindegren (1966), em seu livro que discorre sobre as questões teórico-metodológicas da Biologia durante a Guerra Fria, aponta as questões políticas envolvendo a preponderância de um sistema teórico ao outro, corroborando com Jablonka e Lamb (2010) acima citadas. Assim, Lindegren (1966 p. 10 – tradução nossa) afirma:

> A genética está agora envolvida em uma controvérsia entre aqueles que insistem na importância primária do gene e aqueles que se opõem a eles. Os concorrentes muitas vezes

> cederam à tentação de apoiar uma doutrina aceita, em vez de uma busca ordenada e sistemática de uma explicação racional. Muitos geneticistas aceitaram o mendelismo em vez de se opor à doutrina atual e se vêm incapazes de expressar uma opinião livre por causa da rígida disciplina da organização. Em geral, a aceitação de uma doutrina implica a negação, ou limitação, do privilégio de examinar os pressupostos sobre os quais a doutrina se baseia. Mas essas suposições são as conclusões de experimentos anteriores e, se alguém não tiver o privilégio de examinar as suposições, não terá o privilégio de questionar o procedimento ou as conclusões dos experimentos originais nos quais as suposições foram baseadas. Sob um sistema doutrinário, um experimento simples recebe a santificação do dogma autoritário.

No período da Guerra Fria, boa parte das questões que envolviam as pesquisas genéticas e os embates entre o modelo mendelista e o modelo de caracteres herdados pelo meio, esteve relacionada com as alegadas fraudes do geneticista soviético Trofim Lyzenko[13], que trabalhava justamente com experimentos sobre características herdadas pelo meio. As alegações de uma suposta fraude geraram uma série de discussões sobre o modelo genético válido, como também, um olhar de desconfiança maior sobre experimentos que se distanciavam do modelo mendeliano na genética.

De acordo com Levins e Lewontin (1985/2009 p. 178 – tradução nossa):

---

[13] Acerca da questão do caso Lyzenko, Lindegren (1966) afirma: "A disputa entre michurinistas e mendelistas na Rússia teve sua origem na luta pelo poder em que Lysenko, um discípulo do horticultor russo, Michurin, derrubou Vavilov, um morganista-mendelista, que anteriormente dirigia todas as pesquisas genéticas e hortícolas na Rússia. A remoção de Vavilov e sua trágica morte na Sibéria levaram a uma reação altamente emotiva contra Lysenko, na qual grande parte da ênfase, especialmente nos EUA, foi colocada sobre a "correção" do mendelismo e a "incorreção" do michurinismo. do que sobre o "erro" de usar procedimentos políticos para liquidar um oponente científico." (p. 55).
Em um artigo de opinião no portal "*A Verdade*", Beto Silva (2023), faz referências a artigos científicos brasileiros que utilizam a técnica de "vernalização" desenvolvida por Lyzenko e que lhe deu fama de charlatão. O autor também aponta que boa parte das críticas dirigidas à Lyzenko tem um caráter mais político do que propriamente científico, como podemos notar no debate trazido aqui sobre as questões de "escolha" entre os postulados mendelianos-morganistas e os lamarckianos. Pelas razões aqui expostas e, por este não ser foco deste trabalho, preferimos mantes a questões que apontam a fraude do Lyzenko sob suspeição. Mas, ponto que é importante para nosso trabalho é demonstrar a refutação política e histórica de experimentos que hoje são retomados pela Epigenética como possibilidade de se explicar fenômenos de cunho biológico para os quais as sínteses produzidas são insuficientes, como é o caso de características herdadas pelo meio e a noção de "plasticidade biológica", que será fundamental para discutirmos nosso objeto de pesquisa: a esquizofrenia, a partir do "biológico suprassumido".
Cabe, ainda, ressaltar que as consequências do caso Lyzenko se estenderam para outras áreas das ciências na União Soviética, como por exemplo, a Psicologia. Há um texto de Leontiev de 1961 onde, de acordo com TOASSA (2019), ele acusa Rubinstein e outros psicólogos soviéticos de serem morganistas e "proclama o triunfo do michurinismo e sua aplicação à psicologia (...)". (p. 29)

> Os geneticistas desconheciam ou eram indiferentes à tradição lamarckiana. Eles o consideravam um legado da ciência popular pré-científica. Na medida em que confrontaram o lamarckismo, eles o rejeitaram de cara porque os organismos usados não eram bem caracterizados, as características supostamente modificadas não eram os fenótipos claros dos mutantes da mosca-das-frutas e os relatórios de pesquisa eram especialmente deficientes. na sofisticação estatística. Os geneticistas assumiram que os resultados lamarckianos poderiam ser explicados por processos de seleção ocultos. De qualquer forma, os sucessos impressionantes da genética mendeliana e da teoria cromossômica tornaram simplesmente desnecessário considerar as vagas alusões a interações fisiológicas na explicação de afirmações duvidosas de autores não muito respeitáveis.

Embora os estudos indicassem os limites da questão da hereditariedade mendeliana, como afirmam Jablonka e Lamb (2010 p. nd versão Epub):

> Já em 1949, Lindegren apontava que no bolor *Neurospora*, encontrado no pão, dois terços das mutações que ele estudou não mostravam segregação mendeliana. Mas a maioria dos cientistas ignorou esses casos, mesmo que na verdade eles fossem a maioria. Eles eram considerados parte do "ruído" no sistema. Quando esses traços chegavam a ser reconhecidos, criava-se uma desculpa para a sua existência em vez de estudá-los. E, mesmo quando se concordava que eram de fato fenômenos estranhos - genes saltadores no milho, por exemplo, ou heranças estranhas de estruturas corticais em organismos unicelulares -, eles eram varridos para debaixo do tapete. Na melhor das hipóteses, eram considerados casos excêntricos que não alteravam o quadro geral. Na pior, eram simplesmente ignorados.

Contudo, a realidade do fenômeno é preponderante às convenções e as manifestações do fenômeno escapam aos postulados, a tal ponto que não podem ser ignoradas, como também, a ciência deve ser livre para produzir um conhecimento mais adequado da realidade e nem por isso perder o *status* de ciência. Podia-se, nesse sentido, anunciar o triunfo do mendelismo-morganismo, mas, para Levins e Lewontin (1985/2009 p. 179 – tradução nossa):

> Enquanto isso, a própria genética estava mudando e alguns dos novos fenômenos eram difíceis de assimilar. Houve as duas modificações, mudanças induzidas em organismos inferiores que foram transmitidas em grau decrescente ao longo de até vinte gerações. Novos tipos de herança material e extracromossômica estavam sendo descritos. Partículas hereditárias fora do núcleo ("plasmagenos") foram postuladas, e dicas foram dadas quanto ao papel especial dos ácidos nucléicos na hereditariedade. Os Lysenkoists observaram esta literatura muito de perto. Para eles, a hipótese ad hoc e os dados ignorados pressagiavam a queda final da teoria do gene.

Este debate da preponderância de uma teoria genética a outra é fundamental para nós por dois motivos específicos: 1) ratifica o que vimos discutindo nesse capítulo acerca das questões ideológicas e de classe no paradigma biomédico e que, questões políticas e sociais não estão fora da ciência, pelo contrário. As ciências expressam as contradições fundamentais de seu tempo histórico, por ser uma práxis humana como qualquer outra; 2) a ideia de caracteres adquiridos pelo meio expande as formas como pensamos a questão da hereditariedade como algo exclusivamente circunscrito ao núcleo celular e, desta forma, abre espaço para podermos analisar outros fatores de transmissão de características herdadas, como por exemplo o comportamento repetido/reproduzido e a linguagem. Estes dois motivos explicitados aqui são fundamentais para tecermos nossa crítica a como o modelo biomédico têm tratado o fenômeno da esquizofrenia seja em sua etiologia seja em seu modelo de tratamento, como também, elucidar como a questão social pode ser entendida como fator adoecedor, como no caso da esquizofrenia.

Neste sentido, Casanova-Perdomo (2015 p. 59) afirma:

> Como vimos analisando, a epigenética tem grandes implicações no desenvolvimento humano em geral e no desenvolvimento psicológico em particular, pois, esta nova disciplina está mudando a concepção linear e dependente que usualmente se estabelece entre o genético e o psicológico, ao mostrar como eventos ambientais e psicológicos também podem regular a atividade do nosso genoma sem implicar modificações na sequência de DNA.

Assim, ao dizer que a esquizofrenia pode ser hereditária é necessário entender o que estamos chamando por hereditariedade e como esta se relaciona com a manifestação do fenômeno dado. Incluir o comportamento e a linguagem humana como uma das dimensões da evolução da espécie e como um transmissor de caracteres às futuras gerações amplia nossas possibilidades de apreensão do nosso objeto de estudo, bem como, a compreensão angular sobre o biológico humano e sua plasticidade para compreendermos sua constituição dialética social e histórica.

O que, para nós, demonstra como a ação orientada do ser humano no meio produz mudanças nele próprio e no meio que são repassadas para n0ossos descendentes. Como apontam Jablonka e Lamb (2010 p. nd versão Epub): “O DNA não é a única coisa que herdamos dos nossos pais, é claro. Herdamos também outros materiais presentes no óvulo, e, também, coisas como as preferências alimentares dos nossos pais, suas ideias e seus imóveis.”.

Não se trata de descartar as importantes características do DNA e de seu papel de transmissão de informação, mas compreender que este não é o único papel do DNA e que a transmissão de caracteres está relacionada à célula como um todo e sua relação com o meio externo e interno, assim Jablonka e Lamb (idem – grifos nossos) afirmam:

> Hoje sabemos que é necessária toda uma bateria de mecanismos sofisticados para manter a estrutura do DNA e a fidelidade de sua replicação. A estabilidade está no sistema como um todo, não no gene. Além disso, o gene não pode ser visto como uma unidade autônoma - como um trecho específico de DNA que produz sempre o mesmo resultado. Se um segmento de DNA produz ou não alguma coisa, o que produz, quando e onde o faz é algo que pode depender de outras sequências de DNA e do **ambiente.** O Segmento de DNA que compõe 'um gene' só tem significado no contexto do sistema como um todo. E, como o efeito de um gene depende desse contexto, nem sempre uma mudança em apenas em um gene tem um efeito consistente no traço que ele influência.

As autoras demonstram como a evolução humana é fruto de fatores que estão para além da herança genética, mas que por meio da dinâmica da epigenética os genes tanto sofrem mutações fundamentais como, algumas características são herdadas do meio, sem que necessariamente se altere a base dos nucleotídeos, sendo repassadas entre células por outros caminhos, por meio da epigenética; soma-se à esta relação genética e epigenética a capacidade de aprendizagem por meio do comportamento do outro (o que ocorre também para animais não-humanos na natureza) e a peculiar forma humana de transmissão de informações por meio da linguagem, estão dados os fundamentos do que elas denominam a evolução em quatro dimensões.

Assim, elas asseveram: "Está errado, portanto, pensar em hereditariedade e em evolução somente em termos do sistema genético. As heranças epigenética, comportamental e simbólica também fornecem variações sobre as quais a seleção natural pode atuar." (JABLONKA E LAMB, 2010 p. nd. versão Epub)

Como vimos afirmando, seres humanos são seres sociais que não apenas interagem com indivíduos da mesma espécie por meio de uma práxis social – a linguagem –, mas vivenciam o mundo social, criado, potencializado e humanizado pelo trabalho, principiando necessidades e alternativas históricas que se complexificaram e que interviram e continuam determinando processos individuais e fisiológicos. Os seres humanos, detentores de um conjunto de células em interação em cada corpo de seus exemplares individuais, só existem em coletividade, só produzem e reproduzem em sociedades onde criam regras, hábitos: a cultura, e esta é historicamente transmitida às gerações seguintes que se apropriam e a transformam e a repassam às próximas gerações, evidenciando as contradições, os antagonismos e as possibilidades fundamentais de cada formação social.

Em um sentido muito próximo ao que Jablonka e Lamb discutem agora, Vygotski, na década de 1930, (1931/2013 p. 34 – tradução nossa) afirmava a importância da cultura (não apenas da linguagem) para a evolução da espécie humana:

> (...) a cultura origina formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema de comportamento humano em desenvolvimento. (...) No processo do desenvolvimento histórico, o homem social modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais.

Os processos desvendados na ontologia do ser social encontram eco nas descobertas da epigenética impulsionando a confirmação da determinação social na complexificação do ser humano. A epigenética se constitui como um caminho necessário para apreendermos as mutações

que levaram à evolução da espécie humana e sua novidade em relação às demais espécies da natureza – seu salto ontológico –, neste sentido Levins e Lewontin (1985/2009) reivindicam a "emergência da novidade" em sua forma de pensar a Biologia humano-social de forma dialética.

O trabalho, a partir da criação de instrumentos que mediam a ação do ser humano na natureza, o aparecimento da linguagem, a criação de códigos de linguagem, signos, significados e sentidos que esta possibilitou e a criação da cultura são elementos determinantes para a evolução da espécie humana. Jablonka e Lamb (2010) reconhecem a importância da linguagem como sistema de transmissão de informações, de características adquiridas: "E nós, seres humanos, temos um quarto [sistema de hereditariedade], porque uma herança baseada em símbolos, a linguagem em particular, desempenha um papel importante na nossa evolução." (p. nd versão Epub)

Faz-se necessário aqui, um apontamento sobre a questão da linguagem na perspectiva marxista que, diferentemente do que afirmam Jablonka e Lamb (2010), vai compreender o aparecimento da linguagem como complexo desenvolvido a partir do fundamento do trabalho e, embora ela seja uma característica singular aos animais humanos, ela em si não configura a essência do ser humano, mas sim, o reconhecimento da processualidade humanizada por via do afastamento das barreiras naturais.

A linguagem, porém, criada, repassada e transformada no processo evolução humana, é também responsável por significativas mudanças no desenvolvimento do pensamento humano, bem como, das outras Funções Psicológicas Superiores (memória, atenção, percepção, imaginação), tanto no âmbito filogenético quanto no ontogenético. A produção da linguagem é uma necessidade histórica produzida pelas alternativas primárias dos processos de trabalho na relação ser humano – natureza e, com seu desenvolvimento, produz a potencialidade da complexificação daquela práxis fundante e de toda a sociabilidade humana, pois alcança a

sofisticação possível para a existência material de outras práxis socialmente construídas numa unidade dialética.

No que diz respeito às alterações filogenéticas, de acordo Engels (1956 p. nd. versão para Epub), é o trabalho e depois a linguagem que atuam na conformação do ser humano:

> Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano - que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanha perfeição. E à medida que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos.

Assim, a linguagem surge com e por meio do trabalho e junto com outras atividades humanas cria as características inerentemente humanas, para as quais não há correlato na natureza.

A linguagem enquanto práxi social assume função de mediação das relações entre outros seres humanos e desempenham papel determinante no controle da conduta própria e dos outros. Todo o sistema ideológico criado por dada sociedade com seus valores e crenças e leis são, portanto, apoiados na linguagem. Demonstrando que, acertadamente, Jablonka e Lamb (2010) apontam a linguagem como uma forma de transmissão às futuras gerações de características que são, então, herdadas pelo meio e não pela hereditariedade genética/biológica.

E, na medida que com Vygotski (1934/2015) e Engels (1956) compreendemos que a linguagem é fundamental para a constituição da consciência e da subjetividade, podemos articular as noções da epigenética à psicologia, mas não apenas no que diz respeito ao comportamento e à linguagem, como também, em relação ao próprio funcionamento do sistema cerebral e de como a "vivência" pode influir na expressão gênica, por exemplo. É o que afirma Casanova-Perdomo (2015 p. 60 – tradução nossa):

> Em resumo, a epigenética psicológica realmente estuda como o ambiente, incluindo, claro, o ambiente social "penetra na mente" (Toyokawa e cols., 2012) ou como as primeiras experiências da vida se incorporam no genoma (Szyp e Bick, 2012). O anterior, segundo

> explica Arias (2005), é o que Vygotsky avisou quando, tão cedo em 1930, formulou a ideia de que o biológico no ser humano também é de natureza cultural.

Desta forma, compreendemos a formação das características biológicas humanas a partir das quatro dimensões apontadas por Jablonka e Lamb (2010), tendo em vista que, a linguagem enquanto característica eminentemente humana é fruto do trabalho teleológico e que é por causa deste que se pode pensar a noção de biológico suprassumido, ou seja, constituído e modificado socialmente. Casanova-Perdomo (2015 p. 60 – tradução nossa), sintetiza esta ideia da seguinte maneira:

> Em resumo, a epigenética psicológica realmente estuda como o ambiente, incluindo, claro, o ambiente social "penetra na mente" (Toyokawa e cols., 2012) ou como as primeiras experiências da vida se incorporam no genoma (Szyp e Bick, 2012). O anterior, segundo explica Arias (2005), é o que Vygotsky avisou quando, tão cedo em 1930, formulou a ideia de que o biológico no ser humano também é de natureza cultural.

Em Vygotski vamos encontrar essa noção de biológico cultural em diversos de seus textos e esta concepção é fundamental para apreendermos a etiologia da esquizofrenia, como veremos no capítulo dedicado às explicações da Psicologia Histórico-Cultural para o fenômeno. Por ora, cabe destacar a concepção vygotskiana de biológico cultural oriunda da ação consciente do ser humano no meio. O que leva Vygotski (1998 p. 110) a afirmar que:

> Efetivamente, a luta pela existência e a seleção natural, as duas forças que dirigem a evolução biológica no mundo animal, perdem sua importância decisiva no terreno do desenvolvimento histórico do homem. Agora, estas novas leis tomam seus lugares: aquelas que regulam o curso da história humana e que abarcam a totalidade do processo do desenvolvimento material e mental da sociedade humana

Assim, a relação do indivíduo com o meio parte do indivíduo singular, é mediada pela cultura, pela linguagem, quer dizer pela particularidade, para o desenvolvimento desse ser enquanto ser da espécie humana, porém, sem diluir suas características individuais, mas ao mesmo tempo compondo a genereidade do que é ser humano enquanto Ser Social.

O debate sobre epigenética aqui apresentados, visaram demonstrar que as questões relativas à herança genética, não são determinantes para o processo saúde e doença e, consequentemente, para a esquizofrenia. Buscamos demonstrar que, ainda que haja herança genética, ou seja, que se herde genes dos progenitores a anulação, a expressão fenotípica do genótipo herdado são determinações que se dão na relação com o meio, o que implica, também, na diversidade dessas expressões fenotípicas. Se assim não o fosse, então, por exemplo, toda a prole de progenitores iguais seriam geneticamente iguais, ainda que não fossem gêmeos univitelinos.

No que diz respeito à etiologia da esquizofrenia, a nossa interpretação da epigenética nos ajuda a combater os discursos deterministas e biologicista presentes na psiquiatria hegemônica, que tenta, à revelia de pesquisas no campo da genética, afirmar os fatores genéticos como gênese da esquizofrenia, em contraponto e detrimento, dos fatores sociais e históricos.

2.4 A superação do modelo biomédico: o biológico suprassumido

O apontamento da crise do modelo biomédico como uma crise das ciências médicas, encontrará eco, na década de 1970 e 1980, na medicina social e do trabalho e, na América Latina, culminará na conceituação da "Determinação Social da Saúde" (Laurell, 1994; Breilh, 2006; 2013; 2019) onde, a primazia é pela apreensão da determinação social e não de “determinantes sociais da saúde”, porque estes, diferentemente daquela, seguem dentro do escopo do modelo biomédico. Portanto, na “determinação social” as questões sociais, históricos, culturais, econômicos passam a ser entendidos como elementos fundamentais para a explicação dos processos saúde e doença. Desta maneira, o processo saúde e doença é entendido como um processo que deriva da *relação* do ser humano com o meio, concluindo que seu desvendamento precisa mergulhar em um complexo de mediações e particularidades a fim de construir uma análise concreta.

Tais debates, que sintetizam a expressão do fenômeno e sua constituição, demonstram como a determinação social influencia na gênese e nas formas da manifestação e tratamento de doenças. Apesar dos avanços substantivos que adensam as críticas ao modelo biomédico que lançam luz à essência do fenômeno da saúde, essas formulações da medicina social latinoamerica carecem de um fundamento preliminar decisivo para o desvendamento da condição essencial destes fenômenos, a saber, a constituição ontológica do ser social. Por isso, apontando para as determinação real do processo saúde e doença, explicitando essa determinação calcada na produção e reprodução social, tais reflexões ascendem no entendimento de questões importantes para um estudo crítico em nível de totalidade que, sob uma lente materialista, histórica e dialética, podem superar essas primeiras constatações e transcenderem em um princípio rigoroso e crítico para apreensão sucessiva do movimento real dialético desta determinação e de seus nexos. (SOUZA 2020).

Assim, vimos até agora, traçando os caminhos para se apreender a essência da constituição do ser humano, elemento fundamental para se pensar a determinação da saúde enquanto processo de relação entre sociedade e natureza, sociedade e biológico. Por isso, buscamos tecer um debate que visou explicar como se dá o funcionamento e se estrutura o substrato biológico humano, a partir de uma leitura dialética das teorias biológicas que contribuem para nosso estudo: a) dos fenômenos da epigenética e do entendimento que os elementos dados na relação social e biológico não são elementos estáticos e fixos, mas sim são elementos que estão em constante movimento; b) que o corpo biológico humano é um corpo plástico, que se molda às mudanças do meio e que responde de forma também ativa à essas mudanças transformando o meio e a si próprio. A constância e a linearidade das ideias mecanicistas são quebradas na demonstração de que os elementos não são dados *a priori* e que ambos se transformam na relação criando algo novo, no

processo de negação, subsunção, que origina um todo que não pode mais ser reduzido aos seus elementos isolados.

Somados a essa leitura dialética da relação social e biológico, enfatizamos a ontologia humana cuja novidade, em relação a outras espécies na natureza está na maneira como o ser humano estabeleceu suas relações com a natureza, de forma intencional e interessada – teleológica – e mediada por instrumentos, constituição de novas práxis e baseada na construção de uma sociabilidade coletiva. Foi esta relação, em última análise, que nos fez humanas e capazes de criar nossa própria natureza fundada na história.

Com estas constatações, o que buscamos nesse subitem é demonstrar como podemos apreender o processo saúde e doença a partir da leitura crítica sobre a constituição do substrato biológico humano e da Ontologia do Ser Social. E, nesta direção, objetivamos buscar os fundamentos da totalidade teórica e complementar a síntese que os teóricos da epidemiologia crítica fazem sobre este processo pela apreensão do biológico subsumido. Ao nosso ver, é essa compreensão que faz com que a epidemiologia crítica aponte para a direção da superação do modelo biomédico pela constatação da subsunção do biológico ao social, conforme defende Breilh.

Os desdobramentos das ideias de Breilh (2013) se deram no campo da epidemiologia, como área estratégica dentro da medicina. A epidemiologia crítica assume uma posição não apenas e crítica ao modelo biomédico, mas de produção de dados que embasem a crítica epistêmica a esse paradigma da medicina tradicional, assumindo também uma posição política contrária à ideologia dominante que permeia a medicina hegemônica, Breilh (2013 p. 14 – tradução nossa) afirma:

> Ao assumir uma tarefa de reformulação disciplinar é inevitável situar-se em uma perspectiva teórico-política, quer dizer, olhar desde um ângulo específico de ditas relações de poder, ou a partir do que geralmente se denomina um ponto de vista social, de classe; perspectiva que imprime uma marca profunda na construção do conhecimento, mesmo de suas expressões mais técnicas.

Como vimos anteriormente, a produção de conhecimento pela ciência implica necessariamente a questão de classe, pois a ciência assim como outras práxis humanas expressa as determinações e contradições de seu tempo histórico. Não apenas a ciência que se declara politicamente engajada, mas, como buscamos demonstrar na primeira parte deste capítulo, mesmo as ciências que se dizem neutras expressam a ideologia dominante, inscrita em seu tempo histórico.

Portanto, pensar criticamente a partir do campo da epidemiologia é a possibilidade de produzir dados técnicos e científicos como "ferramenta para trabalhar a relação entre a reprodução social, os modos de viver e de adoecer e de morrer." (BREILH, 2013 p. 14 – tradução nossa).

Nesse sentido, a categoria "*determinação social*" se torna fundamento para o desenvolvimento de uma epidemiologia crítica latino-americana cujo foco é menos em ser apoio para burocracias governamentais e mais próxima às necessidades das pessoas, sobretudo, como aponta Breilh (2013) como instrumento de emancipação. Para tanto, a "determinação social da saúde" se constitui como uma ideia de ruptura com os modelos de atenção à saúde produzidos pela sociedade burguesa.

Breilh (2013 p. 14-15 – tradução nossa) assevera:

> (...) a noção de *determinação social da saúde*, como toda ideia de ruptura, não é produto isolado de elucubrações pessoais, mas sim a expressão do pensamento crítico do qual havia se apoderado o movimento latino-americano de medicina social (agora melhor conhecido como saúde coletiva); cuja a origem convergiram as inquietudes de coletivos mobilizados, o desenvolvimento de novos instrumentos de análises e a presença de um projeto expresso de transformação do paradigma obsoleto da velha saúde pública empírico-funcionalista da década de 70.

A epidemiologia crítica e o campo da saúde coletiva na américa latina desde os anos 1970 vêm se desenvolvendo de forma crítica ao paradigma biomédico, demonstrando a determinação fundamental para se apreender o processo saúde e doença, bem como, apontando para os limites do modelo biomédico e a ideologia burguesa que constitui tal modelo. Por este motivo, a

contribuição da epidemiologia crítica nos é fundamental para sustentar também nossa crítica, isto é, partimos da epidemiologia crítica, sobretudo das contribuições Breilh (2019; 2015; 2013; 2010; 2008) sobre a "subsunção do biológico" e da categoria "determinação social da saúde" como caminhos para apreensão de nosso objeto de pesquisa: a esquizofrenia.

A crítica à forma mecanicista e linear sobre o adoecimento humano traçada pela epidemiologia crítica aponta os limites das análises simplistas de causa e efeito, bem como, de análises que compreendem o "social" como uma simples variável, um dado complementar, circunstancial ou periférico desse complexo. A determinação social da saúde aponta, portanto, para processos que não são isolados e individuais e rompe com a base fundante de análises do processo patológico apenas de forma individual, reduzindo ou ao biológico daquele indivíduo ou a aspectos intrínsecos a história de vida daquele sujeito em particular e, no caso das psicopatologias, sua dinâmica de funcionamento psíquico, onde tanto o psiquismo e seu funcionamento como o biológico são considerados como constituídos de forma isolada do meio social e histórico em que o sujeito está inserido.

A necessidade de se assumir a lógica dialética é enfatizada por Breilh (2013 p. 20):

> Daí a necessidade de assumir uma lógica dialética que mantenha com vida os dois polos do movimento de determinação (individual e coletivo), mas entendendo o papel de cada um. Um movimento que Samaja descreveu acertadamente e que mantém vivos os dois polos da ordem: um processo de geração de mudanças que vai do micro (indivíduo, mais simples) até o macro (social, mais complexo); ao que se supõe dialeticamente um processo de reprodução das condições gerais da sociedade.

Por isso, Breilh enfatiza a necessidade da apreensão do processo saúde e doença a partir da *relação* entre sujeito e meio e a constituição individual oriunda desta relação. Neste sentido, a relação que sujeito e meio está diretamente associada à reprodução social, ou seja, à atividade de produção e reprodução da vida onde o sujeito se objetiva no produto de sua produção, ainda que

seja um processo alienado, inclusive a própria alienação deste processo deve ser uma característica a ser analisada como elemento da determinação social da saúde. (BREILH, 2021)

O autor irá propor um modelo que compreenda o fenômeno a partir da relação dialética entre indivíduo e meio, explicando, assim, a suprassunção do biológico ao social e a relativa autonomia de ambos os polos da relação, como proposta para superar a visão linear do paradigma biomédico de causa e efeito.

Conforme Breilh (2013 p. 20 – tradução nossa):

> A determinação social vai e vem entre as dimensões universal, particular e singular: se reproduz do universal ao particular, e se gera do particular ao universal.
> No processo se dão formas de suprassunção nas quais o processo da dimensão mais simples se desenvolve sob a suprassunção ao mais complexo e, então, aparece que a relação social-natural, ou social-biológico ocorre como um movimento entre as partes de um todo concatenado que é a natureza. Claro que as partes implicam níveis de complexidade variáveis, sujeitas a certas condições que têm uma estabilidade apenas relativa.

A relatividade da relação entre as partes suprassumidas de um todo, denota, justamente, a raiz teórico-metodológica de compreensão do fenômeno a partir da relação dialética entre as partes que formam o todo, quer dizer, uma relação em constante movimento. Contudo, cabe ressaltar, a partir de uma análise dialética como apontada pelo autor, não se pode apreender o fenômeno por suas partes isoladas, mas sim apenas enquanto constituintes do fenômeno e na relação que estabelecem nessa constituição do todo fenomênico.

Mas, há uma outra questão importante aqui que precisa ser trazida ao debate para limparmos o terreno e deixar mais evidente nosso ponto de vista. Ao se referir a Juan Samaja, na citação anteriormente reproduzida aqui, Breilh (2013) faz referência a um livro de Samaja – *Epistemologia y Metodología: Elementos para uma teoria de la investigación científica* (1993) – onde ele vai discorrer sobre metodologias de pesquisa e apontar a dialética como base na construção de uma metodologia para investigação dos processos saúde e doença. Contudo, há um outro livro do

mesmo autor – Samaja –, publicado posteriormente ao que Breilh cita no trecho que reproduzimos acima. Neste outro livro, Samaja (2016), o autor traz uma discussão sobre suprassunção e ontologia que difere radicalmente dos apontamentos que vimos fazendo aqui sobre a questão da suprassunção do biológico ao social e, no nosso ponto de vista, também discorda com o apontado por Breilh ao longo de suas publicações.

Em primeiro lugar, Samaja (2016) recorre aos apontamentos de Wittgeinstein sobre ontologia e, ao que nos parece, passa a adotar a ideia de ontologia wittgeinsteniana, afirmando que o ser humano é um ser "atuante semiótico" e a partir daí utiliza-se de conceituações piagetianas para explicar a questão da suprassunção e as relações que se estabelece na dinâmica dos fenômenos, no caso do processo saúde e doença. A este respeito cabem duas observações: A ideia de um ser que seja "atuante semiótico" pode não estar de todo equivocada, desde que se considere o processo como um todo, quer dizer, a atuação semiótica do ser humano está ligada ao processo de trabalho teleológico, ela advém do trabalho teleológico e constitui seus nexos internos, então não se pode perder de vista que a ontologia humana radica no pôr teleológico do trabalho e não na linguagem; A explicação da noção de suprassunção a partir de Piaget assume dois riscos que se desenrolarão num caminho, a nosso entender, complicado para se compreender o fenômeno saúde e doença, ao final, acaba por repetir a lógica que se quer criticar: o que Samaja (2016), denomina ontologia newtoniana.

Este ponto ainda merece um pouco mais de nossa atenção, pois, diferentemente da dialética marxista, a ideia de suprassunção que Samaja (2016) utiliza neste texto está relacionada com o conceito de "função" que ele retira de Piaget. Pois bem, em Piaget o conceito de "função" nada mais é que um epifenômeno do processo, que se desdobra numa ideia funcionalista, em última instância. Como é possível notar na categoria piagetiana que Samaja (2016) se utilizará

posteriormente “ligação funcional”. A este respeito cabe ressaltar que, Piaget não abandona sua interpretação funcionalista e mecanicista, ao pensar a questão da ligação funcional como hierarquias de subestruturas a estruturas, ele as toma como parte independente do processo, que na ligação funcional se relacionam, mas que não se modificam, são elementos pré-existentes que existem de maneira fixa e independente do processo funcional. Como se se ligassem apenas para desempenhar uma determinada função.

Isto é radicalmente diferente de criar algo novo, de uma ideia de lógica dialética que ao confrontar tese e antítese formam uma síntese onde, os elementos de ambos os polos são negados para formar um conjunto, uma totalidade radicalmente nova, a síntese. Em que pese esta diferença radical, Piaget também compreende os fenômenos humanos a partir da noção básica de equilíbrio, uma instabilidade nesse sistema de equilíbrio que, a partir do processo de acomodação, assimilação retoma o equilíbrio e constância, como por exemplo é a maneira como Piaget (1991) explica o processo de aprendizado na criança.

A este respeito, Levins e Lewontin (1985/2009 p. 277 – tradução nossa) apontam: “A diferença entre o reducionista e o dialético é que o primeiro considera a constância como a condição normal, a ser provada em contrário, enquanto o segundo espera a mudança, mas aceita a aparente constância.” (p. 277 – tradução nossa).

Levins e Lewontin (1985/2009), também vão reivindicar a importância de a Biologia compreender os fenômenos do mundo humano-social a partir da lógica do movimento, o que para o processo saúde e doença, quebra com a relação simplista de causa e efeito, superando, assim, a ideia de equilíbrio e constância, e a das partes que estão previamente dadas de maneira fixa.

Levins e Lewontin (idem p. 279 – tradução nossa) afirmam:

> O que caracteriza o mundo dialético, em todos os seus aspectos, como o descrevemos, é que ele está em constante movimento. As constantes tornam-se variáveis, as causas tornam-

> se efeitos e os sistemas desenvolvem-se, destruindo as condições que lhes deram origem. (...) No entanto, o movimento não é irrestrito e uniforme. Os organismos se desenvolvem e se diferenciam, depois morrem e se desintegram. (...) O desenvolvimento de sistemas através do tempo, então, parece ser a consequência de forças opostas e movimentos opostos. (p. 279 – tradução nossa)

A partir da lógica dialética, da noção de suprassunção do biológico ao social, o biológico humano deve ser apreendido como algo social desde sua constituição, pois, suas funções fisiológicas, por exemplo, podem ser alteradas a partir dos sentidos dados por estímulos externos. Se em um processo de adoecimento por um vírus, por exemplo, no campo da aparência o biológico parece ser preponderante, no campo da essência podemos notar como esse biológico é afetado pela relação que o indivíduo e os grupos sociais estabelece com o meio. Portanto, não se trata de um corpo que adoece, mas de um sujeito em sua totalidade, psicológica, biológica, econômica, social, histórica.

A pandemia de COVID-19 vivenciada no início dos anos 2020, trouxe-nos exemplos que saltaram aos olhos pela incapacidade da medicina em compreender o porquê de algumas pessoas adoeciam gravemente quando infectadas enquanto outras sequer manifestavam sintomas. Demonstrando que a correlação simplista linear e causal (vírus x manifestação da doença) se mostrou insuficiente para explicar as diferentes formas de manifestação do fenômeno em cada pessoa. Contudo, a insistência nesse modelo fez tanto os cientistas quanto o senso comum aludir à causa genéticas de maneira abstrata. Mas para a epidemiológica crítica, estas diferenças radicam justamente em condições sociais e históricas, sendo que os perfis patológicos dependem dos modos sociais de vida.

Como afirma Laurell (1994 p. 07 – tradução nossa):

> (...) temos chamado "as condições de desenvolvimento" o "ambiente", contra e através do qual o corpo e a mente respondem com plasticidade. Estas condições são socialmente produzidas e o resultado concreto da forma histórica específica que assume o processo de apropriação da natureza (processo de trabalho ou de reprodução social) é uma sociedade

> determinada. No entanto, estas "condições de desenvolvimento" não são as mesmas para todos os grupos sociais em uma sociedade, senão que assumem formas particulares dependendo da inserção específicas destes no processo global (Laurell, A.C. e Noriega, M.).

A necessária crítica ao modelo biomédico, deve ter como objetivo uma mudança radical na forma da compreensão do fenômeno saúde-doença, cujas bases estão na relação social-biológico. Desta maneira, a epidemiologia crítica tem se constituído como um campo essencial para subsidiar atuações que tenham por objetivo atuar no processo de adoecimento a partir de sua raiz.

De acordo com Breilh (2015 p. 974-975 – tradução nossa):

> A epidemiologia crítica rompe, então, com o modelo linear da epidemiologia empírica e com o modelo biomédico e funcionalista que aprisiona o pensamento da velha saúde pública. Para fazê-lo, tem que recuperar a estreita relação que existe entre os efeitos na saúde de distintas coletividades humanas e os processos que geram ao redor de uma reprodução social submetida à acumulação de capital, posto que nestes subjaz a compreensão de sistemas econômicos e sociopolítico que opera destrutivamente sobre a natureza, que desmantela a soberania dos povos, que desmonta toda a relação solidária e que gera um consumismo frenético, multiplicando espaços e formas de consumo pouco saudáveis os quais impedem um desenvolvimento saudável.

Quando Marx e Engels (1845-46/2015), afirmam a ênfase na relação entre sujeito e sociedade como constituição do próprio sujeito entendido como totalidade que abrange o psíquico e o biológico; quando afirmam que as questões que constituem nossa sociedade estão ancoradas nos meios de produção da vida e, em última análise, nas relações materiais constituídas pelos seres humanos de forma coletiva e como essas relações adentram o nível individual (da singularidade) mediadas pela particularidade, os autores traçam os fundamentos dos caminhos que nos permitem, junto com Breilh, apreender o processo saúde e doença por meio da *determinação social* e suas expressões individuais e culturais distintas.

Por isso, ao apontar a sociedade de exploração humana como um elemento a ser considerado no processo saúde e doença, Breilh (2013; 2015) sintetiza uma das dimensões do Ser

Social, ou de nossa constituição enquanto humanas a partir do social, a dimensão do adoecimento como expressão da determinação social.

Diante de todo o exposto, buscamos trazer uma análise que, primeiramente, descortinasse a ideologia presente no paradigma da modernidade nas ciências da saúde ancoradas no modelo biomédico. Traçando uma crítica a maneira de se apreender o ser humano, de maneira alienada, desconsiderando o fundamental metabolismo ser humano e natural, a relação biológico e social. Buscamos não apenas os debates críticos na área das ciências da saúde, como também, no campo da Biologia para apresentar explicações que demonstrassem que o corpo biológico humano não é descendente linear de um processo de evolução das espécies na natureza, mas que, neste processo evolutivo o humano se fez humano a partir da criação, do surgimento de um novo elemento, o trabalho concreto.

A partir disso, os seres humanos se tornaram capazes de descolarem de suas necessidades imediatas da natureza, tornando sua relação com a natureza cada vez mais mediada, complexificando-a e fundando sua própria natureza na história. Seu processo de transformação da natureza provocou no próprio ser humano transformações no seu substrato biológico com a conformação de sua anatomia plástica, conservando as marcas de suas experiências e repassando-as às gerações futuras. Um processo transformador em unidade indissociável a complexificação de seu psiquismo, com as metamorfoses efetivadas pela linguagem, a sofisticação dos afetos e o nascimento da consciência, tornando-se um ser cada vez mais social.

As transformações tidas como evolutivas – socialmente construídas – em seu substrato biológico podem ser analisadas por meio de fatores genéticos/epigenéticos, mas também por fatores comportamentais e simbólicos por meio da linguagem, esta dando outros sentidos, criando outros significados que, no âmbito individual, transformaram as necessidades humanas de

biológicas à sociais, mudando a própria fisiologia do corpo humano, subsumindo-o ao social. Todas essas transformações advindas do trabalho teleológico somadas, conformaram um Ser Social cujo a unidade psicofísica do substrato biológico e psicológico estão subsumidos ao social ao mesmo tempo que se constitui como fruto das relações sociais e dos meios de reprodução social.

Neste sentido, a partir de todo o debate aqui trazido sobre "o biológico" humano, a partir dos processos apontados – epigenética, plasticidade, subsunção – que podemos apreender os nexos internos do processo de "determinação social da saúde" como um processo importante do mundo humano-social para se apreender os processos de adoecimento, tanto biológico quanto psíquico. Assim, será trilhado este caminho de raciocínio até aqui construindo que procuraremos apreender nosso objeto de pesquisa: a esquizofrenia.

2.5 Dos desvendamentos da patologia do psíquico e a esquizofrenia

No que se refere à saúde mental, a esquizofrenia sempre foi um objeto emblemático de expressão do pensamento hegemônico de um dado tempo histórico. Do senso comum, aos tratamentos místicos até a constituição dos estudos científicos o conjunto de formulações e práticas interventivas expressam e reproduzem um caráter naturalizador, normatizador e normalizador dos sujeitos diagnosticados, do processo de adoecimento e dos tratamentos reverberados pelo consenso científico. Por isso, uma reflexão crítica pela via da base teórica que doravante estamos adensando nos posiciona diante deste fenômeno complexo com uma lente mais profunda.

A evidência progressiva da questão da saúde mental, do sofrimento e do adoecimento psíquico na atualidade acompanha uma gama de contradições que traduzem os avanços e retrocessos, as superações e as manutenções, os limites e as possibilidades diante da construção histórica que analisamos nas seções anteriores deste texto. Enquanto se aquece um modo de vida

alienado, também se complexificam os processos que tangenciam a determinação social da saúde mental, expressando tanto sujeitos adoecidos, como a patologização da vida e a fetichização de diagnósticos e de seus tratamentos. Recuperar as mediações históricas e evidenciar uma análise dos fundamentos é uma dimensão necessária para desvendar a perpetuação do reducionismo diante do debate psicopatológico, seja ele em sua forma mais dura do modelo biomédico, seja nas críticas parciais e fragmentadas que permanecem afirmando os alicerces da ciência burguesa.

Na crise estrutural do capital (MÈSZARÓS, 2011), dentro da particularidade calcada numa estrutura historicamente determinada por uma formação racista, heteropatriarcal e adultocêntrica, um cotidiano desumanizado demarca os valores hegemônicos em todos os espaços da vida, incluindo os espaços de atenção e cuidados em saúde. Desde a infância, a perspectiva mercadológica que, por um lado, compreende o sujeito como consumidor, potencializa nos espaços de socialização e formação do protagonismo da produção e consumo de mercadorias, hipertrofiando o foco na produtividade, na gestão do tempo de trabalho e na formação sociotécnica dos seres humanos para a sua inclusão mercadológica. Na outra face dessa mesma lógica, o sujeito é também produto objetificado a partir do valor de mercado de sua mão-de-obra e de todos os outros aspectos de sua vida, como por exemplo, a sua própria Saúde Mental que é desgastada no processo de exploração e opressão na lógica de venda da força de trabalho e ao mesmo tempo se torna produto com mercado que movimenta o lucro das grandes corporações farmacêuticas.

Em outro momento já denunciávamos a expressão da sociedade da unidade exploração-opressão no campo da Saúde Mental: “Diante do sofrimento individual, a lógica privatizada, mercadológica, medicalizante e repressora se afoga na farsa da causa e da consequência, do normal e do patológico, sem pensar o que significa ser saudável numa sociedade alienada e alienante.” (FURTADO e PINHEIRO, 2023 p. nd versão Epub). Esta lógica, também tem se expressado pela

enxurrada atual dos chamados “diagnósticos tardios” e no alargamento das recomendações de uso de medicamentos que antes eram utilizados para determinados tipos de diagnóstico, por exemplo os “antipsicóticos” ou “neurolépticos” que passam a ser usados para transtornos de ansiedade, depressão e, até mesmo, para emagrecimento.

Conforme Freitas e Amarante (2015, p. 105):

> Com muita frequência, as drogas são prescritas para usos diferentes daqueles autorizados pelas agências reguladoras. É o que em inglês é chamado de *off-label*: o uso de drogas farmacêuticas para uma indicação não aprovada, um grupo etário não aprovado, uma dosagem não aprovada, e ou uma forma de administração não aprovada. Apesar da *não aprovação*, seu uso não é considerado ilegal, sendo, portanto, prescrito conforme o juízo do médico.

O uso massivo de remédios psiquiátricos para outras finalidades, sem qualquer fiscalização ou mesmo com a anuência de agências reguladoras, promovem também um aspecto de normalidade na prescrição *off-label*, minimizando os cuidados que se deve ter com esse tipo de medicação e ignorando seus efeitos adversos. O que reforça a compreensão dos fenômenos do processo saúde e doença calcada no paradigma da medicina moderna, como também, transforma em doença o que anteriormente não era considerada uma doença (como é o caso da obesidade e da velhice que foram incluídas pela agência reguladora, Organização Mundial de Saúde – OMS). Desta forma, pois, reitera-se a ideia do corpo biológico que, por sua constituição químico-física e, sobretudo, genética, adoece e deve ser tratado por um fármaco que o cure.

Por outro lado, é notório que a compreensão do processo saúde e doença pelo paradigma biomédico tem como fundamento outro aspecto que já discutimos anteriormente a ideia de “equilíbrio”, onde a doença é vista como um desequilíbrio do corpo, desequilíbrio de seus componentes químicos, que irão promover o desequilíbrio do funcionamento dos órgãos. A fórmula para restaurar esse desequilíbrio é dada pela indústria farmacêutica, não apenas a fórmula é dada, mas o principal é a ideia encarnada nas pessoas, do senso comum ao científico, de que para

cada perturbação do corpo deve haver uma pílula que a corrija e retome o equilíbrio do que foi perturbado.

É o que podemos notar com a ideia do desequilíbrio químico do cérebro, o que Freitas e Amarante (2015 p. 77-78) denominam o "O Mito do Desequilíbrio Químico do Cérebro":

> Esta ideia está baseada na teoria que enfermidades mentais são resultado de desequilíbrio químico no cérebro e, consequentemente, faz com que a terapêutica seja vista como a forma de possibilitar o reajuste químico, o que de fato aconteceria com a prescrição de antipsicóticos, antidepressivos e ansiolíticos.

Lewontin, Rose e Kamin. (2013), apontavam para o uso das descobertas da bioquímica do cérebro para a explicação de transtornos mentais. A busca por um desequilíbrio, apoiada na relação simplista causa e efeito, busca encontrar qual é a substância que desequilibra o funcionamento do sistema. De acordo com Lewontin et. al. (idem p. 281 – tradução nossa):

> Quase todas as substâncias bioquímicas que se sabe que estão presentes no cérebro foram examinadas a partir dos dois ou três anos de sua introdução no dicionário de bioquímica, para determinar sua possível implicação com a esquizofrenia, por cientistas clínicos com a esperança de uma inspiração súbita de suas mentes e com subsídios econômicos (frequentemente dos laboratórios farmacêuticos) queimando em seus bolsos.

No funcionamento cerebral, as células nervosas transmitem informações por meio de impulsos elétricos umas às outras, não há contato direto, entre um neurônio e outro há um espaço denominado fenda sináptica, que é preenchido pelo líquor. Há dois tipos de comunicação sináptica: a que é realizada unicamente por estímulos elétricos, mais reflexivos – sinapses elétricas – e outra que é justamente realizada pela mediação dos chamados neurotransmissores que são substâncias produzidas pelos neurônios para efetivar a comunicação com outros neurônios de maneira mais elaborada e menos reflexiva – sinapse química. A ideia do desequilíbrio químico se dá pela maneira supostamente diferente com que é realizada a sinapse química em pessoas que estão com algum tipo de sofrimento psíquico, como a esquizofrenia.

De acordo com Lewontin et. al. (2013 p. 282 – tradução nossa):

> De 1955 até nossos dias, controversos informes de investigação têm afirmado que a esquizofrenia é causada por transtornos no metabolismo da serotonina (1955), da noradrenalina (1971), da dopamina (1972), da acetilcolina (1973), da endorfina (1976) e da prostaglandina (1977). (...) A maioria das substâncias acima mencionadas se sabe que são substâncias químicas do cérebro que desempenham um papel na transmissão dos impulsos nervosos para as células. Isto conduz para a ideia principal de todas essas investigações. Consiste em que, de algum modo, na esquizofrenia, as mensagens entre as células das zonas cerebrais relacionadas com o pensamento da informação e com a afetividade ficam confusas dando lugar a respostas inadequadas.

Para a explicação da esquizofrenia, atualmente, a psiquiatria hegemônica tem aceitado a ideia de que seu desequilíbrio está mais ligado às desregulações da dopamina, ou seja, uma hiperatividade dopaminérgica no cérebro, como afirmam Freitas e Amarante (2015 p. 80):

> Por sua vez, as alucinações e as vozes, que caracterizam a esquizofrenia resultam de vias dopaminérgicas hiperativas. Em outras palavras, ou os neurônios pré-sinápticos bombeiam muita dopamina na sinapse, ou os neurônios-alvo têm uma anormal alta densidade de receptores de dopamina; em relação aos antipsicóticos, supõem-se que colocam um freio nesse sistema e assim permitem que as vias dopaminérgicas passem a funcionar de uma maneira mais normal.

Esta ideia teve como base experimental o fato de que os antipsicóticos utilizados, sobretudo a carbamazepina, o primeiro antipsicótico sintetizado pela indústria farmacêutica, atuava exatamente no bloqueio dopaminérgico. Então, a conclusão óbvia, porém equivocada, foi a de que se o medicamento ao bloquear o sistema dopaminérgico reduz os sintomas esquizofrênicos, logo, a causa da esquizofrenia está no desequilíbrio deste sistema. “Ora isso é tão lógico quanto dizer se dizer que as dores de cabeça são causadas pela falta de aspirina no corpo.” (FREITAS e AMARANTE, 2015 p. 81)

As explicações biomédicas do desequilíbrio, são utilizadas a serviço do desenvolvimento dos fármacos, e assistimos não somente o alargamento de seu uso para diversas outras patologias *off-label*, como também um aumento da produção de novas fórmulas farmacológicas. Como afirmam Lewontin *et.ai.* (2013 p. 281 – tradução nossa):

> O desejo de obter uma solução ao problema da esquizofrenia é real e importante, e a insistência em um tipo de explicação biológica que possibilite o desenvolvimento de fármacos eficazes é parte de uma cultura opressiva a que esta investigação clínica responde. Vale a pena desenvolver remédios que aliviam os sintomas, como a aspirina à dor de dente, ainda que não revelem nada sobre as causas do transtorno. A multiplicidade de fármacos (e de fórmulas farmacológicas) é um aspecto do modo em que operam os laboratórios farmacêuticos em um campo em que é tão importante conhecer a lei de patentes como ter habilidades clínicas. O problema consiste em confundir o efeito de um fármaco com o oferecimento de uma explicação, o alívio da dor com a cura da enfermidade.

E, no caso dos psicofármacos esse "alívio" e/ ou "cura" tem sido largamente questionado ainda para as finalidades a que se propõem. (Whitaker, 2011). Isto denota que não apenas a base da compreensão dos adoecimentos psíquicos pela psiquiatria hegemônica é de preponderância biológica. Ainda que se tenham as interpretações multicausais, estas trazem "o meio social" como um fator "a mais", que atua no encontro de um corpo biológico que já tem pretensão para determinada psicopatologia e acaba apenas desencadeando seu desenvolvimento nas pessoas.

Estas explicações, é preciso enfatizar mais uma vez, vai ao encontro das finalidades da sociedade do capital, ampliando o avanço da medicalização dos sofrimentos, tributando às "pílulas mágicas" as ações de "cura" desejada no corpo e na alma. Ampliando não apenas o processo de alienação do próprio corpo, como também, o lucro das grandes corporações. Nesta lógica, a explicação da etiologia da doença está a serviço das produções de medicamentos, como se estes fossem o único recurso para a promoção de saúde.

Assim, para Lewontin et. al. (2013 p. 313-314 – tradução nossa):

> O problema de compreender a etiologia da esquizofrenia e não efetuar uma investigação racional de seu tratamento e de sua prevenção se tem feito muito mais difícil, talvez, inclusive, desesperadamente envolvido, devido a extraordinária amplitude e ingenuidade de critérios diagnósticos. Certamente, alguém pode se perguntar acerca da relevância da biologia no diagnóstico da esquizofrenia por parte dos psiquiatras forenses na União Soviética ou dos psiquiatras britânicos que diagnosticam um jovem negro como esquizofrênico em virtude de que ele emprega a linguagem religiosa do rastafarianismo.

A busca pela etiologia, nestes casos, não diz respeito a apreensão do fenômeno para se conhecer sua estrutura e dinâmica e a partir daí desenvolver formas de agir para melhorar ou amenizar os problemas. Como afirmam Freitas e Amarante (2015 p. 77):

> (...) a *doença* passou a ser resultante dos interesses corporativos da medicina mental e da indústria farmacêutica.
> A estratégia mercadológica dessa aliança, que tem dado certo até hoje, é a de transformar formas de pensar, sentir e agir em fenômenos com causalidade biológica particularmente originados no cérebro. A ideia motriz foi que a esquizofrenia, a depressão ou a ansiedade são doenças do cérebro. Seu fantástico êxito mercadológico, por sua vez, tem levado a estender essa lógica a tudo o que possa ser reduzido à sua noção de *transtornos mentais*.

A fetichização do cérebro, de seu funcionamento, da atuação dos neurotransmissores, a radicalização ou a prevalência do biológico compreendido de maneira mecanicista, como desvelam Lewontin *et al* (2013) e Freitas e Amarante (2015), serve não a outra coisa do que a interesses de classe.

Desde o início desde capítulo nosso esforço tem sido justamente em demonstrar como as expressões de um tempo histórico se inscrevem nos paradigmas científicos, bem como, os interesses da classe dominante. Ao nosso ver, Freitas e Amarante (2015), no decorrer do livro de onde retiramos a citação acima, vão desvelando os interesses mercadológicos no aumento do processo de psicopatologização da vida, no alargamento das recomendações para o uso de medicação e nas explicações "científicas" que embasam estes processos sociais.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo aqui – a esquizofrenia – o quadro fica mais evidente, quando nos voltamos às investigações etiológicas que, em sua maioria, como apontamos anteriormente, voltam-se para as investigações genéticas. Assim, as investigações associam o fenômeno aparente – o desequilíbrio químico do cérebro – com o que seria sua raiz o fator genético que faz com que o cérebro funcione de forma "desequilibrada". A busca pelo "gene da esquizofrenia" mobiliza, não apenas os pesquisadores, mas o mercado de pesquisas.

A partir da decodificação do genoma humano, abriu-se espaço para estudos mais aprofundados e específicos sobre cada gene e sua influência na expressão do comportamento humano e/ou manifestação de características fenotípicas. Assim, é notório o amplo papel que a genética assume no campo da medicina atualmente, o que é estendido à área da Saúde Mental e, consequentemente, às investigações sobre esquizofrenia. A ideia de que encontrar as raízes genéticas de determinada doença e/ou característica humana, praticamente significa cravar a sentença do desenvolvimento certo de determinada característica fenotípica que o gene possa expressar. Como se, nós humanas, não fôssemos capazes de criar condições que possam impedir ou modificar a expressão fenomênica, como se não fôssemos capazes de subverter o próprio substrato biológico.

Pankaj Mehta (2021), em artigo publicado na revista "Jacobin", tece uma crítica sobre a preponderância da genética e suas formas de uso para identificação de fatores de risco para determinadas doenças. Dentre os exemplos que o autor cita, ele usa as pesquisas que investigam a genética da esquizofrenia, associada aos polimorfismos do gene CMYA5, como "O gene da esquizofrenia". Mas, estas pesquisas, de acordo com Mehta (2021), têm demonstrado que um indivíduo da espécie humana portador destes polimorfismos do gene CMYA5 tem de 0,07% a 1,07% de aumento dos riscos para desenvolver esquizofrenia, enquanto em pessoas que convivem com parentes próximos que tenham esquizofrenia o risco sobe para 10%.

Nossas buscas em periódicos científicos sobre a relação entre a expressão fenotípica de polimorfismo de nucleotídeos da proteína 5 do gene CMYA5, confirmam as informações citadas acima. Hoya et. al. (2017), por exemplo, investigaram a relação entre esse fator genético com a manifestação da esquizofrenia na população asiática e foi identificada uma *odds ratio* de 0,99%. O

que fez os autores concluírem que há relação entre o genótipo do polimorfismo com a expressão fenotípica do aparecimento da esquizofrenia.

Estas pesquisas nos ajudam a compreender que, há uma certa relevância quanto a constituição do substrato biológico do indivíduo que manifesta sintomas de esquizofrenia, pois sempre tratamos a constituição da ser humana enquanto unidade psicofísica, contudo não se pode concluir que essa relevância é preponderante, pois, como discutiremos no capítulo 4, para a ser humana "o momento preponderante" é "o social". O que, a partir de nosso entendimento com base no debate que vimos expondo até o momento, a constituição biológica não deve ser ignorada, mas compreendida a partir de sua relação dialética com o meio e o desenvolvimento histórico e social do indivíduo.

Se é sabido pelo estudos genéticos (e não psiquiátricos) que a genética tem uma baixa influência na manifestação dos sintomas da esquizofrenia (Murray, 2002) e que, como aponta Lewontin *et. al.* (2013), a descoberta da base genética, se ela existe, pode auxiliar muito pouco na intervenção com pessoas com esquizofrenia, então, o que justifica a manutenção das pesquisas sobre a base genética?

Para Lewontin *et. al.* (2013 p. 284 – tradução nossa), esta ideia está arraigada à ideologia da sociedade burguesa expressa em uma de suas versões (pseudo)científicas mais explícitas: a eugenia.

> Como temos visto, a pauta para encontrar as predisposições genéticas remonta ao pensamento eugênico dos anos de 1930 e 1920, com sua crença na existência de genes causadores da degeneração criminal, promiscuidade sexual, alcoolismo e qualquer outro tipo de atividade censurada pela ciência burguesa. Este pensamento está profundamente incrustado na ideologia determinista de hoje. Só deste modo nós podemos explicar a perseverança extraordinariamente repetitiva e a natureza acrítica das investigações sobre a genética da esquizofrenia.

As ideias eugênicas na Saúde Mental têm uma extensa história, que se confunde com o início da própria história da psiquiatria enquanto ciência. Kraepelin, em seus estudos no final do século XIX na ilha de Java, já anunciava sua base eugênica na compreensão dos processos biológicos do desenvolvimento tanto da esquizofrenia como de outros comportamentos considerados "degenerados" como o alcoolismo e a criminalidade (outros temas de estudos de Kraepelin), como veremos no tópico específico sobre este autor.

As bases fundamentais da Eugenia estão calcadas no materialismo determinista e reducionista biológicos, e assim é definida por Boarini e Yamamoto (2004 p. nd.):

> Construída epistemologicamente sobre o terreno das ciências naturais, apoiando suas bases no estudo de Darwin (mais precisamente nos desdobramentos do darwinismo social), nas descobertas da Biologia, e aqui estamos nos referindo mais especificamente às revolucionárias contribuições de George Mendel e sua nova concepção de hereditariedade e, principalmente na Biometria de Francis Galton, a Eugenia tinha como meta a melhoria e a regeneração racial ou a "higiene da semente germinal".

Com este objetivo no horizonte, validado pela ciência genética burguesa, uma das propostas para se evitar a esquizofrenia, baseadas nesses pressupostos, por exemplo, era a esterilização das pessoas com este diagnóstico. De acordo com Lewontin *et. al.* (2013 p. 284 – grifos e tradução nossas):

> A **crença** em que a esquizofrenia tem uma clara e importante origem genética está atualmente muito difundida. O "pai" da psiquiatria genética, Ernst Rüdin, estava tão convencido disto que, fundamentando-se, nas estatísticas compiladas de seus colaboradores, advogava pela esterilização eugênica dos esquizofrênicos. Quando Hitler subiu ao poder em 1933, a proposta defendida por Rüdin deixou de ser meramente acadêmica.

As ideias eugênicas não ficaram circunscritas à Alemanha nazista ou à Europa, mas também teve aceitação na[14] democracia, quando Kallmann, discípulo de Rüde, leva suas ideias eugênicas,

[14] A letra maiúscula aqui visa a representação do chavão comumente proferido pelos norte-americanos que eles são "A maior nação democrática do mundo livre".

baseadas em estatísticas, ao se refugia nos Estados Unidos por causa da perseguição nazistas aos judeus. Suas ideias não só foram aceitas como seguem até os dias atuais, sendo apresentadas como dados estatísticos neutros. (LEWONTIN *et.al.*, 2013).

Esta política eugênica na Saúde Mental se expressa na realidade brasileira desde a criação do primeiro manicômio, em 1852, que era para ser um lugar mais seguro e salubre onde os "loucos" seriam acolhidos. Nesta época, a maioria dos psiquiatras brasileiros (todos formados fora do país, na Europa) congregavam das ideais biologizantes dos transtornos mentais. Ideia herdada pela Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM e que, conforme Costa (2006 p. 37):

> Foi justamente o caráter dogmático desta hipótese que nos levou a perceber que o *biologicismo* da LBHM era um puro derivado das aspirações culturais dos psiquiatras. Esse biologicismo só conseguiu implantar-se no pensamento psiquiátrico da LBHM porque conformou-se aos preconceitos da época. Evidentemente, trata-se aqui do biologismo eugênico e não das verdadeiras hipóteses sobre o funcionamento mental dos indivíduos.

Antunes (2012 p. 51 – grifos nossos) apresenta algumas das ideias que fundamentaram a Psicologia no início do século XX, final do XIX, no Brasil, apontando para as raízes eugênicas dessas teses.

> Como já foi dito, muitos dos representantes da Medicina assumiram, nesse momento, uma função de controle/disciplinamento social, com vistas à normalização e **à higienização da sociedade,** defendendo posição explícitas a favor da exclusão social, e até mesmo prescrevendo a reclusão daqueles considerados socialmente indesejáveis para as camadas dominantes e seus interesses. Assim foi também com muitas teses produzidas nesse período, das quais muitas relacionadas às questões psicológicas.

Embora Antunes (2012) também apresente ideias contra-hegemônicas nesse período como é o caso de Manuel Bonfim, por exemplo, o que prevalece no âmbito da psiquiatria em geral e dos estudos psicológicos no Brasil, naquele momento são os ideais biologicistas e eugênicos.

Com o avanço das ideias eugênicas, as classificações diagnósticas em psiquiatria buscavam relacionar as características físicas como tamanho do crânio, formato das orelhas, formato do nariz entre outras aos transtornos mentais, em geral, as características da população negra eram

consideradas fora da normalidade e indicador de propensão ou mesmo confirmação diagnóstica. É importante destacar que, por ser a população preta, sucessivamente submetida a processos de opressão-exploração e, partindo de uma compreensão de que os sofrimentos psíquicos são frutos desta forma de reprodução social, não é difícil e muito possível que seja de fato a população preta a que apresente um maior índice desse sofrimento. Mas, de acordo com Costa (2006), o que a psiquiatria do início do século XX fazia era correlacionar os dados de prevalência do adoecimento à raça e, assim, biologicamente, para estes deterministas biológicos, a população preta teria mais predisposição às psicopatologias.

A construção teórica de Franz Fanon (1925-1961) é também reveladora sobre processos complexos que envolvem seja o sofrimento psíquico, o efetivo adoecimento ou a patologização dos oprimidos, evidenciando como a dominação colonial e sua dimensão ideológica e material protagonizada pelo racismo desenvolvem subjetividades alienadas, conduzidas por relações desumanizadas.

Fanon, um martinicano, formado na França, constituiu seu amadurecimento intelectual durante seu trabalho como psiquiatra na Argélia, quando se tornara um militante revolucionário contra a dominação colonial. Nos anos de formação acadêmica na França, o jovem Fanon, numa leitura crítica de conceitos da psicanálise, já expressava a sua leitura da psicologia por meio da *sociogênese*, explicitando o esgotamento de teorias centradas na filogenética e sublinhando o caráter racista das leituras naturalizadoras das ciências burguesas, pois "a alienação do negro não é apenas questão individual. ao lado da filogenia e da ontogenia há a sociogenia" (FANON, 2008, p.28). Afinal, "a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa da influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser". (FANON, 2008, p. 28).

Já na Argélia, o autor, médico e revolucionário explicita a busca das raízes do sofrimento psíquico que relata em casos diversos em “Os Condenados da Terra”. Se em “Peles Negras e Máscaras Brancas” a potencialidade da leitura encontra seu escopo num diálogo com a psicanálise para se formular o conceito de alienação colonial, no seu livro da maturidade, Fanon encontra mediações comuns na particularidade da luta anticolonialista no continente africano.

É nesse sentido que Fanon destaca o racismo para desvendar tanto a concepção de saúde hegemônica, quanto dos processos de adoecimento, da patologização da vida dos povos colonizados, além da violência dos tratamentos manicomiais tidos como consenso científico. O sofrimento mascarado pelo processo de opressão, constituído de “feridas múltiplas e às vezes indeléveis”, produza a negação sistemática do outro, a negação de si mesmo em busca do encaixe na subjetivação dominadora, além da patologização da resistência. Em “Os Condenados da Terra”, o autor relata e reflete sobre diversos casos e, em cada estudo de caso, encontra processos de sofrimento e adoecimentos imediatos que ora escondem, ora desvendam às determinações estruturais da violência colonial e racista. Por tudo isso, para Fanon a loucura não era um sintoma de resistência, mas sim um dos grilhões existentes em sua corporeidade e evidente na desumanização dos espaços de tratamento.

No Brasil, as expressões do pensamento contra hegemônico na psiquiatria e revolucionário político de Fanon contra o racismo encontrará eco na voz de Lélia González (1935-1994) que além da questão da raça também discutirá a questão de gênero, da mulher preta, da “mulata”, na sociedade brasileira. No ensaio “Cultura, etnicidade trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” (2020), Lélia debate a chamada "teoria da dependência" a partir do trabalho de José Nun. Ela utiliza as elaborações teóricas do autor para analisar a situação da mulher na

américa latina, da exploração de sua mão-de-obra e culmina na crítica à exploração da mulher negra e sua imagem associada ao carnaval e a sexualização do corpo da "mulata".

Compreendendo a importância de se pensar as relações produtivas e, consequentemente econômicas no capitalismo, aponta as formas pelas quais a exploração da mulher, principalmente, da mulher preta se enraíza nas formas de produção econômica, bem como, nas conformações de subjetividades. González (2020 p. 50) afirma:

> O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: "doméstica" ou "mulatas". O termo "doméstica" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo "mulata" implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada "produto de exportação", ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira.

O apagamento da população preta no Brasil se deu em diversos sentidos, seja por meio da supressão de sua cultura e religiosidade, seja por meio da bala perdida que encontra a pele negra, seja, ainda, por meio dos sofrimentos psíquicos produzidos pelos sucessivos modos de exploração-opressão, do menos valor de seu trabalho, discurso e modo de viver (PINHEIRO, 2022). Não se trata de negar a origem de tais sofrimentos, mas apreender como a população preta está submetida a maiores fatores estressores conformando a sociogênese de seu sofrimento psíquico como aponta Fanon, mas também, de apontar como tudo o que foge ao padrão da lógica de vida burguesa, do *ethos* burguês é "anormalizado" e, portanto, "patologizado". Estes fatores se expressam atualmente, onde os dados do último relatório[15] de inspeção dos hospitais psiquiátricos brasileiros

[15] As inspeções foram realizadas no ano de 2018 e publicada em 2019. Em 2018, à convite do CRP-18, fiz parte da equipe de inspeção para a produção do relatório na cidade de Cuiabá. O dado que mais me chamou a atenção foi que 100% da população das instituições inspecionadas na cidade era de pessoas pretas e, na ficha de todas elas, constava que sua internação tinha sido realizada de modo involuntário, nenhuma dessas internações haviam sido notificadas ao Ministério Público. A maioria estava em situação de internação de longa permanência.

publicado em 2019, por exemplo, apontam que a grande maioria da população em situação asilar no Brasil era composta por pessoas pretas.

E, assim, junto com Fanon entendemos que a base dos sofrimentos psíquicos deve ser investigada a partir de sua sociogênese, mais especificamente como um processo constituído pelo conjunto de expressões da questão social que, conforme Iamamoto (2007 p. 156) deriva das formas coletivas de produção e reprodução social de vida.

> Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.

O sofrimento psíquico, portanto, é sobre as entranhas estruturante da sociedade do capital: o racismo e o patriarcado. Estas vão se manifestar nas pessoas na forma de sofrimentos psíquicos que são de base social, da relação do biológico subsumido com os contextos sociais e históricos tanto filo quanto ontogenéticos, que fazem parte de quem vivencia a unidade exploração-opressão[16] do menos valor de sua vida, numa sociedade que mede o quanto se vale enquanto ser humana, por meio de traços físicos, do gênero, da expressão da sexualidade, da origem étnica e da cor da pele.

Pinheiro (2022 p. 376-377 – grifos nossos) assim conceitua o que denomina "unidade exploração-opressão":

> A unidade exploração-opressão é um complexo alienado formado por diversos complexos estruturados historicamente pela unidade classe-raça/etnia-gênero/sexo e sexualidade, reverberando outras expressões de relações alienadas em questões de identidade,

[16] Não cabe nas linhas deste texto um debate mais aprofundado da constituição da unidade exploração-opressão, apenas apontar aqui como esta unidade engendrada com o modo de produção burguês submete as classes exploradas a processos de degeneração, silenciamento, apagamento e mesmo extermínio, conformando, ao nosso entender, a sociogênese do sofrimento psíquico apontada por Fanon.

> determinações socioambientais, geracionais, territoriais, fundada na expressão particular desumanizada da categoria ontológica do ser social, o trabalho, que na forma capitalista assume sua expressão abstrata. (...) A dinâmica das opressões estruturadas e realizadas em relações de poder, **conduziram formações interpessoais assimétricas que cumpriram (e cumprem) em cada particularidade histórica funções sociais da estrutura dominante**. A sua complexidade é atravessada pela sua unidade inerente com a exploração no desenvolvimento da sociedade burguesa, se espalhando por todas as relações, desenvolvendo sua substância na coisificação, apropriação, dominação, controle, hierarquização e autoridade, materializada no mundo do trabalho, atravessando a subjetividade do ser social e a formação da consciência.

A Psiquiatria, por sua vez, desde sua origem com Kraepelin, Morel, Pinel tem servido à classe dominante, excluindo os chamados degenerados, os indesejáveis, pautada na ordem social dominante sob uma atuação moral que também influenciará os diagnósticos, patologizando a conformação das formações sociais assimétricas, à serviço da ordem vigente do capital. Os doutores Simões de Bacamartes, fazem malabarismos científicos apoiando-se no desenvolvimento das tecnologias diagnósticas e de análises clínicas para conseguirem fechar diagnósticos cujas raízes são sociais, ou seja, são constituídos na *relação* que as pessoas estabelecem com a sociedade.

O suposto rigor científico e a coerência no discurso, a ênfase na replicação do método e a desatenção ao conteúdo do objeto pesquisado são malabarismos para complicar o que, apesar de complexo é evidente, para assim mascarar a ideologia de classe e o uso instrumental da ciência psiquiátrica como forma de manutenção do controle e domínio pela classe dominante em relação à classe dominada. Se esta forma de sociabilidade a partir da lógica da exploração-opressão não nos custa a vida, subverte ou nos leva o sentido de se continuar vivendo e a saúde. Por isso, contrapor as formas de pesquisas do modelo hegemônico, como aponta Breilh (2008) é também uma forma de denúncia. O que buscamos aqui é exatamente isso, denunciar como as formas de ciência baseadas no modelo biomédico servem a interesses políticos, ideológicos e de classe.

Esses interesses se expressam de diversas formas no campo da Saúde Mental, nas formas de conhecimento científico na área, no modelo diagnóstico em vigência, como também, na

nomenclatura utilizada para se referir às pessoas que recebem um diagnóstico psiquiátrico, e a este último aspecto queremos dar uma atenção maior agora. Essa discussão já nos localiza em relação ao objeto: a esquizofrenia, porém a esquizofrenia não é uma entidade nosológica com autonomia, embora a psiquiatria insista em fetichizar o diagnóstico e dar a ele uma certa independência em relação às pessoas que o expressam, como afirma Basaglia (1975/2017 p. 04):

> O médico se torna gestor dos sintomas e cria uma ideologia sobre a qual o manicômio se edifica e se sustenta. Só assim ele pode dominar e reprimir as contradições que a doença exprime. Mas sua intervenção se limita a sancionar cientificamente uma violência que serve apenas à defesa do técnico e da instituição, nunca à compreensão do sofrimento do paciente. Uma vez estabelecido o diagnóstico, o homem em sofrimento torna-se apenas este diagnóstico e não existe mais nenhuma relação entre o sintoma e a realidade da sua vida, assim como ele perde aos olhos do médico a problematicidade que o defende, a partir da qual foram precisamente instituídas as categorias, as subdivisões e todo o castelo ideológico da psiquiatria.

A ideologia da psiquiatria, ao fetichizar o diagnóstico, aliena o sujeito de seu próprio sintoma, é como se a doença diagnosticada passasse a ter uma vida própria, cujas ações do sujeito que a manifesta em nada interferem ou são relevantes para o caso. O sujeito está dominado por algo, aparentemente, alheio a ele próprio do qual não pode tomar consciência e que o controla[17].

Neves (2021), em seu estudo[18] sobre as tentativas de suicídio de donas de casa em cidades do interior do Estado de Mato Grosso, onde a maior parte da geração de emprego e renda dos municípios é advinda do agronegócio, aponta para a determinação social do suicídio e desvela a

[17] O que guarda certas semelhanças com as formas idealistas de se pensar a constituição psíquica humana, tributando a um alheio do qual não se pode tomar total consciência deixando que conteúdos, denominados então como inconscientes, como os controladores do comportamento do sujeito. Talvez não seja uma mera semelhança, mas uma forma ontológica de se pensar a constituição do psiquismo humano pelo outro caminho do dualismo cartesiano oposto ao materialismo, o idealismo, ambos as substâncias (*res cogitas e res extensa*) no fundo se comportam como paralelas que se encontram no final.

[18] Determinação Social das Tentativas de Suicídio em Regiões Produtivas do Agronegócio em Mato Grosso – Brasil. (2021)

ideologia impregnada do modelo psiquiátrico ao tratar de forma individualista as expressões da questão social no na Saúde Mental.

De acordo com Neves (2021 p. 105):

> Os chamados transtornos mentais e comportamentais, que representam a quarta maior causa de afastamento do trabalho, também são exemplos do papel ideológico de explicações científicas para legitimação da ordem social que produz tais doenças. Assim, ao restringir a compreensão dos transtornos de humor e da ansiedade, por exemplo, a níveis individuais (psicológicos, biológicos e da história de vida singular), as práticas de cuidado em saúde mental voltam-se para o tratamento e reabilitação dos sujeitos adoecidos mediante práticas psicoterápicas, psicotrópicos e até mesmo terapias alternativas, restringindo o campo de intervenção no âmbito individual, sem abordar as tensões e estressores em ambientes organizacionais alienantes que, por sua vez, são determinados por um modo de produção que sequestra o trabalho para fins estranhos às necessidades e limites humanos.

Se assim podemos dizer, a medicina hegemônica apoiada no modelo biomédico é uma prática calcada na alienação e aliena o sujeito que passa por um processo de dupla alienação: a desvelada por Marx e Engels (1845-46/2015) na sociedade do capital, a qual todos estamos submetidos, onde o sujeito não mais se reconhece no fruto/objeto de seu trabalho o qual se apresenta ao sujeito como algo estranho à ele, fetichizado; e a alienação de si mesmo, sua identidade e vivências, sendo que esta forma de alienação de si mesmo é um desdobramento da alienação do trabalho, conforme Marx e Engels (1845-46/2015) apontaram.

É muito comum, por exemplo, nos relatos de caso de pessoas com esquizofrenia elas serem constantemente referidas como “a/o esquizofrênica/o” e o diagnóstico ganha *status* do todo desse sujeito. Assim, o sujeito é destituído de seu próprio eu, de sua humanidade e de necessidades mais básicas como assevera Amarante (2007 p. 68): “Com o domínio da noção de doença mental, uma simples necessidade básica, inclusive de autocuidado e autonomia, pode ser entendida como um mero sintoma. Nada mais é do sujeito: tudo se refere à doença.”.

Como aponta Basaglia (1975/2017) esta lógica de atenção psiquiátrica está engendrada com a lógica da ideologia da classe dominante, como veremos mais a frente, a psiquiatria, as ciências

médicas baseadas no paradigma da modernidade e no modelo biomédico, são constituídas pelo traço ideológico burguês. Nesse sentido, Basaglia (1975/2017 p. 05) aponta que:

> Quando se ensina psiquiatria na universidade se fala, portanto, somente de ideologia, como expressão do encobrimento das contradições que o doente representa. Estas contradições, o seu sofrimento, não se sabe nem mesmo o que são, nem mesmo se tenta indagá-las. A realidade é que o doente de todo modo perturba, não segue as regras, ele as coloca – embora confusamente – em discussão, então deve ser encontrada uma maneira de fazer com que a responsabilidade por esse questionamento recaia apenas sobre o indivíduo (...).

Trazendo a ênfase metodológica da questão que é social para o campo de indivíduo, é a lógica tanto das ciências materiais quanto das ciências idealistas, que se propõem a pensar as questões da psiquê humana. "Não há diferença alguma entre a psiquiatria e o resto da medicina." (Basaglia, 1975/2017 p. 05). Pois, na história do desenvolvimento da psiquiatria, o quanto de esforço foi empenhado para que, justamente, ela se tornasse uma área da medicina. E da mesma maneira que todo o resto da medicina, não apenas a doença ganhou protagonismo em relação ao sujeito, mas também o órgão onde se acredita estar localizada essa doença: o cérebro.

No trabalho do dia a dia de um Centro de Atenção Psicossocial, por exemplo, sabemos que não lidamos com uma doença, lidamos com pessoas que têm um diagnóstico psiquiátrico, mas têm também suas relações familiares, culturais, sociais, expressão de sua religiosidade etc. O diagnóstico é mais um dos aspectos da vida da pessoa, portanto, para uma intervenção em Saúde Mental, que se proponha a ser crítica diante das questões ideológicas de uma sociedade calcada na desigualdade e na luta de classe, identificar as expressões dessa ideologia se faz fundamental e tentar mudar sua lógica pode começar pelo termo empregado ao se referir às pessoas que têm um diagnóstico em Saúde Mental.

Dessa maneira Amarante (2007 p. 67), enfatizando as afirmações de Basaglia, na necessidade de se colocar a doença entre parêntese para se apreender a dinâmica desse fenômeno a partir do sujeito que o expressa:

> A ideia da doença entre parênteses pode ser entendida como uma atitude epistêmica, isto é, uma atitude de produção de conhecimento, que significa a suspensão de um determinado conceito e implica a possibilidade de novos contatos empíricos com o fenômeno em questão, que, no caso, é a experiência vivida pelos sujeitos. Desta forma, a doença entre parênteses não significa a negação da existência da "doença", em outras palavras, não significa a recusa em aceitar que exista uma experiência que possa produzir dor, sofrimento, diferença ou mal-estar; não é a negação da experiência que a psiquiatria convencionou denominar doença mental. A estratégia de colocar a doença entre parênteses é, a um só tempo, uma ruptura com o modelo teórico conceptual da psiquiatria que adotou o modelo das ciências naturais para conhecer a subjetividade e terminou por objetivar e coisificar o sujeito e a experiência humana.

Portanto, a mudança no termo linguístico, a mudança da palavra é só a superfície do fenômeno, a ideologia não se muda com a mudança de termos linguísticos, uma vez que estes foram e são construídos a partir da práxis. Mas, a mudança no termo marca uma posição divergente da psiquiatria hegemônica e sinaliza o esforço em se aproximar da realidade do objeto da pesquisa por outros caminhos a fim de romper com o paradigma biomédico. Assim, Amarante (2007 p. 68) afirma: Por estas razões no campo da saúde mental e na atenção psicossocial se tem utilizado falar de sujeitos 'em' sofrimento psíquico ou mental, pois a ideia de sofrimento nos remete a pensar em um sujeito que sofre, em uma experiência vivida de um sujeito.

Nesse sentido, por nosso posicionamento teórico-metodológico e ético-político, assumimos ao longo deste trabalho a expressão "pessoas em sofrimento psíquico" ao invés do adotado pela Organização Mundial de Saúde – OMS – "transtorno mental", que denotam a ideia de desajuste, desordem (como é chamado em inglês *mental disorders*) ou desequilíbrio mental, referindo-se novamente à noção de equilíbrio como sinônimo de saúde, cujos problemas já apontamos no início deste capítulo.

Vale ressaltar com Mészáros (2004 p. 59) que:

> A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, dos mais baixos aos mais refinados. De fato, há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam. [...] Compreensivelmente, a

> ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicados às questões defendidas pelos defensores da ordem estabelecida.

Nesse sentido, o espraiamento do poder da ideologia, assume características peculiares de acordo as particularidades dos aspectos da vida. No campo da Saúde Mental, suas expressões têm ganhado um novo capítulo com o advento das plataformas das redes sociais na internet.

Ante aos modelos interpretativos do processo de saúde mental embasados na lógica da ideologia do capital, na reificação dos sujeitos em sofrimento psíquico, na fetichização do diagnóstico que tem assumido caráter de identidade das pessoas, sendo assumida por diversos movimentos sociais de pessoas em sofrimento psíquico como algo definidor de seu próprio eu, uma "astrologia do psicodiagnóstico" onde os signos se tornam as categorias diagnósticas do DSM, com ascendências – transtornos secundários – e diferenças conforme sua expressão dentro dos chamados "espectros", assumindo um caráter definidor e de previsão das ações futuras da pessoa. Naturalizando a patologização das diferentes conformações da personalidade humana, invisibilizando sua constituição histórica, social e singular; e, sobremaneira, ampliando o leque de atuação das "pílulas mágicas" da psiquiatria, hipertrofiando o seu mercado e o lucro, como desvelam Freitas e Amarante (2015).

Neste sentido, Almeida (2021 p. 18-19) aponta:

> (...) a medicalização contribui para a consolidação de uma concepção organicista de naturalização da vida social. Um de seus reflexos é o quanto esse assunto tem sido pautado ideologicamente pela sociedade em geral e nos meios de comunicação de massa, inclusive de forma banalizada.
> De um lado, essa abordagem do tema demonstra que é uma questão que vem afetando às pessoas, que ou sentem necessidade de falar sobre o assunto ou se identificam com o sofrimento expresso por esses canais, ainda que de forma empobrecida. De outro, a abordagem pelo senso comum e marcada pela ideologia, de modo geral perpetua uma visão

> culpabilizadora das pessoas em sofrimento e prejudica uma análise para além da aparência, que desnude as reais determinações do adoecimento.

A ideologia se expressa nas formas de interpretação e significação do fenômeno do sofrimento psíquico, ao passo que culpabiliza e responsabiliza o sujeito individual por seu adoecimento – seja por suas estruturas de personalidade seja por sua constituição biológica – também promove o identitarismo diagnóstico que consolida a dinâmica fetichização do diagnóstico e reificação do sujeito.

A Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP –, por exemplo, vem promovendo um discurso que no campo da aparência visa a desmistificar o diagnóstico psiquiátrico a fim de vencer as barreiras do preconceito tanto às pessoas em sofrimento psíquico, mas fundamentalmente, do preconceito com o uso de medicação psiquiátricas, na esteira dos movimentos identitários, denominando esta forma de preconceito de "psicofobia" e erguem campanhas nacionais para o seu combate. No texto da campanha de 2023, afixada no site da associação pode-se ler:

> Desde 2014, a Psicofobia é uma campanha fixa da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, coordenada pelo psiquiatra Antônio Geraldo da Silva, que tem o intuito de combater o estigma e o preconceito contra os padecentes de doenças mentais. (...) O estigma pode impedir o tratamento e até levar ao suicídio de um padecente de doença mental. Para esse estigam damos o nome de Psicofobia e buscamos conscientizar a sociedade sobre este grave problema. (ABP site)

Utilizando táticas mercadológicas semelhantes às da Associação de Psiquiatria Americana – APA, como descreve Whitaker (2017), desvelando a ideologia burguesa, em ações da associação americana em favor da tática mercadológica da psiquiatria como ciência e profissão.

De acordo com Whitaker (idem p. 279-280):

> Em 1981, a APA criou uma "divisão de *marketing*", para "aprofundar a identificação médica dos psiquiatras", e, em pouquíssimo tempo, transformou-se numa máquina comercial muito eficiente. "É tarefa da APA proteger o poder de renda das psiquiatrias", disse o vice-presidente da Sociedade, Paul Fink, em 1986.

> Como primeiro passo, a APA criou sua própria editora, em 1981, na expectativa de que ela levasse "os melhores talentos e os conhecimentos atuais da psiquiatria ao público leitor". A editora logo passou a publicar mais de trinta livros por ano, e Sabshin teve o prazer de assinalar, em 1983, que os livros "proporcionarão muita educação popular sobre a profissão". A APA também criou comissões para examinar os manuais que publicava, decidida a se certificar de que os autores permanecessem ligados à mensagem.

A APA se colocou como propagadora do conhecimento científico na área da psiquiatria, desde que se siga os seus critérios ideológicos, como apontou Whitaker na citação acima. Assim, apoiando-se no modelo biomédico dos sofrimentos psíquicos, as publicações científicas da APA serviram para impulsionar as vendas das medicações psiquiátricas em todo mundo. Como afirma Whitaker (2017 p. 282-283):

> Os substratos biológicos da esquizofrenia, da depressão e do transtorno bipolar continuam desconhecidos. Mas o público se convenceu há muito tempo do contrário, e agora podemos ver o processo de *marketing* que desencadeou essa ilusão. No começo dos anos 80, a psiquiatria estava preocupada com seu futuro. As vendas de medicamentos psiquiátricos tinham sofrido um declínio marcante nos sete anos anteriores, e poucos formandos das faculdades de medicina queriam ingressar nesse campo. Em resposta, a APA montou uma sofisticada campanha de *marketing* para vender seu modelo médico ao público e, alguns anos depois, só restou à população ficar boquiaberta ante os aparentes avanços que vinham sendo obtidos. Havia uma revolução em andamento, os psiquiatras haviam passado a ser "consertadores da mente" e, como disse a Jon Franklin um "químico do cérebro", Michael Kuhar, da Universidade Johns Hopkins, essa "explosão de novos conhecimentos" levaria a novos medicamentos e a amplas mudanças na sociedade que seriam "fantásticas".

Pela direção hegemônica do consenso científico, uma série de evidências são desconsideradas ou jogadas para a periferia dos argumentos, sob o julgo de uma frígida, fragmentadas, reducionista e incorreta identidade entre aparência e essência, entendendo que "A realidade é a unidade do fenômeno e da essência." (KOSIK, 1976 P. 16). A ideologia burguesa impetrada na ciência e sua base racional-abstrata tem interferências que atingem o arcabouço teórico corriqueiramente recuperado pelo mercado que naturaliza questões que já foram substancialmente criticadas, combatidas e trabalhadas como processos superados em estudos científicos críticos, com evidências e rigor metodológico. A desconsideração de estudos e análises

que constituem uma lente da totalidade descortinam uma expressão incontornável dos complexos ideológicos quando estes assumem posição num processo de crença e valores sociais como "verdade" do que com a realidade do fenomênica.

Desta maneira, como já anunciamos no início desse tópico, a outra ideia arraigada no modelo saúde e doença da psiquiatria clássica é a ideia de cura por uso de alguma substância química. Não à toa há receitas de diversos chás, por exemplo, para se curar depressão ou o uso de psicodélicos, ainda que estas formas se coloquem numa posição crítica ao modelo de medicalização, suas práticas, substituindo as substâncias, denotam a essência de sua compreensão do fenômeno, como um processo passível de ser quimicamente tratado. O que não deixa de ratificar a compreensão biologicista do problema, invalidando os outros aspectos da constituição do fenômeno.

Como afirmam Moysés e Collares (2007 p. 165-166):

> A medicalização – que, deve ser ressaltado, não é realizada apenas pela medicina, mas por todas as ciências da saúde e por outros campos que, mesmo sem saber, empreguem o método clínico – cumpre uma tarefa fundamental para a manutenção de tudo que já está posto no mundo dos homens. Ao se biologizar um problema, transformando-o em algo "natural, inevitável", isentam-se todas as instâncias nele envolvidas. A sociedade, com suas desigualdades, os governos e suas opções, tudo é escamoteado pelo fato – talvez seja melhor falar em azar – de que existem *defeitos* que incidem como se fosse de maneira aleatória, sem determinação social. Um ideário perfeito para que tudo permanece como está.

Por todo o exposto aqui, é fundamental desvelar as questões ideológicas de classe que, na sociedade do capital, focalizam suas ações na mercantilização de todos os aspectos da vida das pessoas, incluindo a saúde mental, cooptando pessoas e movimentos sociais para atuarem a favor do lucro das grandes corporações – farmacêuticas no caso da Saúde Mental – apelando ao moralismo e a culpabilização não mais da pessoa em sofrimento psíquico, mas daquelas que se levantam criticamente em relação à naturalização da medicalização dos problemas cotidianos.

Sobre o moralismo como instrumento de domínio de massas na lógica burguesa, Pinheiro (2022 p. 33) afirma:

> Não por acaso a ideologia burguesa lança mão de análises moralistas para a manutenção das taxas de lucro e amortecimento organizativo do processo de resistência popular. A decadência ideológica e a contração das manobras possíveis no ardo da emancipação política, contornam os limites das lutas sociais circunscritas às táticas imediatas e com estratégias embarreiradas pela ordem social do capital.
> Dos púlpitos das cátedras ou das catedrais, dos bancos ou das bancadas, das piadas infames ao relativismo das desigualdades, impera a explosão de violações fantasiadas de neutralidade, boa vontade ou explicitamente agressivas. Entre a patologização da questão social, a normalização da exploração e das opressões, a medicalização da vida, a moralização da barbárie, a criminalização da divergência e a política de extermínio de setores oprimidos, caminham as alternativas hegemônicas do bloco histórico estabelecido.

Neste sentido, é mais do que nosso dever não apenas apresentar a pesquisa como fonte de denúncia do modelo de exploração e opressão da sociedade do capital, que adoece sujeitos e individualiza seu padecimento, mas também, apontar alternativas que rompam com o modelo hegemônico de atenção e cuidados à saúde, em nosso caso à saúde mental. Apontar tais alternativas, para o presente é uma construção coletiva daquelas e daqueles que lutam contra a mercantilização do diagnóstico, é um ato necessário para romper com o discurso tão naturalizado do medicamento. Exige de nós, pesquisadoras, uma atenção sempre vigilante de nossas próprias condutas e ideias ideologicamente constituídas, mas, sobretudo, buscar a apreender o fenômeno objeto de estudo a partir de sua raiz, de sua essência. "Como a essência - ao contrário dos fenômenos - não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia." (KOSIK, 1976 p.17). E, ao conhecer sua dinâmica e sua estrutura poder agir de forma a promover os cuidados a saúde, com o foco em ações que tragam qualidade de vida e melhorias para as pessoas em sofrimento psíquico, e não que visem os lucros das grandes corporações farmacêuticas.

Assim, desvelar a ideologia que engendra os modelos de cuidados hegemônicos, a partir do paradigma cartesiano, sob a forma alienada de se fazer ciência se fez fundamental para nossas análises. O rompimento com o modelo biomédico se inicia na apreensão de sua constituição, de uma análise da ontologia que embasa suas premissas, mas também a localização social e histórica de suas definições categóricas e na análise dos avanços que esse modelo produziu, embora de forma parcial, incompleta e dogmática dizem sobre parte do fenômeno que, para uma melhor aproximação com sua realidade, deve ser entendida a partir da totalidade fenomênica.

Neste sentido, quando apontamos para os nexos internos da Determinação Social da Saúde como o rompimento com o modelo biomédico em sua essência, entendemos que isso implica, justamente, em romper com a ideia de que o fenômeno do adoecimento é um fenômeno pré-determinado, dado pelas condições biológicas herdadas do sujeito e que o meio externo apenas desencadeia processos para os quais já havia uma predisposição inscrita no substrato biológico. Esta é a ideia que baliza o modelo biomédico, até em interpretações que tentam incluir os fatores sociais, ambientais, culturais, epidêmicos na compreensão da doença.

O rompimento com a ideia de predisposição biológica, reside na sua substituição por uma apreensão do processo do desenvolvimento patológico calcada na ideia de *criação*, por meio de fatores externos, de novas condições que não estavam dadas anteriormente, nem por herança genética nem por constituições biofisiológica do organismo. Pelo princípio da epigenética que demonstra que há fatores no meio que desencadeiam ou anulam uma expressão fenotípica, que características podem ser repassadas por outros sistemas que não o genético (como a linguagem, por exemplo) e que isto *cria* uma nova condição que não estava dada anteriormente; pelo princípio da plasticidade biológica que demonstra que o organismo biológico é moldável aos fatores externos; pela noção de subsunção do biológico ao social que aponta para a criação de novas

condições por influência do meio social, de uma nova natureza humana como afirma Marx (1844/2015a) e pelo princípio da reprodução social e da Ontologia do Ser Social que ratificam a ontologia humana a partir de sua relação mediada com o meio social e com a natureza, que podemos, então, romper com o modelo biomédico e afirmar que os fatores externas *criam novas condições ao sujeito* e que, por isso, podemos afirmar junto com Breilh que a sociabilidade burguesa e sua forma de produção e reprodução social com vistas a manutenção da rentabilidade do Capital, é um fator de adoecimento, no sentido de que cria condições de adoecimento e de fato adoece os seres humanos.

O externo cria condições que não existiam antes e estas condições vão sendo mais ou menos determinantes a partir das condições concretas e materiais que os sujeitos a vivenciam, condições baseadas no seu tempo Histórico e nas alternativas socialmente apresentadas a eles; condições atravessadas pelo estado de vivência e de sobrevivência manifestadas nos espaços de vida e trabalho, no acesso ou na precariedade de cuidados, prevenções e/ou tratamentos; condições potencializados a partir de processos psicológicos construídos pelas maiores ou menores expressões de desumanização em seus processos de subjetivação; por fim, condições baseadas, mediatizadas e retroalimentadas no processo de produção e reprodução social marcada pelas desigualdades estruturais de classe, raça/etnia, gênero/sexo e seus reforços superestruturais, além das particularidades históricas, regionais e territoriais.

Um segundo passo, agora, é demonstrar como o paradigma biomédico está na base das formas hegemônicas e popularizadas de compreensão dos sofrimentos psíquicos, tomando a esquizofrenia como exemplo, apoiando a ideia de cura ou controle das manifestações dos sintomas por pessoas com este diagnóstico a partir do uso correto de medicações neurolépticas. Apontando para os interesses de classe sobre esta forma de compreensão do fenômeno e buscando superar os

modelos de aprisionamento e controle que ora é exercido pelo modelo manicomial ora pelo farmacológica ora pela combinação de ambos.

Capítulo 3 – Psicologia Histórico-Cultural, dimensões materiais e determinação social da esquizofrenia

O objetivo deste capítulo é apresentar as ideias de Vygotski sobre o desenvolvimento da esquizofrenia, bem como, apontamentos rumo a uma explicação da determinação social da esquizofrenia, calcada na perspectiva da ontologia do ser social e do método marxiano. O autor escreveu pouco sobre o tema, somando ao todo 5 textos onde cita a questão da esquizofrenia. Suas análises sobre o tema estão correlacionadas com a construção de sua teoria sobre a consciência humana e o desenvolvimento do pensamento em conceito na idade de transição.

Podemos dizer que Vygotski não tem uma teoria da esquizofrenia, nos textos em que se destina a escrever exclusivamente sobre o tema, há um movimento que, em nossa análise, compõe o movimento mais amplo na teoria vygotskiana para pensar a consciência enquanto totalidade cujos nexos internos são constituídos pelas Funções Psicológicas Superiores – FPS – que se ligam umas às outras e se desenvolvem em conjunto, sendo que o desenvolvimento ou o aparecimento de uma nova FPS, consequentemente, desenvolve as outras modifica qualitativamente a conexão entre elas.

Esta alteração da ligação entre as FPS é, portanto, um processo dinâmico, que pode corresponder às mudanças gerais de cada fase do desenvolvimento da criança até chegar à idade

de transição. Essa fase se caracteriza pela perda de formas concreto-visuais para uma nova forma de pensamento que se processará de modo lógico abstrato. Em Vygotski, o processo de desenvolvimento da consciência está diretamente relacionado com a aquisição da linguagem e o desenvolvimento do significado. E, por este motivo, o autor entendia a consciência como um Sistema Semântico Dinâmico.

Essa forma de entender a consciência humana em Vygotski, é apresentada no início da década 1930, e é resultado, dentre outros experimentos, de uma série de observações de pessoas com esquizofrenia, de acordo com Zavershneva e Van der Veer (2022). Nas primeiras observações de pessoas com esquizofrenia, Vygotski se atém às alterações do pensamento, produzindo o texto: "O desenvolvimento do pensamento na esquizofrenia". Em outro material, datado de 1932, o autor apresenta um conceito mais amplo sobre a esquizofrenia, se antes ele falava em desagregação do pensamento em conceito, agora ele passa a falar em desagregação da consciência.

A noção de desagregação, auxilia Vygotski a analisar a esquizofrenia como um processo que, ao romper o nexo entre as FPS, faz com que as funções psicológicas que funcionavam de forma integrada passem a funcionar de modo independente e desconectadas. O que o autor considera um retorno ao estágio de desenvolvimento imediatamente precedente do estágio do pensamento lógico-abstrato, observando as leis de Kretschemer do funcionamento cerebral e o funcionamento em conserto dos centros cerebrais e, em casos de patologias, a desagregação da conexão entre esses centros voltando a funcionarem de forma independente.

Em nossa análise, as ideias de Vygotski sobre nosso tema, devem ser lidas à luz de toda a sua obra e teoria do desenvolvimento humano, entendendo a unidade dialética psicofísica como fundamento nesse processo. Como também, apontamos que, para nós, as questões específicas sobre a esquizofrenia ficaram, na obra do autor, em aberto, necessitando de revisões e aproximações de

suas ideias sobre o desenvolvimento do sistema nervoso, de suas análises sobre o funcionamento cerebral de pessoas com patologias como Parkinson e Afasia, dentre outras questões que foram apontadas em meados de 1933 e 1934.

Foi o que buscamos fazer ao apresentar as observações de Vygotski sobre esquizofrenia neste capítulo. Por isso, não nos furtamos em traçar alguns apontamentos críticos às observações vygotskianas sobre a esquizofrenia.

Assim, iniciamos esse capítulo apresentando as principais ideias de Vygotski sobre a esquizofrenia e a importância do tema para o delineamento de sua teoria sobre a consciência. No item seguinte, apontamos algumas contradições de Vygotski entre suas observações sobre a esquizofrenia e sua própria teoria. Por esta razão, optamos em construir a crítica apenas a partir da teoria vygotskiana.

No entanto, não nos furtamos em apontar alguns equívocos do autor sobre o que diz respeito sua análise dialética sobre o desenvolvimento humano e, consequentemente, aquilo que, em nossa análise, é o cerne da esquizofrenia para Vygotski que é a noção de regressão em estágio de desenvolvimento precedente ao desenvolvimento do pensamento em conceito. Ideia que, o próprio autor tenta explicar melhor em uma publicação 1934 e afirma tê-la utilizado como analogia. Para nós, porém, essa noção da regressão imputa erros mais profundos de análise do desenvolvimento da consciência humana quando Vygotski aponta diferenças entre a consciência de indígenas e brancos, e a semelhança entre indígenas, crianças e pessoas com esquizofrenia.

Neste sentido, buscamos apontar esses equívocos e traçar caminhos para superá-los, a partir do escopo da produção e desenvolvimento teóricos atuais do método materialista histórico e dialético. Sem perder de vista a noção de que Vygotski é um autor de seu tempo histórico; que as fontes dos textos marxianos eram mais escassas que atualmente e, principalmente, que ele faleceu

enquanto sua teoria do desenvolvimento humano estava sendo construída, deixando, portanto, questões em aberto, incompletas e que devem ser melhor desenvolvidas e trabalhadas tanto à luz de sua obra, como também, a partir de seus comentadores e críticos.

Por esse motivo, no segundo subitem optamos por apontar as críticas à Vygotski tecida por pessoas que compuseram sua equipe de trabalho investigativo; seu debate com Leontiev sobre o desenvolvimento da consciência; o desenvolvimento das emoções como constituinte da consciência humana e a crítica de Bozhovich ao centralismo do pensamento na teoria vygotskiana; o desenvolvimento da Patopsicologia por Bluma Zeigarnik (1901-1988) e Suzana Rubinstein e o desenvolvimento da neuropsicologia de Alexander Romanovich Luria (1902-1977).

Por fim, munidas da teoria vygotskiana, das críticas de outras autoras e de nossa própria análise crítica, buscamos avançar para a construção de uma teoria da esquizofrenia à luz do método materialista histórico e dialético. Assim, somam-se às análises sobre a teoria vygotskiana, o desenvolvimento da Ontologia do Ser Social de Lukács, as questões já postas sobre a determinação social da saúde e a crítica ao modelo biomédico, para construirmos caminhos teóricos para apreensão da gênese, dinâmica e estrutura da esquizofrenia.

3.1 A esquizofrenia para Vygotski

Neste item, buscamos apresentar as análises vygotskianas sobre nosso objeto de pesquisa, a esquizofrenia. O arcabouço teórico-metodológico vygotskiano visa a apreensão da formação e desenvolvimento da consciência e personalidade humanas, a partir das relações sociais, com base no materialismo histórico e dialético. Vygotski analisa as diferentes manifestações do fenômeno do desenvolvimento da consciência e é neste contexto que seus estudos sobre esquizofrenia são desenvolvidos e devem ser entendidos.

Vygotski não escreve uma teoria sobre a esquizofrenia, mas faz uma análise, a partir das observações de pessoas com esquizofrenia, de como a consciência e a personalidade se manifestam nestas pessoas. Buscando entender qual a diferença radical nessas manifestações em relação a quem não tem esquizofrenia, pois, para o autor, seriam as manifestações psicopatológicas da consciência a chave para apreender a dinâmica e estrutura da consciência.

Poucos são os trabalhos onde podemos encontrar referências diretas de Vygotski à esquizofrenia, estes trabalhos somam ao todo cinco textos, dentre os quais dois são específicos sobre a esquizofrenia e entre estes dois, o texto "O pensamento na esquizofrenia" (tradução nossa), de acordo com Blanck (1998)[19], é um trabalho publicado em língua inglesa cujos originais de Vygotski constam como perdidos[20].

Fora o texto citado acima, os outros trabalhos em que Vygotski discute a esquizofrenia são: "Sobre Sistemas Psicológicos" (1930); "Desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores na Idade de Transição" (1931); "O Desenvolvimento do Pensamento do Adolescente e a Formação de Conceitos (1931)" e "Sobre o problema da psicologia na esquizofrenia" de 1933[21].

Todos os textos nos quais ele se dedicou integral ou parcialmente ao tema da esquizofrenia foram escritos após 1930. Conforme Yasnitsky (2018), em 1929 Vygotski, migra do órgão federal soviético ligado à educação, algo como o Ministério da Educação, para o órgão referente ao

[19] O texto em questão, "O Pensamento na Esquizofrenia" (tradução nossa), foi traduzido do russo para a língua inglesa por Jacob Kasanin, e publicado no ano de 1934 na revista *Archives of Neurology and Psychiatry*, 31, p. 1062-1077 com título "*Thought in Schizophrenie"*. De acordo com Blanck, Kasanin havia pedido o texto para Vygotski três anos antes de sua publicação, portanto, podemos inferir que o texto estava organizado em meados de 1930-1931. Em 1998 foi traduzido da língua inglesa para castelhano, por Guillermo Blanck, e compõe uma coletânea de textos de Vygotski denominada *"La genialidade y otros textos inéditos*". A noção de tempo quanto a produção deste material de Vygotski é importante, porque, ao que parece, de acordo com as publicações das notas de Vygotski, há uma mudança na teoria do autor sobre a esquizofrenia, sobre o que discorreremos ao longo desse capítulo.

[20] Nos verbetes das obras de Vygotski, organizados por sua filha, este texto "O pensamento na Esquizofrenia" não se encontra listado. (Agradeço a profa. Dra. Gisele Toassa, pela gentileza em compartilhar comigo essa informação e fazer uma tradução livre do verbete.).

[21] Traduzido para o português 90 anos depois de sua publicação em uma coletânea de textos de Vygotski traduzidos diretamente do russo e publicada em 2023.

Ministério da Saúde. De acordo com Luria (2015) tanto ele quanto Vygotski, neste período se voltam para os estudos da medicina. É a partir daí que Vygotski tem contato com pessoas em sofrimento psíquico e isso o faz reavaliar e mudar sua forma de compreensão do desenvolvimento do psiquismo.

Conforme Bozhovich (1977), essa experiência fez com que Vygotski passasse a pensar o processo de desintegração do psiquismo, o que: "(...) lhe deu a chance de comparar dados sobre o desenvolvimento e a desintegração de estruturas psicológicas." (p. 06). Ainda de acordo com a autora, Vygotski passa a repensar a formação de conceitos e o papel do conceito científico, além de reconhecer a atuação fundamental das emoções para o processo de desenvolvimento e desintegração do psiquismo. No entanto, Vygotski morre antes que pudesse completar sua teoria sobre o desenvolvimento das emoções.

No que se refere a esquizofrenia, podemos afirmar que Vygotski tem especial interesse neste fenômeno, pois ele entendia que o processo de desagregação da consciência passível de ser observado na esquizofrenia seria a chave para a apreensão dos nexos internos da consciência. Assim, Vygotski (1932/2022 p. 469 – grifos e tradução nossas) afirma:

> O estudo comparativo do desenvolvimento e da desagregação das funções psicológicas deve servir em primeiro lugar, não a busca de analogias e a comparação de características formais dos níveis individuais de desenvolvimento e desagregação em prol da teoria da regressão, mas sim **a uma elucidação mais cabal das dependências internas e dos vínculos da consciência que se revelam** - desde vários ângulos - na estruturação e desagregação das formações patológicas

O autor via na elucidação da dinâmica e da estrutura – na essência, portanto – da esquizofrenia o caminho rumo à elucidação das relações internas da formação da consciência. Por isso, ele alertava sobre o papel essencial da investigação psicológico desse fenômeno: "Em particular, as tarefas da investigação psicológica da esquizofrenia incluem, em primeiro lugar, **o estudo dos vínculos, relações e dependências** entre as diferentes síndromes que formam o quadro patológico completo." (Vygotski, 1932/2022 p. 469 – grifos e tradução nossas).

Em ambas as citações, destacamos a sua preocupação em elucidar os vínculos da consciência, na primeira citação ele aponta que esses vínculos se revelam no quadro psicopatológico e na segunda ele infere que a apreensão da relação entre os diversos sintomas manifestos poderia nos levar a apreensão do quadro completo. O que é próprio ao método materialista histórico e dialético, desvelar a essência do objeto de pesquisa e apreender seus nexos com a realidade, ou seja, seu processo de estruturação e funcionamento.

Tendo em vista que, para Vygotski, na esquizofrenia há um processo de desagregação ou desintegração do psiquismo, como veremos mais adiante, então, entender a relação entre os sintomas e como acontece essa desagregação, poderia nos levar a entender como as funções psicológicas superiores se agregam no processo de desenvolvimento da consciência. Esta noção mais ampla de desagregação da consciência e personalidade, Vygotski, apenas introduz a partir de 1932.

Em um primeiro momento, como pode ser observado pelo texto que estimamos ter sido produzido entre os anos 1930-1931, sobre o pensamento na esquizofrenia, Vygotski aponta a desagregação do pensamento conceitual como a essência do fenômeno da esquizofrenia. Neste trabalho, ele refuta a noção vigente na psiquiatria, até aquele momento, de comparar a esquizofrenia com o pensamento adolescente, pois para Vygotski 1934[22]/1998 p. 63 – grifos e tradução nossa):

> (...) Usando um método de aproximação mais dinâmico, ver-se-á que os processos psíquicos na esquizofrenia e na adolescência têm uma relação inversa entre si, e que estão mais relacionados por suas diferenças do que por suas semelhanças. Isto é certo - senão por outra razão - porque na adolescência se está tratando com o fenômeno do crescimento e desenvolvimento, enquanto na esquizofrenia se está tratando com **fenômeno de desagregação e decadência da vida psíquica**.

[22] Ano da primeira publicação do texto em língua inglesa, que é data que passaremos a marcar este texto daqui para frente.

Nesse primeiro texto, suas ideias sobre a esquizofrenia aparecem de forma muito centrada na desagregação do pensamento em conceito, e como afirmamos, essa noção passa a ser ampliada nos textos seguintes. A ideia inicial de que a desagregação do pensamento em conceito não desaparece, mas passa a integrar a noção mais geral da teoria vygotskiana de funcionamento psíquico em sistemas semânticos dinâmicos. Assim, ele passa a entender a esquizofrenia como uma desagregação da consciência e personalidade, o que nos leva a entender que Vygotski passa a compreender o pensamento em conceito como a essência da consciência.

Essa ampliação do foco, se dá pela mudança que ele empreende em sua própria teoria quando ele passa a introduzir o princípio explicativo da consciência por meio dos sistemas semânticos dinâmicos, ou seja, ligados ao desenvolvimento do significado e à função da palavra. Como afirmam, Zavershneva e Van der Veer (2022 p. 24 – tradução nossa): "A menção mais antiga do princípio da estrutura semântica da psiquê superior data de meados de 1932 e se refere ao problema da esquizofrenia.".

Os estudos de Vygotski sobre a esquizofrenia o leva a questionar não apenas as teorias hegemônicas que comparam o desenvolvimento da esquizofrenia com o pensamento na adolescência, mas também a sua própria teoria do desenvolvimento do psiquismo. Nessa revisão teórica, Vygotski entende que o erro não estava nos fatos observados, mas na forma de estudá-los, ou seja, nos procedimentos metodológicos que ele vinha utilizando, como é o caso do método da dupla estimulação e na teoria que formulou a partir dessas observações.

A partir daí, Vygotski e Sakarov desenvolvem outro procedimento metodológico para análise e investigação cujo foco principal é poder observar o desenvolvimento do significado da palavra ao longo do processo de desenvolvimento da criança. A esta nova metodologia ele denomina método Vygotski-Sakarov, que é o princípio de sua investigação experimental dos

sistemas semânticos, também conhecido como método semasiológico. De acordo com Zavershneva e Van der Veer (2022 p. 393 – tradução nossa), Vygotski planeja "elaborar uma teoria da consciência como sistema semântico dinâmico, mas não chega a realizá-la.".

Para melhor compreendermos as conclusões de Vygotski sobre a esquizofrenia e a importância de suas observações e pesquisa com pessoas com esquizofrenia, faz-se necessário uma discussão anterior. Como já vimos afirmando, nossa análise tem sempre alguns passos atrás, para podermos avançar na elaboração teórica do objeto. O movimento do processo de conhecimento, se quisermos ir à essência do objeto ou da teoria em análise, tal qual o movimento das ondas do mar, recua para poder avançar.

Por isso, precisamos entender a mudança fundamental que a pesquisa de Vygotski com pessoas com esquizofrenia promoveu dentro de sua teoria, entender como ele entendia o desenvolvimento do psiquismo é o recuo necessário agora. Para podermos apreender o que e, fundamentalmente, porque Vygotski revê a teoria desenvolvida e metodologia utilizada por ele e seus colaboradores até então.

Também é importante entendermos a centralidade que ele passa a dar ao desenvolvimento do significado da palavra e ao desenvolvimento do pensamento em conceito. Essa nova interpretação do psiquismo humano é central para apreendermos sua análise sobre a esquizofrenia. E suas análises sobre a esquizofrenia para apreendermos sua teoria sobre a consciência humana (ou os indícios desta teoria).

Para Vygotski, apesar dos dados empíricos que dispunham, a forma interpretativa, ou seja, a teoria sobre os fatos estava equivocada. Assim, Vygotski (1932/2022 p. 398 – tradução nossa) afirma:

> Nosso defeito não é a falta de fatos, mas sim a inconsistência da teoria: na análise de nossa crise essa é a principal dificuldade, e não se afastar dos fatos. (...). Por conseguinte: a

> salvação não está nos fatos, mas sim na teoria. Introduzimos tarde demais o ponto de vista sistêmico.

Notem que, ao entender que seria a teoria utilizada para explicar os fatos estaria equivocada, Vygotski não abandona os fatos como determinantes para a produção da teoria. Pelo contrário, nesta passagem, ele avalia quão errônea estava sua interpretação teórica sobre os dados de pesquisa.

Em outra observação, em uma nota de rodapé, ele escreve: "De onde vem o desacordo: Metodologicamente: os fatos e sua interpretação; cientificamente: a elucidação dos fatos." (Vygotski, 1931/2022 p. 285 – tradução nossa). Ao que nos parece, Vygotski indica que a teoria anterior não era suficiente para a elucidação dos fatos. Portanto, Vygotski não se descola dos dados da realidade, mas percebe que a teoria que havia criado para interpretá-los não abarca a totalidade dos processos que constituem o psiquismo.

Em nossa análise, ao se deparar com questões como a esquizofrenia, Vygotski percebe que sua teoria anterior para explicar o desenvolvimento e funcionamento do psiquismo, embora abrangesse parte desse processo, não o explicava em situações reais (como veremos quando ele se refere a sua filha Asya) e em situações atípicas como no caso da esquizofrenia. Isto quer dizer que, a teoria anteriormente desenvolvida por ele não correspondia às leis gerais da formação do psiquismo e da consciência.

Antes, Vygotski concentrava sua atenção no signo, sua busca era por entender como se dava o processo de internalização do signo e como a pessoa, por meio de suas funções psicológicas superiores, operava com este signo de modo a organizar ações conscientes. Depois, ele percebe que o significado do signo não é estático, não permanece o mesmo ao longo do desenvolvimento da criança. Por isso, o autor entende a necessidade da reinterpretação dos fatos, como afirma em Vygotski (1932/2022 p. 400-401 – tradução nossa):

> Concentrávamos nossa atenção no signo (na ferramenta) em detrimento do desenvolvimento da própria operação com ele, apresentando-a como algo simples que atravessa três estádios: mágico, externo e interno. (...) Daí esse mar de fatos mal explicados e o desejo de observar mais profundamente nos fatos, quer dizer, de reinterpretá-los teoricamente.

Veremos mais a frente como a teoria sistêmica, então, surge dos novos fatos que ele teve oportunidade de analisar, como por exemplo, seu contato com pessoas com esquizofrenia que o leva a reinterpretar os dados de pesquisa que ele e sua equipe já dispunham. Pois, pelo que pudemos notar, ao observar pessoas com esquizofrenia, Vygotski entende que a teoria que vinha desenvolvendo até então não daria conta de explicar este fenômeno.

É interessante notar o processo de desenvolvimento da teoria vygotskiana pois, fica explícito como o autor se apropria dos principais fundamentos do método materialista histórico e dialético para a construção de uma teoria marxista da formação da consciência. A relevância que o autor dá aos fatos não passíveis de serem explicados por sua teoria, demonstra um dos princípios do método marxiano que é buscar nos fatos, ou seja na realidade, os elementos para construção da teoria. Neste caso, reanalisar os fatos e os dados que já dispunha o faz rever sua própria teoria. Os novos fatos observados por ele, apenas serviram para lhe demonstrar a insuficiência teórica até aquele ponto.

Quanto a teoria que vinha desenvolvendo, Vygotski faz uma autocrítica que corrobora, em partes, com a análise que apresentaremos no próximo item. A mudança essencial foi ele e seus colaboradores passarem a investigar o desenvolvimento do significado das palavras ao longo do processo de desenvolvimento da criança. Se antes ele tomava o signo como algo dado e não modificável, agora ele assume o caráter dinâmico e evolutivo do significado e investiga a relação desse desenvolvimento com o desenvolvimento da consciência na criança.

E esta mudança, o leva à mudança na metodologia de análise dos fatos observados em laboratório: "Quando estávamos na **fronteira dos processos naturais e mediados**, trabalhávamos com o método da dupla estimulação. Quando nos interessou **o movimento dentro do desenvolvimento dos processos mediados**, passamos à análise sêmica." (Vygotski, 1932/2022 p. 390 – grifos e tradução nossa).

O horizonte que Vygotski anuncia nesta passagem em destaque, em nossa análise, aponta para os princípios ou indícios de uma ontologia marxiana em sua obra. Porque nesta passagem, autor destaca que a radical mudança foi olhar para o movimento dos processos eminentemente humanos: os processos mediados. Mediados por toda a cadeia de significação das coisas que a atividade consciente humana foi capaz de criar e de significar ao longo de sua história, enquanto coletividade humana.

Em nossa análise, o "abandono" da noção da fronteira entre os processos naturais e mediados não se dá por acaso, mas sim porque Vygotski, ao que nos parece, assume as noções dos princípios ontológicos humanos marxianos. Por isso, Vygotski vai afirmar que desde o nascimento a criança não está submetida tão somente às leis biológicas de seu corpo. O que, para nós, fica evidente na análise sobre a alimentação do bebê recém-nascido que o autor apresenta em Vygotski (1933/2006 p. 296 – grifos nossos):

> O estudo em profundidade desse instinto típico demonstra que nos encontramos com um processo integral provido de um certo sentido e uma determinada trajetória destinado a satisfazer adequadamente uma necessidade; não se trata, por tanto, de um conjunto mecânico de reflexos isolados que vistos separadamente carecem de todo sentido e significado e os adquirem só em conjunto com o todo. O ato instintivo, que é complexo, objetivamente, e dirigido a um fim de satisfazer uma necessidade biológica é um processo integral **com sentido**, cada parte da qual está condicionado pela estrutura do todo, incluindo os movimentos reflexos que o integram. O processo alimentar não transcorre jamais de forma sucessiva, mecânica, estereotipada, repetitiva de cada movimento isolado. Alguns de seus elementos podem modificar-se, mas o processo, em sua totalidade, conserva uma estrutura de sentido

Para nós, neste trecho Vygotski aponta que o próprio ato de se alimentar, nos primeiros dias de sua vida, o qual tem por base o instinto ainda sim são atos providos de sentido (conforme grifo) são ações humanas já constituída de sentido e mediada pela relação com outros seres humanos, portanto são atos sociais que se unem aos instintos biológicos.

Vygotski, apreende o processo de desenvolvimento humano e da formação das funções psicológicas superiores de forma dialética, resgatando a noção de "negação" hegeliana, tal qual Marx o faz de forma crítica, entendendo que as funções elementares são suprassumidas em relação as funções psicológicas superiores. Assim, as satisfações das necessidades mais instintivas da criança perpassam por um processo socialmente mediado, com sentido e que engendram o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Vygotski enfatiza a vital importância da relação entre a criança e os adultos a sua volta desde quando nasce, sendo que sua vida só pode ser garantida a partir de uma relação com o mundo a sua volta sempre mediada por outra pessoa.

A noção que a criança nasce com funções elementares, que são as funções herdadas constituintes de seu substrato biológico, não é abandonada e nem poderia ser, pois somos seres que dependemos de nosso substrato biológico para existir e isso é inegável. Contudo, o que nos leva a entender a crítica de Vygotski sobre a noção da fronteira entre o biológico e o social ou dos processos naturais e mediados, como ele denomina, são suas ideias expressas em Vygotski (1933/2006 p. 285):

> Praticamente tudo no bebê está entrelaçado e entremeado no social. Tal é a situação objetiva de seu desenvolvimento. Temos que descobrir o que na consciência do próprio sujeito, ou seja, do bebê, corresponde a dita situação objetiva.
> O bebê depende dos adultos que o cuidam em todas as circunstâncias; devido a isso se configuram umas relações sociais entre a criança e o adulto de seu entorno. Tudo que poderá fazer a criança mais tarde por si mesmo, agora, pela imaturidade de suas funções biológicas, pode ser executado só através de outros, só na situação de colaboração. Por tanto, o primeiro contato com a realidade (inclusive quando cumpre as funções biológicas mais elementares) está socialmente mediado.

As relações humanas não são estáticas, elas são construídas entre dois polos ativos que se transformam mutuamente no decorrer do tempo, elas sofrem as influências ideológicas de seu tempo, são relações historicamente datadas. Estas relações também mudam, no caso dos bebês fica mais evidente, de acordo com o processo de maturação do substrato biológico, ou seja, conforme o bebê vai adquirindo capacidade de controlar seus movimentos, sua relação com as pessoas à sua volta muda, como mudam também suas necessidades e sua atuação no meio. Entendendo, assim, que biológico e psicológico conformam uma unidade psicofísica que se constitui na relação entre os seres humanos.

Neste sentido, podemos pensar no movimento dialético como chave principal do processo de desenvolvimento da consciência, o movimento que acompanha as transformações das relações sociais entre os seres humanos que são construídas ao longo da vida da pessoa. Isto quer dizer que, na mudança entre a relação do ser individual e meio social (relação com outros seres humanos), que o crescimento e desenvolvimento da criança promovem a partir da aquisição de novas habilidades, dão espaço para formação de novas funções psicológicas e da alteração das necessidades e interesses a cada fase do desenvolvimento. Neste sentido, Vygotski entende que o desenvolvimento do significado acompanha esses movimentos de mudança e desenvolvimento da consciência.

Um dos pontos de viragem da teoria vygotskiana se dá quando ele nota que as situações que tentavam reproduzir em laboratório, pelo método da dupla estimulação, não condiziam com a situação real da criança ao nominar os objetos. É isso que Vygotski nota em sua filha Asya de 2 anos de idade e em seu processo de aquisição da linguagem. (Zavershneva e Van der Veer, 2022). Ao observar sua filha nomear os objetos, ele percebe que ela o faz a partir da função destes objetos,

ou coisas ou pessoas. Ele afirma: “O nome só satisfaz a pergunta sobre a essência da coisa. Nomear uma coisa é saber o que é.” (Vygotski, 1932/2022 p. 350 – tradução nossa).

Vygotski (idem), destaca que não apenas a função dos objetos é questionada, como também, a criança questiona toda a situação, toda a dinâmica que ela é capaz de perceber e que envolve a coisa a ser nomeada. Quando ela recebe a primeira reposta à pergunta “o que é isso” no sentido de “para que serve isso?”, sua atenção se desloca para a situação, o todo que envolve a coisa e passa a questionar sobre esse todo, por isso, ele conclui: “Em geral, como regra: não há percepção de um objeto, mas sim de uma situação dinâmica.” (p. 350 – tradução nossa).

Esta observação corrobora com a ideia que Vygotski vinha desenvolvendo nesse período, centrando a formação da consciência como sistema semântico dinâmico. Ao que nos parece, ele analisa que a aquisição da linguagem pela criança é uma ação ativa da criança em não apenas conhecer o nome do objeto, mas toda a cadeia relacional que envolve dado objeto/pessoa/animal/coisa, ou seja, a criança não só se interessa em nomear as coisas, mas dar-lhes sentido, entender “para que serve” a coisa.

Outro ponto nas observações de sua filha, é que Vygotski (1932/2022), percebe que Asya desenvolve sua fala em diálogo imaginário com sua boneca, a fala “egocêntrica” o monólogo é, de acordo com o autor, um diálogo imaginário, depois que ela nomeia as coisas adjetivando-as, o que o faz sempre em relação a alguma outra coisa. Para explicar essa observação ele usa como referência o fato de Asya achar o papai bom até que a mamãe chegue, a partir daí o papai passa a ser mal. Ou, se ela diz que ela é inteligente alguém necessariamente precisa não ser. “Com Sakarov temos uma ideia central: não a abstração, mas sim, o estabelecimento de relações é o que leva à formação de conceitos.” (Vygotski, 1932/2022 p. 206).

Este processo da adjetivação se refere ao uso funcional da palavra, a nomeação dos objetos é mais do que apenas conhecer o substantivo que designa aquele objeto, mas junto com isso e ao mesmo tempo, atribui uma característica comparativa ao objeto ou pessoa que está sempre relacionada com a dinâmica vivenciada pela criança, seja essa dinâmica presente ou não. Ou seja, a criança, na ausência da dinâmica que ela espera que aconteça em relação a coisa que ela nomeia, ela imagina a partir do que já conhece sobre a dinâmica do objeto. "(...) ao visível na percepção se adiciona o invisível; ao sensível, os significados (mais simples) + os nomes. À percepção, o pensamento; ao dado, o inventado." (Vygotki, 1932/2022 p. 354 – tradução nossa).

É interessante notar que Vygotski, ao se deparar com situações reais da vida concreta nota uma essencial diferença que o método experimental da dupla estimulação não poderia reproduzir em laboratório, a influência da relação causal e dinâmica a partir da vivência da criança com os objetos representados por seus nomes/signos. O processo de dar sentido ao mundo, ou seja, de processar as informações, criar nexos entre as coisas, entre as impressões presentes, conectando-as com as vivências passadas e projetando-as para o futuro, por meio dos signos, das palavras e seu significado. Isso é um processo de conhecimento do mundo que se inicia muito prematuramente na vida psíquica humana.

E as mudanças causais da relação vivenciada entre a criança e o objeto nomeado se amplia ao longo da vida e muda os nexos anteriormente criados e desenvolve o significado e o sentido da palavra usada para nomear o objeto. "Por que no experimento artificial não observamos o que observamos na fala cotidiana? Tudo se restringe à referência objetal da qual a palavra deve ser destacada para poder analisar seu significado. Isso vale para todas as operações." (Vygotski, 1932/2022 p. 372 – tradução nossa).

Destacar a palavra de sua referência objetal, ao nosso entender, é conectar a palavra e o objeto à dinâmica relacional a qual estão inseridos e esta dinâmica está relacionada com a ampliação e o acúmulo da vivência da criança com este e com demais objetos e situações do mundo à sua volta. O que, consequentemente, altera a dinâmica e a relação que a criança estabelece com o objeto em questão. Ao passo que a criança muda, que ela vai se desenvolvendo e crescendo, sua relação com as coisas/pessoas também vai mudando.

Vygotski, então, percebe a necessidade da mudança metodológica e teórica para uma melhor interpretação dos fatos, abarcando a relação real e dinâmica na utilização da linguagem e sua influência para o desenvolvimento do pensamento em conceito.

Para Costa (2020 p. 193-194):

> Vygotski encontrou evidências para uma nova orientação em quatro conjunto de fatos, além daqueles oriundos da sua investigação do desenvolvimento do conceito na adolescência. Estes o forçaram a desenvolver uma nova hipótese de trabalho. Eles foram obtidos através das observações de Asya, da construção do desenvolvimento anômalo da memória de Solomon Shereshvsky, dos casos clínicos dos pacientes com esquizofrenia e da análise literária, sobretudo de poemas.

Vygotski, a partir dessas evidências, passa a orientar sua atenção de pesquisa ao desenvolvimento dos significados das palavras, pois acreditava que esta era a melhor maneira de se analisar a consciência como sistema semântico dinâmico. Dessa forma, Vygotski (1932/2022 p. 374 – 375 – tradução nossa) conclui que:

> Em particular, a mudança dos significados e o movimento dos sentidos é um método experimental de investigação dos sistemas e de sua estrutura interna e dinâmica. A mudança do significado é a análise mais profunda, mais essencial, mais interna da operação sígnica. Cf. estrutura do átomo. É um novo método de experimentação com a operação sígnica.

Dessa forma, Vygotski passa a entender o desenvolvimento do psiquismo diretamente relacionado com o desenvolvimento do significado da palavra, mas fundamentalmente, com o

desenvolvimento do conceito. Assim, os processos de desenvolvimento do pensamento que ele aponta em sua teoria, representam processos do desenvolvimento do pensamento em conceito.

Portanto, o desenvolvimento do pensamento em conceito é o processo central e determinante de todo o desenvolvimento psicológico cuja essência é o significado da palavra. “O significado, no sentido psicológico, é a estrutura interna da operação sígnica. O signo medeia através do significado. O que entendíamos como um aspecto da conduta; tem que se entender como aspecto da consciência.” (Vygotski, 1932/2022 p. 377 – tradução nossa). E mais a frente Vygotski (idem) sintetiza: “A formação dos significados é a função básica do signo, quer dizer, da formação de sentido na consciência.” (p. 378)

Mas, este processo não ocorre de forma isolada, sendo que o desenvolvimento das demais funções psicológicas superiores são tanto impulsionadas pelo desenvolvimento do pensamento, como também são sua base. Isto porque as funções psicológicas superiores estão interconectadas entre si e o centro desse sistema é o pensamento em conceito, como afirma Tuleski (2019 p. 04 – grifos nossos):

> Para Vygotski (1996a), a história do desenvolvimento das funções psicológicas superiores não é a história do desenvolvimento de um conjunto de mudanças isoladas de cada função. Deste modo, a evolução da vida intelectual do adolescente vem a ser um quadro integral único em que todas as partes estão vinculadas à sua conexão com o centro. O centro único ou a **neoformação** deste período é a função da formação de conceitos, que agrega todas as mudanças periféricas na psicologia do adolescente.

No livro “Pensamento e Linguagem” (1934/2014) Vygotski desenvolve sua teoria do desenvolvimento psicológico dos seres humanos chamando a atenção para a relação entre o pensamento e a linguagem. Este livro, fundamenta a sua compreensão da consciência como sistema semântico dinâmico e as ideias nele contidas dão conta de apresentar o processo de desenvolvimento do pensamento, a partir do desenvolvimento do significado da palavra, para a constituição da consciência.

Neste sentido, Vygotski entende que a principal diferença entre o desenvolvimento psicológico do adulto e da criança se dá na forma e no conteúdo do pensamento de cada um. Enquanto as crianças estão passando pelos processos de desenvolvimento do pensamento, os quais o autor divide em: pensamento sincrético, pensamento em complexos e pensamento conceitual; os adultos já desenvolveram a forma conceitual de pensamento e operam na realidade a partir dessa forma de conhecer e processar o mundo a sua volta.

O pensamento em conceito é a síntese do processo de desenvolvimento psíquico que ocorre ao longo da vida da criança e culmina/amadurece na idade de transição. Por isso, para Vygotski, a fase de transição representa a fase de passagem do pensamento infantil para o pensamento adulto, de superação das formas infantis de pensar (sincrética e complexa) para a forma adulta de pensamento: o pensamento em conceito. O autor afirma: “Somente na idade de transição ocorre a formalização definitiva dessa função, e a criança passa de um outro sistema de pensamento, das ligações por complexos, para o pensamento em conceito.” (Vygotski, 1930/2023 p. 196).

Esta é a “neoformação” que Tuleski (2019) aponta na passagem que citamos anteriormente. A transformação na forma de pensar, altera todo o sistema psicológico da criança, as funções psicológicas superiores passam a atuar de modo não apenas ligadas umas nas outras, mas conectadas de forma hierarquizada cujo centro dessas conexões é o pensamento em conceito. Muda a forma como as funções psicológicas superiores passam a se ligar e, consequentemente, funcionar dentro do sistema psicológico.

Vygotski entende que o desenvolvimento do pensamento em conceito, como síntese do processo de desenvolvimento do ser humano desde seu nascimento até a idade de transição, constitui uma forma eminentemente humana de refletir a realidade a nossa volta, porém, não é

apenas um reflexo como espelho da realidade é um reflexo sobre o qual se processa a atividade intelectual. Assim, Vygotski, (1930/2023 p. 275 – grifos nossos) assevera:

> Penso que, neste caso, os psicólogos se baseiam integralmente na posição de que o salto dialético não é apenas a passagem de **uma matéria morta para uma matéria viva; o salto dialético é também a passagem da sensação para o pensamento**. Isso significa que existem leis especiais para o pensamento, as quais não se reduzem às que regem a sensação. Isso quer dizer que, embora a consciência sempre reflita a realidade, ela o faz não apenas de um único modo, mas de maneiras diversas. Esse modo generalizado de refletir a realidade é, penso eu, um modo de pensamento especificamente humano.

Aqui coube destacar novamente o que vínhamos discorrendo anteriormente sobre a noção ontológica humana em Vygotski. Quando ele aponta a passagem da sensação para o pensamento, da noção de satisfação de um instinto provida de sentidos, em nossa compreensão radicam essas noções ontológicas. O que o leva a afirmar que a o modo generalizado de refletir a realidade não é apenas reflexo como num espelho, mas que provida de processamento a partir da vivência, é a forma de "pensamento especificamente humano."; diferenciando a forma humana das de outros seres na natureza, o que fica evidente ao se referir aos saltos dialéticos, nesta mesma citação.

Essa apreensão da forma eminentemente humana de pensamento, portanto, está na base de suas investigações sobre o desenvolvimento do pensamento. Retomando a questão do pensamento em conceito como neoformação, para o autor, o pensamento em conceito é não apenas uma nova estrutura como também uma nova forma de funcionamento do sistema psicológico. Assim, Vygotski (1931[23]/2006 p. 60 grifos nossos) afirma:

> Mas, a formação de conceito e seu emprego é **o essencialmente novo** que se adquire na idade de transição. (...) Se trata de uma formação qualitativamente nova, que não pode se reduzir aos processos mais elementares que caracterizam o desenvolvimento do intelecto

[23] Na edição para o castelhano deste texto, há uma nota do editor informando que o texto cujo trecho reproduzimos foi escrito por Vygotski antes de 1931, partes dele foram utilizadas no livro "Pensamento e Linguagem" de 1934. Importante esta marcação de data, pois, pela dimensão temporal podemos inferir que é um texto anterior às primeiras anotações sobre os sistemas psicológicos e que algumas ideias aí contidas sofreram mudanças e sua compreensão foi ampliada a partir de sua autocrítica e mudança na forma de entender o desenvolvimento da consciência. Contudo, as ideias centrais dessa citação ("a neoformação na idade de transição") não sofreram mudanças radicais no decorrer do desenvolvimento teórico nos anos seguintes, foi incorporada à nova teoria.

> em suas idades mais precoces (ou iniciais). O pensamento em conceito é uma nova forma de atividade intelectual, um modo novo de conduta, um novo mecanismo intelectual.

Como afirmam Anjos e Duarte (2016 p. 212), o pensamento em conceito é "A terceira e última fase [do desenvolvimento do pensamento]". E é ao alcançar esta forma de pensamento que o sistema psicológico se reestrutura mudando radicalmente forma e conteúdo. O que faz com que Vygotski (1934/2014) conclua que a forma de pensamento da criança é diferente da do adulto.

Por este motivo Bozhovich (1977 p. 10) aponta que, em Vygotski, o desenvolvimento do pensamento em conceito é o que determina todo o processo de desenvolvimento psíquico:

> A consciência sempre opera como um sistema hierárquico complexo, cuja forma mais elevada é uma hierarquia na qual se destaca o pensamento conceitual. O resultado desse desenvolvimento é que a criança se torna um ser consciente, capaz de controlar seu próprio comportamento. Assim, nesta fase da pesquisa de Vygotski, o desenvolvimento do pensamento generalizado e do pensamento em conceitos era visto como processo central que determinava o desenvolvimento da psique humana, a consciência do homem e sua personalidade.

Voltaremos mais adiante às ideias vygotskianas sobre o pensamento em conceito, por hora, para apreendermos a teoria que Vygotski vinha desenvolvendo sobre a esquizofrenia, basta-nos essas explicações centrais que sintetizo a seguir: Vygotski entendia que o desenvolvimento psicológico da criança desde o seu nascimento, passando pelas crises de desenvolvimento, promovem mudanças fundamentais na forma de apreensão do mundo e na forma como a criança conhece e vivencia o mundo a sua volta. Tal desenvolvimento experimenta, a cada atividade, uma mudança na função psicológica guia, por exemplo, no primeiro ano de vida é a percepção a função que assume o protagonismo no sistema psicológico, impulsionando o desenvolvimento das demais funções à que se liga nesse processo, as mudanças também vão ocorrendo nas ligações entre as funções psicológicas e no surgimento de sistemas psicológicos que constituem a consciência.

Esses sistemas culminam na síntese última do processo, o desenvolvimento de um sistema psicológico integrando todas as funções desenvolvidas cujo centro está enraizado no pensamento

em conceito, a partir do qual todas as outras funções psicológicas também sofrem mudanças fundamentais e estão conectadas e submetidas. Se no início da vida, no recém-nascido, as funções psicológicas elementares se apresentavam de forma independentes, o processo de desenvolvimento, que se dá na relação da criança com os outros seres humanos, promove a integração dessas funções que passam a funcionar de forma conectada, em concerto.

Vygotski (1930/2023 p. 196-197), assim define o que é o pensamento em conceito:

> O conceito é um sistema de juízos que traz em si uma relação com todo um sistema mais amplo. A idade de transição é a idade de formação de visão de mundo e da personalidade, de emergência da autoconsciência e de representações coerentes do mundo. A base para isso é o pensamento em conceitos, e, para nós, toda a experiência da humanidade cultural contemporânea, o mundo exterior, a realidade exterior e nossa realidade interna são dados em um certo sistema de conceitos. Nos conceitos encontramos a união entre a forma e conteúdo, sobre a qual falei antes.

Desta forma, para Vygotski a formação de conceitos representa, não apenas a união entre forma e conteúdo, como também a integração do psiquismo. Esta, por sua vez, se dá por meio do desenvolvimento dos sistemas psicológicos que vão se alterando ao longo do desenvolvimento infantil, conforme a função psicológica guia para aquela fase do desenvolvimento. “As pesquisas mostram que a construção das funções psicológicas superiores é um processo de formação de sistemas psíquicos.” (Vygotski, 1934/2023 p.273).

No adulto, a formação do pensamento em conceito como síntese das múltiplas determinações sociais e históricas – no nível ontogênico – configura um sistema psicológico radicalmente novo e integrado pelas funções psicológicas superiores e sua relação entre si, com o pensamento em conceito como o centro dessas ligações. Vygotski (1930/2023), afirma que é justamente essa integração que se desconfigura no processo do adoecimento psíquico na esquizofrenia. Esta forma de pensar a esquizofrenia em 1930, já aparece de modo ampliado e, a partir daqui, já veremos Vygotski falar não focalmente em um transtorno do pensamento em

conceito, como no texto de 1930, mas de uma desintegração de todo sistema psicológico. Ou seja, o pensamento em conceito não só deixa de ser o central da atividade psíquica, ou do sistema psicológico, como também, são rompidos os nexos entre as funções psicológicas superiores, perdendo o nexo com o pensamento, desorganizando todo o sistema interfuncional da consciência.

De acordo com Tuleski (2019 p. 02): “A esquizofrenia para Vygotski (1996a), é a ruptura e a crescente desintegração da unidade complexa das funções psíquicas que se formam na idade de transição ou adolescência: a função de formação de conceitos lógicos, abstratos e científicos.”.

Segundo Vygotski (1930/2023 p. 199) “(...) na esquizofrenia, desagrega-se, antes de tudo, a função de formação de conceitos, apenas em seguida começam as estranhezas.”; o que, por fim, provocaria um processo de rompimento dos nexos entre as funções psicológicas superiores.

Como afirma Tuleski (2019 p. 04): “Estas funções que funcionam de modo unificado, em estado patológico do sistema nervoso central passam a atuar de modo isolado, conforme a patologia.”.

Vygotski (1934/2023) afirma que nos primeiros meses de vida da criança, alguns centros funcionais atuam de forma independente e passam a se integrar no processo de desenvolvimento e a atuar de forma integral no adulto. Então, no caso da esquizofrenia que ele caracteriza como o rompimento dos nexos entre as funções psicológicas superiores e a desagregação dessas funções, estas passariam a atuar de forma independente, tal qual como nas fases anteriores de desenvolvimento humano. Pois, o processo de desenvolvimento da consciência na teoria vygotskiana, aponta para como as relações interpsicológicas vão, paulatinamente, se agregando no processo de formação da consciência, promovendo também a agregação dos centros cerebrais. E nesses termos, uma desintegração no nível mais complexo de desenvolvimento, levaria a uma desconexão ou desorganização entre os nexos das FPS que formariam a forma mais complexa. Por

isso, ele entenderá a esquizofrenia como uma regressão no processo de desenvolvimento ontogenético.

A ideia de regressão no desenvolvimento é explicitada pelo autor em diversas passagens, mas em Vygotski (1931/2006 p. 189 – grifos nossos), ele fala das formas de emancipação de estruturas primitivas do pensamento:

> Com efeito, temos comprovado que Storch emprega quase os mesmos termos para descrever a formação de conceitos que os utilizados por nós para descrever as peculiaridades do pensamento em complexo da criança. O que nos oferece a possibilidade de fazermos um enfoque histórico da esquizofrenia, de fazermos sua análise genética. Começamos a entender o diferente mundo de vivências do esquizofrênico não como uma massa caótica, amorfa de ideias delirantes desordenadas, carentes de sentido (...), mas sim como um **passo lógico para trás**, ao descenso a um nível inferior, mais primitivo no desenvolvimento do pensamento. Se trata da já conhecida regressão, quando as funções e as formas de pensamento mais prematuras na história do desenvolvimento, conservadas como instâncias subordinadas, se emancipam e atuam em consonância com suas leis primitivas, quando as unidades superiores, nas quais estavam englobadas, desagregam-se. Na esquizofrenia se desintegram as unidades superiores ou os conceitos, emancipa-se o pensamento em complexo, que como uma subestrutura **sempre esteve contida dentro do conceito**, e as **conexões complexas passam a dirigir o pensamento**.

Nesta citação, contém a síntese das principais ideias que Vygotski vinha desenvolvendo sobre a esquizofrenia e que vão sendo incorporadas à sua teoria da consciência como sistema semântico dinâmico, mas que com efeito, no que tange a esquizofrenia não sofrem radicais alterações desse período até os últimos texto em que ele cita a esquizofrenia.

A essência do entendimento vygotskiano sobre a esquizofrenia é: a desintegração da instância superior, o pensamento em conceito e, por isso, uma regressão na fase de desenvolvimento do pensamento à fase imediatamente anterior, o pensamento em complexo. Este, por sua vez, de acordo com Vygotski, se conserva como subestrutura do pensamento em conceito.

Vygotski, (1934/2023) também infere que a desagregação na esquizofrenia não se dá apenas em relação ao pensamento, mas também se expressa na vida afetiva, apresentando "(...) uma alteração da correlação entre a vida intelectual e afetiva." (p. 199).

Para Vygotski (1930/2023 p. 202):

> (...) assim como as funções que se formam na idade de transição, essas funções cujas síntese é observada na idade de transição, se desagregam na esquizofrenia; desagregam-se aqui sistemas complexos, afetos retornam ao seu estado primitivo inicial, perdem a ligação com o pensamento e a pessoa não consegue sentir esses afetos por meio do conceito. Até certo grau há um retorno ao estado existente nos estágios mais iniciais do desenvolvimento, quando é muito difícil se aproximar de determinado afeto. (p. 202)

Esta noção de desagregação e distúrbio da vida afetiva apontada por Vygotski, estava presente na teoria de Charles Blondel[24], psiquiatra francês que desenvolveu uma teoria baseada na Psicologia Coletiva (1928), condicionada pelo meio social. É a partir da noção de desagregação afetiva de Blondel que Vygotski (1933/2023 p. 199 – grifos nossos)[25] analisará também essa desagregação na esquizofrenia:

> A teoria mais clara e brilhante das alterações patológicas da vida afetiva foi desenvolvida por Blondel. O cerne dessa teoria consiste mais ou menos no seguinte: no processo psicológico adoecido (especialmente onde não há debilidade mental) que avança para o primeiro plano, ocorre antes de tudo **a desagregação dos sistemas psicológicos que foram adquiridos como resultados da vida coletiva, a desagregação dos sistemas que se formam mais tardiamente**.

Além da noção de distúrbios afetivos e a desagregação dos sistemas psicológicos, aparece em Vygotski, a ideia que Blondel (1928) defendia de que no delírio era possível observar uma quebra do contato social, por meio da linguagem, com as outras pessoas. (Halbwachs, 1929). Berrious (2013) afirma que para Blondel: "O início do transtorno mental é marcado por um aumento da cenestesia que obriga a atenção do indivíduo que logo percebe que suas experiências

[24] De acordo com Berrious (1996), Blondel foi um psiquiatra francês conhecido por relevar os fatores sociológicos no debate da formação das psicopatologias e seus sintomas, o que Berrious (1996) chama de "ecletismo" na teoria de Blondel, por lançar mão das interpretações sociológicas de Durkheim sobre o suicídio e ampliá-las para as patologias de forma geral. Neste sentido, Blondel afirma: "Quanto ao suicídio, seria perigoso rejeitar a explicação sociológica; mas seria igualmente perigoso não reconhecer o papel do patológico que, embora possa ter causas sociais e levar a efeitos sociais, pode não ser social de forma alguma." (Blondel, 1933 p. 04 *apud* Berrious, 1996 p. 451 – tradução nossa).
Além disso, Blondel acreditava que os delírios tinham uma origem no que ele denominou "*cenésthésie viscerale*".

não têm equivalente na consciência coletiva.” (p. nd. versão Epub – tradução nossa). Cabe destacar nesta citação que Berrious utiliza o conceito de Blondel “consciência coletiva”, ou seja, uma consciência partilhada coletivamente através da linguagem.

Sobre a teoria de Blondel, Berrious (2013 p. nd. versão Epub – tradução nossa) ainda afirma:

> A função referencial de tal conteúdo, porém, é *manquée* (perdido), na medida em que não tem referente real. Para usar um conceito descrito acima, os delírios são verdadeiros 'atos de fala vazios', pois seu 'conteúdo' é realmente um corpo estranho irrelevante para qualquer coisa no estado do paciente (o conteúdo é, é claro, trivialmente conectado à linguagem coletiva do período). A consciência mórbida ou estado pré-delirante, por outro lado, é informativo sobre as experiências reais do paciente (e sua origem).

À primeira vista, pela descrição de Berrious e pela resenha de Halbwachs (1929) do livro de Blondel, parece-nos que a noção de consciência coletiva por meio da linguagem se assemelha[26] ao que Vygotski entende por significado da palavra. Pois, Berrious afirma que os delírios, pela interpretação de Blondel, são “atos de fala vazios” que não encontram referência social e que este conteúdo, embora seja expresso por palavras corriqueiramente utilizadas, estas palavras não têm significado real.

Cabe-nos observar, acerca da influência de Blondel nas análises vygotskianas que, ao nosso ver, em toda sua obra Vygotski aplica a análise do método materialista histórico e dialético às teorias psicológicas das quais lança mão para escrever a sua teoria. Por isso, as influências de Blondel quanto a relação das emoções e da falta de significado coletivamente partilhado da fala delirante, na obra de Vygotski devem ser analisadas tendo em consideração que Vygotski as reinterpreta à luz do método marxiano.

[26] Não vamos discorrer sobre maiores detalhes e aproximações teóricas sobre esta semelhança, pois, isto fugiria ao objetivo do nosso trabalho. Ainda que esta semelhança possa apenas ser aparente e que em essência as observações não sejam tão semelhantes assim, cabe destacar que Vygotski toma as ideias de Blondel e as interpreta à luz do método materialista histórico e dialético, bem como, a sua teoria em desenvolvimento nesta época, sobre a linguagem, sentido e significado.

Isto posto, podemos dizer que Vygotski (1931/2006) partilha dessa ideia de que na fala delirante o conteúdo está desconectado do significado socialmente partilhado da palavra, pois enfatiza: “Uma segunda conclusão importante que se pode tirar do experimento é que na esquizofrenia existe uma destruição dos sistemas psíquicos básicos para a conceituação. Em outras palavras, **pode-se dizer que muito cedo na esquizofrenia mudam os significados das palavras.”** (p. 68 – grifos e tradução nossa).

A mudança no significado da palavra é o ponto chave da teoria vygotskiana sobre a esquizofrenia, mas é também o ponto de virada rumo a sua teoria dos sistemas semânticos dinâmicos. Assim, Vygotski (1933/2023 p. 214) aponta:

> Na clínica da esquizofrenia, o psicólogo encontra casos excepcionais e praticamente únicos. (...) casos únicos e excepcionais de desenvolvimento psicológico e alteração da consciência e de suas funções, as quais lançam luz sobre a organização normal da consciência e, o principal, sobre a organização normal das relações entre a consciência e suas funções e o curso normal de seu desenvolvimento.
>
> Na questão dos casos clínicos sobre a esquizofrenia, há uma peça fundamental que fez Vygotski não apenas desenvolver suas análises sobre a esquizofrenia, mas que somada às suas observações, fez com que ele entendesse a relação do desenvolvimento do significado da palavra ao longo do processo de desenvolvimento humano.

Outra questão importante em suas observações de pessoas com esquizofrenia e por influência das conclusões de pesquisa de Kretschmer, que aponta a “dissociação” como uma função psicológica, Vygotski então analisa a importância da “dissociação” para o desenvolvimento do significado da palavra.

Isto fica explícito quando, ao observar Asya, Vygotski (1932/2022) entende que era preciso descolar o nome do objeto nominado, que a criança não questionava o nome do objeto, mas sim sua “essência”, como explicamos anteriormente. Esse descolamento entre o nome e objeto

nominado o fez perceber que Asya questionava as relações e funções do objeto e não simplesmente seu nome.

Por isso, ele concordará com Kretschmer, e tratará a dissociação como uma função psicológica, então em Vygotski (1930/2023b p. 218) afirma:

> A essência da nova colocação do problema consiste em que a dissociação é analisada como função, inerente igualmente à consciência normal e à patológica, portanto, como função psicológica por natureza, como função que se mostra igualmente necessária na abstração, na atenção voluntária, na formação de conceitos, assim como no surgimento de um quadro clínico de processo esquizofrênico.

De acordo com Zavershneva e Vander Veer (2022 p. 466 – tradução nossa), Vygotski e Ozeretski, um de seus colaboradores, compartilhavam a seguinte ideia com Kretschmer: "(...) função da dissociação é inerente a cada pessoa e é parte do desenvolvimento normal; **porém, em circunstâncias desfavoráveis pode provocar enfermidades tipo esquizofrênica.** (cf. a tese "cada um carrega de forma latente sua própria esquizofrenia)".

Para Vygotski (1932/2022 p. 481 – tradução nossa) a dissociação compõe o significado da palavra: "A dissociação é uma força sujeita, uma categoria suprimida dentro do significado das palavras.". A dissociação compõe a formação do significado da palavra e a capacidade de abstração que o desenvolvimento do significado promoveu no processo de desenvolvimento psíquico da criança.

E o significado da palavra, de acordo com Vygotski (1934/2015 p. 437 – tradução nossa), é em si uma generalização:

> Mas, no aspecto psicológico, o significado da palavra não é mais do que uma generalização ou conceito. Como temos podido nos convencer repetidas vezes ao longo da investigação. **Generalização e significado da palavra são sinônimos**. Toda generalização, toda formação de um conceito constitui o mais específico, mais autêntico e mais indubitável ato de pensamento.

A generalização, é uma novidade na atividade da consciência e só é adquirida na fase de transição com a aquisição do pensamento em conceito. Fundamentalmente, Vygotski entende o pensamento em conceito, a generalização como a função central no estabelecimento de relações com a realidade. Por isso, Vygotski (1930/2023a p. 195) enfatiza:

> Assim, compreende-se que se o processo de formação de conceito, do ponto de vista psicológico, consiste na descoberta das relações de dado objeto com uma série de outros, na identificação de uma totalidade real, no conceito desenvolvido descobrimos todo seu conjunto de relações e, se é que se pode dizê-lo, o seu lugar no mundo.

A essência do processo de generalização são os signos compartilhados que utilizamos para nos comunicar uns com os outros. De acordo com Vygotski (1934/2023c p. 276):

> (...) todos sabem que o fundamental para a consciência humana é seu caráter social. A vida psíquica não é uma mônada fechada que não tem entrada e saída. Todos sabem que é impossível a comunicação entre almas, que nos comunicamos com a ajuda da linguagem, com a ajuda de signos correspondentes. É importante, contudo, ressaltar que a comunicação é possível não apenas com auxílio da linguagem, mas também de signos generalizados. Se o signo não for generalizado, ele terá sentido apenas para mim, terá apenas o sentido de um fato isolado.

Diante disso podemos inferir que, transtornos que mudam os significados das palavras, alteram o processo de generalização, consequentemente, a estrutura do pensamento em conceito que, por sua vez, é formado pela generalização e abstração. Se a generalização é fundamental para o estabelecimento de relação com a realidade, então, esses transtornos que afetam o pensamento em conceito e o desintegram empreendem um rompimento parcial, em nossa análise, com a realidade. Isto que porque, no caso da pessoa com esquizofrenia, a desintegração do pensamento em conceito, afeta sua capacidade de generalização e de utilização das palavras a partir de seus significados socialmente partilhados.

Assim, as palavras assumem significados particulares dentro do processo do discurso delirante que só é possível de ser apreendido a partir do conhecimento da história de vida do sujeito

que delira. As palavras passam a ser utilizadas a partir dos sentidos dados pela pessoa a elas e não a partir de seus significados, de sua generalização.

Como vimos, a partir da idade de transição, o pensamento em conceito é o centro onde se conectam todas as Funções Psicológicas Superiores, então, uma alteração em tal estrutura tem por consequência a alteração de todas essas funções psicológicas.

Para Vygotski (1933/2023b p. 277):

> Se generalizarmos o que se sabe a partir do estudo da desagregação das generalizações, do campo da patologia do aspecto semântico da linguagem, pode-se dizer que nesses distúrbios temos mais ou menos o comprometimento geral de todos os aspectos específicos das funções humanas. Todas são afetadas quando se tem uma alteração patológica no campo da generalização, no campo da mudança dos significados da palavra.

E, para a teoria vygotskiana o significado da palavra é a unidade essencial do psiquismo humano, como afirma Tuleski (2019 p. 02): “Para Vygotski (2001), o significado da palavra é a unidade de análise da consciência, por ser a unidade que se constitui entre pensamento e linguagem.”.

Ao perder, desintegrar-se a função da formação do conceito, consequentemente, perde-se parcialmente os laços com a realidade concreta. As coisas passam a ter significados diferentes, significado que deixam de ser os partilhados socialmente e acaba-se por desorganizar o processo e organização da consciência. Aqui, Vygotski (1932/2022 p. 469) introduz sua compreensão mais ampla sobre o processo da esquizofrenia, como desorganização da consciência:

> (...) sim é possível, com um bom grau de probabilidade, e apoiando-se nas investigações psicológicas realizadas, levantar a hipótese que o central, a partir do ponto de vista psicológico na estrutura das síndromes esquizofrenia e no quadro global da consciência esquizofrênica é **a mudança patológica da formação do sentido** (do sistema semântico dos vínculos e organização da consciência) e a **alteração dos vínculos interfuncionais dentro da consciência**.

Desta forma, se o significado da palavra é a unidade do psiquismo e se este se altera nas pessoas com esquizofrenia alterando o sentido, então, para Vygotski (1931/2006 p. 197 – grifos do autor, como no original) ocorre uma desintegração e desagregação do psiquismo dessas pessoas.

> A esquizofrenia, portanto, apresenta-se para nós como um quadro de desagregação daquelas sínteses e unidades superiores cuja configuração e estruturação constituem o conteúdo principal de todo o processo do desenvolvimento psíquico na idade de transição. Todas as funções psíquicas superiores, memória lógica, atenção voluntária e processos volitivos, percorrem de fato *um mesmo* caminho histórico tanto no processo de maturação do adolescente quanto no processo de desagregação no esquizofrênico, mas em direções opostas. Na esquizofrenia, todas as funções superiores, incluindo a consciência da realidade e a autoconsciência da personalidade, percorrem o caminho inverso ao desenvolvimento e *repetem* em ordem inversa todo o caminho do desenvolvimento direto e a formação dessas sínteses no período da maturação sexual.

Coincidindo com a teoria de Blondel sobre o processo de desagregação nas pessoas com esquizofrenia, de onde Vygotski parte para pensar a esquizofrenia como um transtorno afetivo, como ele afirma: “A preservação das funções formais por si só e a desagregação do sistema que surge nesse contexto são o que caracteriza a esquizofrenia. Partindo disso, Blondel fala em transtorno afetivo esquizofrênico.” (Vygotski, 1933/2023b p. 200)

Vygotski parece concordar com essa ideia de um transtorno afetivo esquizofrênico, pois, para ele o mesmo que vale para a desintegração do pensamento, também vale para a desintegração dos sistemas complexos afetivos. Para ambos os casos, o pensamento e o afeto, há um retorno à estágios primitivos. Os estágios complexos de pensamento e afeto, são, para Vygotski, constituídos socialmente e integram uma estrutura mais complexa: a personalidade humana.

Portanto, se estes processos complexos humanos se desagregam, desagrega-se também a personalidade: “(...) a desintegração da personalidade (o social em nós) sejam dois lados do mesmo: a natureza das funções psicológicas superiores é social (cf: sua gênese). Feuerbach: um e dois. Marx: ainda sozinhos atuamos socialmente. É este social em nós o que desintegra na esquizofrenia.” (Vygotski, 1932/2022 p. 468 – tradução nossa).

Mas Vygotski reconhece que, apesar da desagregação do processo do psiquismo, havia na pessoa com esquizofrenia uma resistência interna a esta desagregação, o que ele denomina "contrassintoma". Um mecanismo como que compensatório em relação aos sintomas manifestos no processo de desagregação. "No laboratório de psicologia, deparamo-nos com isso a todo momento, e o quadro clínico não deixa dúvidas de que cada sintoma central da esquizofrenia tem um contrassintoma, seu duplo negativo, seu contrário." (p. 219).

Contudo, a pessoa não está passiva a este processo de desagregação, sua personalidade, segundo Vygotski, atua de forma ativa tentando conter o processo degradativo e, por vezes, exacerbando as características do contrassintoma. De acordo com Vygotski (1933/2023b p. 221):

> (...) no processo esquizofrênico, o paciente não pode ser analisado apenas como uma figura passiva. É preciso analisar o papel ativo dessa personalidade, que está passando por processo destrutivo. É preciso pensar que, ao lado dos rastros de destruição da personalidade que se encontram sob impacto de um prolongado processo patológico, que destrói as relações e conexões mais elevadas, complexas, semânticas e sistêmicas da consciência, encontramos também vestígios contrários, isto é, de que essa personalidade irá resistir de alguma forma, alterar-se, reconstruir-se, que o quadro clínico da esquizofrenia nunca pode ser compreendido apenas como algo que decorre diretamente das consequências destrutivas do próprio processo, mas deve ser analisado também como uma reação complexa da personalidade ao processo que lhe é destrutivo.

Podemos notar que, Vygotski entende a esquizofrenia como um processo complexo, não apenas do sintoma manifesto, mas percebe o seu oposto, a resistência a esta desagregação e a este sintoma. O que desvela uma complexidade do modo de funcionamento da personalidade, não apenas da pessoa com esquizofrenia, como também da formação da personalidade de pessoas sem qualquer tipo de transtorno, ligada às formações socialmente dadas.

Por isso ele afirma que, na esquizofrenia, o que se destrói é o produto das relações históricas entre as funções psicológicas, as relações interfuncionais superiores que ele denomina como "as mais elevadas": o pensamento em conceito. Por esta razão ele entenderá a esquizofrenia

como um problema da Psicologia dos Ápices, pois é um transtorno do que se forma social e historicamente, ou como ele diz é a desagregação “do social em nós”.

Assim, Vygotski (1932/2022 p. 464 – grifos nossos) assevera:

> A esquizofrenia é uma doença dos ápices ou das profundezas da pessoa? Isso se resolve em função de como se considera o autismo: se o pensamento autista é um fenômeno primordial, profundo (Freud, Piaget), a esquizofrenia [é] uma enfermidade dos instintos; se é produto do elevado desenvolvimento (em particular, as palavras e os conceitos – Bleuler), a esquizofrenia [é] uma enfermidade dos ápices. Reserva: na base pode haver um instinto debilitado (Minkowski), mas o que observamos na doença é a vida de uma consciência separada de suas raízes vitais: quer dizer, **o naufrágio da consciência de seus ápices**, por mais que tenha batido em uma rocha subaquáticas nas profundezas.

Em nossa análise, nesta passagem Vygotski rebate a noção de que a esquizofrenia seja uma patologia das profundezas e, para nós, ao citar Freud entre parênteses, parece-nos que ele também rebate a noção de que a esquizofrenia seja uma patologia ligada ao inconsciente, como se este estivesse na base, na profundeza da constituição do psiquismo. A leitura original de Vygotski sobre a esquizofrenia, com a qual temos acordo, é que ela é uma patologia dos ápices, das funções psicológicas superiores que se desintegram.

Vygotski entende o desenvolvimento do psiquismo humano de forma histórica, assim, ele compara a história do psiquismo humano à história geológica da terra. Desta forma, ele entende que os estágios que se interpõem no processo de desenvolvimento formam a base para o surgimento de seu ápice: a consciência. Esta formação se dá pelo surgimento das funções psicológicas superiores que só podem surgir na relação que os seres humanos estabelecem entre si, e que ao longo do processo de desenvolvimento vão se interconectando e funcionando de forma interligada.

Por isso, ele entendia que a Psicologia Humana devia se preocupar com as funções histórica e socialmente formadas cujo produto é a consciência humana, o que ele denomina Psicologia dos Ápices. (Costa, 2022). Assim, Vygotski (1933/2023b p. 222) afirma:

> Se a psicologia e a psicopatologia contemporânea assimilaram a ideia principal e mais importante de que não são as profundezas, mas os ápices da personalidade que se mostram decisivo para a compreensão das perturbações e reações da personalidade e para o destino da consciência, parece-me que é numa compreensão não profunda, mas apical da reação da personalidade, que o quadro duplo da esquizofrenia poderá ser resolvido.

Nesta passagem, fica mais evidente nossa análise de que Vygotski rebate o argumento de que a esquizofrenia seria um problema do inconsciente e a entende como um transtorno da consciência. Isto quer dizer que a esquizofrenia não é um problema das profundezas do psiquismo, e sim de seus ápices.

Deste modo, podemos inferir que, ao entender a esquizofrenia como um problema na mudança do significado da palavra, nos usos desse significado como algo mais subjetivo e menos generalizado, Vygotski aponta para a apreensão da desagregação daquilo que foi ao longo do processo de desenvolvimento humano constituído social e historicamente no psiquismo: seus ápices. Estes, por sua vez, constituem o cerne do processo de desenvolvimento humano. Neste sentido, se para Vygotski o desenvolvimento psicológico está relacionado com o desenvolvimento do significado, então, um transtorno na generalização do significado, pode ser entendido como um processo de regressão no desenvolvimento ontogenético, por ser a generalização uma capacidade adquirida em sua totalidade no processo do desenvolvimento humano.

Ao que pudemos analisar em sua obra, essa ideia de regressão dada pela desagregação do psiquismo em sua teoria o acompanha até os últimos textos publicados e em sua principal obra "Pensamento e Linguagem". O processo regressivo, segundo Vygotski, se dá por causa do problema dos usos do significado da palavra que, em última instância, resulta na desagregação do pensamento em conceito. O que, por sua vez, desagrega o processo de formação da consciência que tem como dinâmica fundamental o nexo entre as funções psicológicas superiores.

Como vimos, Vygotski entendia o pensamento em conceito como o último grau de desenvolvimento do pensamento, que se inicia na fase adolescente ou de transição e resulta no processo de formação da personalidade. Neste sentido, o autor entende o pensamento em conceito cotidianos, que podem ser complementados pelos conceitos científicos, como o processo de desenvolvimento mais elevado do ser humano e, portanto, sua defesa da Psicologia dos Ápices.

As análises vygotskianas sobre a esquizofrenia são documentos importantes para apreensão da forma como o autor vinha trabalhando sua teoria do desenvolvimento da consciência. Seus escritos dão conta de apontar para a construção de uma teoria sobre a formação social da consciência, entendendo seus processos imanentes constituídos social e historicamente, que se alteram e se transformam ao longo da vida da pessoa de acordo com as relações sociais e históricas. Por isso, também podemos inferir que os processos descritos por Vygotski sobre a constituição da esquizofrenia devem ser analisados à luz da constituição social e histórica das funções psicológicas superiores e, portanto, encontramos em sua teoria fundamentos essenciais para a apreensão da esquizofrenia como uma patologia das funções psicológicas superiores.

Contudo, tanto para a apreensão da formação consciência humana, como para o processo de sua desagregação, as anotações vygotskianas sobre a esquizofrenia tendo como centro a desagregação da consciência por causa da desagregação do pensamento em conceito e a regressão ontogenética no desenvolvimento humano, apresentam problemas e limites teóricos que se estendem pela teoria vygotskiana do desenvolvimento do psiquismo. Problemas que, por vezes, contradizem a própria teoria de Vygotski do desenvolvimento humano como processo dialético.

Além disso, a forma como o autor entende o conceito e a formulação do pensamento em conceito, seu papel no processo de desenvolvimento humano e o significado da palavra como essência da consciência apontam para limites teóricos que escapam do escopo do pensamento

marxista. Não estamos, com isso, afirmando que Vygotski deixa de ser marxista, pelo contrário, afirmamos que em seu trabalho ele buscava, a partir das leis da lógica dialética, do materialismo e da historicidade apreender o processo de desenvolvimento humano e da esquizofrenia.

Por isso, nos próximos itens deste capítulo, apontamos os problemas teóricos de Vygotski no que diz respeito à forma como ele aplica as leis da dialética ao desenvolvimento humano e demonstraremos as contradições que pudemos notar no que diz respeito as suas observações sobre a esquizofrenia. Buscamos, também, explicitar a radicalidade marxista do pensamento vygotskiano e seus avanços para uma teoria marxista desenvolvimento da consciência e personalidade.

3.2 Para uma crítica ontológica às anotações vygotskiana sobre esquizofrenia

O processo crítico aos debates teóricos de um determinado autor, à primeira vista, pode soar como um debate teórico que visa criticar uma determinada teoria com a finalidade de invalidá-la. Isto não é verdade, nem mesmo quando se encontram inconsistências teórico-metodológicas nas discussões acerca de um mesmo objeto de pesquisa a ser investigado. É preciso entender as teorias sobre o mesmo objeto e apreender até que ponto dada teoria foi capaz de analisar o fenômeno.

Essa análise, sobretudo, quando a teoria tem relevância científica, e por este motivo é objeto de crítica, nos mostra que há elementos teórico-metodológicos em dada teoria que devem ser analisados e relevados para se entender os avanços que a teoria possa apresentar para nossa aproximação da realidade do objeto. E, a partir daí, apontar seus limites e deficiências na explicação da dinâmica e estrutura do objeto, mas também, seus avanços.

Neste sentido, no trabalho de pesquisa cuja base teórico-metodológica é materialista histórica e dialética, a crítica se dá de forma dialética, ou seja, por incorporação, pela continuidade na descontinuidade. Não se trata, portanto, de uma crítica que nega, no sentido de anulação de uma

teoria. Mas, compreende suas raízes mais fundamentais e as analisa em seu contexto social e histórico, como também, em relação a sua aproximação e análise da realidade do objeto.

O que nos orienta, portanto, quanto a análise crítica em relação a uma teoria é a própria realidade historicamente datada, sendo assim, cabe a teoria explicar de forma lógica o objeto, não se trata de descrever o objeto, mas apreender seus nexos internos e explicá-lo em sua totalidade. Em outras palavras, a teoria precisa demonstrar a forma e construção processual de dado objeto, sua dinâmica e estrutura que podem ser universalizadas às diferentes formas de manifestação do objeto, observando-se a particularidade social e histórica em que se inscreve o próprio objeto e daí apreender suas leis gerais.

Este é o trabalho crítico que buscamos desenvolver ao longo dessa tese, seja no primeiro capítulo onde apontamos os limites e deficiências do modelo kraepeliniano para se entender a esquizofrenia; no segundo capítulo quando incorporamos a crítica ao modelo biomédico pela Determinação Social da Saúde e buscamos adensar seus nexos internos; seja agora neste terceiro capítulo onde buscaremos trazer um debate crítico à teoria vygotskiana.

Não é fácil ajustar a crítica a um autor como Vygotski que, antes de tudo, temos uma profunda admiração por todo trabalho desenvolvido e com uma bagagem teórica invejável. Mas, como a realidade nos é imperativa; nossa experiência profissional na atenção psicossocial às pessoas com esquizofrenia e nosso acúmulo teórico nos demonstra que há inconsistências teórico-metodológicas nas observações feitas por Vygotski sobre nosso objeto de análise e não podemos nos furtar de apontá-las e analisá-las de forma crítica e à luz do desenvolvimento teórico da tradição marxista atualmente.

Todo esse cuidado para introduzir a crítica que desenvolvemos sobre a teoria vygotskiana e suas observações sobre a esquizofrenia significa que não estamos invalidando a obra do autor,

mas que entendemos seus limites. E, por isso, buscamos explicitar esses limites, para então superá-los e construir junto com esse arcabouço teórico desenvolvido por Vygotski e pela tradição do pensamento fundada em sua teoria psicológica, uma teoria que explicite a realidade do nosso objeto, a esquizofrenia; desvendando sua essência – estrutura e dinâmica e seus nexos internos, a fim de embasarmos, futuramente, as práticas na atenção à saúde das pessoas com esquizofrenia.

Por esta razão, nossa crítica se inicia apontando dentro da teoria vygotskiana, por meio de seus próprios textos, questões que podem nos ajudar a avançar na construção teórica sobre a esquizofrenia, seu desenvolvimento e funcionamento. Neste sentido, a base de nossa apreensão e construção teórica sobre o objeto está alicerçada na Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo nos estudos de Vygotski e Luria, mas também, na Ontologia do Ser Social de Lukács. Portanto, nosso segundo passo, será indicar como a teoria que Lukács desenvolveu sobre a ontologia marxiana pode iluminar a teoria vygotskiana e nos auxiliar na tarefa de superação do que entendemos como os limites teóricos-metodológicos de Vygotski e, sobretudo, extrair uma explicação sobre o processo de adoecimento na esquizofrenia.

3.2.1 Vygotski contra Vygotski: para uma síntese das reflexões vygotskianas sobre a esquizofrenia

Ao longo do processo de pesquisa pudemos adensar nossa leitura dos textos de Vygotski, e aqui buscamos retomar seus princípios teóricos sobre a psiquê humana, enquanto unidade psicofísica, a partir das conclusões que ele chega para explicar o fenômeno da esquizofrenia. Os principais textos sobre o tema são analisados à luz de outros textos vygotskianos, buscando articular essas observações sobre a esquizofrenia com o escopo de sua teoria para que possamos entender o que estamos apontando como os limites e contradições teóricas do autor.

Desta forma, nossa intenção ao articular as observações de Vygotski sobre a esquizofrenia e todo o escopo teórico que ele produziu visa avançar dentro da teoria vygotskiana para uma teoria que nos auxilie em uma explicação sobre o desenvolvimento da esquizofrenia. Buscamos elencar, assim, alguns princípios teóricos fundamentais de sua teoria para analisarmos suas contradições e/ou possíveis equívocos interpretativos sobre o fenômeno em estudo.

Por isso, nesse subitem, não trazemos outros autores que já traçaram críticas à Vygotski e sua teoria, como Leontiev, Bozhovich e Zeiganik, mas quisemos demonstrar como as observações de Vygotski sobre a esquizofrenia encontra certas contradições com seus próprios escritos. Para nós, essa análise dos textos vygotskianos foram fundamentais para entendermos que sua obra deve ser apreendida de forma integral, acompanhando os momentos de viragem em suas interpretações teóricas. Além disso, é importante termos a noção de que se trata de uma teoria "inacabada", pois com o falecimento precoce de Vygotski, muitas questões ficaram em aberto e entendemos que o tema da esquizofrenia é uma dessas questões.

Ao nosso ver, a centralidade das observações de Vygotski sobre a esquizofrenia recaí em duas ideias principais: a desagregação da consciência e a regressão à estágios ontologicamente anteriores de desenvolvimento do indivíduo. Essas duas observações estão correlacionadas, pois uma é consequência da outra.

No entanto, como veremos a diante, essas afirmações encontram inconsistências que podem ser solucionadas a partir da própria teoria vygotskiana. Para demonstrar isso, vamos iniciar nossa análise pela ideia de regressão ontogenética à estágios anteriores no desenvolvimento da consciência.

Vygotski, ao aplicar o método semasiológico de pesquisa em pessoas com esquizofrenia, percebe que há uma diferença na forma de organização do pensamento em conceito e compara esta

diferença com a diferença entre as formas de pensamento infantis e adulta. Assim, em seus primeiros escritos sobre a esquizofrenia o autor afirma: “Apesar de todas as diferenças no processo do pensamento na criança e no paciente com esquizofrenia, existe uma semelhança fundamental nas características mais essenciais. **Por conseguinte, nas pessoas com esquizofrenia, o pensamento é realmente regressivo.”** (Vygotski, 1934/1998b p. 65 – grifos nossos)

A ideia de que o pensamento é regressivo, está ligada à sua teoria de desenvolvimento do pensamento, antes do pensamento em conceito, ou melhor, no decorrer do desenvolvimento do pensamento em conceito a criança desenvolve outras formas de pensamento. Este desenvolvimento está exposto por Vygotski em sua obra Pensamento e Linguagem, publicada em 1934. Nela, o autor aponta as diferentes fases em que passa o pensamento da criança até que chegue à formação de pensamento conceitual. E, podemos afirmar, que já é uma obra escrita sob a influência da reformulação que ele promove em sua teoria.

As formas de pensamento em desenvolvimento, formuladas por Vygotski (1934/2015) a partir das situações experimentais, são denominadas: pensamento sincrético; pensamento em complexos e pensamento em conceito e podem assim ser resumidas: a) **pensamento sincrético**: a criança ainda não consegue relacionar os objetos entre si por suas semelhanças, mas o faz a partir de sua própria experiência com o objeto, estabelece conexões subjetivas entre os objetos; b) **pensamento em complexo**: a relação entre os objetos passa a ser feita a partir das características objetivas do objeto, abandonando o subjetivismo, então a criança relaciona os objetos por sua cor, formato, etc. Esta forma de pensamento, por sua vez, se desdobra em 5 outros tipos, não deixam de ser pensamento em complexo, mais a medida que a criança se desenvolve ela muda a estratégia de relacionar os objetos, assim o pensamento em complexo se desdobra em: associativo, coleção, em cadeia, difuso e pseudoconceito; c) **pensamento em conceito**: os objetos estão relacionados a

partir da generalização do significado da palavra que os designa, todos se relacionam a partir de um atributo único comum entre todos os objetos do conjunto; o que diferencia esta forma de pensamento para o pensamento em complexo é que neste a criança utiliza diversos atributos diferentes para relacionar os objetos em um mesmo signo, e não apenas uma característica única comum e geral a todos os objetos. Tai etapas, devem ser apreendidas de forma dinâmica, e não de modo sequencial e linear, pois, em situações reais essas etapas se sobrepõem, são puladas etc.

Para entender o raciocínio de Vygotski sobre o pensamento regressivo em pessoas com esquizofrenia, precisamos entender um pouco melhor o que são o pensamento em complexo e o pensamento em conceito, bem como, a relação destes com a palavra. Isto porque, para o autor: "O dano na formação do conceito retrai o pensamento em complexos, e ainda que os conceitos que foram previamente formados sejam usados corretamente e bastante automaticamente, a formação de novos conceitos se faz extremamente difícil." (Vygotski, 1934/1998b p. 66).

Vygotski chega a esta conclusão, a partir do método Vygotski-Sakarov. Esse, consiste no seguinte: é como se estivéssemos fazendo aquele velho exercício dos livros das séries fundamentais de matemática onde nos é pedido para colocar os objetos em determinados conjuntos, por exemplo: circule as figuras que correspondem ao conjunto "Animal". "Qual o critério utilizado para escolher as figuras que entram no conjunto "animal"?". A partir da resposta, os pesquisadores passam a classificar as formas de pensamento.

Se formos responder à pergunta dos pesquisadores, como escolhemos o que é "animal" para colocar no "conjunto dos animais", nós, certamente pensaremos nos conceitos mais superficiais da biologia e excluiremos desse conjunto os objetos, as coisas inanimadas, os minerais e os vegetais. E incluiremos no conjunto dos "animais" os seres vivos com capacidade de locomoção. Isto é o

que une todas as coisas que são denominadas “animais” de forma mais generalizada e “senso comum”, o que Vygotski (1934/2015) denominará “conceito cotidiano”.

Se quisermos aprofundar o conceito de animal, então podemos recorrer à ciência e apontar para outras características em comum, por exemplo: são seres pluricelulares; eucariontes, heterotróficos etc. Assim, de acordo com Vygotski (1934/2015), ao nos apropriarmos dos conceitos científicos, ampliamos as formas de generalização do conceito, englobando uma variedade maior de características comuns entre todos os objetos de dado conjunto ou que estão denominados pelo mesmo conceito.

O que implica diretamente no desenvolvimento de nossa capacidade de abstração e generalização, que constituem a essência do pensamento em conceito para Vygotski. Mas, antes de chegar nessa forma de abstração e generalização do pensamento, a criança passa pelas formas de pensamento complexo.

Vygotski (1934/2015) subdivide o pensamento em complexo em cinco formas diferentes, como mostramos anteriormente, mas o que elas têm em comum é a característica geral deste pensamento, que é a capacidade da criança realizar associações entre os objetos e suas características, abandonando as relações subjetivistas do pensamento sincrético. Assim, no pensamento em complexo os objetos são associados por meio de características como a cor e o formato ao mesmo tempo, ainda que estas características não sejam comuns a todos os objetos do conjunto.

Voltemos ao exemplo do conjunto, no caso do pensamento em complexo, a criança coloca no mesmo conjunto um laço vermelho e uma esfera também vermelha, pois ambos têm a mesma cor; mas, ao introduzir no conjunto um terceiro objeto, ela escolhe uma bola branca, pois a bola tem a mesma forma que a esfera vermelha, embora não tenha a mesma cor. Podemos notar que,

nesta forma de relacionar os objetos, as características concretas dos objetos são diversas e podem se relacionar apenas entre dois objetos que pertencem ao conjunto, ainda que não se relacione aos demais objetos desse conjunto. No nosso exemplo, a bola branca não apresenta qualquer relação com o laço vermelho.

Agora, outro fator também pode acontecer na operação lógica a partir do pensamento em complexo que é o fenômeno de um mesmo objeto ser incluído em vários complexos diferentes. Podemos notar que, nesta forma de pensamento, de acordo com Vygotski (1934/2015 p. 213): "(...) o significado das palavras pode ser definido como sobrenome dos objetos agrupados em complexos ou grupos.". Como se todos os objetos pertencessem à mesma família, ainda que tão distintos entre si. Neste sentido, Vygotski (1934/2015 p. 250) afirma que a essência do pensamento em complexo é: "superabundância de conexões e ausência de abstração" (p. 250).

No pensamento em conceito as coisas estão relacionadas entre si e com o conceito de forma lógico-abstrata, por uma unidade das características totais que formam a coisa e que são mais abstratas. Por exemplo: todos sabemos o que é uma cadeira por sua função, não importa a cor, a forma, o material de que é feita todas são cadeiras quando há um conjunto de características que unem todas as coisas a uma mesma função.

Atentem que, há sempre um conjunto de características em unidade entre os objetos, e não apenas uma única característica que os fazem estar sob o mesmo conceito. No exemplo da cadeira, para ser "cadeira" ela precisa ter uma superfície onde nos sentamos e outra onde apoiamos as costas, caso contrário ela se torna um banco.

Neste exemplo, o banco também serve para sentar-se, mas falta a ele outras características que formam o "conjunto cadeira". Assim, embora a função da cadeira e do banco sejam

coincidentes e possam integrar um conceito mais abrangentes “móveis para sentar-se”, falta ao banco outras características para que ele seja uma cadeira.

De acordo com Vygotski (1934/2015 p. 214 – grifos do autor, como no original):

> Isso significa que cada objeto incluído em um conceito geral faz parte dessa generalização baseada no mesmo atributo dos demais objetos. Todos os elementos estão relacionados com um todo, expresso no conceito, através do qual também se relacionam com os restantes elementos *da mesma forma, com uma ligação do mesmo tipo*.

Aqui, Vygotski aponta uma outra diferença entre pensamento em complexo e pensamento em conceito, nessa passagem, ele afirma que as ligações entre objetos agrupados em um mesmo conceito são de um mesmo tipo. Já no pensamento em complexo, podemos inferir, que as ligações acontecem de formas variadas entre os objetos agrupados em um mesmo complexo.

O pensamento em complexo também apresenta pluricaracterísticas dos objetos relacionados, mas, em essência, os objetos estão relacionados de forma individual cada qual com outro objeto e não de forma coletiva, nem todos os objetos relacionados no pensamento em complexo têm características comuns entre si. Vygotski (1934/2015 p. 214) define esta forma de ligação assim: “Ao contrário [do pensamento em conceito], cada elemento pode se relacionar com o conjunto expresso nele e com os elementos isolados que o integram através das mais diversas conexões.”.

O pensamento em complexo é uma fase importante porque a criança vai, paulatinamente, abandonando uma forma de operação intelectual que é mais subjetiva, para uma forma de operação intelectual mais coletiva. Se no início do desenvolvimento do pensamento, no pensamento sincrético a criança cria as relações entre os objetos muito mais centrada em sua experiência com esses objetos; já do início ao final da fase do pensamento em complexo, ela é capaz de perceber as relações sociais e historicamente dadas entre os objetos.

Nesta fase, embora a criança tenha uma relação com o objeto, o que é preponderante não é a sua forma subjetiva de se relacionar com o objeto que o colocam sob um mesmo conceito, mas as experiências sociais-históricas e coletivizadas pela humanidade com determinados objetos para estabelecer relações entre os objetos. Portanto, a experiência subjetiva da criança com o objeto deixa de mediar a conexão entre os objetos de um mesmo conjunto.

Isto quer dizer que, a criança entende que as coisas não podem significar aquilo que elas querem que signifique, mas que elas têm um significado que é compartilhado pelo coletivo humano que é geral e, por isso, pode ser generalizado. Um significado social e histórico que está na base do processo de dar sentido às coisas. Ainda que ela não relacione os objetos sob a forma lógico-abstrata, ainda que ela não domine a generalização das palavras, no pensamento em complexo ela deixa o subjetivismo entre essas relações e passa a focar na relação real e concreta entre as características dos objetos.

De acordo com Tuleski (2019 p. 03):

> Justamente porque a criança não cria sua linguagem, mas assimila a linguagem já desenvolvida pelas gerações anteriores, há um longo percurso de sua apropriação, desde o sincretismo até os complexos. Assim, conforme a criança valida ou não suas hipóteses em relação aos significados que confere às palavras, alcançará a etapa dos pseudoconceitos.

É este movimento do desenvolvimento do pensamento que, para Vygotski, é a base do desenvolvimento do significado da palavra. A relação entre pensamento e palavra é dialética, estabelece-se de forma dinâmica e em unidade, mas nunca em identidade. À medida que a vivência da criança vai se complexificando, suas relações sociais vão se ampliando pela aquisição da linguagem, pela ampliação dos espaços de relação que se expandem para além dos espaços dos primeiros anos de vida, seu pensamento também vai se desenvolvendo, promovendo a ampliação da compreensão da criança sobre o significado das palavras.

O processo dinâmico do desenvolvimento fica explícito quando Vygotski afirma que o pensamento em conceito, por sua vez, continua a se desenvolver, como quando a criança aprende um conceito científico que amplia e/ou modifica o significado da palavra. De acordo com Vygotski (1934/2015 p. 277): "(...) o fato de que a acumulação de conhecimento conduz firmemente à elevação do nível dos tipos de pensamento científico, o que, por sua vez, reflete-se no desenvolvimento do pensamento espontâneo e demonstra o papel orientador da instrução na evolução da criança em idade escolar.".

Chegamos até aqui para entendermos a teoria vygotskiana sobre o desenvolvimento do pensamento, porque, para Vygotski, em um primeiro momento, a esquizofrenia se constitui numa desagregação do pensamento conceitual e uma regressão ao pensamento em complexos. Trata-se, portanto, de uma regressão ontogenética na forma de pensamento e não filogenética, como o fazem alguns autores que comparam o pensamento de pessoas com esquizofrenia ao de animais. Sua crítica a esta forma de comparação é enfática (Vygotski, 1934/2015 p. 67 – grifos e tradução nossa):

> Assim como não é admissível fazer uma comparação evolutiva do pensamento dos sonhos (de um homem atual) com o pensamento do homem primitivo ou com o das aranhas, simplesmente porque essas formas de pensamento **estão todas abaixo do pensamento conceitual,** tão pouco temos direito de supor que o pensamento do esquizofrênico cai em um abismo de milhões de anos.

O grifo nesta citação aponta para a importância que Vygotski dava ao pensamento conceitual, entendendo-o como forma superior humana de pensamento. E, para o nosso autor, a regressão do pensamento da pessoa com esquizofrenia se dá do pensamento em conceito, para o pensamento em complexo. "Nossas observações mostram que o pensamento em complexos observados em paciente esquizofrênicos é a etapa mais próxima do pensamento conceitual e desde este ponto de vista evolutivo o precede imediatamente." (Vygotski, 1934/1998b p. 67).

A partir desta conclusão, Vygotski analisa características do comportamento de pessoas com esquizofrenia e as compara ao comportamento de pessoas que estão na fase do pensamento em complexo. O autor descreve o comportamento de pessoas com esquizofrenia desta forma: “O esquizofrênico relaciona literalmente, quer dizer, de maneira não livre, a palavra com a ação. Carece de uma regra geral como guia <para a ação>. A palavra e o ato - este é o problema: carece de liberdade porque carece do conceito.” (Vygotski, 1932/2022 p. 467).

Vygotski afirma o pensamento literal das pessoas com esquizofrenia, traço semelhante às pessoas em fase de pensamento complexo. Nesta fase, para o autor, a criança ainda não adquiriu a capacidade de pensar em conceitos e por isso suas formas lógicas relacionais carecem da capacidade de abstração.

Neste sentido, o pensamento em complexo estaria mais ligado à experiência concreto-visual. Os complexos têm como base formadora relações concretas, diferentemente dos conceitos cujas relações são lógicas e abstratas. Portanto, o pensamento em complexo ainda depende das características físicas do objeto, da realidade material para se organizar. É esta característica, pois, que aparentemente se manifesta como uma linguagem mais próxima ao pensamento em complexo e, portanto, concreto-visual, o que Vygotski nota nas pessoas com esquizofrenia com as quais ele teve contado.

Até aqui, trabalhamos com as ideias vygotskianas expressas no texto intitulado “O pensamento na esquizofrenia”. Contudo, como já afirmamos anteriormente, Vygotski amplia a noção da desagregação do pensamento em conceito na esquizofrenia para a noção de desagregação da consciência. Esta noção está expressa nos textos de 1930 e 1932, onde o autor cita a esquizofrenia.

Para nós, essa ampliação da noção de desagregação da consciência na esquizofrenia pode estar relacionada com a própria ampliação do conceito de "consciência" para o autor. Quando no texto "Sobre os Sistemas Psicológicos" Vygotski (1930/2023ª) apresenta sua teoria sobre as relações interfuncionais e faz uma autocrítica apontando que a questão do desenvolvimento da consciência está mais relacionada com as mudanças interfuncionais do que intrafuncionais. A essas "relações móveis" Vygotski (idem p. 179) denomina "sistemas psicológicos".

A partir daí, Vygotski passa a interpretar a esquizofrenia não como a desagregação de apenas uma função psicológica ("o pensamento em conceito"), mas como a desagregação do sistema psicológico que constitui a consciência. Nesse sentido, ele tece observações sobre a questão da Psicologia na esquizofrenia, Vygotski (1933/2023b p. 215) afirma: "Penso não estar enganado se disser que, em todo percurso histórico do desenvolvimento da pesquisa psicológica e psiquiátrica, a consciência sempre foi tratada como algo exterior em relação às suas funções.".

Vygotski, então, traz a noção da consciência como constituída pelas funções psicológicas superiores, em um sistema psicológico interrelacional dinâmico cujas mudanças se davam pelo desenvolvimento do significado. Por isso, o autor buscava entender a consciência, como: "Um sistema semântico dinâmico" (Vygotski, 1932/2022). Assim, para o autor a esquizofrenia também está relacionada com a desestruturação de parte da personalidade: "A desagregação dos sistemas socialmente estruturados da personalidade (...)." (Vygotski 1930/2023a, p. 203)

Nas pessoas com esquizofrenia, a desagregação leva ao processo de regressão no desenvolvimento a uma fase ontogeneticamente anterior que Vygotski (1934/1998; 1934/2015; 1934/2023c; 1930/2023a; 1933/2023b). Mesmo com a ampliação do entendimento da esquizofrenia como uma desagregação da consciência e não apenas do pensamento, o autor mantém a afirmação que há um processo de regressão à fase do pensamento em complexos, porque se torna

muito difícil à pessoa com esquizofrenia formular novos conceitos e pensar de forma lógico-abstrata.

Seguindo essa linha de raciocínio de Vygotski, em nossa análise, o autor parece entender que as pessoas que não chegam ou por algum motivo não chegaram a desenvolver o pensamento em conceito, encontram-se em um estágio primitivo de desenvolvimento. É desta forma que ele analisa, por exemplo, os índios bororós brasileiros, Vygotski (1934/2015 p. 238):

> A afirmação dos bororós dizendo que são papagaios vermelhos[27] nos é tão absurda que atrai a atenção dos investigadores. Não obstante, a análise mais minuciosa de outras conexões menos espetaculares, e que aparentemente não contradizem nossa lógica, convencem-nos que tanto umas como outras foram concebidas no pensamento primitivo sobre o mesmo mecanismo do **pensamento em complexos**.

Vygotski, então, compara a forma do pensamento do povo Bororo ao estágio de desenvolvimento da criança quando esta pensa em complexos. O autor, assim afirma que no pensamento em complexo o significado ainda não assume o papel de conceito. É por esta via que o autor vai analisar o pensamento do povo Bororo e dizer que se trata de pensamento em complexo.

Conforme Vygotski (1934/2015 p. 239):

> Do mesmo modo, para entender a participação no pensamento dos povos primitivos, **a chave é que esses povos não pensam em conceito**, mas sim em complexos e, portanto, em suas línguas a palavra tem uma utilização distinta, é usada de outro modo, não é um meio de formação de conceito.

Se para Vygotski, o pensamento em conceito é o pensamento eminentemente humano, porque foi a forma de pensamento construída social e historicamente, a partir da relação da criança com os outros seres humanos a sua volta, estariam então o povo Bororo fadados a um processo de desenvolvimento incompleto e, portanto, menos humano? E, por isso, sendo denominado como

[27] Vygotski se refere aqui à lenda Bororó em que eles afirmam ser "papagaios vermelhos" (o que deve ser Araras, mas os gringos não conhecem sequer a fauna brasileira ainda se metem a analisar e descrever a cultura do povo Bororó como primitiva e não conceitual.

"povo primitivo"? É neste tipo de racionalismo que caímos quando buscamos interpretar a humanidade em nós a partir do processo de desenvolvimento de determinada característica, como por exemplo, o pensamento em conceito.

A coisa fica ainda mais embaraçosa quando Vygotski, então, concorda com a comparação do pensamento de pessoas com esquizofrenia, que sofreram uma desagregação do pensamento em conceito, ao pensamento de povos primitivos, para validar a sua tese de regressão do desenvolvimento das pessoas com esquizofrenia. Então, Vygotski (1934/2015 p. 239-240 – grifos nossos):

> Por último, Storch tem demonstrado assim mesmo que o pensamento dos esquizofrênicos também tem caráter complexo. Em sua opinião, muitos dos motivos e tendencias peculiares que encontramos no pensamento dos esquizofrênicos tem uma marca em comum: correspondem a uma fase primitiva do pensamento. As representações dos enfermos estão unidas por qualidades conjuntas, agrupadas em complexos. O esquizofrênico **retrocede do pensamento conceitual a uma fase mais primitiva**, caracterizada, como assinala Bleuler, pela abundância de imagens e símbolos. Quiçá, a característica do pensamento primitivo, sublinha Storch, consiste no uso de imagens concretas no lugar de conceitos abstratos.

Vygotski, infelizmente, não nos parece ter conseguido fugir das garras do estruturalismo no que tange sua forma de interpretar a regressão do pensamento na esquizofrenia nem, tão pouco, das análises racionalistas sobre os transtornos mentais no sentido de que estes eram interpretados como a perda da razão. Para Vygotski pessoas com esquizofrenia voltam a pensar como crianças e/ou como povos primitivos ainda que se guardem suas diferenças. Por isso, Vygotski (1934/2015 p. 240) afirma:

> Em consequência, o pensamento nos doentes mentais, no homem primitivo e na criança, apesar de suas diferenças, vemos que a participação constitui um sintoma formal comum na fase primitiva do desenvolvimento do pensamento, o sintoma do pensamento em complexo. A base da participação proporciona em todos os casos do pensamento em complexo e o uso funcional da palavra em qualidade de sobrenome.

Esta análise de Vygotski, eurocêntrica é verdade, não difere das análises dos colonizadores sobre os povos colonizados que são denominados "primitivos" como sinônimo de "selvagens";

comparados às crianças, no sentido de que não passaram pelo processo civilizatório nos moldes europeus nem pela educação formal adquirindo capacidades, como por exemplo a leitura e escrita ou o conhecimento dos conceitos científicos.

E a explicação processual que Vygotski (1934/1998 e 1930/2023) aponta para essa interpretação da regressão na esquizofrenia, é o rompimento dos nexos entre as funções psicológicas superiores cujo centro de ligação era o pensamento em conceito, o que gera a desagregação da consciência, quer dizer, as funções que antes funcionavam de forma interligadas, agora passam a funcionar de modo independente/desconectadas. Essa ideia está diretamente relacionada com outras constatações que o autor faz sobre o desenvolvimento das FPS e do funcionamento do cérebro humano.

Para Vygotski (1931/2002) se em um primeiro período da vida da criança, suas funções elementares estão separadas, a partir de seu nascimento e o processo de desenvolvimento dado pela interação entre o bebê e os outros seres humanos a sua volta, as funções elementares vão deixando de funcionar de forma independentes e passam a se ligar umas às outras. Em um longo processo de desenvolvimento que culminará na idade de transição, onde a criança deixa de utilizar as formas e o conteúdo do pensamento em complexo e passa a pensar em conceitos. O pensamento em conceito só pode se dar pela "neoformação" engendrada pelas alterações dos nexos internos das FPS.

No estudo sobre o desenvolvimento e a desagregação da consciência, Vygotski (1934/2023c p. 274), afirma o seguinte:

> Se é verdade que no decorrer do desenvolvimento infantil as relações entre as funções se modificam, então é justamente no processo de modificação dessas relações interfuncionais que ocorre **a integração entre funções elementares isoladas que leva à formação das funções psíquicas superiores, que aparecem no lugar das funções psíquicas inferiores**.

Esta afirmação é importante para apreendermos seu raciocínio sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Notem que ele afirma que é a integração – a ligação – entre as

funções inferiores que leva à formação das superiores e que estas aparecem no lugar daquelas. Se formos analisar esta afirmação à luz da lógica dialética, então podemos presumir que as funções psicológicas inferiores são superadas – por incorporação – ao longo do processo de desenvolvimento pelas funções psicológicas superiores.

Em sua análise, Vygotski não fala em transformação das funções psicológicas inferiores em superiores, ele fala em formação das superiores. Ou seja, ele aponta para neoformações, assim como fala do pensamento (com o pensamento em conceito), também se refere às outras funções psicológicas como a atenção-voluntária, memória lógica etc.

Entendendo que as funções psicológicas inferiores se subordinam e integram as superiores no processo para a constituição da consciência. O que fica explicitado quando Vygotski (1934/2023c p. 274 – grifos nossos) afirma:

> As pesquisas mostram que as funções psíquicas superiores (memória lógica, atenção voluntária, pensamento) têm uma base psicológica comum, de modo que temos pleno direito de falar em memória voluntária, como falamos em atenção voluntária: poderíamos chamar esta última em atenção lógica ao invés de voluntária. As pesquisas mostram que existe uma forte correlação entre memória voluntária e atenção voluntária. Em outras palavras, as funções psicológicas superiores estão mais correlacionadas entre si do que com as funções psíquicas inferiores correspondentes. (...) **temos sistemas funcionais especiais, que não são uma continuação direta ou um desenvolvimento das funções elementares**, **mas aparecem como um todo** no qual as funções psíquicas elementares existem como **uma das instâncias que entram na composição do todo**.

E aqui é onde reside o problema de sua teoria da regressão na esquizofrenia, porque o autor afirma que ao se romper os nexos entre as funções psicológicas se desfaz o processo de formação psicológica superior, voltando as funções a funcionarem de forma independente e elementar, tal como era em "estágio primitivo". Assim, o Vygotski (1930/2023 p.200) afirma: "A preservação das funções formais por si só e a desagregação do sistema que surge nesse contexto são o que caracterizam a esquizofrenia." O problema é justamente Vygotski tratar as funções elementares,

nos textos sobre esquizofrenia e neste acima citado, como se elas não sofressem qualquer tipo de alteração nesse processo.

Ainda que ele afirme que as funções psíquicas elementares não se transformam em superiores, elas não deixam de sofrer um processo de modificação decorrente do processo de desenvolvimento psicológico. Este processo deve ser apreendido enquanto unidade, como Vygotski (1931/2002 p. 39 - grifos nossos) o compreendia: "(...) o desenvolvimento da criança constitui uma unidade dialética de duas linhas essencialmente diferentes em princípio.".

Por processos elementares, o autor constantemente se refere aos processos que são herdados biologicamente, em outras palavras processos naturais. Em suas análises sobre a "História do Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores" de 1931, Vygotski concorda com a noção de unidade dialética, como mostra a citação utilizada anteriormente. Contudo, ele busca investigar o desenvolvimento biológico e cultural de forma diferente, dando a noção de que ele esperava entender de forma separada até onde vai o que é biológico e onde começa o desenvolvimento cultural.

Para nós, esta ideia de ser possível investigar os processos elementares biologicamente herdados e os culturais de forma isolada, demonstra que Vygotski entendia ser possível esta investigação. E, ainda que possa considerar os processos biológicos dialeticamente superados pelos culturais, ele não considera as alterações que os processos elementares também sofreram ao longo do processo de desenvolvimento.

Isso fica mais evidente quando ele fala sobre as psicopatologias em geral, Vygotski (1931/2006 p. 169) afirma: "A doença é, com frequência, **uma regressão a etapas de desenvolvimento já passadas** e nos permite, diante do estudo comparativo, encontrar o essencialmente novo, específico, nas estruturas que a doença descobre tal como revelam as antigas

camadas quando há uma erosão da superfície.”. A forma de pensar a regressão às etapas já passadas, pode conotar um pode estruturalista de se pensar o desenvolvimento, como se uma fase do desenvolvimento se constituísse sobre a outra, em camadas, sem provocar quaisquer alterações na fase anterior.

Essa conotação não é à toa, pois, Vygotski concorda com Kretschmer de que o desenvolvimento do córtex cerebral da criança se assemelha às camadas geológicas da terra e utiliza esta explicação para as FPS e, como pudemos notar, também a utiliza para o processo de desenvolvimento como um todo. Entendendo, assim, que as funções psíquicas superiores se formam na superfície das funções psíquicas elementares, quer dizer, sobre as funções elementares como se fossem superestruturas, daí que ele conclui que a Psicologia humana deva ser a Psicologia dos Ápices.

Embora ele entenda que as funções elementares componham a formação do todo da consciência, ao que pudemos notar em seus escritos sobre esquizofrenia, Vygotski, em um primeiro momento vai entender que as funções elementares não sofrem alterações. Deste modo, para o autor, nas psicopatologias como a esquizofrenia, essas funções que foram incorporadas pelas FPS, acabam sendo descobertas e passam a funcionar de forma independente como nas fases anteriores do desenvolvimento.

Esta noção que Vygotski aplica ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores é baseada na teoria de Kretschmer sobre o desenvolvimento cerebral. Assim, Vygotski (1931/2002 p. 99):

> A ideia de que a estrutura do desenvolvimento da conduta relembre, em certo sentido, a estrutura geológica da crosta terrestre – ideia que a psicologia genética tem assimilado – é, em nossa opinião, uma das **mais fecundas e beneficiosa no plano teórico**. As investigações têm demonstrado a existência de diversas camadas genéticas no comportamento humano. Neste sentido, a “geologia” da conduta humana é, sem dúvida, o reflexo da origem “geológica” do cérebro e “do desenvolvimento do cérebro”.

> Se analisamos a história do desenvolvimento do cérebro, veremos aquilo que Kretschmer qualificou como lei de estratificação na história do desenvolvimento. Com o desenvolvimento dos centros superiores, os inferiores, mais antigos na história do desenvolvimento, não estão simplesmente separados, mas sim seguem funcionando unidos aos superiores como instâncias subordinadas às suas ordens, de modo que em um sistema nervoso habitualmente são, não se pode diferenciá-los separadamente.
> A segunda lei do desenvolvimento cerebral consiste em um fenômeno que podemos definir como o passo das funções a um nível superior: os centros subordinados não mantêm plenamente seu tipo de funcionamento primário tal como tinham na história de seu desenvolvimento, mas sim entregam uma parte essencial de suas funções anteriores aos novos centros que se estruturam sobre eles. Kretschmer supõe que só no caso de que os centros superiores estejam lesionados e diminuam sua capacidade de funcionamento, a instância dependente se faz independente, manifestando elementos funcionais antigos que perduram, todavia, nela.
> Assim, pois, os centros inferiores **se conservam** em instâncias subordinadas ao se desenvolverem os superiores e o cérebro, em seu desenvolvimento, atende-se a lei da estratificação e **superestrutura** de novos níveis sobre os velhos. A etapa velha não desaparece quando aparece a nova, é **dialeticamente negada por ela,** transfere-se a ela e existe nela.

A longa citação aqui reproduzida, faz-se necessária para acompanharmos o raciocínio de Vygotski sem cortes e analisá-lo em sua íntegra. Nesta citação, mesmo com sua conclusão se referindo à negação dialética dos centros inferiores, ao falar da regressão, como nos casos de lesões, Vygotski concorda com a ideia de Kretschmer de que os centros elementares voltam a funcionar como antes.

O mesmo raciocínio, então, Vygotski aplica ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores e às etapas do desenvolvimento da consciência. O que fica explicitado em suas observações sobre a esquizofrenia quando ele aponta para uma regressão às fases no desenvolvimento ontogenético e o funcionamento independente das funções psicológicas.

Para nós, neste ponto é onde reside o outro equívoco de Vygotski, embora comprometido em entender o desenvolvimento psicológico de forma dialética, o autor parece não considerar que a negação dialética é continuidade na descontinuidade, é suprassunção. Isto quer dizer que, os

elementos que compõem a dinâmica de desenvolvimento, as funções elementares são transformadas com o surgimento das funções superiores sobre elas.

O argumento que Kretschmer usa para afirmar que, em caso de lesão dos centros superiores cerebrais, os centros inferiores voltam ao seu funcionamento original e primário, não serve para as funções psicológicas superiores, sob pena de se incorrer em uma interpretação estruturalista, que não observa a lógica dialética nesse funcionamento. Contrapondo a afirmação de Vygotski, ao final daquela citação.

Vygotski busca na lógica dialética a forma de se apreender o desenvolvimento humano; entendendo que este se dá de forma dialética, seus processos de "involução" devem ser apreendidos, então, como processos de superação dialética. Assim, para Vygotski (1931/2002 p. 96):

> A tarefa que se põe hoje em dia para a psicologia é a de captar a conduta real da criança em toda sua plenitude e riqueza de expansão e apresentar o positivo de sua personalidade. Sem dúvidas, o positivo pode se dar tão somente caso se modifique fundamentalmente a concepção sobre o desenvolvimento infantil e se compreenda que se trata de um complexo **processo dialético** que se distingue por uma complicada periodicidade, a desproporção no desenvolvimento das diversas funções, as metamorfoses ou as funções qualitativas de umas formas em outras, um entrelaçamento de processos evolutivos e involutivos, o complexo atravessamento entre os fatores externos e internos, um complexo processo de superação de dificuldades e de adaptação.

Nesta citação podemos ver que Vygotski utiliza a ideia de superação, aponta que os novos processos que se formam a cada fase do desenvolvimento vão incorporando os elementares. Contudo, as funções elementares também sofrem transformações nesse processo; elas não se transformam em funções superiores, mas se incorporam na base de funcionamento das superiores, que assumem a preponderância na atividade.

É a noção da negação hegeliana por superação, em que a síntese é constituída pela combinação de tese e antítese onde ambas perdem elementos de suas características originais e se

combinam gerando novo elemento com características distintas das que o originou, embora contenha essas características. Vejamos, por exemplo, como Vygotski (1931/2006 p. 257 – grifos nossos) descreve o processo de passagem de uma fase do desenvolvimento a outra:

> Dir-se-ia que o desenvolvimento progressivo da personalidade da criança, a ininterrupta criação do novo, tão manifesta nas idades estáveis, se detém provisoriamente nos períodos de crise, freia-se temporariamente. Passam ao primeiro plano os processos de extinção e retirada, decomposição e desintegração de tudo o que se tinha formado na etapa anterior e caracterizava a criança em dita idade. **A criança mais perde o que adquiriu do que adquire algo novo**. (...) A criança ao entrar nos períodos de crise, se diferencia melhor por características contrárias: perde os interessantes que antes, todavia, orientava sua atividade, que antes ocupava a maior parte do seu tempo e atenção, e agora se diria que se esvaziam as formas de suas relações externas, assim como sua vida interior.

A noção de perda, antes do processo de criação das novas funções, nos momentos de crise de desenvolvimento, é analisada a partir da lógica dialética, algo que se perde porque está em processo de transformação em algo novo, uma nova função que é constituída a partir da negação dialética das já existentes. Para Vygotski, os períodos de crise de desenvolvimento são fases negativas do processo, por causa desse caráter da perda.

O próprio autor afirma a noção de negação como superação no desenvolvimento humano. Em Vygotski (1931/2002 p. 118-119 – tradução nossa), podemos ler:

> No caso dado, em nossa avaliação, a relação entre as formas superiores e inferiores pode ser expressa de uma maneira melhor, ao reconhecer que em dialética habitualmente chamam "superação". Os processos e leis inferiores, elementares, que as governam são categorias superadas.
> Hegel diz que tem que se recordar o duplo significado da expressão alemã "snimat" (superar). Entendemos esta palavra em primeiro lugar como "ustranit-eliminar", "otrissat-negar" e dizemos, segundo isto, que as leis estão anuladas, "uprazdneni-suprimidas", mas esta mesma palavra significa também "sojranit-conservar" e dizemos que algo "sojranim-conservaremos". O duplo significado do termo "snimat-superar" se transmite habitualmente bem no idioma russo com ajuda da palavra "sjoronit-esconder ou enterrar" que também tem sentido negativo e positivo – destruição ou conservação.

Pela lógica dialética, como o próprio Vygotski expõe, devemos entender, então, o desenvolvimento pela superação das funções inferiores e o aparecimento das superiores,

conservando as inferiores. Mas, essa conservação não é uma conservação em sua íntegra, pois mesmo conservadas e compondo o todo do processo de formação da consciência, as funções elementares também sofreram mudanças e não são mais as mesmas que eram anteriormente.

Por isso, ao afirmar os processos regressivos na esquizofrenia, como se fosse possível regressar a estágios anteriores e que estes estão na base dos superiores ou do imediatamente mais desenvolvido, Vygotski não observa que para se desenvolver os estágios superiores, os inferiores também foram transformados e incorporados. Ou seja, embora haja uma conservação é uma conservação e não conservação. Na realidade, em termos lukacsianos é o que se chama da "continuidade na descontinuidade".

É nisso que consiste a análise histórica do desenvolvimento psicológico, apreender que há uma certa conservação de elementos, mas também uma não-conservação desses elementos ao mesmo tempo. Em outras palavras, as funções elementares não desaparecem de vez, mas são sim transformadas quando se ligam para formar as superiores e passam a ser submetidas às leis de funcionamento das funções superiores.

Para explicarmos melhor esse processo e como o entendemos, vamos utilizar o mesmo exemplo da molécula da água de Vygotski. Para formar a água temos a combinação de dois elementos distintos – hidrogênio e oxigênio. Ambos se combinam, dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, essa combinação forma a molécula da água por elementos químicos que perdem suas características nessa combinação e se transformam em um novo elemento, ou em um novo produto que é mais complexo. Este novo produto – a água - é independente dos elementos em separado que a constitui, possuindo também características independentes, pois é sabido que a água apaga o fogo enquanto oxigênio sozinho e hidrogênio sozinho são combustíveis que alimentam o fogo. Até aqui, estamos de acordo com a explicação de Vygotski.

Mas, ocorre que hidrogênio e oxigênio são elementos químicos que podem ser encontrados de diversas formas na natureza, inclusive de modo independente um do outro. Embora existam átomos de hidrogênio e oxigênio combinados que formam a água, na natureza também existem outros átomos dos mesmos elementos químicos de forma isolada. O mesmo não ocorre para no psiquismo humano quando se trata de funções psicológicas, não existem as funções elementares que são suprassumidas pelas superiores e as funções elementares que continuam existindo sem qualquer tipo de alteração para que se possa retornar ao seu modo de funcionamento quando as funções superiores foram desintegradas.

Se há um "retorno" é a um estágio que também sofreu transformação e por isso já não é mais o mesmo que era antes do processo de desenvolvimento. De todo modo, não é um retrocesso que ocorre no processo de desenvolvimento psíquico. A não ser que queiramos ou admitamos uma interpretação paralelista e estruturalista do processo de desenvolvimento. O que não é o caso, pois Vygotski é um teórico marxista. Portanto, entendemos que não se pode falar em retorno a estágios pregressos, mas sim em novas formas de desenvolvimento, novos caminhos do desenvolvimento do psiquismo a partir do advento do adoecimento.

Como dissemos, apreender as ideias de Vygotski sobre um tema requer uma análise de sua obra como um todo e como estamos demonstrando aqui, em seus próprios textos encontramos caminhos para a análise das questões em aberto. Neste sentido, é importante demonstrar que quando o autor escreve sobre o desenvolvimento do sistema nervoso em 1934, ele faz uma ressalva sobre a forma como utiliza a palavra regressão. Assim, Vygotski (1934/ 2009 p. 27 – tradução nossa) ressalva: "Seria incorreto pensar que, diante de lesões cerebrais, observa-se um regresso direto às etapas anteriores do desenvolvimento. Eu disse que isso só se pode compreender como **analogia, como semelhança externa**.".

Apesar disso, no que diz respeito às observações sobre a esquizofrenia, parece-nos que a noção dialética de superação para Vygotski ainda não estava bem aplicada para se apreender a unidade psicofísica. Como pudemos notar em toda essa discussão o próprio autor fala em "perdas" do que se conquistou em estágios pregressos do desenvolvimento, e conhece a noção hegeliana de superação, resgatando-a, a partir da leitura marxista e leninista, e empregando-a em sua teoria do desenvolvimento humano.

No entanto, entendemos que o autor acaba caindo em contradição em relação a própria teoria do desenvolvimento em suas observações sobre a esquizofrenia. E isto ocorre porque, em nossa análise, ele utiliza as conclusões da teoria de Kretschmer sobre o desenvolvimento dos centros cerebrais para explicar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

O que ao nosso ver incorre seu principal equívoco nesse momento, pois, se entendemos que o substrato biológico está superado dialeticamente pelos processos sociais na espécie humana, então, a lógica de explicação da relação entre as funções psicológicas superiores e os centros cerebrais deve ser invertida. Ou seja, ao invés de se analisar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores pela mesma ótica do desenvolvimento dos centros cerebrais, o correto seria analisar o desenvolvimento dos centros cerebrais pela lógica do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ou seja, analisar o desenvolvimento biológico como superado pelo cultural e submetido às leis do desenvolvimento cultural.

Neste sentido, podemos falar em unidade entre as funções do substrato biológico cerebral e as funções psicológicas superiores, mas não em identidade. Desta forma, se há um funcionamento em unidade dialética, o que prepondera nessa unidade, sua superestrutura são as funções psicológicas superiores que adquirem relativa autonomia em relação ao substrato cerebral.

A constatação da unidade dialética entre “mente” e “corpo”, “psiquismo e biológico”, têm em Vygotski duas importantes referências filosóficas, uma é a leitura marxista da obra de Espinosa e a ideia da: “(...) unidade da consciência (conceito = afeto = vontade) e a hipótese da unidade da alma e do corpo explicam isso.” (Vygotski, 1934/2022 p. 320 – tradução nossa). E a segunda influência, como vimos afirmando, é o conceito hegeliano de unidade dialética (incorporada criticamente também por Marx e Lênin) que assim é definida por Vygotski (1934/2015 p. 37 – tradução nossa): “por unidade entendemos o resultado da análise que, diferentemente dos elementos, goza de todas as propriedades fundamentais características do conjunto e constitui uma parte viva e indivisível da totalidade.”.

Neste sentido, a noção de “unidade” entre o cérebro – enquanto substrato material dos processos psicológicos – e as funções psicológicas superiores é fundamental para o entendimento de que as funções psicológicas são desenvolvidas a partir da relação com o meio social e histórico. Além disso, a noção de unidade nos auxilia no entendimento do surgimento de neoformações sem que estas estejam, necessariamente, inscritas no substrato biológico ou, por outro lado, de funções que demandem uma neomorfologia correspondente, pois as FPS adquirem relativa autonomia.

Essa é a principal crítica vygotskiana, por exemplo, ao paralelismo psicofísico. Conforme Vygotski (1931-32[28]/2022 p. 365 – grifos e tradução nossas):

> O principal: a possibilidade, introduzida pela consciência, de um novo movimento, uma nova mudança do processo psicofisiológico, de novas conexões, de um novo tipo de desenvolvimento das funções, em particular, do desenvolvimento histórico com uma mudança das conexões interfuncionais – um caso impossível no plano do desenvolvimento orgânico: os sistemas psicológicos.

[28] Nas observações que precedem as notas onde se encontra esta citação, Zavershneva e Van der Veer apontam que a maioria das anotações contidas neste capítulo são do ano 1932, podendo algumas serem de 1931, mas não especificam quais.

Nesta passagem Vygotski aponta para a consciência cujo desenvolvimento transcende e supera dialeticamente os limites das barreiras orgânicas dadas. Portanto, entender que as funções elementares ao se ligarem promovem também a conexão dos centros cerebrais que funcionam de forma independente e que funções elementares, córtex cerebral e funções psicológicas superiores constituem uma unidade, uma totalidade: a consciência humana.

Por esta razão, também, Vygotski e Luria vão ratificar a ideia do funcionamento reflexo cerebral de Pavlov, que o cérebro humano funciona a partir dos estímulos externos. Mas, para Vygotski e Luria, este reflexo não se dá de forma espelhada, passa pela vivência da pessoa que refrata as experiências vividas a partir da história de seu desenvolvimento ontogenético. Esses autores, também vão demonstrar que os estímulos externos são, sobretudo, estímulos estabelecidos a partir das relações entre as pessoas. E ao longo do processo de desenvolvimento psíquico, esta relação que está fora, passa a ser uma relação interna, a mediação externa passa a ser a mediação interna.

Para Vygotski (1930/2023a p. 186): “Ao estudarmos os processos de funções superiores em crianças, chegamos a uma conclusão que nos impressionou: em seu desenvolvimento, toda forma de comportamento aparece duas vezes em cena: primeiro como uma forma coletiva de comportamento, como função interpsicológica; em seguida, como função intrapsicológica, como certo modo de comportamento.”.

Em outras palavras, o externo organiza o interno. Para o cérebro humano são as mediações externas que determinam e organizam o funcionamento de seus centros de forma conjunta. O que Luria (Fundamentos de Neuropsicologia) denomina “funcionamento cerebral em conserto”.

De acordo com Vygotski (1934/2009 p. 34 – grifos e tradução nossas): “(...) na realidade a psiquê não se desenvolve sem o cérebro e o cérebro não se desenvolve sem o sistema endócrino:

tudo isso constitui um processo **único**.". A partir da compreensão que o substrato biológico forma com o psicológico uma unidade dialética, Vygotski (*idem*) entende que, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, tanto o substrato biológico como o substrato psicológico compartilham a mesma lei geral de desenvolvimento, o que corrobora para apreensão da unidade psicofísica humana: (...) temos encontrado a fórmula geral que nos ajuda a compreender a essência de todos os aspectos do desenvolvimento da criança. Precisamente temos encontrado que a essência desse desenvolvimento consiste na mudança das relações que existem dentro da unidade dada e que **o organismo constitui uma unidade complexa**. (p. 35 - tradução e grifos nossos)

Neste sentido, Vygotski (1930/2023a p. 206 - grifos nossos) demonstra a lei básica de funcionamento cerebral e como o que está fora direciona e puxa o desenvolvimento do funcionamento cerebral:

> **Na personalidade, unem-se formas de comportamento que antes eram compartilhadas entre duas pessoas:** ordem e execução; antes elas se originaram de dois cérebros, um agia sobre o outro, digamos, mediante a ajuda da palavra. Quando elas se unem em um cérebro temos o seguinte quadro: o ponto A no cérebro não pode alcançar o ponto B por meio de uma linha reta, eles não estão naturalmente ligados. As possíveis ligações entre partes isoladas do cérebro são estabelecidas pelo sistema nervoso periférico.

A determinação social é o que puxa o desenvolvimento, inclusive do substrato biológico, por meio da mediação externa. Neste sentido, é possível apreender as leis gerais do desenvolvimento da unidade psicofísica, entendendo que "(...) o desenvolvimento do psicológico é o aspecto funcional do desenvolvimento do sistema nervoso." (Vygotski, 1934/2009 p. 35 – tradução nossa).

Isto fica evidente quando Vygotski (1930/2023a p. 206) relata a experiência com pessoas com Parkinson, por exemplo:

> (...) pacientes com lesão nos sistemas cerebrais não tem condições de fazer algo diretamente, mas consegue executar se falar para si mesmo. Observamos um quadro clínico semelhante em pacientes com Parkinson. Eles não conseguem dar um passo; mas, se você

> diz a esse paciente “Dê um passo” ou se cola um pedaço de papel no chão, ele consegue. (...) Por que o paciente com Parkinson consegue andar quando pedaços de papel são colocados no chão? Há duas explicações para isso. Uma delas foi dada por I. D. Sapir: o paciente com Parkinson quer levantar a mão quando alguém pede a ele que o faça, mas esse impulso não é suficiente; quando o pedido é associado a outro impulso (visual), ele consegue. O impulso adicional age como o principal. É possível compreender o quadro de outra forma. Há um distúrbio no sistema que permite a ele erguer a mão. Mas ele pode ligar um ponto do cérebro a outro por meio de um signo externo.

A explicação apresentada por Vygotski em contraponto à de Sapir é o fundamento principal na neuropsicologia luriana e confirmam nossas afirmações que a relação estabelecida com o meio puxa o desenvolvimento do funcionamento cerebral em conserto. Isto que dizer que, embora haja um comprometimento de funções cerebrais importantes, o uso de mediações externas, de instrumentos e ferramentas externas que possam dar conta de compensar a função lesionada, ajuda na execução de determinada tarefa e pode auxiliar na reabilitação da função lesionada.

Por isso, dentro dos princípios das explicações vygotskianas do funcionamento cerebral, buscamos demonstrar que a lógica de funcionamento entre os centros inferiores e superiores cerebrais deve ser entendida à luz da lógica do funcionamento das funções psicológicas superiores. O exemplo do paciente com Parkinson acima demonstra isso, que as funções psicológicas se formam na relação com as pessoas a nossa volta e isto está na base da determinação social do funcionamento cerebral.

O texto de Vygotski intitulado “Desenvolvimento do Sistema Nervoso” que, de acordo com Luria (1966) foi publicizado seis semanas antes de sua morte em 1934, contém ideias importantes sobre as leis do desenvolvimento do sistema nervoso que, em nossa análise, superam as apresentadas por Vygotski em 1931. Para nós, Vygotski acaba por superar essa dicotomia que parece rondar seus textos de 1931 entre desenvolvimento biológico e cultural, explicitando o caráter social do substrato biológico humano.

Por esse motivo, é preciso nos atentarmos que algumas das ideias mais importantes de Vygotski sobre a esquizofrenia datam do ano de 1932. No entanto, ao investigar outras psicopatologias em 1934, o autor aponta para um entendimento diferente do apresentado nos textos sobre esquizofrenia, no que se refere a ideia de regressão.

Ao comparar as lesões cerebrais nas mesmas áreas em crianças e adultos, Vygotski (1934/2023c p. 284-285) diz:

> Conhecemos a lei de transição de uma função para cima. Sabemos que nos primeiros meses de vida da criança é possível observar um funcionamento independente de centros que, no adulto, só funcionam de forma independente em casos patológicos. A transição da função para cima significa que certa dependência se estabelece entre os centros inferiores e superiores. Uma criança que não desenvolveu a percepção não pode desenvolver a linguagem, pois no funcionamento normal da percepção há um pré-requisito para o desenvolvimento normal dos sistemas superiores.

Aqui Vygotski demonstra a lei da dialética, toda síntese forma com a tese e a antítese uma relação de "certa dependência" no sentido que para se formar, a síntese depende da tese e da antítese. No caso do desenvolvimento infantil, para formar as funções psicológicas superiores há um pré-requisito, que outras funções elementares estejam já formadas. É preciso lembrar que as funções elementares que, em linguagem dialética, são a tese e antítese, também passam por processos de transformações até chegarem a ser as funções que combinadas formarão a função psicológica superior, ou a síntese dessa combinação.

Neste sentido, é correto afirmar a unidade entre as funções psicológicas e não sua identidade, o que confere à função psicológica superior uma relativa independência das inferiores depois de formada e, assim, uma lesão em uma pessoa adulta com suas funções superiores já formadas afeta menos, em termos gerais de funcionamento cerebral, do que em uma criança.

O exemplo descrito por Vygotski (1934/2023c p. 285), nos ajuda a entender melhor esta questão:

> (...) a lesão na zona ótica cortical em adultos é um comprometimento relativamente leve. Quando esse tipo de lesão ocorre em uma criança pequena ela terá deficiência mental. Ocorre algo impressionante: a criança com deficiência visual central será deficiente mental, ao passo que o adulto com a mesma deficiência terá todas as suas funções superiores preservadas. Parece-me que esse fato é explicado pelas dependências indicadas.

Não resta dúvidas, aqui também, que a preocupação de Vygotski era apreender os fenômenos psicológicos a partir da unidade dialética entre os fenômenos fisiológicos e psicológicos. Conforme Vygotski, (1931-32[29]/2022 p. 365 – grifos nossos):

> Nosso ponto de vista: **unidade dos processos psicofisiológicos** e **supremacia do aspecto psíquico**, estudo dos processos psicológicos; estudo dos ápices no problema psicofísico.
> O principal: a possibilidade, introduzida pela consciência, de um novo movimento, uma nova mudança do processo psicofisiológico, de novas conexões, de um novo tipo de desenvolvimento das funções, em particular, do desenvolvimento histórico com uma mudança das conexões interfuncionais – um caso impossível no plano do desenvolvimento orgânico: os sistemas psicológicos.

As duas informações que grifamos são essenciais para a nossa discussão, uma aponta para a preocupação de Vygotski em apreender os processos psicofisiológicos enquanto unidade dialética no processo de desenvolvimento humano.

Embora, Vygotski demonstre, por meio dos exemplos acima citados (das lesões cerebrais), a unidade dialética do funcionamento psicofísico, no que tange à esquizofrenia, esta interpretação parece não ter sido aplicada. O que fica demonstrado por sua observação sobre um processo regressivo na esquizofrenia. Esta noção segue sendo reafirmada em seus últimos escritos sobre o tema, mesmo nos textos produzidos em 1934.

É preciso entender o movimento teórico que compõe a teoria vygotskiana, como uma teoria viva que apresenta fundamentos importantes para apreensão do psiquismo humano e suas formas patológicas como a esquizofrenia. Vygotski, pois, afirma a preponderância do psicológico ao

[29] Nas observações que precedem as notas onde se encontra esta citação, Zavershneva e Van der Veer apontam que a maioria das anotações contidas neste capítulo são do ano 1932, podendo algumas serem de 1931, mas não especificam quais.

biológico na unidade psicofísica, e isto só o faz por sua apreensão dos princípios da ontologia do ser social que estavam contidos em Marx (sobretudo nos manuscritos de Paris), e estão contidos em Vygotski.

Vygotski não viveu o suficiente para ter acesso ao desenvolvimento desses princípios ontológicos feito por Lukács. O desenvolvimento da teoria marxista até os dias de hoje, deve nos servir de apoio e análise crítica aos textos de Vygotski como fruto de seu tempo histórico e do desenvolvimento do marxismo até aquele momento em que ele produzia sua teoria do psiquismo humano.

Isto posto, será, então, pela dialética hegeliana, conforme a leitura materialista de Marx, que Vygotski vai apreender o processo de desenvolvimento humano, diferenciando do processo de desenvolvimento animal, assim Vygotski (1931/2002 p. 38 – tradução nossa) afirma:

> Sobre sua qualidade podemos dizer com Hegel que algo é o que é graças a sua qualidade e quando a perde deixa de ser o que é, porque o desenvolvimento da conduta desde o animal ao ser humano deu origem a uma qualidade nova. Esta é nossa tese principal. O desenvolvimento não se esgota com a simples complexidade das relações entre estímulo e resposta, que já conhecemos na psicologia animal. Tão pouco vai pelo caminho do aumento quantitativo e o incremento de suas relações. Há em seu centro um salto dialético que modifica qualitativamente a própria reação entre estímulo e resposta.

Nosso autor chega a esta conclusão porque ele sabe que o desenvolvimento psicológico é essencialmente social e, consequentemente, o social é preponderante ao biológico. O que fica explícito quando Vygotski (1930/2023a p. 189 – grifos nossos) afirma que:

> Não temos fundamento para supor que o cérebro humano, do ponto de vista biológico, tenha passado por uma evolução substancial ao longo da história humana. Não temos fundamento para supor que o cérebro do homem primitivo fosse diferente do nosso, que fosse um cérebro incompleto ou tivesse uma estrutura biológica distinta da nossa. **Todas as pesquisas biológicas conduzem à ideia de que o homem primitivo que conhecemos é, em termos biológicos, plenamente digno do título de ser humano. A evolução biológica do ser humano foi concluída antes do início de seu desenvolvimento histórico.**

Notem, Vygotski aqui nos coloca que a biologia humana já estava completa, antes do início do seu desenvolvimento histórico. O que vem depois disso? O que se desenvolve depois disso? Por que nossa consciência hoje é diferente da consciência desenvolvida pelo homem primitivo?

A resposta a estas perguntas só podem ser encontradas fora da anatomia e fisiologia do cérebro humano, ela está no grau de desenvolvimento das forças produtivas, na forma como os seres humanos produzem e reproduzem a vida, estabelecem suas relações entre si e com o meio a sua volta criando uma sociabilidade cada vez mais complexa, criando, em cada particularidade histórica e social, a cultura. Assim, para Vygotski (1931/2002, p. 21):

> Também o homem possui um sistema de atividade que delimita seu modo de conduta. Por exemplo, neste sistema não está incluída a possibilidade de voar. Mas, o ser humano é superior a todos os animais pelo fato de que o raio de sua atividade se amplia ilimitadamente graças às ferramentas. Seu cérebro e sua mão têm estendidos, de maneira infinita, seu sistema de atividade, quer dizer, o âmbito de alcançáveis e possíveis formas de conduta.

E isto muda toda a forma de organização também da atividade do organismo biológico humano. No exemplo dado por Vygotski, o ser humano não tem em seu organismo prescrito, previamente dado, órgãos que lhe possibilite voar. E se voamos é porque construímos ferramentas que nos possibilitam a extrapolar os nossos limites biologicamente dados e esta atividade é social, pois, está apoiada no acúmulo histórico do desenvolvimento das ferramentas pela humanidade, no processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Neste sentido, Vygotski demonstra a preponderância do social ao biológico, é por isso que ele afirma que é a aprendizagem que "puxa o desenvolvimento". Não se trata de negar o substrato biológico, mas de apreendê-lo como substrato biológico-social, desse ser que se destacou na natureza formando uma nova espécie que é uma unidade psicofísica ontologicamente social.

Por isso, diferente de Piaget, Vygotski não entende que o desenvolvimento e o amadurecimento biológico devam se dar antes que a criança possa aprender determinada coisa.

Vygotski sabe que a aprendizagem é uma vivência social e histórica que promove o desenvolvimento e a transformação também do substrato biológico. É, ao nosso ver, desta forma que se deve interpretar o processo de Zona de Desenvolvimento Próximo, entendida como o processo de funcionamento das funções psicológicas superiores, para além do processo ensino-aprendizagem formal.

Apesar disso, Vygotski derrapa em algumas análises, como estamos tentando demonstrar aqui em sua noção de regressão na esquizofrenia. E isto ocorre, em nossa análise, porque Vygotski apresenta indícios de um pensamento ontológico marxiano não bem elaborado, mas indicado, e daí entende a necessidade de diferenciar a psicologia humana da psicologia animal.

Esses indícios ontológicos estão presentes em sua análise sobre a integração e a desintegração da consciência, quando Vygotski (1934/2023 p. 276) afirma:

> Penso que, nesse caso, os psicólogos se baseiam integralmente na posição de que o salto dialético não é apenas a passagem de uma matéria morta para uma matéria viva; o salto dialético é também a passagem da sensação para o pensamento. Isto significa que existem leis especiais para o pensamento, as quais não se reduzem às leis que regem a sensação. Isso quer dizer que, embora a consciência sempre reflita a realidade, ela o faz não apenas de um único modo, mas de maneiras diversas. Esse modo generalizado de refletir a realidade é, penso eu, um modo de pensamento especificamente humano.

Aqui Vygotski denomina “salto dialético” o que, para nós, pode ser considerado o equivalente ao que Lukács denomina “salto ontológico”, mas nas análises vygotskianas, diferentemente das lukacsianas, a passagem é da sensação para o pensamento. Assim, ao final dessa passagem, Vygotski termina enfatizando que o pensamento é uma característica eminentemente humana que nos difere das outras espécies na natureza e que este é construído social e historicamente.

A ênfase ao pensamento, ou a conclusão de que nós seres humanas pensamos de forma diferente das outras espécies na natureza está correta, mas não é apenas o pensamento que difere

na espécie humana e sim toda a nossa constituição psicofísica. Sem esta compreensão, corremos o risco de recair em um racionalismo, onde o pensamento lógico-racional é o que nos diferencia das demais espécies. Dito de outra forma, em nada se avança em relação às proposituras cartesianas "penso logo existo".

Vygotski não é cartesiano, pelo contrário, buscava estudar o ser humano a partir do princípio monista espinosano, chegando a afirmar que fazia uma leitura marxista de Spinoza. (Vygotski, 1932/2022). Apesar disso, em seus estudos com pessoas com esquizofrenia e suas conclusões sobre o fenômeno apresenta ainda esses traços racionalistas cartesianos no modo de entender o fenômeno, quando Vygotski trata o pensamento em conceito como central das neoformações psíquicas da idade de transição como as funções eminentemente humanas e repete que os animais e os "primitivos" (na comparação com o povo Bororo) estão abaixo dessa forma de pensamento.

Para nós, o problema teórico do desenvolvimento do psiquismo em Vygotski, agudiza-se justamente na centralidade que ele dá ao pensamento em conceito, entendendo, pois que este é o estágio de desenvolvimento humano a ser alcançado. No que podemos notar, há em Vygotski uma tentativa de transpor, ao desenvolvimento do pensamento humano, a análise metodológica de Marx e Lênin sobre a "construção de conceitos científicos" no processo de pesquisa sobre um objeto. Nesse sentido, Vygotski (1934/2015 p. 259 – grifos nossos) afirma:

> Inclusive o adulto, como tínhamos assinalado antes, está muito distante de pensar sempre em conceitos. Com frequência **seu pensamento se realiza a nível de complexos, descendo, às vezes, a formas mais elementares, mais primitivas.**
> Mas, incluindo os conceitos utilizados, tanto pelo adolescente quanto pelo adulto, unicamente na esfera da experiência cotidiana não costumam superar o nível dos pseudoconceitos e, ainda que possuam as características dos conceitos desde o ponto de vista lógico-formal, **para a lógica dialética não são, sem dúvidas, conceitos**, continuam sendo tão somente representações gerais, ou seja, complexos.

Esta passagem ilustra (vide grifos) o que vimos criticando na teoria vygotskiana do desenvolvimento e da formação de conceitos: a) uma tendência estruturalista de pensar o desenvolvimento do pensamento, como se as fases do desenvolvimento estivessem estruturadas umas por cima das outras sem que sofressem também transformações de uma passagem do desenvolvimento para a outra e, assim, somos capazes de transitar entre essas fases "descendo" de nível de desenvolvimento mesmo na execução das funções triviais e cotidianas; b) a transposição do que se entende como "conceito científico" no método materialista histórico e dialético, pois no segundo destaque da passagem, em nossa análise, ele parece afirmar que as formas operativas do pensamento no adulto não são consideradas conceitos para os parâmetros da lógica dialética.

Daí, para nós, decorre a noção que Vygotski defende da apropriação e conhecimento dos conceitos científicos como caminho para o desenvolvimento do pensamento conceitual. Donde decorre sua ideia de que povos indígenas não pensam em conceito por não terem acessado formas "civilizatórias" da cultura europeia que os possibilitem a ascender a essa fase de desenvolvimento. Ao que nos parece, Vygotski confunde a complexificação de uma característica humana com a totalidade dela ou a forma superior de desenvolvimento. Isto quer dizer que, sociedades que possuam modos de produção e reprodução da vida menos complexas tendem a exigir formações superiores da consciência menos complexas, em relação, às sociedades que desenvolveram formas mais complexas de produção e reprodução da vida.

A maior ou menor complexificação da consciência e de suas formas de processamento da realidade, não extingue nos seres humanos com modos de vida menos complexos a capacidade de desenvolver o pensamento em conceito, e desenvolve dentro das exigências que sua sociabilidade lhe impõe. Como o próprio Vygotski (1934/2015 p. 204) afirma: "São precisamente as tarefas que o entorno social propõe ao adolescente, a necessidade que cria e estimula, os objetivos que lhe

sugerem, o que o incita e o obriga a dar esse passo decisivo no desenvolvimento do seu pensamento.”.

O ser humano, ontologicamente se constituiu como ser social ao longo do processo de desenvolvimento filogenético da espécie humana. Entender que só se atinge certos níveis de pensamento, como o pensamento em conceito, por dada organização civilizatória e cultural é uma interpretação equivocada, colonialista, pois todo exemplar da espécie humana é capaz de desenvolver pensamento conceitual. Isto não diz respeito a sua cultura e ao nível de escolaridade formal. Os processos indígenas de entendimento das forças naturais, sua mitologia e suas lendas em nada diferem das mitologias gregas, por exemplo.

O ser social produz conhecimento a partir de todas as práxis seja o senso comum, a arte, a religião, a filosofia ou a ciência, todas, observando suas particularidades, resguardam graus de complexidade, ou seja, conhecimentos que exigem mediações mais complexas e, por isso, realizam pensamentos mais complexos/mediados. Assim, saberes populares/comunitários em sociabilidades onde há um complexo de reprodução social com mediações coletivas mais estruturadas estão produzindo conhecimento e constituindo processos subjetivos com a potencialidade própria do ser social como ser da práxis.

O ser humano é o ser da práxis! Em sua práxis fundante e em qualquer outra dessas, tem sua capacidade de formulação complexa - mediada, para além da imediaticidade - dentro da sociabilidade e não somente na especificidade de um tempo histórico ou particularidade dotada de elevado saber científico/racional. É preciso entender a particularidade do saber científico e a primazia do pensamento em conceito, observando sua diferença de outras práxis, sem cair nas leituras reducionistas de hierarquização dessas práxis e muito menos no entendimento das capacidades subjetivas/psíquicas dos sujeitos individuais

Assim, a diferença dos povos indígenas para os povos europeus que vivem nos centros urbanos é a complexificação de sua forma de produção da vida, a exigência externa e não interna, de desenvolvimento de formas mais complexas de pensamento ou não. E isto está descrito pelo próprio Vygotski (1934/2015) aponta para as exigências externas como àquilo que engendra o desenvolvimento do pensamento em conceito no adolescente:

> (...) a força desencadeante do processo, que põem em marcha os mecanismos de amadurecimento do comportamento, e o que o fazem avançar no desenvolvimento, não está dentro do adolescente e sim fora dele.
> Neste sentido, as tarefas que o meio social impõe ao adolescente, relacionadas com seu ingresso no mundo cultural, profissional e social dos adultos, constituem, em realidade, um elemento funcional extremamente importante, que explicita uma vez mais o condicionamento mútuo, a unidade orgânica e a coesão interna dos aspectos de conteúdo e forma no desenvolvimento do pensamento. (p. 204 – tradução nossa)

Dentro da lógica vygotskiana de se entender o desenvolvimento do pensamento, é preciso destacar que, de fato o aprendizado de conceitos científicos que explicam e apreendem os fenômenos estudados (mesmo os produzidos pela ciência burguesa eurocêntrica) complexificam e ampliam o significado dos conceitos cotidianos. Mediam de forma qualitativamente diferente o nosso modo de agir e transformar o mundo a nossa volta. Neste sentido, concordamos com Vygotski (1934/2015 p. 301 – tradução nossa) quando ele afirma: "(...) os conceitos científicos e os cotidianos têm uma relação distinta com o objeto e uma forma diferente de captação deste no pensamento.".

Mas, a ciência é apenas uma das formas de conhecer o mundo, de desenvolver o significado das palavras, pela via da ciência e da produção dos "conceitos científicos" podemos conhecer um aspecto do objeto e acessá-lo de determinada maneira; mas pelas artes, por exemplo, podemos conhecer e acessar o mesmo objeto de maneiras distintas. Ambas as formas de conhecimento nos auxiliam na apreensão do objeto do conhecimento e ampliam a nossa capacidade de generalização sobre o objeto.

O desenvolvimento filogenético humano, sua passagem do ser animal ao ser social já está dado e este processo não se repete a partir do nosso nascimento. Quando nascemos, já nascemos criança humana e por isso ser social e por isso dependemos do estabelecimento de relações com os outros seres humanos a nossa volta para sobrevivermos e para desenvolvermos enquanto seres sociais e humanas capazes de desenvolver raciocínio lógico-abstrato por meio da mediação do signo linguístico. E a cada fase desse processo de desenvolvimento, superamos características adquiridas na fase anterior e desenvolvemos novas características que transformam as que já existiam nesse processo dialético de superação das fases precedentes.

As relações sociais que estabelecemos com as pessoas a nossa volta, as exigências sociais e as necessidades mudam ao longo do processo de crescimento. Todos os elementos que compõem a unidade psicofísica humana se transformam, muda de acordo com o que está fora dessa unidade, as exigências e mudanças na nossa sociabilidade e no modo de produção e reprodução da vida.

Por isso, do mesmo modo que não podemos inferir que há seres humanos adultos que não adquiriram a capacidade de pensar em conceitos, ou melhor, que não desenvolveram a forma humana consciência, uma vez que para Vygotski o desenvolvimento do pensamento em conceito parece ser a essência da consciência humana; não podemos falar em regressão a fases precedentes desse processo de desenvolvimento, ainda que de forma análoga, não é possível para casos de esquizofrenia, pois o processo próprio do desenvolvimento transforma as fases precedentes, promove perdas e superação, mudanças significativas nas formas de funcionamento das funções elementares na formação das superiores. Talvez possamos falar em alteração da consciência, promovida pelo processo de desagregação, mas não de regressão de seu desenvolvimento.

Nos textos sobre esquizofrenia a preocupação de Vygotski, a princípio, era entender o desenvolvimento da consciência na fase de transição. Fundamentalmente, o autor queria

demonstrar que nesta fase de desenvolvimento ocorrem novas formações em termos de desenvolvimento psicológico e descobre nos processos investigativos com pessoas com esquizofrenia um caminho para sua pesquisa sobre o desenvolvimento da consciência normal. E por isso Vygotski (1933/2023b p. 215) escreve:

> (...) casos incomparáveis a tudo o que já foi descrito até o presente, casos únicos e excepcionais de desenvolvimento psicológico e alteração da consciência e de suas funções, os quais lançam luz sobre a organização normal da consciência e, o principal, sobre a organização normal das relações entre a consciência e suas funções e o curso normal de seu desenvolvimento.

Contudo, os resultados de suas investigações, traz mais do que a informação que ele buscava sobre o desenvolvimento adolescente e, como já apontamos, somadas a outras observações o faz mudar radicalmente sua teoria do desenvolvimento da consciência humana. E, é possível que, a partir dessa virada teórica, o autor tenha tido pouco tempo para reanalisar suas observações em relação às pessoas com esquizofrenia. Como por exemplo, aplicar as conclusões que ele chega sobre as pessoas com Parkinson ou afasia e seu funcionamento cerebral às pessoas com esquizofrenia.

O próprio Vygotski (1933/2023b p. 219 – grifos do autor como no original) reconhece não estar apto para analisar a constituição da consciência na esquizofrenia e investigação de sua complexidade, mas indica o caminho teórico a ser seguido:

> Não conseguimos encontrar uma explicação suficientemente clara para essa estrutura complexa do quadro sintomatológico da esquizofrenia, talvez por falta de conhecimento no campo da clínica da esquizofrenia, mas tendemos a considerar que essa explicação deve ser procurada no percurso da aplicação da hipótese sobre a *estrutura sistêmica e semântica da consciência* à compreensão da psicologia da esquizofrenia.

O caminho apontado pelo autor acima é justamente sua hipótese sobre a consciência ser constituída por uma “estrutura sistêmica e semântica”.

Vygotski é um autor que funda seu trabalho de estudo do desenvolvimento do psiquismo no método materialista histórico e dialético, ele não apenas buscou semelhanças teóricas que justapusesse a teoria marxiana às teorias já existentes sobre o psiquismo. Pelo contrário, ele criticava esta forma de se buscar criar uma Psicologia marxista. Para nós, Vygotski buscou no método materialista histórico e dialético o caminho lógico para interpretação dos fenômenos psicológicos observados. Neste sentido, buscou processar os princípios do método marxista à análise da realidade no desenvolvimento do psiquismo.

Vygotski, produz uma teoria psicológica marxista a partir dos avanços teóricos já produzidos até aquele momento (início do século XX) tanto no campo das ciências psicológicas quanto no campo do desenvolvimento da teoria marxista. Por isso, podemos dizer que a teoria vygotskiana é uma teoria que pertence ao seu tempo histórico, dentro das condições objetivas e materiais de sua particularidade, do acesso que teve a materiais para estudo, das condições em que se encontravam as formas de tratamento das pessoas com esquizofrenia em sua época na União Soviética etc. Ou seja, é preciso entender que seus limites teóricos são também os limites de sua particularidade social e histórica.

Por esta razão, enfatizamos que Vygotski traz avanços fundamentais e importantes para apreensão dos fenômenos psicológicos à luz do marxismo, dos quais não nos furtaremos em lançar mão em nossa síntese teórica sobre a esquizofrenia. Mas, também entendemos a necessidade de apontar seus limites teórico-metodológicos, para que possamos avançar à uma teoria que nos aproxime mais da realidade e explicação do nosso objeto. Assim, para nós, chegarmos na essência da esquizofrenia, em sua constituição e dinâmica, perpassará, necessariamente, pelos princípios fundamentais apontados por Vygotski para o funcionamento e constituição da unidade psicofísica.

Contudo, também não pudemos nos furtar em rever criticamente as observações vygotskianas sobre a esquizofrenia a partir dos avanços teórico-metodológicos que dispomos hoje em dia, tanto no campo da ciência psicológica como no do desenvolvimento da teoria marxista. Deixar de fazer isso, para nós, seria, em última instância, trair os princípios teórico-metodológicos do próprio Vygotski.

Em outras palavras, seria transformar a teoria vygotskiana em postulado, isto quer dizer que, embora, possamos reconhecer que sua teoria contenha lacunas que não nos possibilite chegar à essência do objeto, tratá-la como uma teoria acabada e tomá-la como verdade por convenção ou imposição; seria negar (no sentido de eliminar e não conservar) o próprio desenvolvimento teórico e o próprio movimento do objeto de estudo; seria eliminar a própria centralidade do objeto na produção de uma teoria sobre ele.

Uma última observação sobre o tema da esquizofrenia como regressão precisa ser feita aqui. É fundamental saber as condições em que se encontravam as pessoas com diagnóstico de esquizofrenia que Vygotski atendia e usou como sujeitas de sua pesquisa. Não havia, na década de 1930 um processo de desinstitucionalização na União Soviética, sabemos que as pessoas observadas por Vygotski estavam em uma clínica de psiquiatria internadas e que, possivelmente, eram pessoas em processo de longa internação.

Por isso, é importante atentarmos para os apontamentos que Almeida, Carvalho e Tuleski (2019) fazem sobre esta questão, nos alertando para o fato de que, as pesquisas com pessoas com esquizofrenia e os debates da luta antimanicomial já acumularam apontamentos teóricos que dão conta de nos demonstrar que muitas das características tomadas como sintomas da esquizofrenia são, na verdade, fruto do processo de encarceramento, isolamento e outros tipos de “tratamento” a que as pessoas com esquizofrenia eram submetidas. O que reforça nossa discussão sobre não

transformarmos a teoria em postulado e buscarmos avançar, diante das produções teóricas que podemos lançar mão atualmente, no debate apontando os limites temporais, sociais, históricos etc. da teoria com a qual trabalhamos e não sermos reprodutoras acríticas dela. Assim, seguimos em nossa análise crítica à teoria vygotskiana, para que possamos superar, com os elementos teóricos atuais seus limites. Dirimindo algumas questões apontadas por Vygotski sobre as pessoas com esquizofrenia.

Vale ressaltar que, nossa crítica à forma como Vygotski interpreta o fenômeno da esquizofrenia não está circunscrita ao fato dos fenômenos observados por ele serem ou não efeitos iatrogênicos. O que buscamos discutir é uma incoerência em sua argumentação sobre a questão da "regressão do pensamento" no desenvolvimento da psicopatologia. O que no campo da aparência pode ser semelhante à uma fase anterior no desenvolvimento, em essência expressa uma nova forma de constituição da consciência.

Se entendemos o processo de constituição da consciência determinado social e historicamente, constituído na e pela sociabilidade e vivência, então, por óbvio que os processos de encarceramento e isolamento também terão consequências na constituição da consciência. É possível que, nas condições citadas, haja perdas que sejam referentes às formas asilares de tratamento, contudo, "a perda" não pode ser sinônimo de "regressão", pois não se volta a momentos de desenvolvimento já superados. Como já apontamos, a própria superação no processo de desenvolvimento transforma os elementos desse processo, assim, o que ocorre quando se tem o que se denomina "perdas", seguindo nossa linha de raciocínio, é, na verdade, um novo processo de desenvolvimento diferente do que se tinha anteriormente, portanto, não é uma "regressão".

Ao dizer que há "um novo processo de desenvolvimento" é preciso se considerar a questão sem juízo de valores, ou seja, não é porque se trata de "uma novidade" no processo de

desenvolvimento da consciência que se possa entender como algo “bom”. O que é central em nossa discussão aqui é entender que todo o processo de atividade social, de relação que se estabelece com o meio social, da sociabilidade, toda práxis processa o desenvolvimento da consciência e as consequências e os modos de como se lida com elas são, por sua parte, construção social e historicamente determinada, assim como, os juízos de valores que se possa dar a elas.

Portanto, não se trata de negar que a lógica de tratamento manicomial pode produzir efeitos danoso ao processo de desenvolvimento da consciência, mas sim de apontar que, a própria forma dessa lógica lidar com esse processo também se constitui como um modo de sociabilidade em relação a esse sujeito, o que aprofunda o seu processo de sofrimento psíquico. Esses aprofundamentos, não podem ser interpretados como regressão às formas de desenvolvimento primário de sua consciência, mas sim, como outros modos de seu desenvolvimento. Isto quer dizer que, para nós, trata-se de uma nova síntese, mais complexa de desumanização do sujeito que incide em seu processo de saúde e doença.

Capítulo 4. Fundamentos ontológicos para apreensão da esquizofrenia desde a perspectiva materialista histórica e dialética

As críticas apresentadas até aqui ao arcabouço teórico vygotskiano não significaram um rompimento com esta teoria, mas apontamentos de seus limites e contradições sobre o objeto de nossa investigação: a esquizofrenia. Como é possível notar, dentro do próprio escopo teórico vygotskiano há caminhos e indicações de como superar as questões postas por Vygotski sobre a esquizofrenia. Além disso, buscamos trazer a discussão de outras autoras e autores que teceram críticas semelhantes às nossas; pessoas que trabalharam com Vygotski e se propuseram a continuar suas pesquisas a partir dos fundamentos postos por ele.

Nesse sentido, vale ressaltar que, Vygotski é um autor que precisa ser lido e interpretado diante de sua produção teórica como um todo, apontando, inclusive suas mudanças e autocríticas; apesar disso, é uma teoria que estava em pleno processo de construção e mudanças quando o autor faleceu e isto é fato importante para entendermos seus escritos sobre a esquizofrenia. Com isso, ressaltamos que a psicologia vygotskiana é base essencial para apreendermos e construirmos uma Psicologia materialista histórica e dialética.

Como afirmou Luria (1980) a teoria vygotskiana desvela a essência e a gênese das Funções Psicológicas Superiores, apreendendo sua estrutura e dinâmica. Este fundamento se encontra na base das pesquisas de Zeigarnik sobre as “patopsicologias”, ainda que a autora teça críticas aos apontamentos de Vygotski sobre a esquizofrenia, ela não abandona a noção vygotskiana do desenvolvimento social e histórico das FPS.

Assim, é fundamental entender com Vygotski que o desenvolvimento humano está atravessado pelo desenvolvimento histórico da coletividade humana, e o desenvolvimento ontogenético é produto disso. E ainda, que esse desenvolvimento se dá a partir do relacionamento que os seres humanos estabelecem entre si, portanto, devemos apreender que as condições sociais e históricas são determinações essenciais, desde o nascimento, para o amadurecimento, desenvolvimento, surgimento e integração tanto dos centros cerebrais quanto das funções psicológicas humanas.

Em Vygotski, portanto, assim como em Marx (1844/2015a) e Marx e Engels (1845/2015), encontramos os princípios da ontologia do ser social que Lukács desenvolveu teoricamente. A Ontologia do Ser Social aponta para o fundamento social do ser humano, o salto ontológico em relação aos animais na natureza, por meio do trabalho, que nos faz seres cuja natureza se constrói, como afirma Marx (1844/2015a), historicamente a partir da natureza natural. As semelhanças que guardamos com o restante das outras espécies na natureza é nossa constituição orgânica, porém, suprassumida ao fundante ontológico: o social.

Por isso, entendemos que o entendimento da ontologia marxiana conforme desenvolveu Lukács nos auxiliará na busca da construção de uma análise materialista histórica e dialética da constituição da esquizofrenia, apreendendo sua determinação social. O referencial lukacsiano, em nossa análise, constitui-se como referência importante para ampliar as análises da psicologia histórico-cultural, preencher os debates em aberto e fundamentar a constituição social humana, a partir do trabalho.

A partir desse arcabouço teórico, passamos a construir categorias e delineamentos que nos auxilie no embate contra o cartesianismo da apreensão da esquizofrenia: ora reduzida ao desconhecido de estruturas ocultas da mente, ora reduzida ao biologicismo e ao fisiologismo sem

comprovações robustas. Assim, neste capítulo, buscaremos demonstrar a determinação social do desenvolvimento da esquizofrenia, também, a partir das discussões já apresentadas nesse trabalho, de Breilh (2013; 2019; 2021) e Laurell (1994), da Determinação Social da Saúde e do desenvolvimento do que denominamos Nexos Internos da Determinação Social da Saúde. Apoiando nossas discussões, a partir da ideia da unidade dialética entre consciência-cérebro apreendendo a esquizofrenia como uma patologia dos "ápices" como afirmava Vygotski (1932/2022).

Começaremos nossa discussão pela noção de "unidade dialética" para apreendermos a relação que as FPS estabelecem com seu substrato material: o cérebro. Apontando para as conclusões de Luria (1966) sobre a não necessidade de neomorfologias no processo do desenvolvimento das FPS, analisando o processo de alteração da consciência sob o mesmo princípio. Rebatendo a noção biologicista de correspondência anatomopatológica no cérebro para a esquizofrenia.

Na constituição da unidade dialética, conforme Lukács (1986/2013) aponta, os processos de constituição da síntese não se dão apenas pela unidade de contrários, mas há sempre a predominância de um dos elementos dessa unidade que é quem dá o sentido e a direção do processo enquanto tal. Por isso, devemos discutir a noção de "momento predominante", para apreendermos a subsunção do biológico ao social, sem o qual não seria possível a consubstancialização do ser humano enquanto ser social.

A partir daí, trazemos ao debate o "princípio da relativa autonomia", conforme Lukács (1986/2013), que a consciência adquire em relação ao organismo. Aproximando essa noção à do que Leontiev denominou de "órgãos cerebrais funcionais". Para então, entendermos a noção de unidade consciência-cérebro e seus modos de funcionamento.

Partindo da ideia central de Vygotski sobre a esquizofrenia como desagregação das Funções Psicológicas Superiores, entendemos que estas funções são constituídas social e historicamente e que, por sua vez, promovem no cérebro um desenvolvimento cronogênico de seus centros que passam a funcionar de forma também interligada e sistêmica, subordinado às leis de estruturação e funcionamento da consciência.

A partir de nossa crítica teórica à analogia vygotskiana de regressão contida nos textos sobre esquizofrenia, tentamos avançar para uma apreensão do processo de desenvolvimento da esquizofrenia a partir do entendimento da formação de um novo sistema psicológico. Dessa forma, os nexos entre as FPS se alteram de forma qualitativa e, ainda que se rompam, suas ligações podem se reconstruir, dando origem a uma forma alterada de estruturação da consciência que, consequentemente, expressa uma forma alterada de relação com a realidade.

Essa apreensão da alteração da consciência como base para o entendimento do fenômeno da esquizofrenia, nos levou a estruturar a definição da consciência humana como um complexo sistêmico, em que diversos sistemas como a emoção, imaginação e pensamento, atuam ao mesmo tempo. No entanto, neste complexo "o pensamento" atua como "momento preponderante" sendo o sistema que guia e orienta a atividade humana, auxiliado pelos sistemas que o acompanham.

Neste sentido, entendemos que o que ocorre na esquizofrenia não se trata de uma desintegração psíquica, mas sim uma desagregação dos nexos entre as FPS, que se alteram qualitativamente. E, assim, formam um modo de funcionamento da consciência alterado, em que a imaginação, enquanto sistema psicológico, passa a atuar como "momento preponderante" no lugar do pensamento.

Por fim, queremos defender a determinação social da esquizofrenia interpretando o fenômeno a partir do que Vygotski denominou Psicologia dos Ápices, ou seja, como um estado

patológico cuja alteração se observa nos nexos entre as neoformações que constituem a unidade consciência-cérebro e que são sociais e históricas. E, assim sendo, analisar como o processo de sociabilidade do capital, estruturado unidade exploração-opressão de uma classe pela outra configuram-se como aspecto ineliminável que compõem a síntese de múltiplas determinações da esquizofrenia.

As condições sociais, é importante frisar, não estão circunscritas a apenas à esfera econômica, embora esta faça parte das condições sociais e permeiem o processo de constituição do sujeito e de suas relações com os outros seres humanos. Além disso, estamos falando do conjunto das relações que o sujeito estabelece ao longo de sua vida com outras pessoas e, substancialmente, analisando essas relações de modo qualitativo que, em última instância, estão atravessadas pela questão econômica enquanto momento predominante na constituição social e, em uma sociedade de classes, a unidade exploração-opressão expressa nos atravessamentos do racismo, machismo, etc. e se configuram como determinações imprescindíveis para o processo de adoecimento psíquico.

Por isso, apreendemos o social como dimensão da sociabilidade entre os próprios seres humanos que constituem coletivamente os complexos sociais. Isto inclui condições econômicas que, na sociabilidade do capital, faz com que as pessoas se relacionem de forma diferente com as outras pessoas a partir de sua origem geográfica no globo terrestre, etnia, cor da pele, identidade de gênero, orientação sexual, crenças religiosas, classe social etc.

Essas determinações ultrapassam a questão econômica imediata e individual, mas constituem o conjunto ideológico da sociabilidade do capital, onde todas as coisas e pessoas se tornam mercadoria, que, em última instância, compõe determinações que levam, então, a precificar a mão-de-obra de forma desigual entre as pessoas, apontando para a unidade dialética exploração-

opressão[30]. Ou seja, as diferenças raciais, geográficas, étnicas e de orientação sexual e identidade de gênero compõem o valor da mercadoria "força de trabalho". O que vai se expressar, assim, na imediaticidade das condições econômicas e acesso às condições básicas e dignas de vida de cada pessoa, grupos de pessoas etc. perpassando a compreensão histórica da formação social de nossa personalidade.

Ora se são as FPS formadas na sociabilidade, e elas constituem a consciência humana, então esta também está atravessada pelos valores ideológicos da sociedade em que foi constituída e em seu tempo histórico determinado. Nesse sentido, forjada da sociabilidade do capital cuja unidade exploração-opressão estruturam as desigualdades e sustentam essa sociedade dividida em classes sociais, tais aspectos da nossa sociabilidade devem ser entendidos como fatores que atravessam o desenvolvimento psicológico e a constituição da unidade consciência-cérebro.

4.1 A unidade dialética psicofísica humana-social

O nosso "tornar-se humana" se dá na relação entre os seres humanos - na sociabilidade - ao longo de nosso desenvolvimento ontogenético, a partir das modificações biológicas essenciais que herdamos de nossos antepassados desde o "salto ontológico". Ao longo da vida do indivíduo será na relação construída entre o ser humano e o social, sendo este uma cadeia de mediações criadas pelo próprio ser humano em relação com os outros seres humanos, que se constituíra o ser social enquanto complexo de complexos.

[30] Não será nosso objetivo aqui discutir com profundidade esta questão, porém, nosso trabalho vai ao encontro das análises apresentadas por Pinheiro (2022) em sua tese de doutoramento. Utilizaremos algumas de suas sínteses, citadas oportunamente, para adensar nossas análises e apontar os nexos da questão social como parte da determinação social do processo de adoecimento na esquizofrenia.

Em Lukács (1986/2013), a noção de complexo de complexos é apontada como algo constituído de distintos elementos que em relação conformam uma unidade. Em outras palavras, um complexo é uma unidade síntese de múltiplas determinações. Assim, para o autor, o ser humano é constituído enquanto complexo social a partir do complexo biológica/orgânico e este, por sua vez, está subsumido ao social.

Mas, para apreendermos como se dá essa relação de unidade e subsunção no complexo do ser social é preciso entender os caminhos teóricos traçados por Lukács (1986/2013), apoiado na leitura marxiana da dialética hegeliana. Assim como já apontamos a importância da categoria "superação" na teoria do desenvolvimento de Vygotski, é preciso retomarmos essa categoria aqui, como categoria importante para a apreensão dos fenômenos do psiquismo enquanto unidade formada pela consciência-cérebro, dentro do escopo do materialismo histórico e dialético.

Quando dizemos que Marx "colocou a dialética de cabeça para baixo", isso se dá porque sua crítica à Hegel (1770-1831) é à gênese idealista que este autor tributava ao mundo concreto. Por isso Marx (1857-58/2015b p. nd. versão para ebook) escreve:

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas, de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.

Nessa citação podemos ver o movimento de "virar a dialética de cabeça para baixo", pois enquanto para Hegel (1812-16/2011) o mundo das ideias/pensamento é o que cria a concretude,

nessa citação Marx vai apontar que o concreto já existe e ascende ao pensamento como objeto uno de todas as suas determinações.

A ascensão do concreto a "concreto mental" ou "concreto pensado" tem como ponto de partida a própria realidade, que é possível de ser refletida e analisada de forma ideal; podendo-se conhecer suas propriedades/características e relações com o resto do mundo objetivo a que pertence, o que significa conhecer a realidade do objeto. Contudo, este movimento ideal não é gênese da realidade, mas uma forma de conhecê-la[31].

Neste sentido que dizemos que Marx "vira a dialética de cabeça para baixo", pois se em Hegel (1812-16/2011) é o pensamento que cria a realidade, para Marx (1857-58/2015b) a realidade existe independentemente do pensamento humano e só existe para este quando e porque existe de forma independente deste, a realidade se apresenta ao ser humano quando este entra em contato com ela. Todavia, Marx ao utilizar-se da dialética hegeliana, ainda que de forma crítica e entendendo sua dinâmica de modo diferente, ele não abandona de todo as questões fundamentais postas por Hegel, como por exemplo, a noção hegeliana de "superação".

Lukács (1986/2013), por sua vez, seguindo o método marxiano, para a apreensão e entendimento do ser social, adota os princípios dialéticos de "superação" e "unidade" para explicar o surgimento, a dinâmica e a estrutura do ser social em relação aos demais seres na natureza. Por isso, entender os conceitos hegelianos como "superação" e "unidade" se torna importante ferramenta também em nosso caminho teórico, bem como, as diferenças, críticas e avanços teóricos de Marx e depois Lukács sobre o entendimento da lógica dialética. Tal importância, de forma geral,

[31] Uma breve digressão aqui, ao que nos parece, a noção de internalização e ação mental desenvolvida por Galperin (2009), a partir da teoria de Vygotski, apreende as operações psicológicas envolvidas nesse processo de conhecimento que Marx desenvolve. Não há espaço aqui para nos determos em maiores detalhes sobre a teoria de Galperin, mas vale o registro desse estudo sobre o método materialista histórico e dialético sobre o conhecimento da realidade.

se reflete para a Psicologia Histórico-Cultural, pois está presente nas apreensões vygotskianas de desenvolvimento e funcionamento psicológico, como demonstramos anteriormente.

Para nossa pesquisa em si, que se apoia nas contribuições vygotskianas e lukacsianas, podemos adiantar que a noção de "superação" conforme Hegel e os avanços marxistas sobre 'o momento preponderante" na noção de "unidade dialética" é o que nos trará base para apreendermos a determinação social da esquizofrenia.

Portanto, passemos agora ao entendimento da categoria "superação" em Hegel. Em seu livro *Ciência da Lógica*, o autor afirma que aquilo que foi superado não é um "nada" porque, de acordo com Hegel (1812-16/2011 p.98 – grifos do autor, como no original): "O nada é o *imediato*; algo superado, ao contrário, é algo *mediado*, é o não existente, mas como *resultado* que partiu de um ser; ele tem, portanto, *ainda em si a determinidade da qual procede*.".

O movimento de superação é, antes de tudo, um processo de superação de elementos que darão origem a uma síntese, que por sua vez é a unidade dos elementos. Então, carregar a determinidade da qual procede, demonstra que "o superado" foi superado, mas não foi eliminado e posto ao nada, pois agora se torna algo mediado, ou seja, estabelece relações com outros elementos da síntese que compõe.

De acordo com Pinheiro (2022 p. 232):

> A análise teórica que recupera a unidade dialética pressupõe a crítica imanente como uma construção mais profunda do que comumente se tem reduzido no entendimento do esquema "tese-antítese-síntese". A constituição da condição de negação/superação/transformação é basilar para o desvendamento da unidade. Assim, a suprassunção é o movimento múltiplo de negação, preservação e elevação do objeto/processo/complexo.

Por isso, Hegel nos chama a atenção para o duplo sentido da palavra "superação" em alemão. Assim, em Hegel (1812-16/2011 p. 98 – grifos nossos), podemos ler:

> *Superar* tem na língua (alemã) o sentido duplo, pois significa tanto conservar, *manter*, quanto ao mesmo tempo deixar de ser, *terminar algo*. O conservar mesmo já implica em si

> o negativo, ao ser tomado de algo a sua imediatidade e, assim, de algo são tomados os efeitos exteriores de uma existência aberta, a fim de conservá-lo. – Assim o superado é algo ao mesmo tempo conservado, que apenas perdeu sua imediatidade, mas, por isso, não foi aniquilado. (...) **Algo é apenas superado ao entrar em unidade com o seu oposto**; nessa determinação mais precisa, como algo refletido, algo pode ser apropriadamente chamado de *momento*.

Duas coisas aqui se destacam para nós, a primeira é que superar não significa aniquilar um elemento que constitui uma unidade, ou seja, na fórmula tese-antítese a formação da síntese se dá pela relação entre tese e antítese e não pela aniquilação de uma ou outra. Por isso, Hegel (1812-16/2011) afirma a dependência da síntese da determinidade da qual procede.

A segunda coisa que devemos gravar é que quando falamos de algo que foi superado, conforme a frase que grifamos acima, é porque este algo constitui com outros elementos (ou momentos) uma unidade e por isso se pode dizer que foi superado. Em outras palavras, só é possível falarmos de algo superado quando este algo está em relação com outro elemento, constituindo o que Hegel denomina "unidade".

Hegel (1812-16/2011), em algum momento de sua explicação sobre unidade, aponta seu descontentamento com o uso dessa palavra, afirmando que essa palavra poderia ser substituída por "inseparação" e "inseparabilidade" para designar dois elementos que se unem e não se pode mais separar. Contudo, o próprio autor aponta que o uso dessas duas palavras esconderia a parte positiva da relação dos elementos que é a criação de um novo elemento.

Assim Hegel (1812-16/2011 p. 83-84) explica esse surgimento de algo novo:

> A unidade, cujos momentos, o ser e o nada, são inseparáveis, é imediatamente distinta deles, ou seja, é um *terceiro* diante deles, o qual em sua forma mais peculiar é o *devir*. *Passar* é o mesmo que devir, à diferença que naquele são representados ambos, dos quais um para o outro, como repousando um separado do outro e como se a passagem ocorresse entre *eles*.

Esse “devir” é o que se formou da unidade de ser e nada, ou seja, é a síntese do processo dialético. Na síntese, embora não desapareçam, tese e antítese deixam de ser elas mesmas em si e passam a se constituir como elemento da síntese, porém, elemento não mais separável dessa síntese.

Por isso dizemos, quando do conhecimento é dado pelo método dialético, utilizamos uma “unidade de análise”, pois, enfatizamos a não separabilidade dos elementos do todo que compõem. Em oposição ao método de decomposição em elementos cada vez mais simples daquele todo, do materialismo mecanicista. Pois, para nós, a simples decomposição em elementos constituintes já denota a perda da qualidade da síntese ou do todo e já são, por conseguinte, outra coisa, partes do que seria o todo. Ou, como aponta Hegel (1812-16/2011 p. 97): “(...) seria apenas a recaída em uma das determinações já superadas, não seria o resultado do ser e do nada.”.

Portanto, a síntese é um algo novo, que surge a partir da superação dos elementos que compõem a unidade. Neste sentido, Hegel (1812-16/2011 p. 99 – grifos do autor, como no original) enfatiza:

> Ser é ser e nada é nada apenas em sua diferença um do outro; em sua verdade, porém, em sua unidade, eles desaparecem como essas determinações e são algo outro. Ser e nada são o mesmo; por *serem o mesmo*, *eles não são mais ser e nada* e tem uma determinação distinta; no devir eles eram nascer e desaparecer; na existência, como uma unidade determinada de outro modo, eles são novamente momentos determinados de outro modo. Esta unidade permanece sua base, da qual eles não saem mais para o significado abstrato de ser e nada.

Notem, grande parte de nossa discussão sobre o método materialista histórico e dialético advém da dialética de Hegel, podemos fazer aqui um jogo de palavras para entender o método marxiano e dizer que Marx superou Hegel, ou seja, conservou sua dialética, mas ao mesmo tempo criou algo diferente, unindo a dialética aos outros elementos: “o materialismo” e “a história”. E, nesta unidade em que se constituiu o método marxiano, então, podemos dizer que nem

materialismo, nem dialética, nem história são as mesmas que eram quando separadas; por outro lado, agora no método marxiano são inseparáveis.

Para Pinheiro (2022 p. 233):

> Em suma, a dialética materialista supera uma lógica pendular para pensar o mundo real, pois, um processo histórico presente não é reduzido a uma só coisa, sendo, ao mesmo tempo, algo radicalmente novo e algo que resguarda elementos daquilo que o constituiu pelos processos anteriores. O descortinamento da contradição inerente das determinações sociais amplifica a lente crítica transmutando toda rigidez em processualidade. O real histórico e eminentemente social, é repleto de determinações, onde coexistem elementos predominantes e causalidades constitutivas que objetivam os tensionamentos próprios da dinamicidade.

A aplicação, então, do método marxiano à explicação da evolução e o surgimento do ser social, em Lukács (1986/2013), aponta para que o ser social é essa síntese nova, surgida das múltiplas determinações, que se conforma ao longo de seu processo histórico, na unidade biológica-social que constitui o humano. Portanto, não se trata de uma leitura de determinismos nem biológica nem social, pois, como afirmou Hegel (1812-16/2011) esse novo elemento posto em existência como síntese das múltiplas determinações – inorgânico, orgânico, meio – é um novo também em seu modo de ser e funcionar. É o que Lukács (1986/2013 p. 142) chama de *tertium datur*:

> O *tertium datur* em relação a esses dois extremos só pode ser oferecido pelo método dialético. Somente por meio desse método se pode evidenciar que a gênese ontológica de uma nova espécie de ser já traz em si as suas categorias decisivas – e por isso o seu nascimento significa um salto no desenvolvimento -, mas que essas categorias, de início, apenas estão presentes em si, e o desdobramento do em-si ao para-si deve ser sempre um longo, desigual e contraditório processo histórico.

Aqui Lukács expressa uma terceira via para se apreender a noção de ontologia, fugindo da regra da tradição filosófica, sem recair numa divinização ou relegando a ontologia à metafísica; nem sua completa aniquilação no processo de conhecimento da fundação, da essência, daquilo que nos faz humanas.

Sobre essa noção lukacsiana, Lessa (2015 p. 147) explica:

> (...) Como sabemos, a radicalidade da compreensão do real aberta por toda ontologia tem na categoria da substância seu problema decisivo. Por isso, se houver uma ruptura radical de Lukács com a ontologia tradicional, não há como esta ruptura não se manifestar por inteiro na sua concepção acerca da categoria substância.

Os caminhos teóricos aberto por Lukács a partir do método marxiano, prevendo a inseparabilidade do material-histórico-dialético, dá conta de superar as concepções da filosofia tradicional, em suas categorias mais basilares, como a categoria "substância". Lukács interpretará a "substância" de forma histórica, cuja consubstancialidade da essência é dada ao longo do desenvolvimento ontológico. (Lessa, 2015).

Portanto, a partir do materialismo histórico e dialético Lukács analisará a noção de ontologia e afirmará o surgimento de uma nova ontologia em meio à natureza, uma ontologia social, posta pela práxis fundante e que se desdobra por todos os aspectos desse novo ser que se ergue sob os ombros dos seres anteriormente existentes (inorgânico e orgânico). O novo ser carregará em si, como vimos em Hegel e que Lukács reafirma, a determinidade dos elementos que o constituíram, mas sob um novo modo de ser e, portanto, de funcionamento. É neste sentido que podemos afirmar a unidade biológico-social do ser social.

O que precisamos fixar aqui é a noção que o ser social, como complexo de complexos, é esse novo, unidade entre biológico e social. O que se desdobrará para a análise do indivíduo e seu desenvolvimento ontogenético, e, portanto, será a partir dessa unidade, que poderemos traçar nossa análise sobre o desenvolvimento da esquizofrenia.

Naquilo que nos interessa aqui, devemos entender os desdobramentos da unidade biológico-social ou unidade psicofísica, na constituição da unidade consciência-cérebro. Notem que, os desdobramentos dessa análise não se dão em seus elementos, mas sim em suas unidades que enquanto tal não perdem as características e propriedades do todo.

Para ilustrar nosso entendimento sobre “unidade”, tomemos o exemplo das matrioshkas, aquelas bonecas russas que carregam dentro de si uma outra boneca menor e outra e seu tamanho vai diminuindo até uma boneca menor em relação a todas as outras. A boneca, em nossa analogia é “o todo”, que se constitui como uma unidade de todas as bonecas que carrega em si. Essas bonecas de dentro não estão imediatamente disponíveis a nossa percepção, o que vemos (se não conhecemos ainda o princípio da boneca russa) é apenas a boneca maior em sua totalidade, em sua síntese.

Contudo, se nos aproximarmos da boneca russa e, com o uso dos outros sentidos do corpo, pudermos tocá-la, chacoalhá-la etc. notaremos que existe alguma coisa dentro dela, que existe uma forma de abri-la e então encontraremos uma outra boneca lá dentro. Ou seja, o contato com a realidade, vai desvendando as relações da totalidade (boneca maior) e sua essência, ou seja, sua estrutura (formada por bonecas menores dentro dela) e sua dinâmica (que a cada boneca que se encontra há outra dentro até que se chegue à menor).

Todas as bonecas do conjunto são bonecas russas em sua inteireza, ou seja, ao abrir uma boneca maior encontramos outra boneca totalmente formada dentro dela (uma unidade), não encontramos peças (decomposição em elementos) de boneca para montá-la, mas sempre um exemplar completo da boneca que carrega em si outro exemplar completo da boneca. A estes exemplares, podemos fazer a comparação com a unidade do fenômeno a ser analisado, o que não perde a noção da totalidade (boneca russa), mas também não pode ser compreendida de forma isolada, ou seja, fora do conjunto com as outras bonecas, pois se separadas, podem assumir outras interpretações. Enfim, podemos dizer que as bonecas russas são um complexo de complexos.

É neste sentindo que buscamos desvendar as unidades para a análise da esquizofrenia, entendendo o ser humano como um complexo de complexos mergulhamos em suas unidades constitutivas para apreendermos a dinâmica e funcionamento do processo de adoecimento na

esquizofrenia. Assim, entendendo os desdobramentos do complexo biológico-social humano, sem perder de vista sua totalidade e suas relações com a realidade.

Por isso, buscamos na teoria vygotskiana os princípios basilares da constituição do psiquismo, pois, reconhecemos nesta teoria a noção de unidade entre "o psíquico" e o "físico". Como Vygotski (1931/2022 p. 365) pontua: "Nosso ponto de vista: **unidade dos processos psicofisiológicos** e **supremacia do aspecto psíquico**, estudo dos processos psicológicos; estudo dos ápices no problema psicofísico.".

A "supremacia" do aspecto psíquico trazida por Vygotski, aponta para que em uma unidade, há elementos que assumem a função de orientação e guia do processo como todo, isto quer dizer que, um dos elementos da unidade assume o que Lukács (1986/2013) denominou "momento preponderante".

Retomando a ideia vygotskiana de unidade psicofísica, têm em Vygotski duas importantes referências filosóficas, uma é a leitura marxista da obra de Espinosa, a partir do que o autor afirma: "unidade da consciência (conceito = afeto = vontade) e a hipótese da unidade da alma e do corpo explicam isso." (Vygotski, 1934/2022 p. 320). E a segunda é a influência é o conceito hegeliano de unidade dialética já discutida no capítulo 3.

Vygotski aponta que a noção de "unidade" dos processos psicofísicos e a "supremacia" do psíquico é fundamental para combater as noções paralelistas e interacionistas na Psicologia. (Vygotski, 1932/2022). No sentido que, não ocorre uma correspondência direta e imediata entre ambos os elementos do processo, mas sempre mediada pelo todo que conforma a unidade. Então, não existe um e outro elemento que concorrem paralelamente, mas existe um e outro elemento constituindo um terceiro elemento, a unidade entre os dois primeiros. Isso quer dizer que, na medida que a unidade é afetada por alguma coisa, ambos os elementos são afetados

simultaneamente na medida que estão imbricados um no outro conformando a unidade. A afetação é sempre no todo, não apenas em um ou outro elemento, ela se dá no conjunto.

A principal questão aqui, quanto ao paralelismo psicofísico, é que Vygotski vai identificar neoformações da consciência propriamente humana, para as quais não se tem correspondências morfológicas, como veremos logo a frente. Mas, antes é importante destacar que a consciência humana é uma neoformação, por isso não se pode tratá-la epifenômeno das funções cerebrais. A partir do trabalho fundante, cria-se uma forma de consciência que é eminentemente humana e não é reflexo direto das atividades cerebrais, mas mediado.

Para Luria (1966 p. 63 – tradução nossa), os trabalhos de Vygotski foram essenciais, no que diz respeito à unidade cérebro-consciência:

> O eminente psicólogo soviético L. S. Vygotski refutou inteiramente as antigas noções que viam tais processos da vida mental, por exemplo: ações volitivas ou memória lógica, como habilidades inerentes ao homem ou como propriedades inatas "naturais" de seu cérebro. Numa série de observações e experimentos convincentes, ele demonstrou que esses processos mentais são formados durante o desenvolvimento da criança. Formam-se sob a influência da educação, da associação com os adultos e da aquisição da experiência acumulada pela humanidade.

Neste sentido, a noção de "unidade" entre o cérebro – enquanto substrato material dos processos psicológicos, e a unidade das FPS – a consciência – é fundamental para o entendimento de que as funções psicológicas são desenvolvidas a partir da relação com o meio social e histórico, ou seja, como afirmou Vygotski (1934/2009), são formações que se dão de modo "cronogênico". Além disso, a noção de unidade nos auxilia no entendimento do surgimento de neoformações sem que estas estejam, necessariamente, inscritas no substrato biológico ou, por outro lado, de funções que demandem uma "neomorfologia" correspondente, pois as FPS adquirem relativa autonomia.

Ao formular sua crítica ao paralelismo psicofísico, Vygotski aponta para a consciência, cujo desenvolvimento transcende e supera dialeticamente os limites das barreiras orgânicas dadas. De acordo com Vygotski (1931-32/2022 p. 365 – grifos nossos):

> O principal: a possibilidade, introduzida pela consciência, de um novo movimento, uma nova mudança do processo psicofisiológico, de novas conexões, de um novo tipo de desenvolvimento das funções, em particular, do desenvolvimento histórico com uma mudança das conexões interfuncionais – **um caso impossível no plano do desenvolvimento orgânico**: os sistemas psicológicos.

Em um sentido muito próximo ao de Vygotski, Lukács discorre sobre a formação da consciência humana como esse processo de neoformações, que tem como gênese o trabalho enquanto pôr teleológico, é por meio da qualidade teleológica, que direciona a ação para uma finalidade, que se dá a formação da consciência humana.

Portanto, para Lukács (1986/2013 p. 167 – grifos nossos):

> O homem que trabalha deve **planejar antecipadamente** cada um dos seus movimentos e **verificar continuamente, conscientemente**, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, o que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho (p. 167 – grifos nossos)

Planejar, imaginar antes do processo ser posto em realidade, a partir de uma necessidade/motivo que visa ser saciada, organizar as próprias ações para atingir a finalidade proposta, analisar as condições objetivas e materiais de atingi-la e agir no meio transformando-o e verificando se a necessidade que gerou toda a ação foi atingida. Eis o engendramento dos processos da consciência humana.

Esse processo consciente de verificação da atividade, destacado na citação acima, é presente tanto nos seres humanos quanto em animais, mas, como afirma Luria (1966 p. 67 – tradução nossa), há diferenças entre uns e outros:

> As ações humanas, assim como as dos animais, são sempre deliberadas, direcionadas para um objetivo específico. A diferença fundamental entre os dois casos é que as ações de um animal são determinadas pelas suas necessidades biológicas, enquanto as ações humanas são guiadas por intenções conscientes (isto é, formadas no processo da vida social) e motivos sociais complexos.

Luria indica, portanto, que as ações humanas são impelidas por motivos que não estão imediatamente dados pelo organismo biológico, por exemplo; são processos mediados social e historicamente para a satisfação de uma necessidade seja ela biológica ou não. O ser humano, enquanto ser complexo e mediado social e historicamente cria necessidades que estão para além das de manutenção do substrato biológico, mas que lhe são igualmente vitais.

Neste sentido, podemos inferir que a constituição da consciência humana, embora dependente de seu substrato biológico – o cérebro –, por sua formação cronogênica constituída por meio da vivência e da sociabilidade humana assume características que diferem e se distanciam das barreiras naturais. São características socialmente mediadas, as funções psicológicas superiores, para as quais não é necessária uma correspondência morfológica determinada. Assim, podemos dizer que a consciência, enquanto unidade das FPS, adquire relativa autonomia frente aos processos do substrato biológico.

De acordo com Vygotski (1934/2009 p. 34 – tradução nossa): "(...) na realidade a psiquê não se desenvolve sem o cérebro e o cérebro não se desenvolve sem o sistema endócrino: tudo isso constitui um processo único.". A partir da compreensão de que o substrato biológico forma com o psicológico uma unidade, o autor entende que, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento,

tanto o substrato biológico como o substrato psicológico compartilham a mesma lei geral de desenvolvimento, o que corrobora para a apreensão da unidade psicofísica humana.

Por isso, Vygotski (1934/2009 p. 35 – grifos e tradução nossas) enfatiza:

> (...) temos encontrado a fórmula geral que nos ajuda a compreender a essência de todos os aspectos do desenvolvimento da criança. Precisamente temos encontrado que a essência desse desenvolvimento consiste na mudança das relações que existem dentro da unidade dada e que o organismo constitui uma unidade complexa. A relação determina como se constrói este organismo, como se constrói a unidade. (...) O fator central no desenvolvimento da criança (desenvolvimento endócrino ou do organismo em geral, desenvolvimento físico, desenvolvimento do sistema nervoso central, desenvolvimento psicológico) sempre **é a mudança das relações internas da unidade dada**, a nova organização pela qual passa a criança a cada nova etapa do desenvolvimento.

Na citação acima, destacamos aquilo que entendemos como a lei geral do desenvolvimento da unidade psicofísica apontada por Vygotski, como a "mudança das relações internas". Podemos dizer que, para Vygotski esta é a essência do desenvolvimento humano, em que todos os elementos se desenvolvem conjuntamente. E as principais mudanças que ocorrem estão menos relacionadas com o surgimento de estruturas morfológicas no corpo biológico, do que com a alteração nas relações entre as estruturas que vão sendo desenvolvidas ao longo do desenvolvimento ontogenético. Ainda, cabe ressaltar que as mudanças internas, são provocadas pelas mudanças das relações externas que a criança vai estabelecendo ao longo de seu desenvolvimento estabelecendo com os outros seres humanos a sua volta.

Portanto, aqui podemos falar tanto na relativa dependência da determinidade, suprassumida, de que descende o ser social, como na relativa autonomia das novas e complexas sínteses que se produziu no novo ser.

Neste sentido, também Lukács (1986/2013 p. 169) argumenta:

> (...) em primeiro lugar o fato objetivamente ontológico, onde percebemos que a existência e a ação da consciência estão ligadas de modo indissolúvel ao curso do organismo biológico vivo, e por isso cada consciência individual - e não existem outras - nasce e morre junto com seu corpo. Em segundo lugar, a função dirigente, de guia, determinante, que provém

> do processo de trabalho, da consciência diante de seu corpo; este último, nessa precisa conexão, aparece como órgão executivo a serviço dos pores teleológicos, que só podem provir da e ser determinado pela consciência.

Se pensarmos o trabalho teleológico como base fundamental para o processo de sociabilidade e que esta é a relação que os seres humanos estabelecem entre si e toda a cadeia de mediações que daí decorre constituindo "o social"; e que, como afirma Vygotski (1931/2002 p. 150): "(...) quando dizemos que um processo é 'externo' queremos dizer 'social'.". Então, se para Vygotski o desenvolvimento da criança se dá na relação com o social e este desenvolvimento se refere ao desenvolvimento da unidade psicofísica e não apenas a um de seus elementos. Nesse sentido, podemos apontar que o corpo biológico humano depende do "social" tanto para sua manutenção quanto para seu desenvolvimento, assumindo, assim, características da unidade biológico-social, em última instância, se pode afirmar que "o biológico" humano é social, ou seja, está subsumido ao social, como já discorremos anteriormente (Furtado e Pinheiro, 2022).

Neste sentido, a consciência guia e orienta a ação para a atividade teleológica e a manutenção do corpo biológico depende da atividade consciente. Este princípio importante, aponta para que o processo de atividade da unidade psicofísica, ainda que se encontre como necessidade fisiológica, só pode ser atendida a partir da mediação com o meio social e os outros seres humanos a nossa volta.

Especificamente sobre a dimensão fisiológica, em se tratando do ser humano, suas expressões corpóreas têm sua base natural cada vez mais afastadas/complexificadas pela sociabilidade sendo, portanto, predominantemente determinadas por esta dimensão última, por isso, o biológico humano é ontologicamente social. Na medida em que entendemos que a satisfação das necessidades biológicas necessárias para manutenção da vida, não estão dadas de modo imediato, mas sim mediado pelas relações sociais e os complexos que se instituem a partir dela.

Esta forma peculiar de satisfação das necessidades humanas, transforma não apenas a natureza ou o meio, mas, também, o próprio ser humano e sua constituição psicofísica.

Portanto, embora não estejamos negando a presença e determinidade do substrato biológico, ressaltamos que ele é superado pelo social, por isso, "o social" é o momento predominante na unidade psicofísica. Em outras palavras, o social não elimina propriamente o biológico, conforma com este uma unidade cujas leis de funcionamento estão dadas por esse complexo que se formou e podem ser desvendadas em suas várias unidades/complexos. Neste sentido, podemos afirmar que o biológico em nós é também social, pelo princípio dialético da identidade de contrários e do momento predominante.

Um exemplo que elucida bem esta questão é a própria psicologia e pedagogia de Vygotski. No documentário de 1992 "Borboletas de Zagorsk" está um nítido caso de como o ser social é capaz de superar suas barreiras naturais, pois na obra são relatadas as histórias de crianças cegas, surdas e mudas que foram alfabetizadas e puderam, a partir de um sistema de linguagem inspirado na teoria de Vygotski, desenvolver suas funções psicológicas superiores. Uma das professoras da escola, que é personagem do documentário, fora aluna da instituição e apesar de sua deficiência, foi alfabetizada e pôde ter uma vida social próxima ao que pessoas sem deficiência tem.

Este é o sentido de ultrapassar as barreiras naturais, ou seja, ainda que as crianças tenham nascido com algum tipo de deficiência, enquanto seres humanos, exemplares do ser social elas carregam em si a capacidade de superar essas barreiras. Mas, esta superação não se dá de forma espontânea, seu desenvolvimento é fruto de suas relações com os outros seres humanos a sua volta e por meio dessas com o mundo. Além disso, somos seres capazes de criar ferramentas que nos auxiliam na execução de atividades, assim, aquilo que nos está deficiente no organismo pode ser

compensado pelo uso de ferramentas externas, por exemplo, o sistema de linguagem que as crianças de Zagorski aprenderam.

Para nós, é neste sentido que Vygotski (1931/2002) aponta o desenvolvimento como externo/social da unidade psicofísica, ou seja, para nos desenvolvermos dependemos do estímulo externo e este não é qualquer estímulo, não se trata da relação direta S-R, mas sim de uma relação mediada por outros seres humanos, desde que nascemos e, que por sua vez, são mediados pela nossa vivência e sociabilidade, na constituição de nossa personalidade. Portanto, seguindo essa linha podemos dizer que o externo/social promove o desenvolvimento psicofísico.

Esse raciocínio fica mais explicitado quando tratamos do funcionamento cerebral, pois, já se sabe que o cérebro funciona por estímulos externos há pelo menos um século, como enfatiza Luria (1966 p. 62):

> A filosofia materialista teve uma influência decisiva na psicologia. Tornou possível a rejeição do falso isolamento dos processos mentais dos fisiológicos e facilitou a compreensão dos fenômenos mentais como produto do desenvolvimento social. A filosofia materialista russa e soviética desempenhou um papel enorme na formação da ciência da psicologia. As obras clássicas de I. M. Sechenov, I. P. Pavlov, N. Ye. Vvedenskiy e A. A. Ukhtomskiy revelaram a natureza reflexa dos processos mentais e ajudaram na compreensão da mente humana como um sistema de atividade dinâmica formado sob a influência decisiva do ambiente externo.

O funcionamento do cérebro aponta para os princípios que vimos discutindo até o momento: a decisiva preponderância ou influência do social frente ao biológico nos seres humanos e a constituição da unidade psicofísica humana socialmente mediada. Em Vygotski (1934/2009), a leitura marxista das noções de funcionamento cerebral por estímulo externo, mas também a noção de desenvolvimento cronogênico dos centros cerebrais, ou seja, que estes centros são formados social e historicamente no desenvolvimento ontogenético, dão fundamento para apreendermos a unidade psicofísica consciência-cérebro.

Desta forma, não se trata de apreender até onde vão as funções biológicas e onde e quando, na história do desenvolvimento ontogenético da criança, suas ações passam a ser guiadas preponderantemente pelo social. Ao contrário, trata-se de apreender o biológico suprassumido ao social e por isso submetido às leis do social, que incorpora as orgânicas e as transforma.

Em síntese o ser humano é ontologicamente constituído pela unidade psicofísica que, por sua vez, é constituída pelas e nas relações sociais cuja materialidade é essencialmente histórica, no sentido de ser criada coletivamente a partir da ação intencional dos seres humanos sobre as condições objetivas e materiais da natureza e repassada de geração após geração. Essa passagem é possível por meio da sociabilidade e da comunicação entre os seres humanos o que, por sua vez, promove no humano recém-nascido, por exemplo, seu processo de desenvolvimento ontogênico.

A sociabilidade entre os seres humanos que nos é vital desde o início, também media os processos de desenvolvimento psicofísico. Por isso, Vygotski (1931/2002) afirma que as funções psicológicas superiores são, primeiro, um processo interpsicológico, social - entre duas pessoas - que ao longo do desenvolvimento é internalizado, constituindo assim um processo intrapsicológico.

Desta forma, ser humana significa afastar-se das barreiras naturais imediatamente dadas e estabelecer uma relação mediada com essas barreiras sendo possível subvertê-las e as transpor, por meio de ferramentas, do desenvolvimento histórico das forças produtivas. Esse afastamento da natureza, não elimina a dependência em relação a ela, como já discutimos no capítulo 2 a partir de Foster (2005) que aponta para as “relações distintamente humano-naturais” que os seres humanos criam.

4.1.1 A relativa autonomia na unidade dialética

A constituição da unidade dialética que se dá pelos momentos que a compõem embora tenha por qualidade a inseparabilidade desses momentos, também prevê uma relativa autonomia dos momentos que compõe a unidade. Tal autonomia não deve ser interpretada como independência, tão pouco, o elemento deve ser entendido como "puro" sem alterações, mas sim que pode, em relação ao complexo que compõe ter certa autonomia.

No que diz respeito à nossa consciência, ela não é independente de nosso corpo biológico, mas desfruta de uma relativa autonomia em relação a esse corpo. De acordo com Lukács (1986/2013 p. 170 – grifos nossos):

> (...) a autonomia deve poder ser deduzida em termos ontológicos-genéticos, a autonomia de função dentro de um complexo não é prova suficiente. Tal prova - naturalmente apenas no âmbito do ser social e, portanto, também aqui num sentido relativo - pode ser fornecida pelo homem no seu conjunto, como indivíduo, como personalidade; nunca, portanto, pelo corpo ou pela consciência (alma) de cada um por si, considerados isoladamente; trata-se de uma insuprimível unidade ontológica objetiva, na qual é impossível o ser da consciência sem o ser simultâneo do corpo. Ontologicamente se pode dizer que é possível a existência de um corpo sem consciência quando, por exemplo, em consequência de uma doença, ela deixa de funcionar, ao passo que uma consciência sem base biológica não pode existir. Isso não contradiz **o papel autônomo, dirigente e planificador da consciência com relação ao corpo**, pelo contrário, é o seu fundamento ontológico.

Portanto, a consciência, é constituída social e historicamente ao longo do desenvolvimento filo e ontogenético do ser humano, baseada no trabalho teleológico. Por isso, pode apresentar e apresenta, em relação ao seu substrato biológico uma *relativa* autonomia, inclusive em seu desenvolvimento, mas jamais uma independência como afirma Lukács. Pelo contrário, como já afirmamos anteriormente, o ser social é dependente da determinidade da qual deriva, por isso, por exemplo, a consciência pode parar de funcionar, mas a base biológica pode ser mantida. O oposto não ocorre, pois, não há consciência sem base biológica, mas, ainda assim, a consciência tem relativa autonomia, mesmo no exemplo de Lukács acima em que se ela deixa de funcionar sua base biológica não deixa de existir por esse motivo.

Neste sentido, a consciência se desenvolve como elemento mais complexo, estando o substrato biológico, menos complexo em relação à consciência, subordinado à complexificação dela. E como disse Vygotski (1931/2022 p. 365) já citado anteriormente, a consciência assume a "supremacia" na relação dialética da unidade psicofísica humana.

Luria (1966 p. 21-22 – grifos e tradução nossas), reitera essa compreensão citando os estudos de A. Leontiev (1959) e suas próprias pesquisas no campo da neuropsicologia. De acordo com sua explicação:

> A história social dá os nós que produzem novas correlações entre certas zonas do córtex cerebral, e se o uso da linguagem e de seus códigos fonéticos dá origem a novas relações funcionais entre as áreas temporal (auditiva) e cinestésica (sensorial motora) do córtex , então este é o produto do desenvolvimento histórico baseado em "conexões extracerebrais" e na formação de novos "órgãos funcionais" no córtex cerebral (ver A.M. Leontiev, Problemy psikhicheskogo razvitiia [Problemas de Desenvolvimento Mental] [Moscou: Akad. Pedag. Nauk RSFSR, 1959]).
> Contudo, o fato de, ao longo da história, o homem ter desenvolvido novas funções não significa que cada uma delas dependa de um novo grupo de células nervosas e que surjam novos "centros" de funções nervosas superiores, como aqueles tão avidamente procurados pelos neurologistas durante o século XX e último terço do século XIX. O desenvolvimento de novos "órgãos funcionais" ocorre através da formação de novos sistemas funcionais, o que nunca aconteceu nos animais e que é um meio para o desenvolvimento ilimitado da atividade cerebral. O córtex cerebral humano, graças a este princípio, torna-se um órgão da civilização no qual se escondem possibilidades ilimitadas, e **não necessita de novos aparatos morfológicos** cada vez que a história cria a necessidade de uma nova função.

Ao afirmar que o cérebro "não necessita de novos aparatos morfológicos" por ser, então, um "órgão da civilização", Luria, no nosso entendimento, ratifica o princípio posto por Lukács da relativa autonomia da consciência, formada pelas funções psicológicas superiores. O que nos dá base para pensar a própria consciência como um complexo sistêmico, sujas alterações – desenvolvimento e desagregação – estão relacionadas às mudanças nos nexos funcionais, que não dependem da existência ou produção de uma nova morfologia correspondente.

Por outro lado, Luria também afirma que é a história que cria necessidades de novas funções para consciência-cérebro, esta unidade responde às necessidades do meio externo podendo surgir

novas funções, alterando, inclusive, seus centros funcionais no próprio córtex cerebral. É o que acontece a todo momento no processo de desenvolvimento ontogenético, ao que Vygotski (1934/2023c) denomina desenvolvimento cronogênico do córtex cerebral.

Em Vygotski (1931/2002 p. 31) fica ainda mais evidente este princípio da relativa autonomia:

> A diferença principal, determinante, entre esse processo e o evolutivo é a circunstância de que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores transcorre sem que se modifique o tipo biológico do homem, enquanto a mudança do tipo biológico é a base do tipo evolutivo de desenvolvimento. Como é sabido, e se tem apontado em mais de uma ocasião, esta é a característica que marca a diferença geral do desenvolvimento histórico do ser humano. No homem cuja adaptação ao meio se modifica por completo, destaca-se em primeiro lugar o desenvolvimento de seus órgãos artificiais – as ferramentas – e não mudanças de seus próprios órgãos nem a estrutura de seu corpo.

Portanto, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores que conformam a consciência humana, adquire uma relativa autonomia em relação às estruturas do córtex cerebral, sem deixar de formar com este uma unidade dialética. A evolução humana, após completada sua evolução biológica, apoia-se mais nas relações e nas ferramentas criadas exteriormente do que na criação de bases morfológicas. As modificações interiores, por sua vez, são relacionais, ou seja, muda a forma de relação interna entre os elementos do complexo sistêmico que conforma a consciência.

Por exemplo, o ser humano não tem a capacidade de voar, neste quesito as aves são seres mais complexos que os humanos porque possuem em seu aparato biológico órgãos que lhe permitem voar, o que obviamente não está dado na biologia humana. Contudo, os seres humanos também “voam”, pois criaram ferramentas diversas, como o avião, a partir do acúmulo do conhecimento, da transmissão das experiências e do aprendizado. Ainda que daí não tenha emergido em nosso substrato biológico humano uma morfologia ou um órgão que nos habilite a voar, nós voamos.

É neste sentido que podemos, a partir das análises expostas até aqui, afirmar "o social" como momento preponderante dentro da unidade psicofísica complexa que nos constitui enquanto seres humanas; por sua vez, é também no mesmo sentido que afirmamos a constituição da unidade dialética entre a consciência e seu substrato material: o cérebro. Isto quer dizer que cérebro e consciência funcionam em unidade, na qual a consciência é o momento preponderante. Por isso, podemos afirmar que é a consciência que impulsiona, organiza e dirige o desenvolvimento e a atividade do substrato cerebral.

Além disso, a apreensão de que a origem das funções psicológicas superiores e das funções cerebrais humanas são extra corticais, sendo fruto das relações humanas que tecem o complexo social, levou a outra conclusão importante, como afirma Luria (1966 p. 64-65 – grifos e tradução nossas):

> A mudança radical das nossas noções da essência dos processos mentais levou inevitavelmente a uma reconstrução radical das nossas concepções do substrato material da mente, isto é, do cérebro humano como órgão da vida mental, da sua estrutura e métodos de funcionando.
> Quando os processos mentais humanos eram considerados "habilidades" inatas e imutáveis, os estudantes tentavam encontrar seu substrato em partes ou centros permanentemente fixos do cérebro que supostamente eram os portadores dessas "habilidades". Foi amplamente considerado que se as pessoas tivessem essas "habilidades" em graus variados, então a diferença residia nas circunvoluções cerebrais. Essas **ideias equivocadas** foram usadas por antropólogos reacionários que **falavam de raça "superior"** ou "inferior" e sobre a "inferioridade intelectual" dos negros, dos índios americanos ou dos membros da raça amarela.

Nesta passagem, Luria afirma a equivocada forma de interpretação das funções psicológicas superiores como inatas, imutáveis cuja correspondência e origem estava no substrato cerebral previamente determinado e, ainda, analisa as consequências racistas que estas noções ratificam.

No que diz respeito ao funcionamento cerebral e as funções psicológicas superiores, essas conclusões de Luria nos ajudam a desvelar a relativa autonomia entre as funções psicológicas superiores e seu substrato biológico, pois o autor desenvolve sua neuropsicologia centrado nas

ideias vygotskianas de desenvolvimento cronogênico dos centros cerebrais e por isso tece essa crítica à eugenia das neurociências. Para Luria, portanto, o desenvolvimento da consciência é social e histórico e, por isso, não pode ser interpretado como próprio a uma determinada "raça humana", mas sim que depende das condições objetivas e materiais, sociais e históricas.

Retomando nossa discussão sobre unidade, entendendo "o social" como "momento preponderante" podemos, então, inferir que o cérebro e a consciência formam uma unidade dialética e não uma identidade e, por isso, nem sempre se pode encontrar no cérebro correspondências morfológicas e/ou anatomopatológicas, nos casos das psicopatologias.

E esta compreensão, é preciso observar aqui, no que diz respeito à esquizofrenia, pode iluminar nossa apreensão do fenômeno, superando os modelos biomédicos cuja essência é interpretar a gênese dos fenômenos como biológica. O fundamental é apreendermos que, se o cérebro é um "órgão da civilização", ou melhor "órgão da sociabilidade", como afirma Luria e sua atividade é de natureza reflexa-mediada, ou seja, sua atividade e dinâmica é influenciada pela relação estabelecida com o ambiente externo – vivência - e pela sociabilidade humana, a gênese da alteração da consciência possa ser então reflexa-mediada, ou seja, de natureza social.

Diante disso, então, podemos apreender que: a) pelo princípio da relativa autonomia: os fenômenos psicopatológicos podem ser entendidos como alteração dos nexos das funções psicológicas superiores, para os quais pode não haver alterações anatomopatológicas correspondente; e b) pelo princípio da natureza reflexa-mediada: o cérebro funciona a partir dos estímulos externos que são essencialmente sociais e representam não apenas nossa afetação em relação ao mundo, mas também como agimos e afetamos o mundo a nossa volta, provocando pensamentos e emoções cujos sentidos e significados são, também, dados socialmente.

Então, se os processos de desenvolvimento da consciência são produto da relação que os seres humanos estabelecem com outros seres humanos, logo, seus processos de alteração também devem ser entendidos pelo mesmo princípio básico. Ora, o que não é o desenvolvimento psicológico se não um processo de alteração constante entre os nexos das funções psicológicas superiores, os centros cerebrais e o funcionamento da unidade consciência-cérebro?

Esta relação é fundamental para se apreender, por exemplo, o processo de liberação de mais ou menos neurotransmissores, apontado como causa da esquizofrenia. Mas como se vê, supondo que a teoria dopaminérgica seja real, ela se apresenta mais como seu efeito do que sua causa. Ou seja, o que impele a atividade cerebral são os estímulos externos processados pelo sujeito através de sua vivência, e que ganha sentidos historicamente constituídos por meio das relações estabelecida com outros seres humanos, por isso, dizemos que são reflexos-mediados.

Assim, os estímulos externos são estímulos complexificados, mediados social e historicamente, refletem-se na consciência através de outra importante mediação, que é a vivência da pessoa, que para Andrade e Campos (no prelo): "(...) destaca-se o caráter ativo e dinâmico da consciência enquanto processo da personalidade (sistema psicológico) em sua relação com o meio, o que se expressa e se materializa na vivência.".

O que vimos discorrendo até aqui está embasado no entendimento do "social" como "momento preponderante" na unidade psicofísica. Lukács ao afirmar a identidade de contrários de Hegel na unidade dialética, a partir da leitura marxiana, entende que apenas a relação entre os elementos da unidade "em pé de igualdade", ao fim, acabaria por eliminar o processo de surgimento de algo novo, pois, a unidade de contrários se equilibraria, não sendo capaz de criar nada nesse processo. Por isso, introduz a noção marxiana de "momento preponderante" na síntese dialética, conferindo dinamicamente uma direção ao processo. (Lessa, 2015).

Assim, entendendo o ser social como a unidade entre social e natural, como complexo criado a partir dessa relação, passaremos a discutir, então, mais detalhadamente "o social" como o "momento predominante" na unidade psicofísica.

4.2 O social como momento predominante

De acordo com Fontes (2009 p. 210):

> (...) Explicar, exige identificar as relações e conexões fundamentais dos fenômenos sociais, cuja **objetividade se expressa na própria materialidade da organização social**, isto é, na distribuição dos seres sociais em classes sociais, estabelecendo determinações efetivas, porém, maleáveis. Por serem formas de organização social, podem ser mais ou menos rígidas, porém, não envolvem um determinismo naturalizante, seja de cunho biológico ou psicológico. Compreender implica apreender e entranhar-se dos sentidos e significados, muitas vezes contraditórios, e mesmo antagônicos, que atravessam a experiência da vida social e plasmam sociabilidades diversas.

Se estamos, pois, entendendo que nosso desenvolvimento e constituição enquanto seres humanos formados pela unidade psicofísica é histórico e social, que somos seres sociais forjados no salto ontológico resultado da práxis fundante. As diversas formas de sociabilidade e organização social para produção e reprodução da vida humana se constituem como determinações que atravessam as formas de expressão de cada indivíduo humano, de modo diferente e mediado por suas particularidades.

Entender, portanto, o que compõe as condições de nossa atual sociabilidade sua estrutura, dinâmica e raízes, que nesse tempo histórico se expressa na forma de divisão social por classes, implica apreender os desdobramentos das questões que surgem a partir disso para a constituição psíquica e física de cada pessoa. Isto implica o inevitável entendimento de como as questões denominadas econômicas[32] impactam as histórias e formações individuais.

[32] A respeito da questão econômica, aqui nos atentaremos ao significado de economia na medida em que esta expressa, como afirma Lukács (1986/2013), como que: "(...) as formações sociais implementam a produção e o consumo pelas quais as efetua a reprodução ontogenética de cada homem singular." (p. 339)

Para nós, sobretudo, é de especial interesse apreender esses impactos na formação da consciência humana, seja em sua agregação seja em sua desagregação. Os sentidos e significados, como aponta Fontes (2009) na citação acima, não apenas plasmam sociabilidades diversas, mas dessas surgem também formas de subjetividade/consciência diversas.

Em outro momento, anunciávamos a necessidade da apreensão entre os processos imanentes da produção e reprodução da vida na constituição da subjetividade e da consciência (Furtado e Pinheiro, 2021 p. 32):

> Estudar a formação da subjetividade, tal e qual fenômenos de adoecimento e saúde mental e as suas motivações na sociabilidade contemporânea não é, e nem deve ser, uma análise com visão determinista, relacionando-a de forma direta e exclusiva com os aspectos econômicos e os processos de trabalho, mas há que se perceber a ligação desses elementos para o entendimento amplo, crítico e profundo desse fenômeno. Essas questões não são abstratas e desconexas; estão intrinsecamente ligadas ao fundamento ontológico do ser social.

A materialidade da vida social se expressa nas formas de organização da produção e reprodução da vida, estas questões estão entranhadas no processo de desenvolvimento ontogenético de cada pessoa também no que se refere à constituição de seu psiquismo. Portanto, o desenvolvimento do psiquismo humano é produto da relação dialética que os seres humanos estabelecem com os outros seres humanos a sua volta, aprendendo e internalizando regras, valores, costumes e modos de ser estar no mundo.

Lukács (1986/2013 p. 380-381), afirma a necessidade da educação e da experiência de vida da pessoa, dentre outras coisas para que sua consciência possa se realizar:

> O fato de ela [consciência] surgir potencialmente com o nascimento, de ser realizada através do crescimento, da educação, da experiência da vida etc. e de ser extinta com a morte mostra essa inseparabilidade em relação ao homem enquanto ser vivo. Contudo, o abandono da mera potencialidade do ser-nascido estar vinculado com categorias tão especificamente sociais como a educação já indica que o homem, desde que se tornou homem por meio do seu trabalho, reúne em si uma conjunção inseparável de categorias da natureza e da sociedade.

Para o autor, por meio da atividade, a consciência se realiza, ou seja, se desenvolve, na materialidade das relações sociais cotidianas e não pode ser lida como algo inato e/ou fruto da maturação biológica por si só (coincidindo com as teorias vygotskianas e luriana). Daí deriva a crítica lukacsiana às formas como a Psicologia tem se ocupado dos estudos dos fenômenos psicológicos que apontam para uma naturalização do processo de constituição da consciência, individualizando-a e na medida que isola o sujeito de suas condições objetivas e materiais de existência, responsabiliza o próprio indivíduo em dar conta de questões que são forjadas em sua sociabilidade. (Lukács, 2009 p. 220):

> Até hoje, toda psicologia (inclusa a freudiana) sofre por conceber o seu método a partir do ser humano artificialmente insulado, isolado da sociedade capitalista e de seu modo de produção. Trata de suas peculiaridades, assim como o efeito do capitalismo, enquanto qualidades permanentes que são imanentes ao 'homem', que são 'prescritas pela Natureza'.

A impermanência das características da consciência e da personalidade que expressa, é constituída na relação entre os seres humanos que está sempre em constantes mudanças, é um processo dinâmico ligado à dinâmica das relações sociais da vida de cada pessoa. Os efeitos do capitalismo, portanto, não são qualidades imanentes prescritas pela natureza natural, são qualidades constitutivas das relações sociais entre os seres humanos e seu meio e seus efeitos são expressos de diversas formas na constituição do ser social, inclusive no seu desenvolvimento psicofísico.

Por exemplo, no que diz respeito à nossa pesquisa sobre esquizofrenia, os estudos de Anglin *et. al.* (2021), discute a prevalência diagnóstica das psicoses na população negra nos Estados Unidos, indicando o racismo estrutural como determinação importante a ser considerada para explicar o alto número desse diagnóstico em populações historicamente oprimidas, escravizadas, marginalizadas cujas condições de vida, moradia, bairro, acesso a bens e serviços está diretamente ligada às questões de opressão histórica de que descendem.

> Nossa revisão da literatura norte-americana sobre determinantes sociais revela um padrão de disparidades raciais nos fatores de risco estabelecidos para psicose. O fato de o racismo ter estruturado historicamente os sistemas sociais dos EUA significa que a vizinhança e o contexto social podem deter uma parte significativa da contribuição relativa do risco de psicose. Isto pode ocorrer através de discriminação a nível individual, bem como através de traumas coletivos a nível comunitário (por exemplo, violência policial e armada). A evidência de que estas exposições multiníveis podem aumentar a ativação do stress crônico ao longo das gerações através de complicações perinatais nas mães é considerável. (...) Os fatores de stress sociais e ambientais ligados ao racismo estrutural (por exemplo, desvantagens de vizinhança, traumas coletivos, discriminação) que são desproporcionalmente vividos por pessoas negras e indígenas de cor podem contribuir para o risco de psicose nestas populações.
> O número desproporcional de pessoas negras marginalizadas e desfavorecidas representadas entre os indivíduos com psicose nos ambientes clínicos dos EUA pode refletir como estes traumas, discriminação e violência no bairro estão a influenciar a capacidade de receber tratamento adequado e evitar caminhos traumáticos para e através dos cuidados. (p. 11-12 tradução nossa)

Na pesquisa acima citada, as autoras afirmam as correlações ambientais e individuais em relação a prevalência do desenvolvimento de psicoses, mas ao longo do artigo, fundamentalmente, afirmam que estas condições é consequência direta do processo de desenvolvimento econômico norte americano às custas da escravização da população negra, indígena, da expropriação de direitos, moradias e genocídio das populações marginalizadas nesse país. Ou seja, entendem o processo de forma desnaturalizada e indicam a discriminação racial e o racismo estrutural como consequência da questão econômica, como também, a determinação social para o desenvolvimento de psicoses como a esquizofrenia.

As autoras, não biologicizam a prevalência da esquizofrenia na população negra, mas acusam a violência de Estado, a discriminação que levam a falta de condições econômicas e dignas de existência como causa à exposição ao que consideram fatores de risco para as psicoses, como por exemplo, o stress. No referido trabalho, em nossa análise, as autoras demonstram o que Fontes (2009) e Furtado e Pinheiro (2021) aponta como o processo de conhecimento dos fenômenos

sociais, elas apreendem as relações e conexões fundamentais da questão de classe e seus desdobramentos para a constituição da consciência e de psicopatologias como a esquizofrenia.

A questão social no capitalismo tem por sua origem o contraponto entre apropriação privada do trabalho humano, seus meios de produção e seus frutos, pela classe burguesa que toma de posse - exploram - a força de trabalho da classe trabalhadora objetivando seu lucro e manutenção de sua propriedade sobre os meios de produção. (Iamamoto, 2007). O processo de exploração da mão-de-obra da classe trabalhadora pela burguesia, transforma o trabalho em mercadoria, coisificando e precificando o trabalho humano.

A exploração da mão-de-obra conforma uma unidade com as opressões estruturantes do capitalismo – patriarcado e racismo - engendram um mecanismo que garante a gradação da precificação, do valor de cada trabalhador a partir da cor da pele, gênero, origem geográfica etc. O que, em última instância, representam as condições econômicas das pessoas em garantir condições para a satisfação de necessidades biológico-sociais básicas para sua sobrevivência.

As diversas expressões da questão social atravessam os sujeitos, demarcam seus limites e possibilidades, apresentam alternativas a partir de sua classe, raça/etnia, gênero/sexo, orientação sexual, origem e geração. Portanto, são determinações para além do substrato físico-químico, elementos genéticos e fisiológicos; o aprofundamento de relações coisificadas e de uma lógica desumanizada mergulha a formação subjetiva (e psicofísica humana) nas intempéries do seu tempo histórico. Por isso, entendemos que a unidade exploração-opressão é base para se compreender a dinâmica da constituição subjetiva dos seres humanos neste tempo histórico, e no que tange os processos de adoecimento psíquico, incluindo a esquizofrenia, como uma expressão da questão social.

As formas de sociabilidade e de organização social para produção e reprodução da vida da vida material, como fatores que atravessam a constituição psíquica só podem ser apreendidas dessa forma se transcendermos as análises epifenomênicas da constituição da consciência e apreendê-la como algo novo que é imanente ao ser social. Assim, a consciência humana é produto do salto ontológico, constitui-se como mecanismo inerente ao trabalho teleológico. Está para além da mera expressão das atividades do seu substrato biológico, embora dependa deste.

Como afirma Lukács (1986/2013 p. 381):

> Contudo, justamente porque, no caso destes [dos animais], apenas sua vinculação à vida orgânica pode se tornar ativa, a atividade da consciência restringe-se às reações ao mundo exterior que prescrevem a reprodução da vida orgânica e que normalmente permanecem as mesmas por longos períodos; é por isso que pudemos designar a consciência animal, no sentido ontológico, de epifenômeno. A consciência humana, em contraposição, é posta em movimento por pores de finalidades que vão além da existência biológica de um ser vivo, embora tenham de servir antes de tudo à reprodução da vida; a serviço desta, engendram sistemas de mediação que de modo crescente retroagem, tanto formalmente como em termos de conteúdo, sobre os próprios pores e, só depois de passarem por esse desvio das mediações cada vez mais amplas partem novamente para servir à reprodução da vida orgânica.

A consciência não é produto da maturação biológica, só as condições biológicas dadas ao nascer não são capazes de garantir as condições sequer de sobrevivência que se garante por meio das mediações construídas sociais e historicamente para manutenção da vida humana, pois, o ser humano recém-nascido já nasce um ser ontologicamente social. O que significa sua dependência do meio social e da relação que estabelece com outros seres humanos a sua volta, como mediações para garantir as condições de manutenção de sua vida. No entanto, não se pode perder de vista que, ainda que a consciência surja como fenômeno social, produto e parte integrante essencial ao trabalho teleológico, para que possa existir a consciência humana deve estar necessariamente ligada à sua materialidade biológica, ou seja, à unidade psicofísica.

O ser humano não é um ser cuja consciência atua para a satisfação direta de suas necessidades biológicas, pois esta satisfação é sempre mediada pela materialidade social, como expressa Lukács na citação anterior. Leontiev discorre sobre esta questão, de forma semelhante, e compara a ação humana à atividade animal que é direcionada a satisfação direta de uma ou outra necessidade biológica. Assim, Leontiev (2000 p. 10) exemplifica:

> Para mostrar ainda mais claramente a notável discrepância de que a atividade de um individuo não conduz diretamente por seu último elo ao domínio do objeto de necessidade, consideremos a atividade de um batedor, participante de uma caça coletiva primitiva. Sua atividade é motivada pela necessidade de alimentação ou, talvez, pela necessidade de vestuário, que lhe serve a pele de um animal morto. Mas qual é o seu objetivo direto? Pode ser direcionado, por exemplo, para espantar um rebanho de animais e direcioná-lo para outros caçadores escondidos em emboscada. Isso, na verdade, é o que deve ser o resultado da atividade de uma determinada pessoa. Isto conclui a atividade do participante individual na caçada. O resto é completado por outros participantes na caçada.

E depois de caçada a presa, vem o outro processo de divisão (ou não) entre os participantes da caçada dos resultados de sua ação. Mas, ainda assim para satisfazer a necessidade do alimento há ainda o processo de preparo do alimento que pode demandar cozimento, tempero etc.; ou no caso do vestuário, limpeza da pele, costura etc. Toda a ação de satisfação de uma necessidade básica está mediada pela sociabilidade do sujeito.

A ação humana não tem o sentido direto de satisfação da necessidade, como é o caso do batedor no exemplo acima citado, espantar a presa não satisfaz a sua fome, mas é um dos processos necessários para essa satisfação. Essa ação que, aparentemente, não faz sentido para a satisfação de sua fome enquanto indivíduo, ganha sentido no conjunto das ações somadas dos outros indivíduos e na finalização de todo o processo de caça.

Neste sentido, a questão econômica entendida enquanto o modo de produção e consumo para se efetuar a reprodução ontogenética, como posta por Lukács (1986/2013), é fator preponderante para a existência humana em sociedade. Em nossa análise, portanto, apreender os

processos humanos de saúde e doença perpassam necessariamente pela questão econômica, ainda que se resista a entendê-la como determinação.

Sobre isso, Lukács (1986/2013 p. 339) afirma:

> A resistência real contra esse fato simples, todavia, não se origina dele próprio, mas de sua constituição específica dentro do ser social, da ininterrupta socialização da existência humano-biológica que, a partir da reprodução ontológica com o tempo, dá origem a todo um complexo no âmbito do ser social: a esfera da economia. À medida que se tornam cada vez mais sociais as atividades humanas que, em última análise, estão a serviço do cumprimento daquilo que é exigido pela reprodução ontogenético-biológica dos homens, tanto mais forte se torna a resistência do pensamento em conceder à esfera econômica essa prioridade ontológica com relação a todas as demais.

Lukács afirma a prioridade econômica em relação a esfera ontológico, no sentido de que a economia é essa relação de produção e reprodução da vida, de produção de coisas a serem consumidas para a manutenção da existência, e isto não é direto, é sempre mediado pelos complexos sociais.

Assim, na nossa sociedade de classe, por exemplo, é o quanto se tem de capital que determina se a pessoa terá acesso ao básica para sua existência, como a alimentação, mas não apenas isso, ela também determinará as diferenças qualitativas e quantitativas dos alimentos a serem consumidos. Ou seja, alimentar-se é um ato de satisfação de necessidades biológicas básicas para a sobrevivência humana, mas está mediada pelas relações econômicas constituídas historicamente e as condições de classe em que cada indivíduo se encontra nessa sociedade.

Conforme Lukács (1986/2013 p. 333-334):

> O ser social se eleva da natureza orgânica de tal modo que, numa determinada espécie de seres vivos, no homem, por um lado, os momentos biológicos de sua reprodução irrevogavelmente têm de ficar preservados em suas relações com os componentes físico-químicos, mas que por outro lado, seu funcionamento e sua reprodução adquirem um caráter social cada vez mais nítido.

Por mais profundo ato biológico que comer represente e necessidade de manutenção dos componentes físico-químicos do corpo humano para nossa existência, comer não deixa de ser

mediado pelos complexos sociais e culturais. Essa é uma contradição que habita o ser social, que mantém os mecanismos básicos da vida orgânica, mas os suprassume aos sociais.

No caso da satisfação da fome, a esfera econômica, muda as formas de acesso ao alimento, aos tipos e quantidades de alimento a serem consumidos e, como vimos anteriormente nos debates sobre epigenética, as diferentes formas de alimentar-se, por exemplo, atuam nas diferentes formas de constituição do corpo biológico. É nesse sentido, considerando as diversas mediações criadas pelos seres humanos entre a necessidade biológica e as formas culturais e históricas de satisfazê-las que Lukács aponta a materialidade da organização social como determinação da constituição de nossa consciência.

Já está em Marx e Engels (1845/2015), a afirmação de que a consciência é determinada pela produção da vida, pela manutenção da vida com a satisfação de suas necessidades mediadas: "(...), mas os homens ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (n.p. edição Kindle).

Tanto o desenvolvimento do corpo biológico humano quanto o seu psicológico estão imbricados no processo de produção e reprodução da vida. O ser humano, ao se distanciar das barreiras naturais não cria uma independência delas, mas se constitui sobre ela um novo complexo. Por isso, Lukács (1986/2013 p. 268) enfatiza: "o processo de reprodução do homem que se tornou social, o afastamento da barreira natural tantas vezes mencionado aclara-se no sentido de que a sociedade se tornou aqui um *medium* ineliminável da mediação entre homem e natureza.".

Para Lukács (idem p. 266) O salto ontológico suprassume as condições orgânicas do ser social, mas não se desvincula delas.:

> O ser social, em contraposição, mostra como estrutura básica a polarização de dois complexos dinâmicos, que se supõem e suprimem no processo de reprodução sempre

> renovado: o do homem singular e o da própria sociedade. Quanto ao homem, ele é, num primeiro momento e de modo imediatamente, mas, em última instância, irrevogavelmente, um ser (*Wesen*) que existe biologicamente, um pedaço da natureza orgânica. Essa sua constituição já faz dele um complexo, pois essa é a estrutura básica de todo ser vivo, até do mais primitivo.

O complexo biológico do ser social é sua base, mas sua essência se constitui na transcendência e na criação de condições que o fazem ultrapassar os limites do biologicamente dado, constituindo-se como um complexo de complexos. O ser social cria necessidades que lhe são igualmente vitais quanto às biológicas na medida em que depende da satisfação dessas necessidades como mediações da satisfação das biológicas, mas são necessidades sociais e históricas.

Para Lukács (1986/2013 p. 266):

> O homem certamente permaneceu irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte), mas modifica radicalmente o caráter de sua inter-relação com o meio ambiente, pelo fato de surgir, através do pôr teleológico no trabalho, uma interferência ativa no meio ambiente, pelo fato de, através desse pôr, o meio ambiente ser submetido a transformações de modo consciente e intencional. (...) interpõe-se entre o ambiente natural e o espaço de mudanças ativo para a reprodução do homem um complexo de determinações socialmente eficazes, ao qual cabe um papel definitivamente decisivo na reação do homem às mudanças na natureza.

Não se trata de apontar a independência do complexo social do ser humano ao biológico, mas o devir humana/o da mulher/homem depende primordialmente das formas de organização social, da materialidade social historicamente constituída, seu desenvolvimento ontogenético depende das condições objetivas e materiais constituídas no chão da história da coletividade humana.

Portanto, para o ser social o seu momento preponderante só pode se apoiar nas condições historicamente criadas de mediação do processo de produção e reprodução da vida. O que funda o ser social é o trabalho, mas, como afirma Engels (1956) com o trabalho e por causa do trabalho a

linguagem possibilitando as formas de comunicação para organização coletiva de produção da vida, as condições de interação e de sociabilidade entre os seres humanos e com isso surge a consciência humana.

Todas essas novidades advêm da instauração irrevogável da produção de condições sociais e históricas de distanciamento das barreiras naturais. Esta é a essência daquilo que nos faz seres sociais, nossa dependência irrevogável dessas condições, nosso distanciamento das barreiras naturais, da criação de uma natureza histórica humana sobre a natureza natural. E, nesse sentido, a condição essencial à produção e reprodução da vida humana ontogeneticamente é dada socialmente.

Por isso o social é o momento preponderante, na medida em que é a essência que nos diferencia dos outros seres orgânicos e inorgânicos na natureza. Do mesmo modo que o que diferencia o ser orgânico do inorgânico é a vida, sendo que o ser orgânico volta a ser inorgânico com sua morte (ausência da vida), constituindo-se, pois, como um complexo orgânico sobre o inorgânico; o que diferencia o ser social do ser orgânico que já subsumiu o inorgânico é sua dependência da materialidade social, constituindo-se, também, como um complexo de complexos na medida que incorpora o ser inorgânico suprassumido no orgânico e, por sua vez, suprassume o orgânico ao social.

O ser social só pode se tornar ser inorgânico quando sua vida está ausente, do mesmo modo que pode ser considerado um ser orgânico na medida que depende da satisfação das necessidades biológicas para manutenção de sua vida. As condições orgânicas do ser social são mantidas em sua essência: presença de vida; mas elas são alteradas na forma como os seres humanos processam a manutenção de sua vida, pois isso não é dado de forma imediata.

Portanto, o novo que constitui a essência do complexo de complexos do ser social assume o lugar do momento preponderante, como determinação de sua existência e reprodução. Assim, Lukács (1986/2013 p. 333) assevera:

> Pois é evidente que, por ocasião da gênese de algo novo desse tipo, surgem fenômenos de caráter transitório, que jamais levariam ao nascimento, à consolidação, à auto-constituição do novo estágio do ser se forças do novo tipo do ser não desempenham o papel de momento predominante nas - irrevogáveis - interações com as forças dos tipos antigos do ser.

As forças do novo tipo assumem a direção do processo do novo ser, constituem sua essência e conformam com as outras formas de ser subsumidas uma unidade dialética. Por isso Lukács (1986/2013) afirma que a simples interação não leva a nada novo, mas o que determina o novo é a preponderância de determinado elemento que dá a direção e sentido do complexo de complexos sem, contundo, apresentar independência dos outros elementos com o qual constitui essa unidade.

"O social", como produto da práxis fundante, no ser social constitui esse momento preponderante subsumindo o biológico. De acordo com Lukács (idem p. 334):

> A reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamento ontológico de todo e qualquer ser social. Todavia, trata-se de um fundamento cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente auto criado - criado pelo gênero humano - sobre o seu próprio criador, dessa vez, contudo - de modo diretamente ontológico - , como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico.

O trabalho que transforma a natureza e cria as condições de sociabilidade e uma relação mediada com a natureza, como aponta Lukács (1986/2013 p. 268), retroage sobre o próprio ser humano.

> O homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; mais exatamente, como a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio

> ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável. É óbvio que o próprio homem também se modifica ao modificar sua relação com a natureza que o cerca. Mas faz uma diferença gigantesca se esse tornar-se outro é um processo biológico espontâneo e involuntário de adaptação a novas factualidades naturais ou se é decorrência de uma práxis social própria, mesmo que, nesse caso, só os atos imediatos singulares são intencionais e voluntário e o conjunto da transformação se origina disso com necessidade socialmente espontânea.

A humanização do ser humano, como já apontamos lhe traz consequências enquanto ser humano singular. O ser social rompe com a mudez do gênero, deixando de ser um ser passivo a ser ativo que transforma ativamente a natureza a sua volta e a cada vez transforma-se a si próprio enquanto unidade psicofísica. Passando, como diz Lukács, a cada vez efetivar-se como ser social, distanciando-se cada vez mais de suas barreiras naturais.

O rompimento com a mudez do gênero não é um ato espontâneo e naturalmente dado, é ato dirigido, organizado e destinado a um fim, é um ato consciente. Lukács (1986/2013 p. 273), assim, assevera: “(...) a nova forma de continuidade no âmbito do ser social não pode surgir sem consciência; somente quando essa nova forma do ser é elevada à consciência ela pode alcançar um novo ser-para-si.”.

O ser que se fez social pelo trabalho teleológico, fez surgir a linguagem, enquanto complexo social e histórico, como necessidade igualmente vital aos seres humanos, como também, fez surgir a consciência humana. Como afirma Luria (2005 p. 06): “Estas circunstâncias principais - a separação dos processos (ações) orientados para objetivos e o nascimento da linguagem como meio de comunicação verbal - levam necessariamente ao nascimento de formas superiores de reflexão psicológica, ao nascimento da consciência.”.

A consciência surgiu por meio da ampliação do processo de produção e reprodução da vida, como nexo interno do trabalho teleológico. Surge como função de orientação e planejamento da

atividade humana para um fim, extrapola os limites epifenomênicos do funcionamento cerebral, constitui-se como um novo, em unidade com seu substrato orgânico e que, em certa medida adquire autonomia desse substrato.

De acordo com Lukács (1986/2013 p. 348):

> (...) pois nesse caso o biológico constitui apenas a base sobre a qual se constrói algo inteiramente diferente. Se pensarmos, por exemplo, atendo-nos ao exemplo da mão, nos atos de escrever, de tocar violino etc., fica claro que nessas atividades até têm um fundamento biológico, mas que, justamente na sua particularidade, precisam ir além do biológico. Naturalmente, certa elasticidade dos músculos, a reação rápida dos nervos etc. estão entre as precondições psicofísicas indispensáveis para tocar violino. Contudo, o essencial nesse ato é que comunique adequadamente conexões de um mundo musical, cujo êxito ou malogro são condicionados exclusivamente pelas leis internas dessa esfera e não podem mais ser remontados a uma diferenciação biológica dos órgãos.

Nosso caminho se inscreve numa linha tênue entre o determinismo social e o determinismo biológico, mas a análise materialista que não dispensa a relevância do orgânico em nós; histórica que analisa os processos como fruto das múltiplas determinações ao longo da vida do sujeito e o cruzamento entre as história da humanidade e do indivíduo para analisar o sujeito; e, por fim, dialética apreendendo a relação dialética de mútua transformação entre indivíduo e meio e a determinação social que age sobre o indivíduo e na qual o indivíduo age, tem sido nossa bússola para evitarmos cair nesses determinismos.

É preciso, ainda, apreender que ambos os polos – individuo e sociedade – da relação dialética são ativos no processo de transformação mútua. No âmbito do indivíduo, essas transformações também modificam o substrato biológico, mas vai além dele ampliando as capacidades do ser humano para além do que só o desenvolvimento orgânico não permitiria realizar e dando outros sentidos às funções do aparato biológico, como Lukács ilustrou com o exemplo de "tocar violino".

A relação dialética entre aquilo que é ontologicamente anterior ao ser humano e aquilo que o salto ontológico criou em nós é dada em unidade, onde o momento preponderante é "o social" e no ser humano, as criações e transformações que "o social" promove e que o diferencia dos outros seres na natureza, assumem essa característica de momento preponderante. Como, por exemplo, é o caso da consciência em relação ao substrato biológico cerebral, o que detalharemos mais a frente. Por enquanto, é importante entender que a consciência humana como algo novo complexo que surge da práxis fundante assume o papel de guia da atividade cerebral, subsumindo-a às suas leis de funcionamento.

Por isso, apreender a dinâmica da lógica dialética, no método materialista histórico e dialético, como o processo de subsunção/superação/negação/suprassunção dos elementos (tese e antítese) para a construção de uma síntese (unidade) é também parte determinante para superarmos os determinismos (com perdão do trocadilho) biológicos e sociais e apreendermos a noção de "momento preponderante". Entender, pois, que os elementos ao se relacionarem se transformam nessa relação, adquirindo novas propriedades que não aparecem no elemento isolado, mas apenas quando ele está em relação com determinado elemento; mas que também não é apenas as propriedades do outro elemento e sim propriedades que se criam quando *na relação* entre os elementos.

Isto é primordial para todo o entendimento posterior dos fenômenos humanos, inclusive a determinação/constituição social da consciência. Esse entendimento da noção de "superação" de um elemento por outro na relação dialética está em Marx que não abandona esta ideia hegeliana, mas a interpreta à luz do materialismo histórico; está em Vygotski (1931/2002) como demonstramos, e, obviamente em Lukács para explicar como nos fizemos/fazemos humanas a partir da relação mediada que passamos a estabelecer com a natureza.

No campo da saúde, com o auxílio dos debates já desenvolvidos e em desenvolvimento da epidemiologia crítica latino-americana apoiados em Laurell (1994) e Breilh, (2008; 2013; 2019) buscamos, no capítulo 2, desvelar os processos pelos quais as relações sociais se encarnam no sujeito, o fenômeno que Breilh (2021) denomina "*embodiment*" ou "*la encarnación*". Neste sentido, a crítica desenvolvida ao modelo biomédico pela epidemiologia crítica, ao nosso entendimento, aponta para as formas de produção e reprodução social como aspectos essenciais para o processo de adoecimento, demonstrando que a essência desse processo não está nos determinantes biológicos (como o é no modelo biomédico), mas sim em sua determinação social.

A partir daí, no primeiro momento deste trabalho desenvolvemos o que denominamos "nexos internos da determinação social da saúde", como arcabouço explicativo para se pensar o processo de adoecimento a partir da unidade psicofísica do ser humano e sua constituição social e histórica na relação com os outros seres humanos. Buscando adensar os conceitos e categorias da Determinação Social da Saúde, pensando seu processamento interno e expressão no indivíduo. A apreensão de que nosso substrato biológico está subsumido ao social, faz com que entendamos esse biológico como algo social e, consequentemente, seu funcionamento também está subsumido ao social.

Contudo, dizer que "o biológico" se torna um biológico-social humano, não elimina em hipótese alguma a relação e a necessidade fundamental da base biológica para nossa existência. "O social" se torna o elemento predominante e nos auxilia a nos afastarmos das barreiras naturais e imediatamente postas, o que confere uma relativa autonomia do ser humano ao natural, porém esta relação não deixa de existir em hipótese alguma, configurando-se enquanto unidade dialética. Isto quer dizer que, na relação entre "o biológico" e "o social", "o social" para os seres humanos se

torna predominante, supera as barreiras naturais, adquire relativa autonomia e constitui algo radicalmente novo na natureza.

É esta a lógica a qual vimos discutindo desde o capítulo 2 desta tese e que devemos aplicar na apreensão do processo de desenvolvimento da esquizofrenia, uma vez que a compreendemos como patologia de alteração da consciência cujo surgimento é ontologicamente dado pelas mesmas leis dos processos que constituem a consciência de modo não alterada. Isto quer dizer, baseada nas relações humanas que, por sua vez, estão atravessadas pelas mediações sociais construídas a partir do processo de produção e reprodução de meios para a manutenção da vida dos seres humanos.

Portanto, as relações entre os seres humanos da qual depende o desenvolvimento da consciência está atravessada pela questão econômica, no sentido de que esta se caracteriza como mediação social importante para a garantia de manutenção do substrato biológico, bem como, para garantia de satisfação de necessidades histórica e socialmente criadas que constitui o processo de humanização dos seres humanos.

Em nosso tempo histórico, porém, a divisão de classe entre burguesia e classe trabalhadora, em que o trabalhador se transformou em "trabalho assalariado" e a "força de trabalho" em mercadoria, em última instância, coisifica o ser humano, mergulhando-o em um contínuo processo de desumanização. Este será sentido a partir de seu pertencimento de classe, engendrado a um processo de exploração-opressão.

Assim, é mister às ciências psicológicas apreender as formas como a expressão da estrutura da sociedade capitalista afetam o processo de desenvolvimento e integração ou desagregação da consciência humana. Entender que o processo de desumanização promove processos de sofrimento psíquico, que se agravam nas diferentes formas de psicopatologias, alterando (desagregando, perturbando) as formas de funcionamento das funções psicológicas superiores que são partes

constituintes da consciência e, consequentemente, também alteram as formas de funcionamento cerebral as quais estão submetidas às leis de funcionamento da consciência.

É a dependência do substrato cerebral do funcionamento e desenvolvimento da consciência que faz Vygotski (1934/2023c) desvendar a formação e o desenvolvimento do córtex cerebral de forma cronogênica, ou seja, como algo formado historicamente a partir das vivências do sujeito, de sua relação com os outros seres humanos. Apreender o cérebro enquanto substrato biológico indispensável da formação e funcionamento das funções psicológicas superiores e as FPS sendo estas "o social" em nós, como afirmava Vygotski (1930/2023a), implica entender "o social" como momento predominante da formação do substrato biológico cerebral.

Para se apreender o social como "elemento predominante" é necessário não perder de vista que o método marxista é materialista. Por isso, repetimos em exaustão que, em hipótese alguma se pode descartar o substrato biológico, dependemos desse substrato para vivermos. Embora alguns processos possam adquirir autonomia, no sentido de superar as barreiras naturais, em relação ao substrato biológico esta autonomia da base material é sempre relativa, por isso, ela também não deve ser entendida como sinônimo de independência.

Sobre o que afirmamos acima, Lukács (1986/2013 p. 168) pontua:

> (...) se queremos, a respeito desse complexo de questões, proceder com uma crítica ontologicamente rigorosa, devemos entender que certamente se verifica um ininterrupto afastamento da barreira natural, mas jamais a sua supressão completa; o homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico - apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico - , está indissociavelmente ligado ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando o fato universal dessa ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade. Todas as possibilidades de prolongar esse processo, por exemplo através da aplicação de conhecimento etc., não podem alterar em nada essa vinculação ontológica, em última instância, da consciência com o processo vital do corpo.

A dimensão biológica, portanto, é ineliminável ao ser social, embora esta dimensão esteja suprassumida, ou, para usar uma expressão lukacsiana, está continuada na descontinuidade. O que muda no ser social é a relação que este ser estabelece com suas barreiras naturais, mais especificamente com seu organismo biológico, relação esta mediada pelo complexo social e histórico e que transforma o próprio substrato biológico humano. Assim, Lukács (ibidem) segue:

> Ora, por mais diferente que seja a relação do ser social com o biológico quanto à relação que existe entre ser orgânico e inorgânico, esse vínculo do sistema superior mais complexo [o social] com a existência, a reprodução etc., daquilo que o funda "desde baixo" permanece um fato ontológico imodificável.

Isto posto, devemos entender que, embora falemos em "ser social" este ser não se desconecta de sua base biológica, a materialidade do método marxiano reside nisso, a apreensão da relação que estabelecemos ao longo do processo de desenvolvimento filogenético que foi modificando as próprias leis biológicas humanas a partir da relação mediada com a natureza, apontam para a impossibilidade de se pensar deterministicamente os fenômenos humanos. Porque a relação é, pois, dialética, está sempre e em constante modificação, então não se dá de maneira rígida e fixamente determinada naturalmente.

Postas essas primeiras e essenciais questões, podemos partir para o entendimento do que se denomina "momento predominante" na constituição do ser social.

Lukács (1986/2013 p. 333) assim explica a necessidade do momento predominante:

> A simples interação levaria a um estado estacionário e, em última análise, estático; caso se queira dar expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, é preciso indicar onde, na referida interação, pode ser encontrado o momento predominante. Com efeito, é este – todavia não a sua simples ação, mas simultaneamente as resistências com que se depara, que ele mesmo provoca etc. – que dá à interação, de resto estática, apesar de toda a mobilidade parcial, um direcionamento, uma linha de desenvolvimento; de simples interações poderia resultar apenas a estabilização pelo equilíbrio dentro de um complexo.

A constituição ontológica do ser humano, se dá pela relação mediada com a natureza, a partir do trabalho teleológico, e isso transforma o ser humano por completo e o faz um ser social,

onde o biológico não está suprimido, mas suprassumido. Este movimento promove a passagem de uma forma de ser (animal) para outra (social), onde a forma mais complexa assume a orientação do processo evolutivo. Desta forma, Lukács (1986/2013 p. 333) afirma:

> Pois é evidente que, por ocasião da gênese de algo novo desse tipo, surgem fenômenos de caráter transitório, que jamais levariam ao nascimento, à consolidação, à autoconstituição do novo estágio do ser se forças do novo tipo do ser não desempenhassem o papel de momento predominante nas – irrevogáveis – interações com as forças dos tipos antigos do ser.

A própria forma de se apreender a evolução no processo histórico da natureza é de rupturas entre seres que se diferenciam entre si ontologicamente. Desta maneira, não há uma herança retilínea, um *continuum* no desenvolvimento, a passagem de uma forma de ser a outra requer ruptura, desequilíbrio que só as formas contraditórias não poderiam produzir, e este desequilíbrio requer que um dos fatores seja predominante ao outro o que provoca o que Lukács denomina "salto ontológico". Este é o movimento da passagem da matéria inorgânica à orgânica, de seres inanimados a seres animados, de seres biológicos a seres sociais.

Na primeira forma ontologicamente nova, da matéria inorgânica à orgânica, embora a matéria inorgânica constitua a orgânica ela está submetida às leis da matéria orgânica. Para Lessa (2015 p. 18): "O ser vivo apenas pode se transformar em ser inorgânico pela morte, que é o momento de destruição da vida. Por sua vez, as substâncias inorgânicas que compõem a matéria orgânica se submetem às leis biológicas, isto é, se integram à reprodução biológica.".

De acordo com Fortes (2016 p. 122):

> O momento preponderante deve ser entendido como o nexo capaz de fornecer a direção objetiva do processo de desenvolvimento do complexo do ser social, é a função de preponderância que designa aquele elemento sobre a qual recai a primazia na determinação e no direcionamento da totalidade constitutiva dos processos prioritários de dado ser.

Assim, o momento predominante, não se configura como único momento determinante do ser social, mas integrado com outros complexos que o constitui. Por isso, a análise não deve ser mecanicamente dada, mas entendendo a determinação como um processo multicausalístico onde há um elemento que se destaca. Buscando apreender as leis mais decisivas da dinâmica e estrutura do objeto em análise.

Para Fortes (2016 p. 50):

> (...) a identificação do momento preponderante deve ser acompanhada da análise das formas efetivas de sua interação com as outras condicionantes do complexo, pelo simples fato de que na realidade o momento preponderante se encontra em interação recíproca com os outros elementos da totalidade do ser social, não constituindo de modo algum o único e exclusivo determinante dos processos sociais.

Neste sentido, é fundamental a análise da interação do social com o biológico e, para o que nos interessa aqui, trazer a análise dessa relação para a relação entre as FPS e o cérebro no processo do desenvolvimento psicológico humano.

Diante do exposto, buscamos então apreender nosso objeto de pesquisa a partir das considerações dadas. Logo, no que diz respeito ao complexo do ser social, o funcionamento de sua totalidade, ou melhor, da unidade psicofísica, deve ser entendida a partir da noção de que o social é o momento preponderante ao biológico. A dimensão da reprodução biológica é inevitável, como afirma Lukács.

Mas, este ser está submetido às transformações sociais, as relações sociais que se estabelecem desde o nascimento, de cuja qual a possibilidade de viver e se desenvolver é diretamente dependente. Ainda que afirme a "transformação ininterrupta [do ser] no social", Lukács (1986/2013 p. 338) também adverte que "(...) tivemos que constatar simultaneamente que esse constante 'tornar-se social' jamais poderá fazer desaparecer a base biológica.". Em outras

palavras, para nós seres humanas, o nosso complexo organismo biológico funciona de modo a estar submetido às leis do "social e histórico" desde o momento em que nascemos.

No que diz respeito ao substrato biológico cerebral, esta submissão às leis sociais pode ser expressa, por exemplo, pelo fenômeno denominado plasticidade cerebral, como apresentada por Vygotski (1931/2011). Este mesmo princípio da plasticidade aplicado por Vygotski para o funcionamento cerebral, pode ser ampliado para o todo do substrato biológico humano. Conforme demonstramos no capítulo anterior, referenciadas em Laurell (1994), Lewins e Lewontin (1985/2009 e Jablonka e Lamb (2010). O que nos diferencia dos demais seres multicelulares, no entanto, é que esta plasticidade biológica humana se dá a partir da atividade humana teleologicamente orientada e mediada com a natureza.

É neste sentido que podemos dizer que temos uma base natural ineliminável, mas que por uma diferença ontológica em relação aos demais seres biológicos, nos afastamos sucessivamente dessa base material. Assim, temos a complexificação do substrato biológico que, embora se constitua como elemento fundamental para existência humana, está submetido às leis sociais e não o oposto.

4.3 A determinação social

O próximo passo atrás, para dirimirmos alguns equívocos, é apreender as diferenças entre determinismo e determinação social, pois não estamos falando de leis rígidas e que eliminam o acaso como faz o determinismo. Estamos falando, em termos de determinação, em leis que estão em constante movimento e que mudam conforme as condições objetivas e materiais da situação presente, ou seja, considera-se o acaso e por isso não se parte de uma previsibilidade imutável, mas entendemos também o movimento como imanente às formas de manifestação do fenômeno.

Neste sentido, as explicações causais determinísticas, onde determinada causa leva sempre a determinado efeito, são "postas em cheque" aqui e passamos a pensar que os efeitos de determinada causa estão submetidos a diversas condições objetivas, materiais, históricas, sociais para que tal fenômeno possa se manifestar em seus diferentes modos. Assim, os efeitos são entendidos como possibilidades que só podem ser postos em realidade a partir de condições determinadas que, por sua vez, são variáveis e pode produzir efeitos semelhantes ou idênticos por caminhos distintos.

A determinação, diferentemente do determinismo, não implica que há "A causa" de determinado efeito; pelo contrário, considerarmos os demais fatores que compõem a expressão fenomênica, entendendo, pois, que tal expressão se dá pela relação entre esses diversos fatores. Por isso, é preciso ir à essência do fenômeno, entendendo a aparência como parte do processo fenomênico, e reconhecer o fenômeno em sua totalidade, abarcando a aparência, se queremos conhecer a realidade do nosso objeto, enquanto unidade do fenômeno e da essência (Kosik, 1963/1976).

Apreender a essência do objeto é apreender sua dinâmica, ou seja, as leis gerais de seus processos e como elas se alteram na relação com o meio social e histórico; como também, apreender sua estrutura e suas possibilidades a serem expressas e tornadas reais a partir da ação humana sobre este objeto. Estas apreensões já nos demonstram que a determinidade dos fenômenos humanos não está fixada em sua natureza biológica e não pode ser reduzida a esta dimensão, mas é um processo multicausal em constante movimento, pois para Kosik (1963/1976 p. 33):

> A teoria materialista do conhecimento como reprodução intelectual da realidade deriva de uma concepção de realidade diferente daquela que deriva o método da redução. A redução pressupõe uma substância rígida, elementos imutáveis e não derivados, nos quais, em última instância, se desdobram a variedade e a mutabilidade dos fenômenos.

Na análise da determinação social do ser humano, portanto, não se reduz o fenômeno da saúde e doença a determinantes fixados e dados *a priori*, mas a questão se desloca para a apreensão do ser humano-social cujo biológico e social constituem a unidade psicofísica humana, onde o social é o fator preponderante, pois é a base ontológica do que nos faz humanas.

Por ontológico entendemos como aquilo que funda o Ser, é sua base primordial mais complexa e a partir da qual é possível apreender sua dinâmica e estrutura. No caso do Ser Social, o salto ontológico é justamente a passagem de seres dependentes direta e imediatamente de suas necessidades biológicas, para um ser que não só ganha relativa autonomia em relação às suas necessidades biológicas, mas as transforma libertando-se da imediaticidade dada, projeta-se para o futuro, com base na história da coletividade humana, e passa a criar condições de existência e novas necessidades sobre as necessidades biológicas sem eliminar estas, porém, dando às necessidades biológicas novos e diferentes sentidos que são construídos social e historicamente.

Luria (1979) aponta que o ser humano não age apenas por suas próprias, individuais e imediatas impressões da realidade soma o imediatamente dado, com seu repertório, com sua história, com sua vivência. Além disso, soma a sua vivência singular ao conhecimento adquirido coletivamente e que foi apreendido pelo sujeito individual, ou seja, este repertório não reflete apenas a sua vivência no mundo, mas a forma e que este indivíduo foi capaz apreender do conhecimento coletivo da humanidade, da experiência que lhe é/foi transmitida.

É o que Marx (1844/2015a) chama da criação da natureza propriamente humana a partir da relação que os seres humanos estabeleceram com a própria natureza cuja base é o trabalho teleológico. O trabalho teleológico, cria o processo de mediação entre ser humano e natureza, desenvolve ferramentas, habilidades humanas e necessidades que apenas pela imediaticidade.

Como afirma Lukács (1986/2013 p. 165):

> Mesmo o trabalho mais simples, como já vimos, efetiva através da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediaticidade e mediação, pelo fato de que toda satisfação de necessidades obtida através do trabalho já é, por essência objetiva, uma satisfação mediada; o fato igualmente ineliminável de que todo produto do trabalho, uma vez determinado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediaticidade – não mais natural – reforça a contraditoriedade dessa situação.

Neste sentido, entender a determinação social do processo saúde e doença é apreender que esse processo se dá na relação constituída entre sujeito e meio social, por meio dos processos de produção e reprodução social como afirma Breilh (2013). Este processo produz o próprio sujeito em sua totalidade, como ser monista, ou seja, em que o biológico e o psicológico formam a unidade psicofísica.

Portanto, a sociedade não se configura como um reflexo da organização biológica cujas classes sociais são entendidas como consequências da herança biológica de cada indivíduo determinando seu pertencimento a determinada classe. Mas sim, o seu oposto, é o conjunto das relações sociais, historicamente constituídas que configura o sentido do funcionamento biológico nos seres humanos que são capazes de agir com relativa autonomia em relação às suas necessidades biológicas. E é esse conjunto de relações que produz as condições de pertencimento a determinada classe.

Esses são os princípios que nos guiará na apreensão da determinação social do funcionamento da unidade consciência-cérebro.

4.3.1 A determinação social do desenvolvimento e funcionamento cerebral

Nos textos escritos em 1931 cujo título é “História do Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores”, Vygotski discorre sobre a gênese das funções psicológicas superiores e sua relação com o substrato biológico, mais especificamente o cérebro. Ali, o autor interpreta o

desenvolvimento das FPS a partir do conceito hegeliano de “negação como superação” e da dialética marxista. Esclarecendo a noção de unidade entre as funções elementares e superiores, como também, unidade psicofísica entre FPS e o desenvolvimento do cérebro.

Um ano antes deste texto, em uma palestra denominada “Sobre Sistemas Psicológicos” Vygotski faz uma autocrítica à sua forma de interpretar o desenvolvimento das FPS a partir do desenvolvimento individual de cada função, portanto, pelas mudanças internas de cada uma e não pelas mudanças interrelacionais. Nas palavras do próprio autor:

> Ao estudarmos o desenvolvimento do pensamento e da linguagem na idade infantil, observamos que o processo de desenvolvimento dessas funções consiste **não do fato de que dentro de cada função ocorrem mudanças, mas principalmente no fato de que a relação inicial entre essas funções se altera**, o que é característico para a filogênese em seu plano zoológico e para o desenvolvimento da criança nos primeiros anos. Essa ligação e essa relação não permanecem as mesmas no desenvolvimento ulterior da criança. Por isso, uma das principais ideias no campo do desenvolvimento do pensamento e da linguagem é a de que não há fórmulas fixas que determinem a relação entre pensamento e linguagem e que sirvam para todos os estágios de desenvolvimento e em cada forma de desagregação, temos relações específicas que se alteram. (Vygotski 1930/2023a, p. 179 – grifos nossos)

Apreender o processo de constituição da consciência a partir dos nexos entre as funções psicológicas superiores, seu desenvolvimento em conjunto e a mudança dos nexos interfuncionais, introduz os princípios para o entendimento e explicação do desenvolvimento psicológico humano a partir da dialética marxista. Para Vygotski, o desenvolvimento da consciência só pode ser apreendido em sua totalidade, visto se tratar de funções que se conectam umas às outras, de modo que as mudanças que uma sofre promove alteração nos nexos e nas outras funções psicológicas superiores. A partir de 1930, este será o princípio explicativo que Vygotski tomará para formular sua teoria do desenvolvimento.

Na citação anterior, também, podemos notar o entendimento do autor por nexos que estão em constante transformação e para os quais “não há fórmulas fixas”, visto serem constituídos a

partir da vivência de cada sujeito de forma singular. Nessa perspectiva, podemos dizer que Vygotski entende que o movimento é parte inerente ao objeto de estudo, o desenvolvimento, como é possível constatar em suas afirmações em Vygotski (1934/2023c p. 272-273):

> É preciso compreender que a consciência não se forma a partir da soma de desenvolvimento de funções separadas, mas o desenvolvimento de cada função separada depende do desenvolvimento da consciência como um todo. O desenvolvimento da consciência como um todo consiste na mudança das correlações entre as partes e os tipos isolados de atividade, na mudança da correlação entre o todo e as partes.

Por isso, no texto de 1930 e em seus trabalhos posteriores, Vygotski traça os princípios para a apreensão do entendimento da consciência como um sistema semântico dinâmico, onde as funções se interrelacionam e se desenvolvem conjuntamente. Essa noção só passa a ser desenvolvida, após seus estudos com pessoas com esquizofrenia, e a partir de seu entendimento sobre o desenvolvimento do significado da palavra, e o reconhecimento da importância do signo como mediador no processo de internalização dos processos interpsicológicos. Ou seja, o signo medeia a passagem das relações externas estabelecidas com os outros seres humanos para relações internas, intrapsicológicas. A esse respeito Vygotski (1930/2023a p. 188) afirma que:

> Também é notável que os signos, que nos parecem ter um significado tão grande para a história do desenvolvimento cultural do ser humano (como mostra a história do desenvolvimento deles), são inicialmente meios de ligação, meios de influenciar o outro. Todo signo, se tomarmos sua real procedência, é um meio de ligação e, poderíamos dizer de forma mais ampla, um meio de ligação entre certas funções psíquicas de caráter social. Transferido para a pessoa, ele passa a ser um meio de unificar funções em si mesmo, e podemos demonstrar que, sem o signo, o cérebro e as ligações iniciais não podem vir a ser as relações complexas que elas se tornam graças à linguagem.

Vygotski, como vimos, entendia a consciência como “sistema semântico dinâmico”. Dessa forma, podemos afirmar que esse entendimento da consciência ratifica a noção de que o processo de desenvolvimento da consciência, segue as leis gerais do processo de desenvolvimento da

unidade psicofísica, ou seja, depende das relações sociais e históricas entre os seres humanos e é um processo em constante movimento, como antes apontado.

Assim, entender o desenvolvimento das FPS é apreender seus nexos e as mudanças que ocorrem nessas ligações interfuncionais. De acordo com Vygotski (1931/2002 p. 141 – tradução nossa), o desenvolvimento:

> (...) se trata de um complexo processo dialético que se distingue por uma complicada periodicidade, a desproporção no desenvolvimento das diversas funções, as metamorfoses ou funções qualitativas de umas formas em outras, a complexa conexão de fatores externos e internos, um complexo processo de superação de dificuldades e de adaptação.

Neste sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento psicológico infantil implica a superação das funções elementares pelas superiores. Entendendo "superação", a partir do conceito hegeliano de negação. Esta apreensão da negação como superação é o fundamento de todo a teoria do desenvolvimento das FPS em Vygotski. O meio de ligação, a passagem de uma função elementar à superior é um processo dialético de superação e de incorporação. A principal chave para que isto ocorra é o papel que o signo assume no processo de desenvolvimento, de elemento de ligação entre as funções psicológicas.

Vygotski se apoia na teoria de Kretschmer (1888-1964) da estratificação do funcionamento cerebral, para quem no início da vida os centros inferiores do cérebro funcionam de forma separada e ao longo do processo de desenvolvimento passam a funcionar de forma unificada; e as funções que eram exercidas por esses centros sobem aos centros superiores que funcionam em unidade (ou "em concerto", como afirma Luria, 1981).

Vygotski analisa essa teoria, à luz da lógica dialética marxista e de seus princípios de superação e unidade. Assim, Vygotski (1931/2002 p. 145) afirma:

> Se analisamos a história do desenvolvimento do cérebro, veremos aquilo que Kretschmer qualificou como lei da estratificação na história do desenvolvimento. Com o

> desenvolvimento dos centros superiores, os inferiores, mais antigos na história do desenvolvimento, não ficam simplesmente apartados, mas sim seguem funcionando unidos aos superiores como instâncias subordinadas a suas ordens de modo que, em um sistema habitualmente são, não se pode os diferenciar de forma separada.

Essa lei da estratificação, ao que nos parece, é incorporada na explicação vygotskiana do desenvolvimento das funções psicológicas, da passagem das funções elementares às superiores. Com base nela, ele apresenta e analisa as leis do desenvolvimento do sistema nervoso: "lei da estratificação do sistema nervoso"; e a "lei da passagem para cima" que consiste na passagem da função do centro inferior ao superior. Aqui, como vimos, Vygotski (1931/2002; 1934/2009) entende que essa passagem não se dá a partir das determinações biológicas dadas, mas que se desenvolvem a partir da sociabilidade e vivência que a criança constitui, mediada pela comunicação, em última instância, pelos signos.

Contudo, a questão do papel da linguagem e mais especificamente do significado da palavra na teoria da consciência de Vygotski, é questionada, posteriormente, por seus colaborados. Neste sentido, Luria e Leontiev (1956 p. 19 – tradução nossa) afirmam:

> Podemos dizer que a criança aprende a fala e a linguagem, ou seja, que domina o significado no processo de comunicação com os adultos. Mas esta é apenas uma condição necessária para o desenvolvimento da consciência: afinal, a própria comunicação exige a presença de uma interação real entre a criança e a realidade objetiva que a cerca, e sem isso é impossível; a criança começa entrando em conexões práticas com o mundo, ou seja, agindo nele.

Assim, ao que nos parece, Luria e Leontiev apontam para a ação prática da criança, como base para o desenvolvimento do significado, o que conota uma discordância dos autores em relação à centralidade vygotskiana dada "ao significado", pois antes que ele possa existir e desenvolver é imprescindível a ação. Então, a relação que a criança estabelece com os outros seres humanos a sua volta e sua interação com a realidade objetiva e material é fator necessário, para o desenvolvimento não apenas do significado, como também, da unidade consciência-cérebro. A

relação entre a criança e outros seres humanos a sua volta pode se dar por intermédio da comunicação, mas esta demanda efetiva ação prática da criança na realidade.

Esta noção da ação humana aliada à comunicação como fator importante no desenvolvimento da unidade consciência-cérebro, nos é fundamento para apreender a natureza social e mediada da atividade dessa unidade que, de acordo Luria (2005 p. 38 – tradução nossa):

> (...) aqueles sistemas funcionais complexos das zonas corticais que atuam conjuntamente e que, como se pode supor, constituem seu substrato material, não aparecem em forma terminada ao nascer a criança (como ocorre com o sistema respiratório e outros), e não amadurecem independentemente, mas sim que se formam com o processo de *comunicação e atividade objetiva*, adquirindo gradualmente o caráter das complexas relações intercentrais que Leontiev (1959, págs. 466-468) propõe designar como "órgãos cerebrais funcionais". Estes sistemas intercentrais ou "órgãos cerebrais funcionais" aparecem sob a influência da atividade prática da criança e resultam extraordinariamente sólidos.

Assim, a leitura de que a atividade prática da criança é fator fundamental para o funcionamento e desenvolvimento das FPS, ratifica a noção de que o desenvolvimento destas funções e as mudanças na integração dos centros cerebrais que ela promove são de origem cronogênica.

Nessa esteira, então, Luria faz uma análise materialista histórica e dialética da noção de pavloviana do funcionamento cerebral por reflexo. Portanto, Luria (2005 p. 34 – tradução nossa – grifos do autor, como no original) assevera:

> Sem dúvidas, o reconhecimento do caráter reflexo de quaisquer processos mentais que une a psicologia às teorias fisiológicas da atividade nervosa superior, não revela aquelas peculiaridades específicas que caracterizam as funções psíquicas superiores humanas.
> Desde o ponto de vista da psicologia moderna, *as funções psíquicas superiores humanas constituem complexos processos autorregulados, sociais por sua origem, mediatizados por sua estrutura, conscientes e voluntários pelo modo de seu funcionamento.* A psicologia materialista moderna consiste que as formas superiores da atividade psíquica do homem são de origem sócio-histórica.

Ora, se as FPS são processos sociais, mediados e conscientes e se pensarmos pelo princípio da preponderância do social frente ao biológico, então, seria correto afirmar que não são as funções

psicológicas superiores que se submetem e repetem as leis do cérebro enquanto seu substrato biológico, mas o oposto: é o cérebro que, suprassumido no desenvolvimento das FPS, se submete às leis de organização e funcionamento dessas funções. Em outras palavras, as leis da "estratificação cerebral" é, antes, lei da superação das funções psicológicas elementares pelas superiores.

Para entendermos melhor a afirmação acima, analisemos as observações de Luria (2005 p. 34 – grifos e tradução nossas):

> A diferença do animal, o homem nasce e vive em um mundo de objetos criados pelo trabalho social e em um mundo de pessoas com as quais estabelece determinadas relações. Isto, desde seu começo, forma seus processos psíquicos. **Os reflexos naturais da criança (de sugar, agarrar, outros) se reorganizam radicalmente pela ação do trato com os objetos**. Se formam novos esquemas motores que criam uma espécie de "molde" destes objetos, os movimentos vão se submetendo às propriedades objetivas deles.

O autor afirma que, desde o início da vida a criança já adentra um mundo criado repleto de objetividade material que vai, no processo de interação criança x meio social moldando seus reflexos mais instintivos. E, de forma mediada pela vital relação com outros seres humanos, desenvolve suas FPS à medida que atua no mundo, seja o choro de fome, seja o sono ou a cessar do choro ao ouvir a voz de sua/seu cuidador/a direto. Os instintos do bebê já estão sendo modificados e essas mudanças refletem também na organização do córtex cerebral dessa criança.

Então, podemos inferir que ao desenvolver as FPS na ativa relação com os outros seres humanos, e pela mediação e regulação da palavra, esse desenvolvimento promove não apenas desenvolvimento do córtex cerebral, como também, sua integração paulatina ao longo da ontogênese da criança. Em outras palavras, o desenvolvimento da unidade consciência-cérebro é de fora para dentro.

Neste sentido, é possível apreender as leis gerais do desenvolvimento da unidade psicofísica, entendendo que "[...] o desenvolvimento do psicológico é o aspecto funcional do

desenvolvimento do sistema nervoso." (Vygotski, 1934/2009 p. 35 – tradução nossa). Ou seja, o desenvolvimento "puxa" o crescimento e o amadurecimento do organismo.

Portanto Vygotski (idem p. 36) conclui:

> Em todos os aspectos do desenvolvimento participa o crescimento, tanto no desenvolvimento físico como no desenvolvimento psicológico. Precisamente por isto é desenvolvimento. As mudanças se movem em determinada direção, na direção do incremento do crescimento, mas o crescimento não o fator primário que pode explicar todo o desenvolvimento, mas sim que é o resultado de uma nova e mais elevada organização daquela unidade que está se desenvolvendo. Assim, o crescimento não é o fator primário, mas sim é em algum sentido o resultado da expressão do processo de desenvolvimento.

A evidência da unidade do processo do desenvolvimento requer seu entendimento não sob o ponto de vista etapista, que determinaria de modo fatalista uma relação de causa e efeito e, por isso, em certa medida, novamente fracionado entre desenvolvimento fisiológico e desenvolvimento psicológico. Tal compreensão aponta para a diferença radical entre Vygotski e Piaget (1964/1991), no sentido de que, para este, o organismo precisa amadurecer para dar condições de sociabilidade para a criança, enquanto para o primeiro a sociabilidade é o que promove o desenvolvimento e o crescimento da criança, como também a maturação de seu organismo.

Portanto, Vygotski (1934/2009 p. 35) afirma:

> Desde o meu ponto de vista, temos encontrado a fórmula geral que nos ajudará a compreender teoricamente a essência de todos os aspectos do desenvolvimento da criança. Precisamente, temos encontrado que a essência deste desenvolvimento consiste nas mudanças das relações que existem dentro da unidade dada e que o organismo constitui uma unidade complexa. A relação determina como se constrói este organismo, como se constrói esta unidade.

É o externo que organiza o interno, sendo este "externo" a sociabilidade humana, a vivência e o conjunto de causalidades sociais, históricas e materialmente produzidas nas relações universais, particulares e singulares da sociabilidade humana. O organismo é em si uma organização produzida socialmente, complexificada ao longo da evolução filogenética do ser humano. Os processos de desenvolvimento, funcionamento ganham sentidos e significados diferentes para os seres humanos.

Podemos, assim, afirmar que o próprio funcionamento fisiológico humano está subsumido aos sentidos e significados dados pelas relações sociais. As habilidade e capacidades humanas não estão inscritas em sua anatomia, tão pouco, na morfologia cerebral, pelo contrário, como enfatiza Luria (2005 p. 37): “Se as funções psíquicas são sistemas funcionais organizados completamente sociais por sua procedência, todo intento de localizá-las em áreas circunscritas especiais do córtex ou "centros" é mais incongruente que o intento de buscar "centros" restringidos para os sistemas funcionais biológicos.”.

Isto quer dizer que, não está inscrita na biologia humana a capacidade e/ou habilidades humanas, mas essas são desenvolvidas a partir da vivência e sociabilidade dos seres humanos. Assim, apreensão de que tais habilidades não são inatas e que o desenvolvimento da consciência enquanto sistema complexo promove o desenvolvimento cortical, entendendo a consciência como “momento preponderante” cujo substrato biológico cerebral está subsumido, aponta para o entendimento, como o próprio Luria (1966) já afirmava, da não correspondência anatomorfológica.

Por isso, Luria (2005 p. 38- tradução nossa) ratifica a noção leontieviana da criação de “órgãos funcionais”:

> Por este motivo se pode admitir a tese de que a evolução culmina (sob a influência das condições sociais) o processo de transformação do córtex em órgão capaz de formar "órgãos funcionais"(Leontiev, 1961, pág. 38) e que, precisamente esta característica é uma das peculiaridades mais importantes do cérebro humano.

O que nos diferencia dos seres humanos primitivos não está estritamente inscrito na biologia do corpo humano, mas é extracorpóreo essa diferença está nas ferramentas que desenvolvemos ao longo da história, sob o acúmulo do conhecimento de manipulação e transformação da natureza repassado de geração após geração. São as ferramentas materiais, como também, os “órgão

auxiliares" como denominou Vygotski (1934/2009) ou "órgãos funcionais" como denominou Leontiev (1961), que nos distancia dos seres humanos primitivos.

Assim, podemos apontar que a relação que os seres humanos estabelecem entre si é o fator fundamental para a promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, a teoria vygotskiana aponta a unidade entre o desenvolvimento cerebral e das funções psicológicas superiores, como um complexo cujo funcionamento é dado social e historicamente.

por isso Vygotski (1934/2023c p. 288) afirma:

> A própria ideia de que a localização das funções psíquicas superiores não pode ser compreendida de outro modo senão como sendo cronogênica, como resultado do desenvolvimento histórico, de que as relações que são características para cada parte do cérebro são formadas no decorrer do desenvolvimento e, ao serem formadas de determinada forma, elas agem no tempo, e de que isso não exclui a possibilidade de deduzir um processo complexo de apenas uma região: essa ideia permanece correta. Porém, parece-me que ela deve ser complementada pela seguinte consideração. Há muitos fundamentos para se pensar que o cérebro humano domina novos princípios de localização em comparação com o cérebro dos animais. (...) Não se pode admitir que o surgimento de funções especificamente humanas seja simplesmente o aparecimento de novas funções ao lado de outras que já existiam no cérebro pré-humano. Não se pode pensar que, em termos de localização e complexidade na relação com as regiões do cérebro, as novas funções tenham a mesma estrutura, a mesma organização entre parte e todo que, por exemplo, o reflexo patelar.

Pelo princípio marxiano desenvolvido por Lukács na Ontologia do Ser Social, entendendo o biológico suprassumido, podemos desvendar o funcionamento em unidade entre consciência-cérebro. Em que a consciência, por sua vez, se constitui como complexo sistêmico que adquire relativa autonomia em relação ao seu substrato biológico e determina, de modo cronogênico, a localização, ou seja, os centros cerebrais responsáveis pelo funcionamento psíquico.

De acordo com Luria (2005 p. 39 – tradução nossa – grifos do autor, como no original): "Todos estes fatos assinalam que as *etapas sucessivas de seu desenvolvimento das funções psíquicas superiores não conservam sua estrutura única*, mas realizam uma mesma tarefa mediante distintos sistemas de conexões que se substituem um ou outro, seguindo leis fixas." Com estas

constatações, podemos agora, interpretar, então, a lei da estratificação do funcionamento cerebral como subsumida à lei do desenvolvimento das FPS.

4.3.2 Determinação Social da esquizofrenia

Neste item pretendemos discutir os processos pelos quais se desenvolve a esquizofrenia e como esta forma de alteração da consciência afeta as funções psicológicas superiores. Toda a base que viemos traçando até o presente a partir da ontologia do ser social, da determinação social da saúde e seus nexos internos e da Psicologia Histórico-Cultural apontam para a determinação social da esquizofrenia e suas múltiplas determinações.

Em outras palavras, que a esquizofrenia é uma síntese de múltiplas determinações, contrapondo as noções hegemônicas correntes que desde Kraepelin tentam buscar no indivíduo e sua base biológica, de modo individualizante, as causas do processo de adoecimento. E reduzem, por outro lado, todas as formas de expressão do fenômeno a uma única causa de onde derivam todos e determinados sintomas, desconsiderando as questões singulares de cada pessoa que os manifesta de forma diversa.

Apreender, portanto, o processo de adoecimento na esquizofrenia é mais do que descrever e listar suas manifestações aparentes, é entender as alterações que dado estado provoca, em determinada pessoa, buscando uma atuação profissional de modo a intervir nesses processos alterados. Contudo, para conseguir essa intervenção é fundamental saber as leis gerais de funcionamento da unidade psicofísica, identificar a alteração e pensar/ planejar a partir daí a atuação profissional.

Neste sentido, nossa discussão buscou até o momento apontar para as leis gerais de funcionamento da unidade psicofísica e, mais especificamente da unidade consciência-cérebro.

Apontamos que a consciência é um complexo sistêmico, constituído a partir das relações que os seres humanos estabelecem uns com os outros e da relação mediada com o meio social pela atividade, o que desenvolve as FPS que se agregam em sistemas psicológicos que constituem a consciência. Por isso entendemos a consciência como um complexo sistêmico que conforma com o cérebro uma unidade.

Nosso trabalho ao longo dos capítulos precedentes vem construindo o arcabouço teórico de suporte para apreendermos o processamento da determinação social da esquizofrenia. Não se trata de plasmar um debate já organizado da medicina social latino-americana e transferir suas interpretações ao processo do desenvolvimento da esquizofrenia. Para esta apreensão foram necessários apontar os processamentos pelos quais se dá a determinação social do processo saúde e doença, ou seja, seus nexos internos.

Dessa forma, entender as leis da epigenética e as características biológicas como a plasticidade nos foi essencial para apreender a subsunção do biológico ao social na constituição da unidade psicofísica humana, pois, pudemos notar que há no próprio organismo leis e características que permitem a superação da determinação biológica e das visões atribuídas à herança genética, discurso muito comum sobre as causas da esquizofrenia. Essas visões fatalistas que ao decretarem a sentença do "geneticamente herdado" também expressam a falsa noção de que ao estar inscrito no código genético de alguém o processo necessariamente vai acontecer, independente da relação que esta pessoa tem com o meio, e como algo irreversível.

Nossa discussão, por outro lado, tem demonstrado, seja pelas dimensões orgânicas, como a epigenética ou pela plasticidade biológica, seja pelas dimensões sociais e a apreensão do funcionamento da unidade consciência-cérebro de modo reflexo-mediado, que a visão fatalista que

o discurso biomédico assume está equivocada. Tanto no que diz respeito às especulações que levanta sobre a causa da esquizofrenia quanto no que diz respeito ao seu prognóstico.

Cabe-nos agora, apresentar nossa análise sobre o desenvolvimento da esquizofrenia e seu processamento. Muitas de nossas argumentações estão baseadas nas pesquisas que Zeigarnik desenvolveu com pessoas com esquizofrenia. A autora foi colaboradora de Vygotski, seus estudos com pessoas com esquizofrenia utilizaram-se, além do método Vygotski-Sakarov, outros métodos para investigar a formação de conceito e processo de desagregação da consciência na esquizofrenia.

Foram essas pesquisas que ajudaram Zeigarnik a traçar uma crítica à forma como Vygotski entendia o processo de adoecimento na esquizofrenia. Basicamente, os resultados dessas pesquisas, fez com que ela apontasse duas principais questões contrapondo-se às observações vygotskianas: 1) Não há desintegração na capacidade de formar conceitos ou novos conceitos pelas pessoas com esquizofrenia, mas sim a formação de conceitos de modo incomum, ou seja, há a formação de conceitos mas de forma diferente da usual e socialmente compartilhada; 2) Contesta a interpretação de que o que ocorre na esquizofrenia é um processo regressivo em relação ao desenvolvimento do pensamento.

Apesar dessas críticas, Zeigarnik não deixa de se embasar na teoria vygotskiana sobre o desenvolvimento e funcionamento do psiquismo, como aponta Silva (2022 p. 159):

> Destaca-se, de antemão, que tais divergências não impediram Zeigarnik de adotar os fundamentos da psicologia elaborados pelo autor bielorrusso. Para a autora, Vygotski interpretou de maneira equivocada como as pessoas com esquizofrenia resolvem as tarefas que exigem raciocínio, revelando outras particularidades no processo de desintegração do psiquismo.

O próprio Vygotski (1933/2023b) reconhecia que não tinha feito observações suficientes a respeito do fenômeno da esquizofrenia e indica os caminhos pelos quais a pesquisa deveria seguir,

investigando os fenômenos da esquizofrenia a partir da "Psicologia dos Ápices" entendendo a consciência como sistema semântico.

Em nosso entendimento, Zeigarnik segue a orientação vygotskiana da hipótese da estrutura sistêmica, porém, rebate a noção da formação da unidade da consciência dada pelo significado da palavra e por isso, a ideia de estrutura semântica da consciência. Isto se deve, conforme Silva (2022) ao fato de que seus estudos se apoiam na "Teoria da Atividade" de Leontiev e em seus sistemas de hierarquia: motivos e necessidades.

Zeigarnik, então, assume a crítica[33] de Leontiev à Vygotski, que será compartilhada, mais tarde, por Luria. Assim, Zeigarnik (1965 p. 68) a analisa:

> Como esses autores [Luria e Leontiev] corretamente apontam, as visões teóricas gerais de Vygotski, nas quais o consciente/consciência é entendido como o produto da interação com o mundo exterior, entram em conflito com sua conclusão experimental de que a consciência é produto da relação psicológica humana. A unidade da consciência individual para ele, portanto, era o significado da fala – o produto da vida cultural e histórica da sociedade. No entanto, apesar desta contradição, o princípio teórico de Vygotski de que a possibilidade de generalização e abstração é a fase mais importante no desenvolvimento mental humano continua a ser uma contribuição significativa para o conhecimento científico.

Em nosso entendimento, ao não focar no significado da palavra e em uma estrutura semântica da consciência, Zeigarnik consegue notar outras características em seus experimentos

[33] A crítica à Vygotski formulada por Leontiev e, posteriormente, endossada por Luria, se dá justamente no que concerne a compreensão divergente de ambos sobre o que constitui a unidade da consciência, enquanto para Vygotski a unidade da consciência é o significado da palavra, para Leontiev e Luria (1956) a unidade é a ação humana. Grosso modo, ambos criticam o fato de Vygotski desenvolver uma teoria do desenvolvimento psicológico como histórico e social, apontando para a interrelação entre a criança e as pessoas a sua volta e a atividade da criança no meio para desenvolver seu psiquismo e afirmar que o significado da palavra e seu desenvolvimento (um processo apenas interpsicológico) é a unidade da consciência. O que seria incoerente com os processos que o próprio Vygotski descreve sobre o desenvolvimento psicológico da criança se dar a partir dos estímulos externos que são internalizados. Por isso, Leontiev e Luria propõem a atividade humana (ou ação) como esta unidade. Em nossa análise, as críticas quanto a questão semântica do psiquismo está em consonância com os debates dentro do escopo marxista sobre a questão do psiquismo, não podemos "lacanizar" nossa compreensão da formação da consciência, pois isto seria incorrer nos mesmos equívocos teóricos idealistas que o autor francês cometeu. Mas, aí, já é "pano para várias outras mangas".
A explicação da divergência teórica de forma resumida, serve apenas para nos orientar e afirmar nossa concordância com esta crítica (que fica implícita ou explicitamente expostas ao longo desse texto), mas não vamos nos delongar, pois, foge ao nosso debate.

com pessoas com esquizofrenia, pois as analisa na constituição da totalidade da consciência, enquanto sistema complexo e dinâmico e em unidade com o cérebro. Assim, o foco deixa de ser apenas o papel da linguagem e dos conceitos no desenvolvimento da esquizofrenia e passa a uma análise funcional. Nossa sensação ao ler seus relatos de pesquisa, é que a autora ao invés de aproximar sua lente de análise para os conceitos, ela afasta e consegue notar não sua desintegração, mas suas alterações, na totalidade.

Para a autora, à diferença das observações vygotskianas, é que os conceitos não se desintegram, ou seja, a pessoa não perde a capacidade de formar conceitos, mas os forma com elementos diferentes aos que seriam o esperado. Desta forma, Zeigarnik (1965 p. 103 – tradução nossa) afirma:

> Como nossos experimentos mostraram, a associação "concreta" ocorre apenas em uma pequena proporção de esquizofrênicos. Na maioria dos casos, o processo de generalização é perturbado não porque os pacientes operem com associações concretas, mas antes, porque sua atividade intelectual **é dominada por associações inadequadas** às relações concretas da situação. Em nossas pesquisas anteriores, e no trabalho de Birenbaum, foi demonstrado que a perturbação de conceitos assume uma forma única nos esquizofrênicos.

Neste sentido, o que a autora está denominando "associação concreta" está relacionado diretamente com a atividade de conhecimento da realidade e, consequentemente, da relação estabelecida com ela pelas pessoas com esquizofrenia. Na esquizofrenia, é comum as descrições de "perda de contato com a realidade", e isto se justifica exatamente porque as conexões estabelecidas com a realidade, com a forma de conhecer a realidade está alterada, como apontam as pesquisas de Zeigarnik.

A função do pensamento é conhecer a realidade, estabelecer associações reais e socialmente compartilhadas entre os objetos da realidade. Esta forma de entender o papel do pensamento e sua relação com o conhecimento da realidade é baseada na concepção marixsta-leninista que, de acordo com Zeigarnik (1965 p. 67 – tradução nossa):

> (...) postula que o processo de reflexão do mundo exterior inclui dois estágios de cognição – a contemplação sensorial e o pensamento racional. Salientando a unidade dialética destas duas fases de cognição, os fundadores do Marxismo-Leninismo salientam que é a fase racional que torna possível investigar a essência das coisas e eventos na natureza e na sociedade.

A passagem da contemplação sensorial à racional é o fundamento da teoria sobre o pensamento vygotskiana, também de base leninista. Lênin (2011 p. 151-152 grifos do autor, como no original), assim qualifica essa passagem do sensorial ao racional:

> O pensamento, elevando-se do concreto abstrato, *não se afasta* – se ele é verdadeiro (N.B.) da verdade, mas ao contrário, se aproxima dela. As abstrações da *lei* natural, a abstração do *valor* etc., em suma, todas as abstrações científicas (corretas, sérias, não arbitrárias) refletem a natureza mais profundamente, mais exatamente, mais *completamente*. Da intuição viva ao pensamento abstrato e *dele à prática* – tal é o caminho dialético do conhecimento do *verdadeiro,* do conhecimento da realidade objetiva.

Embora nesta passagem, Lênin aponte suas concordâncias com Hegel em relação sua crítica à Kant, quando se trata da questão do conceito e do "pôr em realidade" o que existia apenas no campo das ideias, Lênin afirma a materialidade das coisas e sua internalização no campo das ideias por meio das representações e, posteriormente, dos conceitos.

De modo muito próximo a Lênin, Vygotski (1931/1998a p. 44 – tradução nossa) conceitua o que entender por "conceitos":

> O conceito, como demonstra os experimentos, não é em absoluto uma imagem que precede aos processos de pensamento. Não constitui a premissa, mas sim o produto do pensamento, e **reflete o objeto em toda sua diversidade, em todos seus vínculos e relações, sintetizados em uma unidade integral.** O conceito - diferentemente da representação e da percepção - não é um conhecimento direto do objeto, mas sim um conhecimento mediatizado, que surge como resultado da elaboração racional das representações sobre o objeto. Por isso, os conceitos, segundo a observação de Lênin, refletem a natureza de maneira mais profunda, veraz e complexa que as representações.

Essa "reflexão em todos os seus vínculos e relações" como assinala Vygotski, é o que nos faz ter conhecimento da realidade e relação com ela, é uma forma analítica dos vínculos do objeto com a realidade e com nossa experiência tanto com o objeto em si, quanto com a realidade social

em que nos inserimos, por isso, os conceitos e seu significado são socialmente compartilhados. Os conceitos mediam nossa relação com a realidade. Logo, se há alteração na forma de elaboração dos conceitos nas pessoas com esquizofrenia, então, há uma alteração na forma como essas pessoas se relacionam com essa realidade.

A explicação vygotskiana vai ao encontro da crítica que Marx e Lênin fazem a Hegel, quem achava que o conceito aparece pronto na ideia por uma representação e depois disso, é posto em realidade pela atividade humana. Já apontamos essa radical diferença entre Marx e Hegel, que é ratificada por Lênin e base da compreensão vygotskiana sobre o pensamento conceitual.

É fundamental, para guiar e orientar a conduta, que se conheça a realidade em que se está inserido, no caso, por exemplo, de um objeto, para modificá-lo é necessário conhecer os atributos desse objeto para poder elaborar a melhor forma de atuar nesse objeto para modificá-lo. Essa análise e reconhecimento da realidade do objeto é operado pelo pensamento em conceito.

Segundo Zeigarnik (1965 p. 69 – tradução nossa):

> Consequentemente, as operações intelectuais com conceitos devem implicar uma atitude diferente em relação a um objeto, uma atitude na qual seja permitida a oportunidade de estabelecer relações diferentes tanto entre objetos como entre os próprios conceitos. Enquanto isso, os sistemas de conexões estabelecidos e generalizados na experiência anterior não são agora anulados, pois a formação de uma generalização ocorre não apenas por meio da generalização recém-criada de objetos únicos, mas também por meio da generalização de generalizações anteriores. Vygotski frequentemente retornava ao seu nexo conceitual no princípio de Lênin, que já mencionamos: que as operações intelectuais com conceitos permitem ao homem ter uma visão ampla das impressões e ideias diretamente recebidas pelos órgãos dos sentidos, de modo que, quando ele volta à atividade prática, obtém uma reflexão ainda mais completa e detalhada da realidade objetiva.

Seguindo os passos de Lênin, podemos dizer, a relação comum entre os autores da psicologia aqui citados (Vygotski, Zeigarnik, além de Galperin que veremos adiante), é que a partir da generalização e da formação do conceito, através da mediação que essas funções assumem, podemos ter um conhecimento mais complexo da realidade. Como resume Zeigarnik (1965 p. 71):

“A capacidade de operar com sinais generalizados caracteriza o pensamento como uma atividade analítica-sintética.”.

Para Vygotski (1934/2015), a essência do pensamento em conceito são as capacidades de generalização e abstração. E, para Zeigarnik (1965) a alteração patológica encontrada nas pessoas com esquizofrenia se dá no processo de generalização.

No que diz respeito à generalização Vygotski (1934/2023c p. 275) afirma: “(...) do ponto de vista psicológico, o mais essencial para a palavra é a generalização, o fato de que todo significado de palavra designa não um objeto único, mas um grupo de coisas.”.

Os apontamentos de Zeigarnik (1965 p. 67-68) sobre o processo de generalização, também vão ao encontro das explicações dos autores acima citados, porém, a autora detalha melhor esse vínculo com a realidade a partir do “pensamento generalizado” e sua relação com os “conceitos”:

> É apenas o pensamento generalizado, ou o pensamento que emprega conceitos, que pode fornecer a reflexão mais completa da realidade. Também podemos compreender a realidade por meio de imagens sensoriais e ideias visuais, mas este método de cognição não nos permite determinar as conexões internas dos fenômenos. Somente pela atividade intelectual em termos de conceitos os verdadeiros princípios dos fenômenos podem ser revelados.

Desta discussão, o que nos interessa, a forma como se entende o pensamento em conceito e o papel que desempenha a “generalização” na formação de conceitos.

Outro autor que nos auxilia a entender “a generalização” e sua função no pensamento conceitual é Galperin[34] (1902-1988), quem analisa a importância do processo de generalização para a “ação” humana, esta era assim entendida por ele: “Toda ação se caracteriza pelas alterações que

[34] Galperin foi um médico e psicólogo russo que buscou investigar, a partir das teorias de Vygotski e Leontiev, os processos de aprendizagem, mais especificamente, os processos de internalização das ações externas. (Fossa *et. al.*, 2022).

produz em seu objeto e pelo resultado que conduziu, a sua finalidade.” (Galperin, 1959/2009 p. 80).

Logo, o autor (Idem p. 83) caracteriza o que é e qual a função da “generalização”:

> A generalização consiste em destacar o essencial (para a ação) em vários sentidos. Um deles consiste em que o objeto específico da ação se divide nas propriedades mais simples, nos “aspectos” das coisas. Outras generalizações implicam que dentro do novo campo, com o aumento do conhecimento, se destaquem diferentes leis ou regularidades. Assim, a generalização implica uma diferença mais exata tanto do objeto da ação como de suas operações, ademais implica destacar seu conteúdo constante, estereotipado.

Destacar o conteúdo constante do objeto, implica em conhecer o objeto e suas regularidades, para poder agir sobre ele. A “generalização”, portanto, é um processo da consciência, constituindo o pensamento e embasando os processos orientativos da ação sobre o objeto. Por meio do destaque das características mais marcantes do objeto, a “generalização” contribui para o conhecimento do objeto, para o conhecimento de sua realidade.

Apreender que o estabelecimento da nossa relação com a realidade é mediado a partir da análise do pensamento sobre os vínculos do objeto com a realidade na formação de conceitos é importante para entendermos o processo de afastamento da realidade dado na esquizofrenia. E, como Zeigarnik (1967) aponta, entender as alterações na atividade generalizadora do pensamento, para entender os sintomas esquizofrênicos.

A “generalização” também é importante para a formação de conceitos, pois por sua ação de destaque das principais características do objeto é possível formar um conceito do objeto, cada vez mais geral. Do ponto de vista da “ação”, os destaques do conteúdo do objeto, de acordo com Galperin (2009), auxilia a que a própria ação seja mais abreviada.

Vygotski (1934/2015), também entendia a importância da investigação da generalização na formação dos conceitos, pois para o autor, no pensamento conceitual os objetos estão ligados por meio de um único atributo essencial a estes objetos, assim, pode-se dizer que eles se generalizam

a partir desse atributo único. O que, por fim, nos auxilia no entendimento da atividade funcional da palavra. Neste sentido, Vygotski (idem p. 201) afirma: “A análise experimental da formação de conceitos revela que o elemento fundamental e imprescindível de todo esse processo é o uso funcional das palavras ou outros signos em qualidade de meios para dirigir ativamente a atenção, analisar e destacar os atributos, abstrair e sintetizá-los.”.

A função do uso dos conceitos, na atividade psíquica, para Vygotski, em nossa análise está em consonância com a teoria de Galperin, é o uso dos conceitos para orientar a atividade psíquica. Nas palavras de Vygotski (1934/2015 p. 202): “(...) o central neste processo é o uso funcional do signo ou da palavra como meio através do qual o adolescente domina e dirige suas próprias operações psíquicas, controlando o curso de sua atividade e orientando-a a resolver a tarefa que se tem como propósito.”.

Desta forma, a “generalização” é importante no sentido de que não apenas sintetiza os dados da realidade do objeto, mas o faz de modo a corresponder com a realidade deste objeto e, por isso, ao conceituar o objeto este conceito pode ser apreendido e compartilhado com todas as outras pessoas. Assim, a generalização é fundamental no processo de comunicação, uma vez que, guarda consigo os significados da palavra que são socialmente partilhados. É o que nos permite falar sobre um objeto, uma situação, uma pessoa com outra pessoa sem que a coisa em si esteja ali presente e, por outro lado, é o que faz a pessoa entender sobre o que falamos, pois ambas as pessoas são capazes de compartilhar o significado da palavra.

Logo, se na esquizofrenia, a pessoa tem uma alteração justamente na atividade base da formação de conceitos, na generalização, o próprio conhecimento da realidade está alterado e, consequentemente, a relação que a pessoa estabelece com ela. Zeigarnik (1965) relata como eram feitas as relações entre os objetos pelas pessoas com esquizofrenia durante os testes que aplicou,

vale destacar que a autora observa que estas pessoas não apresentavam estado de delírio e/ou alucinação durante os testes.

Assim, Zeigarnik (1965 p. 71 – tradução nossa) descreve o teste:

> Com uma diminuição bem acentuada do nível de generalização, os pacientes geralmente eram incapazes de realizar o teste de classificação. Parecia-lhes que os objetos diferiam tanto em suas propriedades concretas que não podiam ser agrupados. (...) Em alguns casos, os pacientes formavam grande número de pequenos grupos a partir de um vínculo extremamente concreto entre eles, por exemplo: chave e fechadura, ponta e porta-caneta, linha e agulha, caderno e lápis. Às vezes, os sujeitos agrupavam objetos como elementos de um tema (contando alguma história sobre os objetos), mas não produziam nenhuma classificação. (...) Soluções errôneas desse tipo são chamadas de combinações de situações concretas.

A explicação para a combinação geral desses objetos não era por seus atributos comuns, mas sim por meio da explicação e produção de um contexto histórico que ligava os objetos entre si. Como no exemplo abaixo, descrito por Zeigarnik (ibidem):

> Um desses agrupamentos, por exemplo, consistia em um ovo, uma colher e uma faca; outro, um caderno, uma caneta e um lápis; um terceiro, uma chave, uma fechadura e um armário; um quarto, uma gravata, uma luva, uma linha e uma agulha etc. O sujeito explicava suas escolhas da seguinte maneira: "Chegou do trabalho, comeu um ovo com a colher, cortou uma fatia de pão e depois fez algum trabalho, peguei caderno, caneta e lápis..."

É por causa da alta reincidência, apontada pela autora, na forma de agrupar objetos a partir de um contexto criado pela própria pessoa que ela entende que, quando solicitado, as pessoas com esquizofrenia são capazes de criar conceitos, mas o fazem de forma incomum e/ou inesperada.

Isto quer dizer que, a forma como percebem os atributos do objeto não são exatamente as mesmas como nós observamos para enquadrá-lo em um conceito. Embora, à sua própria maneira, eles produzam um conceito sobre os objetos, pois criam uma relação entre eles.

Assim, Zeigarnik (1965 p. 103 – tradução nossa) aponta:

> Esses pacientes perderam a capacidade de serem guiados pelo significado objetivo do problema, de modo que muitas vezes executam a tarefa experimental (assim como os problemas da vida cotidiana), aplicando condições específicas completamente irrelevantes às exigências da situação particular. Seu raciocínio estéril é causado menos por uma

> perturbação de conceitos do que por uma tendência a classificar todo e qualquer fenômeno insignificante como um "conceito" particular.

E cria, para tanto, as relações e/ou contextos que justifiquem a relação conceitual que fazem. Para nós, essa característica é crucial para apreendermos o modo de alteração que a consciência de pessoas com esquizofrenia sofre.

Yuri Fedorovich Polyakov, quem trabalhou com Zeigarnik especificamente com pessoas com esquizofrenia, aponta outras características no funcionamento da consciência dessas pessoas. Ele estudou os processos de ativação da memória e descobriu que as pessoas com esquizofrenia não são capazes de inibir informações irrelevantes de sua memória de experiências passadas. O que coincide com as conclusões de Zeigarnik, pois, as pessoas com esquizofrenia não conseguem selecionar as informações de forma objetiva para a resolução de uma tarefa.

A mesma dificuldade, portanto, apresentada para a atividade de generalização, foi apresentada para a atividade de selecionar uma experiência pregressa para solucionar um problema. Para Polyakov (1969 p. 376): "É a tendência de selecionar atributos "latentes", "fracos" e dificilmente pensados pelos sujeitos normais que produz a singularidade de generalizações do esquizofrênico." (p. 376). O que Polyakov denominou atributos "latentes" e "fracos", são atributos do objeto que estão em segundo plano, não são os "conceituais", ou seja, "prático-sensórios", o que, em nossa análise, ratifica as conclusões de Zeigarnik de que pessoas com esquizofrenia agrupam objetos, elaboram conceito sobre este agrupamento a partir de características fora do padrão, em relação ao que usualmente se utilizaria para criar esse conceito sobre aquele grupo de objetos.

Além disso, Polyakov (1969) aponta que: "Os resultados da primeira série de experimentos mostram que, se seu esquema lógico e operacional de atividade for preservado, os esquizofrênicos são capazes de abstrair qualquer atributo e, com base no atributo, fazer uma generalização, assim

como a pessoa normal.” (p. 374). Neste sentido, é importante poder identificar que tipo de funções estão preservadas em cada indivíduo, pois, a patologia se manifesta de forma diferentes dada as condições de cada pessoa.

Por outro lado, as conclusões de Polyakov, também, nos auxiliam a embasar a crítica à Vygotski sobre a comparação com um sistema regressivo do pensamento de pessoas com esquizofrenia. Polyakov (1969) vai um pouco mais além e aponta que, a partir de suas pesquisas, “a dicotomia ‘abstrato-concreto’ é uma forma infrutífera de formular a questão.” (p. 385). Corroborando para a crítica da analogia da regressão, já que no cerne das conclusões vygotskianas que o leva a pensar em um processo regressivo, é justamente apontada a questão de, aparentemente, as pessoas com esquizofrenia realizarem as operações de pensamento de forma “concreta”, como crianças no período do “pensamento em complexo” e não “generalizada e abstrata”.

Por isso, para nós é importante atentarmos para essa questão, pois, a analogia à regressão, pode acabar gerando interpretações equivocadas sobre a condição das pessoas com esquizofrenia. O que podem reforçar uma lógica de tutela dessas pessoas e um estereótipo de incapacidade, limitando atividades que visem a independência e a (re)inserção social delas.

A outra conclusão de Polyakov (1974) que nos chama a atenção é a capacidade das pessoas com esquizofrenia em estabelecer relações incomuns entre os objetos. Isto quer dizer que, quando os testes tinham este objetivo, as pessoas com esquizofrenia se saiam melhor que as pessoas que não tinham esquizofrenia. Essa capacidade de estabelecer critérios incomuns, está associada a capacidade peculiar de generalização das pessoas com esquizofrenia, que destacam atributos incomuns (os “fracos” e “latentes” como denominou o autor) dos objetos.

A mesma característica foi observada em experimentos que previam “completar frases” a partir de experiências já vividas, realizados pelo grupo de Polyakov. Neste caso, a observação

estava relacionada à estímulos auditivos e as pessoas ouviam frases cujo final era ocultado por ruído branco. Novamente, pessoas com esquizofrenia eram capazes de captar o final correto das frases quando este era menos improvável, enquanto as pessoas sem esquizofrenia não acertavam, pois, tentavam sempre adequar o final ao contexto.

De acordo com Polyakov (1969 p. 381). Estas foram as conclusões do experimento de "percepção auditiva" de pessoas com esquizofrenia:

> Assim, os dados deste estudo indicam que os esquizofrênicos não diferem dos indivíduos normais na capacidade de distinguir um sinal do ruído e de identificá-lo em condições em que a probabilidade esperada dos sinais é igual.
> As diferenças aparecem apenas sob condições em que há formação incompleta e o sujeito deve fazer uso de um sistema de hipóteses cujas probabilidades de aplicação são determinadas pela experiência anterior. Os esquizofrênicos têm uma tendência a equalizar as probabilidades de suas hipóteses, o que se manifesta numa relativa incapacidade de identificar sinais mais prováveis.

Também nos experimentos de estímulo visual, as pessoas com esquizofrenia apresentaram maior capacidade de identificar, em uma imagem borrada, mais imagens incomuns do que pessoas que não tem esquizofrenia.

As pesquisas apresentadas até aqui, apontam para uma situação comum em todas as questões de Zeigarnik a Polyakov, os experimentos mostram que as pessoas com esquizofrenia têm maior capacidade de processar as informações do mundo real a partir de atributos incomuns dos objetos. Esta alteração na forma de processar as informações do mundo externo, que Zeigarnik identifica como alteração na forma de generalização e Polyakov aponta como alteração nas formas de acessar a memória de experiências passadas, em sua base parece ter uma peculiaridade: a incapacidade bloquear os estímulos inertes e, com isso, ressaltar as características incomuns.

Isto justificaria, por exemplo, os experimentos de Polyakov apontando que as pessoas com esquizofrenia não conseguem acessar os dados da memória de forma objetiva e prática para a resolução de um problema. Por outro lado, os estudos de Zeigarnik apontam que não apenas há

uma profusão de informações que não são as usuais nem as “prático-objetivas”, mas uma combinação dessas informações, criando um sistema de conceituação diferente do usual.

Estas conclusões nos levam ao fundamento de nossa tese, pois, entendemos que esse sistema conceitual incomum nas pessoas com esquizofrenia é expressão de uma alteração sistêmica em sua consciência. No texto vygotskiano conhecido como “Manuscritos de 1929”, o autor discorre sobre o debate da hierarquia entres as funções psicológicas superiores, afirmando que (Vygotski, 1929/2000 p. 36): “Não há hierarquia permanentemente fixa das funções”.

Nesse sentido, nossa hipótese teórica é que no processo de desenvolvimento da esquizofrenia, encontramos essa alternância do “momento predominante” na orientação e guia da atividade da consciência. Ao entendermos a consciência como um complexo sistêmico, formada pela unidade entre os sistemas psicológicos (Pensamento, Emoção e Imaginação-Criação), no processo de desenvolvimento da esquizofrenia há uma alternância, então, do “momento predominante” na consciência.

O autor também utiliza essa explicação da alternância das hierarquias entre as funções para traçar um caminho teórico explicativo sobre a questão do sofrimento psíquicos. Assim, Vygotski (1929/2000 p. 38 – grifos nossos) afirma:

> A diferença entre o doente mental e o saudável e entre diferentes doentes mentais não está tanto em que a) as leis da vida psíquica dos doentes mentais são violadas ou b) têm algo (novas formações) que não têm os saudáveis (tumor). Ou melhor, os saudáveis têm o mesmo que têm os doentes: delírios, suspeitas. ‘Bezichungsswahn’ [delírio da relação], ideias fixas, medo etc. Mas o papel de tudo isso, a hierarquia de todo sistema é diferente. Isto é, outra função, que não aquela que está em nós, **destaca-se em primeiro plano** e recebe funções reguladoras. Não é a loucura que diferencia o doente mental de nós, mas o fato dele acreditar neste delírio, obedecer, enquanto nós não.

A expressão que destacamos na citação acima, para nós, tem equivalência ao debate do “momento predominante” e temos concordância com Vygotski no que diz respeito a alternância do “momento predominante” na consciência. Contudo, como vimos discutindo, para nós não são

somente as funções psicológicas que se alternam nesse processo de hierarquia, mas também, os sistemas psicológicos.

Desta forma, para nós, essa noção discutida por Vygotski acima fundamenta nossa hipótese. E, assim, podemos formular mais completamente essa hipótese do processo de desenvolvimento da esquizofrenia: como um processo de alteração da consciência, constituído pela alternância do "momento predominante" entre o "pensamento" e a "imaginação e criação".

Baseadas nas pesquisas de Zeigarnik que apontam uma "criação de conceitos incomuns" em pessoas com esquizofrenia, muito pautados por suas próprias vivências pessoais e menos por uns conceitos generalizados, é que, para nós, no caso do processo de desenvolvimento da esquizofrenia e na manifestação dos sintomas alucinatórios e delirantes, "a imaginação e criação" como sistema psicológico é quem assume "o momento predominante" nesse processo.

Vygotski (1931/2011), em seus estudos sobre imaginação e criação, afirmava a capacidade do cérebro não apenas em operar com as experiências passadas das pessoas, mas de recombiná-las e criar, então, algo novo. Em nossa análise, por conta da atividade criadora do contexto e da relação entre os objetos, parece-nos que a atividade imaginativa é quem guia e orienta esta ação e não o pensamento (generalizado e abstrato).

Se, na atividade da consciência podemos afirmar que o pensamento (abstração e generalização) é o momento preponderante, ou seja, a atividade que guia e orienta as demais funções, organizando-as em sistemas psicológicos que destinam a ação humana a uma finalidade; em pessoas com esquizofrenia, podemos dizer que esta função de guia e orientação deixa de ser exercida pelo pensamento e passa a ser exercida por outro sistema psicológico distinto: a imaginação e criação.

Na consciência de pessoas que não tem esquizofrenia, pensamento, emoção, imaginação estão constituídas como sistemas psicológicos complexos que se alternam na atividade da consciência, de acordo com a necessidade e/ou estímulo do meio, porém, em toda essa dinâmica o pensamento é o sistema preponderante. Isto que dizer que, é o pensamento que assume o papel de orientação, ficando os outros sistemas psicológicos como a emoção e a imaginação como acompanhantes da atividade orientativa. E, é preciso que isto ocorra porque há determinações sociais e históricas para que o pensamento esteja como "momento preponderante", não é uma tendência naturalmente humana, mas sim, uma construção histórico-cultural.

Nossas análises e considerações sobre esse processo de unidade dos sistemas psicológicos e alternância entre eles, também se apoiam nas ideias vygotskianas expressas ao criticar a definição de Bleuler sobre o que ele denomina "pensamento autista" na esquizofrenia. A crítica monista ao dualismo bleuleriano aponta para a importância do papel das emoções na atividade consciente. Assim, Vygotski (1932/2015 p. 629 – grifos e tradução nossas) afirma:

> O indivíduo capaz de reagir emocionalmente, mostra em seu conjunto um quadro de transtorno da consciência, devido a que as emoções tenham perdido em sua vida espiritual o lugar estrutural que lhes pertencia anteriormente. A consequência disso, **surge no paciente um sistema completamente singular de relações entre as emoções e o pensamento**. Em particular, o exemplo mais claro de **semelhante sistema psicológico novo**, que tem sua analogia na consciência normal, mas é expressão de um estado psicopatológico (...).

Nesta citação, Vygotski aponta a base essencial de nossa síntese sobre o desenvolvimento da esquizofrenia. Ele afirma o estado de alteração da consciência e o surgimento um sistema psicológico novo, influenciado e surgido pelo advento do desenvolvimento da esquizofrenia.

Além disso, Vygotski aponta as diferenças entre o pensamento autista e o que ele está denominando "pensamento realista". O autor pontua a função de orientação do pensamento nas

atividades da consciência, sem desconsiderar o papel do sistema psicológico constituído pela emoção.

Dessa forma, Vygotski (1932/2015 p. 629) assevera:

> A diferença entre o pensamento autista e o realista consiste em que, tanto em um como no outro, dispomos de uma determinada síntese dos processos intelectuais e emocionais, mas no caso do pensamento realista, o processo emocional desempenha um papel mais bem de acompanhante do que de orientação, mais bem subordinado que condutor, enquanto que no pensamento autista intervém no papel de orientação; o processo intelectual, ao contrário de como intervém no sistema de pensamento realista, não é condutor, mas sim acompanhante.

Diante disso, podemos ponderar que também Vygotski reconhece o papel do pensamento na atividade da consciência, tal qual como sugerimos anteriormente, como função preponderante na atividade consciente, ou seja, que assume a orientação e guia da atividade, em que os demais sistemas como "a emoção" e a "a imaginação e criação" desempenham um papel de acompanhante nessa atividade.

Estamos chamando "sistema psicológico" um sistema mais complexo do que as FPS, porém, constituído por elas, na esteira do que Vygotski (1932/2015 p. 651 – grifos do autor, como no original) explica ser "sistema psicológico" ao se referir sobre "a imaginação":

> A imaginação deve ser considerada uma forma mais complicada de atividade psíquica, a união real de várias funções em suas peculiares relações.
> Para tão complexas formas de atividade, que superam os limites dos processos que costumamos chamar de funções, seria correto utilizar a denominação *sistema psicológico*, tendo em conta sua complicada estrutura funcional. São características desse sistema as conexões e relações interfuncionais que predominam dentro dele.

Aqui, Vygotski aponta uma questão fundamental não apenas para apreender a imaginação humana, mas também o funcionamento da consciência como um todo. Ele afirma a imaginação como um "sistema psicológico", dada a complexidade desta atividade.

Nossa discussão anterior, aponta para que esta explicação sobre "a imaginação" também pode ser aplicada para "as emoções" e para "o pensamento", por serem atividades complexas que

se constituem pelas relações interfuncionais em seu interior, o que fundamenta nossa apreenção da consciência humana como um complexo sistêmico.

O que estamos denominando “complexo sistêmico”: uma unidade entre diferentes elementos que formam um todo e que este todo é dinâmico. No caso da consciência enquanto essa totalidade, entendemos sua constituição pela unidade entre os sistemas psicológicos constituídos pelas FPS, em que o momento preponderante é o pensamento que assume a função de guia e orientação da atividade da consciência, após “a idade de transição”.

Neste sentido, Vygotski (1930/2023 p. 193) afirma:

> Tomemos a idade de transição. Vemos que, para o adolescente, lembrar significa pensar. Se o pensamento da criança pré-adolescente se apoia na memória e pensar significa recordar, para o adolescente, a memória se apoia fundamentalmente no pensamento: lembrar significa, antes de tudo, buscar aquilo que é necessário em uma certa sequência lógica. É na idade de transição que observamos essa mudança das funções, a alteração da relação entre elas, o papel de liderança do pensamento em todas as funções decisivas: por conseguinte, o pensamento não é uma função entre outras, mas a função que reconstrói e altera outros processos psicológicos.

É esta noção vygotskiana de que “o pensamento” assume o “papel de liderança”, que vimos desenvolvendo e aprofundando com a noção marxiana desenvolvida por Lukács de “momento preponderante”.

Vygotski (1934) afirma o desenvolvimento psicológico e a agregação das FPS cuja centralidade é o pensamento. Diante de todo nosso debate anterior, entendemos que o pensamento não é a centralidade, mas sim, o momento preponderante na unidade da consciência, o que, pode se alternar de acordo com diversos fatores, como por exemplo, a execução de determinada tarefa ou a vivência de determinados fatos.

A gênese da consciência é atividade humana que, tomando a práxis fundante como base, promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ou seja, da consciência em sua totalidade; promove também a integração das FPS em sistemas psicológicos, que por sua vez,

integram os centros cerebrais. Portanto, a gênese da consciência é social, construída pela sociabilidade humana que é a relação entre os próprios seres humanos (quer dizer: interpsicológica) e pela vivência.

A consciência por sua vez, é a unidade dos sistemas psicológicos integrando as FPS, que com o cérebro também conforma uma unidade em que ela – consciência – é o momento preponderante. A consciência seria o complexo sistêmico, tendo o elemento predominante o pensamento e sendo ela um complexo historicamente constituído a partir das práxis e cada vez mais complexificado, ampliando suas mediações e potencialidade pelas ações humanas na vida material, ampliando o arco da consciência.

Desta forma, de modo guiado e orientado pelo "pensamento", quer dizer, de forma consciente os sistemas psicológicos se organizam, reorganizam e se alternam para a execução de uma atividade necessária. Por exemplo, no ato de escrever uma história fictícia: conscientemente, a partir de nossa vivência e dos dados da realidade objetiva e material que conhecemos, imaginamos uma situação, criamos uma história, um conflito, os/as personagens, imaginamos e criamos um enredo. Organizamos tudo isso em linguagem, seja escrita seja oral, e tornamos acessível a todas as pessoas.

A todo momento nesta atividade, "a imaginação" é intencionalmente acionada, orientada e guiada a uma finalidade pelo "pensamento" (momento preponderante). E quando acabamos de escrever a história fictícia ela deixa de ser acionada e de atuar, neste caso.

Evidenciamos aqui a atividade criativa de escrever um conto, como ilustrativa de como a imaginação pode, em determinada tarefa, entrar em cena na atividade da consciência para a criação de algo, mas está sempre sendo orientada e guiada pelo pensamento que destina a atividade a um fim. Mas, é importante entender que "a imaginação e criação" são atividades comuns a todas as

seres humanas, que constitui os processos mais corriqueiros do dia-a-dia, funcionando em unidade com o pensamento e a emoção para a execução de nossas tarefas diárias. Não se pode "romantizar" esse processo, sob pena de recairmos em um fetichismo da imaginação e da criação. Residem nessa "romantização" dois perigos iminentes: por um lado, tratá-las como habilidades excepcionais de determinadas pessoas, de artistas, intelectuais etc.; ou, por outro lado, atribuindo juízo de valores a essa atividade, como se ela sempre fosse algo necessariamente "bom", como se a capacidade de criação apenas pudesse criar coisas boas ou todas as coisas que o ser humano criou até hoje são boas, melhores etc.

É fundamental entendermos essa noção do processo de "imaginação e criação, como atividade que componente da consciência junto com os outros sistemas psicológicos que também atuam nas mais diversas e corriqueiras atividades humanas. Todos os sistemas psicológicos conformam uma unidade dialética e que se alternam diante de dada situação posta pela realidade.

Nesse sentido, é como se, no drama psíquico, "o pensamento" fosse o sistema protagonista da história da consciência, aquele que está majoritariamente em primeiro plano. E os demais sistemas psicológicos estão em segundo ou terceiro plano, mas quando acionados entram em primeiro plano. Todos os sistemas nesse drama contracenam e atuam uns com os outros, mas sempre orientados pelo "pensamento" que é protagonista e dirige a cena. É a atividade do "pensamento" que condiciona a atuação dos outros sistemas psicológicos na consciência.

Como ser da práxis, a capacidade humana de agir de forma consciência no mundo com intencionalidade, com transformação e com aprendizado, pressupõe o pensamento, mas esse em unidade com imaginação-emoção-memória. Pois, a consciência pressupõe aprendizado, acúmulo de conhecimento, ampliação de repertório, associação mais organizada dos afetos (que complexificados são emoções e sentimentos), organização da atenção etc.

Com a alteração da consciência, deve-se pressupor uma alteração da dinâmica das FPS, nos processos psicopatológicos, podemos ter outra função assumindo o papel de guia e orientador da atividade consciente (como no exemplo dado por Vygotski do “pensamento autista”), o que pode culminar no funcionamento diferente das funções cerebrais (como inibição ou não dos estímulos inertes). O que nos leva a entender que num processo de "alteração da consciência" em relação à norma, há diferentes nexos entre as FPS, mas não uma desintegração da consciência. Uma alteração na funcionalidade e estrutura do pensamento em conceito.

Ainda em se tratando do pensamento autista, Vygotski (1932/2015 p. 629-230 – grifos nossos) sintetiza: “(...) as investigações atuais sobre o pensamento autista têm mostrado que este se constitui como um sistema original, em que **não estão deteriorados** por si os momentos intelectuais e emocionais, mas sim tem lugar uma mudança patológica de sua correlação.”.

Por isso, ratificamos nossa crítica em relação a analogia da desintegração e regressão às fases de desenvolvimento anteriores, nas observações de Vygotski sobre a esquizofrenia. Pois, o próprio autor, ao analisar as emoções e afirmá-las como sistemas acompanhantes no processo da consciência entende que nos processos patológicos não há deterioração delas nem dos processos do pensamento, mas há mudanças nas inter-relações entre os sistemas que conformam a consciência humana.

Para nós, o entendimento da consciência como algo em movimento perene e um complexo unitário de múltiplas determinações auxilia na interpretação dos fenômenos que possa vir a ocorrer no processo de desenvolvimento psicopatológicos, como no caso da esquizofrenia. Em nossa análise, então, o que pode acontecer na esquizofrenia é que é “a imaginação”, e não “a emoção”, quem parece assumir “o protagonismo” no drama psíquico, no lugar do pensamento. Mas, sempre

associada, atravessando e sendo atravessada pela emoção e pensamento em unidade na constituição da consciência.

Vygotski, em seus experimentos e observações chega a afirmar que acredita que haja uma alteração na capacidade de dissociação da realidade em pessoas com esquizofrenia. Contudo, a partir dos relatos de pesquisa de Zeigarnik e Polyakov, apontando para formas peculiares das pessoas com esquizofrenia criarem conceitos ou resolverem uma tarefa, entendemos que não se trata de uma alteração "na dissociação", mas sim uma alteração da consciência onde "a imaginação" assume o "protagonismo" na ação.

No caso da esquizofrenia teríamos, com o predomínio da imaginação, uma emoção "desconectada" da realidade e influenciada pelos processos imaginados e criados que predominam sobre o conhecimento da realidade. Como afirma Spinoza em sua Ética, quando a alma desconhece a origem do afeto, ela imagina. Na ausência de um conhecimento real do objeto, a pessoa imagina, neste caso, ela não imagina os atributos do objeto, pois todos eles estão lá e são possíveis de serem acessados por todos, mas o que está ausente é a capacidade da pessoa em selecionar um atributo único entre os diversos objetos que possa ser base de um conceito socialmente partilhado para estes objetos. Na Ausência do atributo único, a pessoas escolhe diversos atributos e cria sentidos incomuns para as conexões que estabelece na categorização dos objetos.

O que poderia justificar os sintomas chamados "embotamento afetivo (as emoções estão guiadas pela sua própria percepção do mundo e não pela realidade do mundo)", "significado alterado das palavras (as palavras assumem outros significados que estão mais relacionados com a vivência pessoal do que com os significados partilhados), "um voltar-se para o seu próprio mundo (rompimento com a realidade socialmente compartilhada, a prevalência do mundo imaginativo criado a partir de suas vivências reais)"

Por esta característica de criar um enredo, criar um conceito de forma incomum com os objetos, é que entendemos que a esquizofrenia não é uma atividade alterada de dissociação, como suspeitava Vygotski (1930), ou uma preponderância das emoções. Embora estas atividades também estejam alteradas, o que predomina é a criação (como no caso do delírio, das alucinações, "ouvir vozes") de uma forma de pensar e se relacionar com o mundo de forma consciente, mas alterada, em que a imaginação assume o papel de momento preponderante, ou seja, de orientadora e guia da atividade consciente.

Vygotski (1931/2011) afirma que "a imaginação" está sempre ligada à "criação/criatividade" e, assim qualifica o que denomina atividade criadora: "Chamamos atividade criadora a toda realização humana criadora de algo novo, já se trate de reflexos de algum objeto do mundo exterior, já de determinadas construções do cérebro ou do sentimento que vivem e se manifestam só no próprio ser humano." (p. 07). No sentido trazido pelo autor, a criação se baseia em objetos do mundo exterior, portanto, está ancorada na materialidade, mas pela atividade da imaginação é também recombinada às experiências anteriores da pessoa.

Vygotski (1933/2023), aponta a dissociação da realidade na esquizofrenia e sugere que "a dissociação" possa ser entendida como FPS e, analisa se esta não assumiria uma hierarquia, passando ao primeiro plano da atividade da consciência nos processos de manifestação de sintomas delirantes e alucinatórios na esquizofrenia. No entanto, ao que nos parece, essa alteração está ligada aos processos imaginativos e criativos como o "momento preponderante" na consciência e não da dissociação, esta atividade também atua ne processo, mas ao que nos parece ela atua mediada pelo processo "imaginação e criação".

Essa forma de funcionamento também é possível notar na fala, aparentemente, desconectada de pessoas com esquizofrenia, ela é uma fala desconectada, "sem sentido", mas

quando passamos a conhecer a pessoa, sua história de vida, passamos a notar que o conteúdo de sua fala desconexa está ligado às suas vivências. Quando conhecemos a história de vida da pessoa com esquizofrenia, somos capazes de entender seu discurso, pois podemos apreender os sentidos e a base como são construídas suas narrativas.

A atividade de imaginação e criação tanto na poesia quanto na esquizofrenia, reelaboram as funções semânticas das palavras, reorganizam os sistemas psicológicos e a consciência, destacam atributos impensados ou incomuns dos objetos dando-lhes novas funções. Não à toa quando Manoel de Barros, na poesia que nos serve de epígrafe, afirma: "e em poesia que é voz de poeta, o verbo tem que pegar delírio."

O verbo ao delirar desfuncionaliza semanticamente, cria novas semânticas, quebra a lógica comum e subverte sua função, seu significado e abre os olhos do mundo para os atributos poucos destacados: os incomuns. Do mesmo modo como o fazem as pessoas com esquizofrenia, nos diversos experimentos realizados por Zeigarnik e Polyakov, elas apontam para o lado incomum dos objetos.

A desfuncionalização semântica da palavra tem sido base de estudos para desenvolvimento de software para o diagnóstico da esquizofrenia, os pesquisadores desse software, como no caso da pesquisa de Bedi, G. et. *al* (2015) que por meio dados da fala gravada de pessoas com fatores de risco para esquizofrenia, puderam notar alterações semânticas e sintaxe do uso das palavras, como, o uso de substantivos como se fosse adjetivos. Se isto se confirma, o que vemos é a subversão do uso da palavra para criar funções, ou seja, funções incomuns do uso que aquela palavra usualmente assume na linguagem.

Diante da denominada "fala desconectada", Zeigarnik (1965 p. 178) afirma que:

> Mesmo na forma de diálogo, entretanto, a fala do paciente não cumpre a função de comunicação: o paciente não comunicou nada ao experimentador, nem tentou descobrir

> nada dele. (...) Como Artemov corretamente aponta, a capacidade de se manter estritamente no tema é um dos traços característicos da percepção da fala.

Ao nosso ver, a citação aqui transcrita expressa uma característica já apontada na análise das outras FPS de pessoas com esquizofrenia, "a falta de objetividade" na atividade.

No que se refere à fala, Zeigarnik afirma que a fala "não cumpre a função de comunicação", por seu caráter desorganizado. Mas, em nosso entendimento, não há uma perda da "função comunicar", mas que esta função não é executada de forma objetiva.

A fala na pessoa com esquizofrenia comunica, mas comunica de forma desordenada, porque os conceitos estão desordenados, mas há uma comunicação a partir dos conceitos criados pela própria pessoa. Além disso, a função da "fala" que parece não comunicar, comunica, pois, ela não se encerra nessa comunicação dirigida a uma pessoa, ela segue sendo falada independente de ainda estar comunicando a uma pessoa. Essa fala independente, em geral, tende a ser repetitiva, como se a pessoa não fosse capaz de controlar sua fala e dirigi-la para um objetivo específico "o de comunicar", por isso, ela continua falando.

Há comunicação, mas a pessoa segue falando mesmo depois de comunicar o que queria, ou seja, a atividade de falar não se encerra em seu objetivo de comunicar. O que seria comum à maioria das pessoas. Portanto, a linguagem enquanto "ato de comunicar" perde sua objetividade, mas comunica a partir de conteúdos incomuns. O que, ao nosso entendimento, não é razão suficiente para afirmar categoricamente que "a fala" perde a função de "comunicar".

Neste sentido, é importante ressaltar novamente que o traço comum que nos parece ter sido encontrado nos diversos experimentos de Zeigarnik e Polyakov (também Vygotski, mas com conclusões diferentes) é a perda da objetividade na atividade da consciência, o que se expressa na perda da objetividade nas FPS, tanto na generalização quanto na linguagem, como também na memória. Esta perda de objetividade, para nós, se dá por meio da alteração da consciência, de sua

estruturação sistêmica, uma alteração na hierarquia dos sistemas complexos que constituem a consciência. Assim, não haveria uma desintegração da consciência, mas uma alteração da consciência, expressa pela falta de objetividade de sua atividade.

Com isso, ganham espaço os conteúdos produzidos pela imaginação, conteúdo que são fantasias criadas a partir da vivência da pessoa. Essas “fantasias”, ou criações imaginárias, estão relacionadas com a forma incomum como a pessoa com esquizofrenia é capaz de generalizar os objetos, por meio de atributos incomuns; associada a incapacidade de bloquear conteúdos irrelevantes de sua memória de experiências passadas. Por meio destes elementos incomuns, a pessoa cria uma relação alterada com a realidade, ela não perde a noção e/ou o conhecimento que tem dos atributos de um objeto, mas o que se destaca para ela são os atributos incomuns em relação aos que se destacam para pessoas que não têm esquizofrenia. É por meio dessa forma incomum da consciência funcionar que a pessoa com esquizofrenia se relaciona com o mundo a sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a relação entre sujeito e meio social, entendemos que ambos os polos dessa relação contribuem dinâmica e ativamente para sua construção e que esta é histórica, ou seja, desenvolve-se ao longo do processo de vida do sujeito, a partir do estágio em que se encontram o desenvolvimento das forças produtivas, do momento histórico que atravessa a humanidade quando se estabelece essa relação e do momento do desenvolvimento humano em que está o sujeito.

Nesse sentido, a primeira hipótese de trabalho levantada foi de que a esquizofrenia poderia ser entendida como expressão da "questão social". Assim, buscamos apreender o processo da questão social na sociabilidade do capital, bem como, os nexos entre a constituição social e histórica da própria sociabilidade e a constituição social do psiquismo humano.

Dessa forma, atravessamos durante esse texto a busca, a apresentação e o desenvolvimento das mediações da formação subjetiva, do processo de saúde mental, do sofrimento psíquico e seu agravamento patológico, assim como da crítica imanente dos processos de naturalização promovidos pela ciência hegemônica e do aprofundamento da patologização da vida diante das condições da estrutura social que incidem na particularidade histórica que constituem a concepção de saúde mental e a forma de lidar com o adoecimento sob uma perspectiva biomédica e medicalizante.

Por isso, a demonstração dos nexos internos do processamento do adoecimento psíquico prescinde de um arcabouço que sustente rigorosamente o debate da suprassunção do biológico para o social e seu caráter ontologicamente distinto na sociabilidade humana. Observar ao longo da exposição desse arcabouço o caso da esquizofrenia é um recurso importante, afinal, tal fenômeno

assume o arquétipo emblemático das limitações biologicistas e historicamente mistificadora do entendimento da formação da consciência humana.

Por outro lado, foram as análises dos textos de Lukács e apreensão da Ontologia do Ser Social marxiana que o autor húngaro desenvolveu, que nos trouxe a chave e sustentação teóricas para apreendermos a constituição social e histórica dos seres humanos, enquanto unidade psicofísica, onde o biológico e o psicológico se conformam em unidade constituída socialmente. A apreensão de que o trabalho fundante está na base das práxis humanas e de sua complexificação ao longo da história que também é a complexificação das mediações na relação entre ser humano e natureza e nas transformações tanto no meio social quando no próprio ser humano fruto dessa atividade, foram essenciais para constatarmos a necessidade de explicar de forma mais processual os mecanismos pelos quais a relação estabelecida entre sujeito e sociedade poderia se conformar na forma de sofrimento psíquico.

Desta forma, ainda que o interesse objetivo deste estudo tenha sido os fundamentos, ter a exemplificação dos processos de esquizofrenia como eixo norteador desta pesquisa permitiu atravessar criticamente as bases do modelo conservador de elucidação e de tratamento nos âmbitos mais capciosos do debate da saúde mental, da psiquiatria e da neuropsicologia.

Por isso, buscamos primeiramente analisar criticamente a teoria kraepeliniana sobre a nosologia da esquizofrenia e seus aportes epistemológicos, evitando as análises simplistas e buscando apreender a lógica de seu pensamento para demonstrar seus limites e insuficiências; tendo em vista, pois, que no campo da psicopatologia as formas de organização nosológica para diagnóstico em psiquiatria ainda têm como base epistemológica as pesquisas e teoria de Kraepelin.

A partir do debate crítico à Kraepelin e ao modelo biomédico e individualizante da investigação nosológica, apoiadas na teoria da Determinação Social da Saúde, sobretudo na teoria

de Breilh e Laurell, apontamos para a análise dos processos psicopatológicos a partir dessa teoria, evidenciando a necessidade de se entender o processo saúde e doença como fenômeno multicausal, histórico e social. Não obstante nossa concordância com os apontamentos da determinação social da saúde, entendemos que era necessário explicar como a determinação social engendra os processos saúde e doença em cada pessoa. Por isso, desenvolvemos o que Laurell denominou "nexos internos da determinação social da saúde" a fim de contribuirmos para a construção de um arcabouço teórico que nos auxiliasse na apreensão dos engendramentos desse processo e suas diferentes manifestações nas pessoas.

Assim, apontamos quatro nexos da determinação social da saúde: epigenética, plasticidade, subsunção e vivência; explicando como se dá o processamento dos múltiplos fatores que culminam no processo de adoecimento. O entendimento de cada uma dessas categorias, nos foi fundamental para a superação do modelo biomédico que atualmente tem se apoiado nos fatores genéticos para reafirmar sua forma determinística e fatalista de diagnóstico psicopatológicos como a esquizofrenia.

Os nexos internos da determinação social da saúde dão conta de nos apontar os engendramentos pelos quais se processa a determinação social da saúde para cada pessoa. Ao passo que apontam para o entendimento de que os processos de adoecimento psicopatológico não são dependentes exclusivamente da composição geneticamente herdada do nosso corpo, tão pouco, que estamos reféns das atuações (para mais ou para menos) do nosso sistema endócrino e/ou neurofisiológico de modo a ser determinante no processo de adoecimento. Mas, que esse processo de saúde e doença se dá na relação entre a pessoa e o meio a sua vida, no processo mediado que estabelece com a natureza na produção e reprodução da vida e em sua sociabilidade.

A noção amplamente discutida por Jablonka e Lamb (2010) e Levins e Lewontin (1981) sobre a epigenética introduz a noção de que, embora haja elementos básicos que são herdados de progenitores por meio dos genes, estes podem sofrer e sofrem constantes influência do meio e que esta relação entre meio e constituição genética é um importante mecanismo de anulação ou expressão fenotípica nos seres vivos. Além do que, nem todas as características, comportamentos etc. expressos por uma pessoa estão inscritos em seus genes, mas podem ser adquiridos a partir de sua relação com o meio social.

Nos seres humanos, especificamente, há outros fatores que, como por exemplo a linguagem, e a atividade humana para satisfação de necessidades básicas para manutenção da vida estar mediada por instrumentos construídos e aperfeiçoados social e historicamente. Por sua vez, o acesso, manipulação e utilização desses instrumentos a uma finalidade é também mediada pela cultura em que o sujeito se insere e por sua sociabilidade, ou seja, sua relação com os outros seres humanos a sua volta. Assim, os seres humanos são capazes de alterar sua expressão fenotípica, por meio por exemplo: do consumo de alimentos (que se contaminados pelos agrotóxicos podem provocar câncer); do uso de medicação que visa suprir ou estimular uma atividade de seu organismo; dentre outros exemplos que interferem na relação herança genética, constituição biológica do corpo e expressão fenotípica.

Outro fator que auxiliou na apreensão da subsunção do biológico ao social é a capacidade plástica do organismo biológico, também comum a outros seres vivos, que se constitui na capacidade do corpo de conservar as marcas sofridas ao longo de seu processo de desenvolvimento ontogenético, como forma de adaptação as condições do meio. Assim, mesmo que se herde características por meio dos genes, a expressão e/ou alterações fenotípicas dessas características são passíveis de alteração ao longo da vida das pessoas e dos seres orgânicos.

Ainda no debate genético, como dissemos anteriormente, além de produzir condições objetivas e materiais que interferem no processo de anulação ou expressão de um gene, nem todas as manifestações na unidade psicofísica estão relacionadas com fatores genéticos. O ser humano foi capaz de produzir, apoiado na linguagem, meios capazes de transmitir características que não estão inscritas em seus genes e as quais apenas por meio da sociabilidade e da vivência poderiam ser desenvolvidas, como vimos na discussão sobre o desenvolvimento humano na teoria de Vygotski.

Para nós, a epigenética e a plasticidade biológica são nexos que conformam a suprassunção do biológico ao social. A partir dos debates da Ontologia do Ser Social de Marx, desenvolvida por Lukács, apontamos para a determinação social na constituição humana. O que Lukács denomina "salto ontológico" se dá justamente na passagem da forma de ser orgânico ao ser social, cuja base fundante é o trabalho teleológico.

A determinação social do ser humano constituído em uma unidade psicofísica, a partir do "salto ontológico", não corresponde à independência da base orgânica, pelo contrário, demonstra que a base orgânica conforma uma unidade dialética com a determinação social. Por isso, não pode haver uma independência total dos elementos que constituem a unidade, sendo a unidade um produto novo que une características dos elementos que conformam a unidade, mas não pode ser nem reduzido a eles nem apreendido a partir das análises de cada elemento isolado.

Contudo, como apontam as críticas de Marx à dialética hegeliana e conforme Lukács desenvolve posteriormente, na unidade dialética há sempre um elemento que se constitui como "momento predominante". Lukács (1986/2013) afirma que o ser nunca rompe definitivamente com a determinidade base da qual se originou a partir do salto ontológico, mas ao mesmo tempo o elemento mais complexo na relação que constitui a unidade dialética, assume a função de

orientação e guia dessa unidade como o "momento predominante". Os elementos que compõem a unidade são ativos no processo de construção contínua da relação que se constitui na e conforma a unidade dialética.

Seguindo esse raciocínio para analisar a constituição humana, entendemos que a base orgânica – biológica – é essa determinidade base da qual o ser social se originou, mas que a práxis fundante e todos os complexos dali originados, constituídos sociais e historicamente, são entendidos como o "momento predominante" e nesse sentido, podemos afirmar a superação do biológico ao social na unidade psicofísica. Contudo, é fundamental destacar que os modos de vida, a sociabilidade e as condições objetivas e materiais, de um modo geral, do desenvolvimento ontogenético influenciam a constituição histórica da personalidade da pessoa e sua forma ativa de construção de sua sociabilidade e de sua relação com o meio a sua volta.

Nesse sentido, a "vivência" é mais um dos nexos da determinação social, pois é uma categoria que nos auxilia a ampliar nossa forma de entendimento da construção da personalidade de cada pessoa, entendendo esse papel ativo da pessoa e refrator das influências do meio e da sociabilidade. Fugindo do determinismo biológico, por um lado, a teoria vygotskiana aponta para a personalidade como produto do desenvolvimento ontogenético e que se constrói na sociabilidade e relação que a pessoa estabelece com o meio a sua volta e está sempre em movimento ao longo da vida da pessoa. Pelo papel de agente de transformações no meio e o papel refrator das influências do meio e da sociabilidade na constituição da personalidade, a categoria "vivência", por outro lado, também refuta o determinismo social, indicando que a constituição da personalidade humana, de sua consciência e suas ações estão diretamente ligadas à constituição psicofísica, portanto, não só biológica não só social, mas na relação entre esses dois elementos.

São, em essência, essas as bases para a apreensão dos processos de funcionamento da unidade psicofísica e que, aproximando do nosso objeto de análise, nos auxilia na explicação da teoria de Pavlov e Sechenov do funcionamento cerebral por estímulos externos. Na realidade, Marx nos manuscritos de Paris já indicava a existência do ser a partir da dependência de sua relação com aquilo que está fora de si. No desenvolvimento da ontologia do ser social, Lukács aponta a constituição humana biológica-social para como dependente das condições determinísticas biológica para a existência, mas que estas condições nos seres humanos estão mediadas pelos complexos sociais. Portanto, nossa elaboração sobre os nexos da determinação social da saúde, vem ao encontro da teoria desenvolvida pelos representantes da medicina social latino-americana, indicando os meios pelos quais a determinação social processa os estados de saúde e doença nas pessoas.

Com base no desenvolvimento da ontologia do ser social visando a análise de nosso objeto, o aprofundamento da apreensão do método materialista histórico e dialético nos foi fundamental para nossas análises da teoria da determinação social da saúde e das bases da Psicologia Histórico-Cultural e, com isso, apreender a determinação social da esquizofrenia. Neste sentido, buscamos analisar a teoria vygotskiana, luriana e da patopsicologias à luz da ontologia do ser social e determinação social da saúde e seus nexos internos.

Desta forma, traçamos as sínteses fundamentais de nossa tese, a apreensão dos mecanismos pelos quais os estímulos externos podem produzir processos não apenas de adoecimento, como também, de habilitação neurofuncional. Apresentamos as leis gerais de funcionamento da unidade psicofísica e como estas se expressam na unidade fundamental ao nosso trabalho: a unidade cérebro-consciência.

Para tanto, analisamos e propomos uma interpretação sobre a constituição da consciência como unidade das funções psicológicas superiores, em outras palavras, como complexo dinâmico de múltiplas determinações. Entendendo que, nos processos patopsicológicos, como na esquizofrenia, pelo princípio da unidade entre consciência e cérebro e não identidade; pelo princípio da lei dialética do "momento preponderante" demonstramos a possibilidade de alterações da consciência serem manifestações de alterações nas relações entre as funções psicológicas superiores sem, contudo, representar uma desintegração da consciência, como apontam os estudos de Zeigarnik e Bratus, mas sim sua alteração cuja consequência aparente são os sintomas da esquizofrenia, mas indicam uma nova forma de constituição da consciência de forma diferente às formas comuns de organização.

Além disso, a análise dialética do processo histórico de desenvolvimento, também aponta para uma nova forma de relação das funções psicológicas superiores que culminam em uma relação alterada para com a realidade e a forma de conhecer e acessar a realidade. O que indicam não um processo "regressivo", o que, para nós, é uma comparação problemática até como analogia, pois o processo é de desenvolvimento de uma nova forma de constituir a consciência, a partir das alterações entre os nexos das FPS.

As pesquisas de Zeigarnik e sua equipe com pessoas com esquizofrenia foram fundamentais para apontar que não há um processo regressivo, mas sim uma forma diferente de organização da consciência e, por esta razão, sugerimos um processo de alteração da consciência nos casos da esquizofrenia e não de desintegração. Ainda que o termo esquizofrenia signifique: esquizo=divisão phrenia=mente, as pesquisas de Zeigarnik e seus colaboradores como Polyakov, demonstraram formas diferentes de organização e constituição da consciência.

Por outro lado, os debates a partir da lógica dialética, nos auxiliou a entender o funcionamento cerebral por meio dos estímulos externos e, a noção do "momento preponderante" propor uma mudança na forma de interpretação da constituição do funcionamento cerebral, invertendo a lógica que Vygotski desenvolveu baseado nos estudos de Kretschmer, e ao invés de entender o desenvolvimento da dinâmica da unidade cérebro-consciência como camadas, tal qual as camadas geológicas da terra, apreendermos como processo de desenvolvimento dinâmico, cujo desenvolvimento é produto do meio externo, das vivências da pessoa e das condições objetivas e materiais do meio em que vive. Neste sentido, nossa análise ontológica aponta para o funcionamento cerebral estar subsumido ao das funções psicológicas superiores e, pelo princípio do momento preponderante na unidade dialética, o elemento preponderando na unidade consciência-cérebro é a consciência que guia e direciona as atividades do córtex que, enquanto substrato biológico está submetido às leis do desenvolvimento social e histórico das FPS.

Neste sentido, são as alterações da consciência que estimulam e orientam as alterações neurofuncionais e neurofisiológicas, na esquizofrenia, ou seja, o aumento de dopamina no cérebro, por exemplo, está relacionado com estímulos externos e não internos. Em que pese que as alterações das FPS são de origem social e histórica seja no que se refere as alterações que ocorrem durante o processo de desenvolvimento, seja as que ocorrem durante o processo de adoecimento.

Nosso trabalho se encerra nestas considerações, acreditamos que dentro do que nos cabia em um trabalho teórico chegamos em apontamentos que, agora, demandam mais pesquisas. Por isso, assim como continuaremos nossas pesquisas, esperamos que este trabalho estimule novas pesquisas na área da Psicologia Histórico-Cultural, seja para criticar esta pesquisa e apontar nossas fragilidades e limites, seja, para avançar nos estudos sobre esquizofrenia visando a melhoria das

condições de vida de pessoas com esquizofrenia, por uma prática profissional despatologizante, desmedicalizante e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. R. (2018) **A Formação Social dos Transtornos de Humor**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Medicina. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

ALMEIDA, M. R.; CARVALHO, B. P. e TULESKI, S. C. (2019) **Psicologia histórico-cutlural e sofrimento psíquico: superando as concepções hegemônicas sobre a esquizofrenia**. *In*: O processo de desenvolvimento normal e anormal para a Psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneaso. Tuleski, S. C. e Franco, A. F. (orgs.).

AMARANTE, P. (2007) **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

ANDRADE, L. e CAMPOS, H. R. (Prelo) **Vivência/perejivânie como unidade dinâmica da consciência: articulação de compreensões à luz do sistema teórico de vigotski.** Rev. Germinal

ANGLIN, D. M., Ereshefsky, S., Klaunig, M. J., Bridgwater, M. A., Niendam, T. A., Ellman, L. M., DeVylder, J., Thayer, G., Bolden, K., Musket, C. W., Grattan, R. E., Lincoln, S. H., Schiffman, J., Lipner, E., Bachman, P., Corcoran, C. M., Mota, N. B., & van der Ven, E. (2021). **From Womb to Neighborhood: A Racial Analysis of Social Determinants of Psychosis in the United States**. *The American journal of psychiatry*, *178*(7), 599–610. https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2020.20071091

ANJOS, R. E. dos e DUARTE, N. (2016) **Comunicação Íntima Pessoal, Atividade de Estudo e Formação de Conceitos**. *In.* Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico. Martins, L. M.; Abrantes, A. A. e Facci, M. G. D. (org.). pp 195-220. Campinas, SP: Autores Associados.

ANTUNES, M. (2012). **A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. Psicologia: ciência e profissã**o, *32*, 44-65.

ARAÚJO, S. F. (2005). **Wilhelm Wundt e o estudo da experiência interna**. In *História da Psicologia Rumos e Percursos* (pp. 93-104). Rio de Janeiro: Nau.

ARAÚJO, S. F. (2007) **A Fundamentação Filosófica do Projeto de uma Psicologia Cientifica em Wilhelm Wundt**. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

ARAÚJO, S. (2018) **O Projeto Wundtiano de uma Psicologia Científica**. *In*: A fundamentação da psicologia científica. São Paulo: Hogrefe.

BASAGLIA, F. (1975/2017) **Ideologia e Prática em Tema de Saúde Mental**. Recuperado de: https://medium.com/katharsis/f-basaglia-ideologia-e-pr%C3%A1tica-em-tema-de-sa%C3%BAde-mental-1975-4440d5c5cff6

BEDI, G., CARRILLO, F., CECCHI, G. A., SLEZAK, D. F., SIGMAN, M., MOTA, N. B., RIBEIRO, S., JAVITT, D. C., COPELLI, M., & CORCORAN, C. M. (2015). **Automated analysis**

of free speech predicts psychosis onset in high-risk youths. *NPJ schizophrenia*, *1*, 15030. https://doi.org/10.1038/npjschz.2015.30

BERRIOS, G. E. **História de los sintomas de los transtornos mentales: la psicopatologia descritiva desde el siglo XIX.** 1ª ed. Eletrônica. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.

BERRIOS, G. E. & HAUSER, R. (1988/2013) **O desenvolvimento inicial das ideias de Kraepelin sobre classificação: uma história conceitual**. *In*: Rev. Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo, 16(1) (pp 123-146).

BLANCO-PEREIRA, M. E. et al. (2019) **Epigenética e Ontogenia Humana, baluarte inestimable en la promoción de salud y prevención de enfermedad**. *In:* Revista Médica Eletrónica. vol. 41 n. 4. (p. 959-978). Disponível em: http://www.revmedicaelectronica.sld.cu/index.php/rme/article/view/3048/4391

BOARINI, M. L. & YAMAMOTO, O. H. (2004). **Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem**. *Psicologia Revista*, *13*(1),59-72.

BOZHOVICH, L. I. (1977) **The Concept of the Cultural-Historical Development of the Mind and its Prospect***s*, Soviet Psychology, v. 16, n. 1, pp. 5-22. Texto publicado no site do Kátharsis. Tradução por Patrícia Manczak. Revisão por Bruno Bianchi

BREILH, J. (2006) **Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

BREILH, J. (2008) **Uma Perspectiva Emancipadora da Pesquisa e da Ação Baseada na Determinação Social da Saúde**. Comunicação apresentada no "Taller LatinoAmericano de Determinantes Sociais de la Salud". Universidad Autónoma de México. Texto completo recuperado de: http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf

BREILH, J.(2013) **La Determinación Social de la Salud como Herramienta de Transformación Hacia una Nueva Salud Pública (salud colectiva)**. Rev. Fac. Nac. de Salud Pública. vol 31.

BREILH, J.(2019) **Ciência Crítica Frente al Extermínio en la 4ta Revolución Industrial Capitalista (Repensando la determinación social de la salud y la geografía de la vida.** *In:* Espacios de capital y territorios de resistencia: una mirada desde la geografíacrítica y el vivir saludable – en proceso. Universidad Autónoma de México - UNAM e Universidad Andina Simón Bólivar - Sede Ecuador.

BREILH, J. (2021) **Critical Epidemiology and the People's Health**. Nova Iorque: Oxford University Press.

ABP - **Campanha Contra a "Psicofobia" em 2023.** Recuperado em: https://www.psicofobia.com.br/

CÂMARA, F. P. (2007) **A Catrástofe de Kraepelin**. *In*: Rev. Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo X, 2, (pp 307-318).

CANGUILHEM, G. (1967/2009) **O Normal e O Patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAPONI, S. (2011). **A Hereditariedade Mórbida: de Kraepelin aos neokraeplinianos**. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, *21*(3), (pp 833-852)

CAPONI, S. (2012). **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

CAPRA, F. (1982) **Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix.

CASANOVA-PERDOMO, A. R. (2015) **Epigenética: Contenido Esencial para Comprender el Desarrollo Psicológico en el Hombre**. *In*: Alternativas cubanas en Psicología. vol.3 n.07. p. 53-63. ISSN 2007-5847.

CHÂTELET, F. (1994) **Uma história da razão: entrevista com Émile Noël**. São Paulo: Zahar.

COSTA, J. F. (2006) **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond.

COSTA, E. M. (2020) **O método na obra Vigotski e a abordagem ontológica do desenvolvimento humano: uma análise histórica**. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis.

DECKER, H. S. (2007). **How kraepelinian was Kraepelin? How kraepelinian are the neo-Kraepelinians? —from Emil Kraepelin to DSM-III**. *History of Psychiatry*, *18*(3), 337-360.

DOURADO, V. V. (2012) **O papel da saúde na sociedade capitalista: como a medicina contribui na reprodução do Capital.** Disponível em: https://saudecomunista.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/o-papel-da-sac3bade-na-sociedade-capitalista-_victor-baiano_.pdf

DUAYER, M. (2010). **Relativismo, Certeza e Conformismo:para uma crítica das filosofias da perenidade do capital**. Revis. Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, nº 27, p. 58-83

ELIAS, N. (1997). **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Versão para Kindle.

ENGEL, G. L. (1989) **The Needed for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine.** Holistic Medicine, 4:1, 37-53, Disponível em: https://doi.org/10.3109/13561828909043606. Último acesso maio/2022.

ENGELS, F. (1956) **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem** (Portuguese Edition) (Locais do Kindle 137-139). Edição do Kindle.

ENGSTROM, E. J. (1991). **Emil Kraepelin: psychiatry and public affairs in Wilhelmine Germany**. *History of psychiatry*, *2*(6), 111-132.

ENGSTROM, E. J. (2005) **Clinical Psychiatry in Imperial Germany: A history of psychiatric practice**. Nova Iorque: Cornell University Press.

ENGSTROM, E. J. (2007) **'On the Question of Degeneration' by Emil Kraepelin (1908)**. History of Psychiatry, SAGE Publications, 2007, 18 (3), pp.389-398.

ENGSTROM, E. J., & WEBER, M. M. (2007). **Making Kraepelin history: a great instauration?**. *History of Psychiatry*, *18*(3), 267-273.

ENGSTROM, E. J., & KENDLER, K. S. (2015). **Emil Kraepelin: icon and reality**. *American Journal of Psychiatry*, *172*(12), 1190-1196.

ELKIS, H.. (2000). **A evolução do conceito de esquizofrenia neste século.** Brazilian Journal of Psychiatry, 22, 23–26. https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000500009

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EdUfba, 2008

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010.

FERLA, A. A., OLIVEIRA, P. de T. R. de., & LEMOS, F. C. S.. (2011). **Medicina e hospital.** ***Fractal****: Revista De Psicologia*, *23*(3), 487–500. https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000300004

FERREIRA, A. A. L. (2005). **O Múltiplo Surgimento da Psicologia**. In História da Psicologia: Rumos e Percursos(pp. 13-46). Rio de Janeiro: Nau.

FONTES, V. (2009) **Determinação, história e materialidade**. Rev. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, (p. 209-229).

FOSTER, J. B. (2000/2005) **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOUCAULT, M.(1980/2001) **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (2008). **Doença Mental e Psicologia**. versão Epub.

FREITAS, F. e AMARANTE, P. (2015) **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz.

GALPERIN, P. YA. (1959/2009) **La formación de los conceptos y las acciones mentales**. *In*: As Funções no Desenvolvimento da Criança. Quintanar Rojas, México: Trilhas.

GRAMSCI, A. (2000) **Cadernos do Cárcere vol. 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flávia Rios e Marcia Lima. São Paulo:Zahar, 2020. Edição do Kindle.

HALBWACHS, M. (1929). **LA PSYGHOLOGIE COLLECTIVE D'APRÉS CHARLES BLONDEL.** *Revue Philosophique de La France et de l'Étranger*, *107*, 444–456. http://www.jstor.org/stable/41083671

HECKERS, S., ENGSTROM, E. J., & KENDLER, K. S. (2022). **"Manifestations of insanity": Kraepelin's final views on psychiatric nosology in their historical context.** *Molecular Psychiatry*, *27*(1), 328-334.

HEGEL, G.W.F. (1812-16/2011) **Ciência da lógica (excertos).** São Paulo: Barcarolla.

HOYA S, WATANABE Y, HISHIMOTO A, *et. al.* (2017) **Rare PDCD11 variations are not associated with risk of schizophrenia in Japan**. Psychiatry Clin Neurosci. 71(11):780-788. doi: 10.1111/pcn.12549.

IAMAMOTO, M. V. (2007) **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez.

JABLENSKY, A. (2007). **Living in a Kraepelinian world: Kraepelin's impact on modern psychiatry**. *History of Psychiatry*, *18*(3), 381-388.

JABLONKA, E. & LAMB, M. J. (2010) **A Evolução em Quatro Dimensões**. São Paulo: Cia das Letras. Edição Epub

KOSIK, K. (1956/1976). **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra.

KRAEPELIN, E. (1887/2005). **The directions of psychiatric research**. ("Classic Text No. 63", tradução e notas de E. J. Engstrom e M. M. Weber). *History of Psychiatry*, v. 16, n. 3, p. 350-364. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0957154X05056763.

KRAEPELIN, E. (1922/2018). **Ends and Means of Psychiatric Research**. *Journal of Mental Science*, *68*(281), 115-143.

KRAEPELIN, E. (1909-1913/2004). **A Demência Precoce (1º parte)**. Lisboa: Editora Climepsi.

KRAEPELIN, E. (1908/2007). **On the Question of Degeneration'.** *History of Psychiatry*, *18*(3), 399-404.

KRAEPELIN, E. (2011). ***Memoirs***. Berlim: editora Springer-Verlag.

LAURELL, A. C. (1994) **Sobre la Concepción Biológica y Social del Proceso Salud Enfermidad**. *In*: Lo Biológico y lo Social: su articulación en la formación del personal de salud. Org. Panamericana de La Salud. (pp 01-12) Washington: OPS.

LEONTIEV, A. N.(2000/2023), ***Lektsii po obshchey psikhologii: Ucheb. posobiye dlya vuzov po spets*. "*Psikhologiya*" (Características da estrutura da atividade humana)** [Palestra sobre Psicologia Geral: livro-texto para instituições de ensino superior de psicologia]. Moskva pp. 82-90. Trad. B. Bianchi

LEÃO, L. H. C. ; MINAYO-GOMEZ, C. (2014) . **The issue of mental health in occupational health surveillance. Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso) , v. 19, p. 4649-4658.

LENIN, V. I. (1920/1982) **Materialismo e Empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária.** Lisboa: edições Avante.

LESSA, Sérgio. (2015). **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. 4º Ed. Instituto Lukács: São Paulo.

LESSA, S. (2018) Alienação **e Estranhamento.** Gesto e Debate, vol. 16, n. 01 (pp 01-30).

LEVINS, R. e LEWONTIN, R. (1985/2009) **The Dialectical Biologist.** Aakar Books.

LEWONTIN, R. (2002) **A Tripla Hélice: gene, organismo e ambiente**. São Paulo: Companhia das Letras. Versão Epub.

LEWONTIN, R. ROSE, S. e KAMIN, L. J. (2013) **No está en los Genes: Racismo, genética e ideología**. Madrid: Booket.

LINDENGREN, C. C. (1966) **The Cold War inBiology**. Michigan: Plenarian Press inc.

LUKÁCS, G. (1984/2012**) Para uma Ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo Editorial.

LUKÁCS, G. (1986/2013) **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo. Edição Kindle.

LURIA A. R. (1966) **Brain and Mind**, Soviet Psychology and Psychiatry, 4:3-4, 62-69, DOI: 10.2753/RPO1061-040504030462

LURIA, A. R. (1979) **A Atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico-Sociais.** *In*: Curso de Psicologia Geral. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Disponível em: https://marxists.info/portugues/luria/ano/mes/90.pdf.

LURIA, A. R. (1980) **Higher cortical functions in man.** Second edition, revised and expanted. New York: Basic Books, Inc.

LURIA, A. R. (1981) **Fundamentos de neuropsicologia**. São Paulo: EdUSP.

LURIA, A.R (2005) **Las Funciones Corticales Superiores Del Hombre**. Distribuiciones Fontamara: México.

LURIA, A. R. (2015) **A construção da Mente**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ícone.

LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. (1956) **PSIKHOLOGICHESKIYe VOZZRENIYA L. S. VYGOTSKOGO (Visões Psicológicas de L. S. Vygotski).** In: IZBRANNYYe PSIKHOLOGICHESKIYe ISSLEDOVANIYA (Pesquisa Psicológica Selecionada). Moscou: Editora de Ciências Pedagógicas RSFSR.

MARCELLOS, C. F., & ARAUJO, S. F (2011). **A questão da consciência na psicologia de Wilhelm Wundt**. *Estudos e pesquisas em psicologia*, *11*(1), 311-332.

MARX, K. (1844/2015a) **Manuscritos Econômicos e FIlosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

MARX, K. (1857-58/2015b) **Grundisse**. São Paulo: Boitempo Editorial

MARX, K. (1867/2015c) **O Capital - livro 1: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. Edição para Kindle.

MARX, K; ENGELS, F. (1845-46/2015) **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

MEHTA, P. (2021, 25 de janeiro)**A Genética Explica**. Revista Jacobin.

MÉSZÁROS, I. (2004) **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo.

MÉSZARÓS, I. (1970/2006) **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial.

MOYSÉS, M. A. A., & COLLARES, C. A. L. (2007). **Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos**. *Direitos Humanos: O que temos a ver com isso*, 153-168.

MÜLLER, U., FLETCHER, P. C., & STEINBERG, H. (2006). **The origin of pharmacopsychology: Emil Kraepelin's experiments in Leipzig, Dorpat and Heidelberg** (1882–1892). *Psychopharmacology*, *184*, 131-138.

NETTO, J. P. (2011). **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular.

NEVES, M. S. (2021) **Determinação Social das Tentativas de Suicídio em Regiões Produtivas do Agronegócio de Mato Grosso - Brasil**. (Tese de Doutorado). Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal de Mato Grosso.

PAUL, A. (Diretor), (1992). **As borboletas de Zagorsk.** [documentário]. Inglaterra: BBC.

PENTEADO, V. O. B. e TULESKI, S. C. (2023) **Análise Histórico-Cultural das Hipóteses Etiológicas da Esquizofrenia**. *In*: Bellenzani, R. e Peixoto, B.C. (orgs.) Psicologia Histórico-Cultural na Universidade (vol II): saúde mental, sofrimento psíquico e psicopatologia. (pp 138-166) Campo Grande: Editora UFMS.

PEREIRA, Mário E. C. (2001). **Kraepelin e a Criação do Conceito de "Demência Precoce"**. *In*: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. IV, 4, (pp 126-129).

PEREIRA, Mário E. C. (2001). **Kraepelin e a Criação do Conceito de "Demência Precoce"**. *In*: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. IV, 4, 126-129.

PIAGET, J. (1964/1991) **Seis estudos de Psicologia.** 18ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

PINHEIRO, P. W. M. (2022) **Entre os Rios que tudo Arrastam e as Margens que os Oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão**. (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília.

POLYAKOV, U.F. (1969) The **Experimental Investigation of Cognitive Functioning in Schizophrenia.** *In***:** A handbook of Contemporary Soviet Psychology. Ed. Cole M. e Maltzman, I. USA: Basics Books.

SAMAJA, J. (1993) **Epistemología y metodología: elementos para una teoría de la investigación científica**. Buenos Aires: Eudeba.

SAMAJA, J. (2016) **Epistemología de la Salud: reproducción social, subjetividad y transdiciplina**. Buenos Aires: Lugar Editorial.

SHORTER, E. (2015) **What Psychiatry Left Out of the DSM-V: Historical mental disorderes today**. Nova Iorque: Editora Routledge.

SILVA, F. G. da (2022) **Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética**. Curitiba: Appris.

SOUZA, D. de O. (2020) **O Caráter Ontológico da Determinação Social da Saúde.** Serv. Soc. São Paulo, n. 137, p. 174-191. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.207

STEFAN, M., TRAVIS, M., MURRAY, R. (2002) **An atlas of Schizophrenia.** London: The Parthenon Publishing Group.

STEINBERG, H., e ANGERMEYER, M. C. (2002). **Two Hundred Years of Psychiatry at Leipzig University: an overview**. *History of Psychiatry*, *13*(51), 267-283.

STEINBERG, H., e HIMMERICH, H. (2011). **Emil Kraepelin's habilitation and his thesis: a pioneer work for modern systematic reviews, psychoimmunological research and categories of psychiatric diseases**. *The World Journal of Biological Psychiatry*, *14*(4), 248-257.

STEINBERG, H. (2015). **Emil Kraepelin's ideas on transcultural psychiatry**. *Australasian Psychiatry*, *23*(5), 531-535.

SZASZ, T. (1976) **A Fabricação da Loucura**. São Paulo: Zahar.

TERTULIAN, Nicolas. (1996) **Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, p.54-69.

TONET, I. (2013) **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács.

TULESKI, S. C. (2019) **A Unidade do Psiquismo Humano para Vigotski e a Desagregação desta na Esquizofrenia**. *In*: Psicologia: Teoria e Pesquisa. v.35, e35424.

WHITAKER, R. (2017) **Anatomia de uma Epidemia: Pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

WUNDT, W. (1911/ 2018) **A Fundamentação da Psicologia Científica**. São Paulo: Hogrefe.

VYGOTSKI, L. S. (1927/1983). **EL Significado Histórico de la crisis de la psicología**. *In*: Obras escogidas I: EL Significado Histórico de la crisis de la psicología Vygotski. Machado Libros.

VYGOTSKI, L. S. (1997). **Obras Escogidas - V: fundamentos de defectologia.** (Kindle ed.).Madrid: Antonio Machado Libros.

VYGOTSKI, L. S. (1931/1998a) **O Pensamento**. *In*: La Genialidade y otros textos inéditos. Buenos Aires: Almagesto.

VYGOTSKI, L. S. (1934/1998b) **O Pensamento na Esquizofrenia**. *In*: La Genialidade y otros textos inéditos. Buenos Aires: Almagesto.

VIGOTSKI, L. S. (1929/2000). **Manuscrito de 1929**. *Educação & Sociedade*, *21*(71), 21–44. https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002

VYGOTSKI, L. S. (1931/2002) **Obras Escogidas – III: História del desarrollo de la funciones psíquicas superiores 1931**. Madrid: Visor.

VYGOTSKI, L. S (1931-1933/2006) **Obras Escogidas – IV: Psicologia infantil.** Madrid: Antonio Machado Libros.

VYGOTSKI, L. S. (1934/2009) **Desenvolvimento do Sistema Nervoso**. *In*: As Funções no Desenvolvimento da Criança. Quintanar Rojas, México: Trilhas.

VYGOTSKI, L. S. (1930/2011) **La Imaginación y el arte en la infancia**. Madrid: Ediciones Akal.

VYGOTSKI, L. S. (1932-1934/2015) **Obras Escogidas - II: Pensamiento y Lenguaje - Conferencias sobre Psicología** (Machado Nuevo Aprendizaje nº 2) (Spanish Edition). Madrid: Antonio Machado Libros. Edição do Kindle.

VYGOTSKI, L. S. (1934/2018) **Quarta Aula: O Problema do Meio na Pedologia**. *In*: Sete Aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia.(pp 73-91) Rio de Janeiro: E-Papers.

VYGOTSKI, Lev (1932-1934/2022) **Los processos de desintegración de la psiquis y la esquizofrenia** *In*: Cuadernos de Notas. Ed. Zavershneva, E. e Van der Veer, R. trad. González, A. A. Ciudad Autônoma de Buenos Aires: Libros del Zorzal.

VYGOTSKI, L. S. (1930/2023a) **Sobre os Sistemas Psicológicos.** *In*: Psicologia, Desenvolvimento Humano e Marxismo. org. e trad. Toassa, G. e Marques, P. pp 177-2014. São Paulo: Hogrefe.

VYGOTSKI, L. S. (1933/2023b) **Sobre o problema da psicologia da esquizofrenia**. *In*: Psicologia, desenvolvimento humano e marxismo. Trad. Priscila Marques. Org. Gisele Toassa e Priscila Marques.

VYGOTSKI, L. S. (1934/2023c) **O problema do desenvolvimento e da desagregação das funções psíquicas superiores**. *In*: Psicologia, desenvolvimento humano e marxismo. Trad. Priscila Marques. Gisele Toassa e Priscila Marques Org.

YASNITSKY, A. (2018) **Vygotsky:** An intellectual biography. New York: Routledge.

ZAVERSHNEVA, E. e VAN der VEER, R. (2022) **Introdução aos Cuadernos de Notas.** *In:* Cuadernos de Notas. Vygotski, L. S. Trad. González, A. A. Ciuddad Autônoma de Buenos Aires: Libros del Zorzal.

ZEIGARNIK, B. V (1965). *The pathology of thinking*. Nova Iorque: Consul- tants Bureau (Obra original publicada em 1962).